



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO NOS
MUNICÍPIOS DE MAUÉS E PARINTINS NO BAIXO
AMAZONAS**

PATRÍCIO AZEVEDO RIBEIRO

MANAUS – AM
2014

PATRÍCIO AZEVEDO RIBEIRO

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO NOS
MUNICÍPIOS DE MAUÉS E PARINTINS NO BAIXO
AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração em Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues

MANAUS – AM
2014

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R484p Ribeiro, Patrício Azevedo
Política Pública de Assistência Social e Sustentabilidade na Amazônia:
um estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas /
Patrício Azevedo Ribeiro. 2014
190 f.: il. color; 31cm, 28cm.

Orientadora: Débora Cristina Bandeira Rodrigues
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Assistência Social. 2. Sustentabilidade. 3. Proteção Social Básica. 4.
Baixo Amazonas. I. Rodrigues, Débora Cristina Bandeira
II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

PATRÍCIO AZEVEDO RIBEIRO

**POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO NOS
MUNICÍPIOS DE MAUÉS E PARINTINS NO BAIXO
AMAZONAS**

Dissertação aprovada em 18 de Setembro de 2014.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração em Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues – Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª. Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento – Membro
Universidade Federal do Pará

Prof^ª. Dra. Patrícia dos Anjos Braga Sá dos Santos – Membro
Universidade Federal do Amazonas

Dedico este trabalho a eles, meus heróis e porto seguro, amores primeiros da minha vida, Paulo Brito Ribeiro (Pai) e Izabel Azevedo Batista (Mãe) que, mesmo no porvir não planejado, souberam-me ensinar os caminhos para o alcance desta vitória acadêmica. Obrigado, “culpados” pelo que sou!

AGRADECIMENTOS

- *Neste momento tão especial de minha vida, são muitas as pessoas a quem gostaria de agradecer, afinal, foi juntando cada peça deste quebra-cabeça que hoje consigo a montagem completa, tendo como resultado “um lindo quadro” constituído pela palavra **Mestre**.*
- *Começarei agradecendo a **Deus**, pelo dom vida, por tudo o que tem me proporcionado, pelos ensinamentos, pelas pessoas que colocou até o momento em minha trajetória de vida e pela indispensável oportunidade de realizar meus sonhos, dando-me forças nos momentos alegres e difíceis. Senhor, obrigado!*
- *Aos meus **País**, por tudo aquilo que me ensinaram. Por me fazerem acreditar que os conhecimentos adquiridos no âmbito educacional seriam minha maior herança. Pela compreensão dispensada, cuidado, carinho e com grande admiração e respeito que tenho a vocês, muito obrigado!*
- *Aos meus irmãos (Janderlei e Jander Paulo), irmã (Janderléia) e sobrinhos (Rhemison, Tarcísio e Victor) pelo apoio, compreensão, incentivo e amizade de sempre.*
- *Aos meus tios e tias paternos(as) e maternos(as), em nome de Maria do Carmo e Maria Nogueira (in memorian), pelo incentivo no processo desta formação acadêmica.*
- *À orientadora, **Dra. Débora Cristina B. Rodrigues**, pela compreensão e orientação em todos os momentos desta produção científica. Obrigado pelo desafio lançado, pelos diálogos realizados em cada reunião, por compartilhar os conhecimentos, por acreditar na minha proposta e me incentivar a seguir o trajeto, mesmo quando me sentia inseguro!*
- *Às(os) Professoras(es) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pelas fecundas contribuições acadêmicas e por partilharem o conhecimento no cotidiano das atividades realizadas em sala de aula.*
- *À Prof^ª. Sandra Helena da Silva, pelas palavras de incentivo, carinho e amizade, sempre me alertando sobre meu potencial de seguir na trilha da pesquisa. Você é uma das “culpadas” pelo meu ingresso e término do Mestrado. Admiro-te pela coragem, inteligência, paciência, determinação e o gosto que tem pela pesquisa. Um grande e abençoado obrigado!*
- *À Prof^ª. Andreza Gomes Weil a quem devo “muitos obrigados”! Foi minha professora, colega de Mestrado e agora colega de trabalho. Obrigado pelo incentivo, apoio e colaboração durante a realização do Mestrado. Obrigado, sobretudo, pelo compartilhamento das angústias!*
- *Às colegas de Mestrado, Karina, Antonia, Maria Oliveira (Neves), Ária, Maria Joseilda (Branca), Alessandra, Ingrid, Laura, e ao Jefferson, pela jornada de amizade que trilhamos repleta de respeito, debates acadêmicos, produções científicas, viagens, insegurança e medo de prosseguir, enfim, obrigado por tudo! Nesse complexo mundo do conhecimento científico, de sabores e dissabores, são necessárias pessoas especiais como vocês.*

- *À Laranna Prestes e Keuryanne Reis que, além de colegas de graduação, prosseguimos como colegas de Mestrado, sempre trocando experiências, dialogando sobre as questões acadêmicas, compartilhando as angústias, construindo nossos caminhos de vida profissional. Tão deu certo que hoje, eu e Keuryanne, também somos colegas de trabalho.*
- *À Alcione Teles, Itaciara Pontes, Rônisson e Silvia, pessoas especiais que conheci durante o percurso do Mestrado, parceiras(o) do mesmo e de outros Programas de Pós-Graduação. Obrigado por compartilharem o debate das incertezas, os quais nos impulsionam a prosseguir no campo do conhecimento científico.*
- *À Lindsay, Edivane, Lourdes, Liara e Marineide, com quem compartilho momentos acadêmicos e de vida desde a graduação.*
- *Aos professores e professoras do colegiado do curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM pela compreensão e colaboração quando da minha ausência em razão da pesquisa de campo e orientações fora de Parintins.*
- *Aos alun@s do curso de Serviço Social do ICSEZ/UFAM, por colaborarem comigo nesse processo de construção de conhecimentos a partir das experiências trocadas em sala de aula, e pela compreensão e colaboração nas vezes que precisei me ausentar do ICSEZ.*
- *À Profa. Dra. Lucilene Ferreira de Melo pelas grandes contribuições durante a qualificação do Mestrado.*
- *Às Profas. Dras. Nádia Fialho e Patrícia Braga por aceitarem o convite e se disporem em participar do processo avaliativo desta dissertação.*
- *Aos pesquisadores do Inter-Ação, em especial às acadêmicas Camila e Thamirys, por compartilharem as experiências durante os diálogos nos projetos de pesquisa e por me instigarem cada vez mais para a prática da pesquisa científica. O aprendizado foi profícuo!*
- *À Capes, pela bolsa de estudo concedida durante dois anos de Mestrado.*
- *À Cássia Vieira, pela incansável contribuição no processo de aplicação dos formulários e transcrição das entrevistas da Pesquisa de Campo. Além de aluna, és uma grande amiga, suas contribuições foram de suma importância para que eu pudesse melhor qualificar as assertivas da dissertação.*
- *À Secretária de Assistência Social de Maués e Subsecretária de Assistência Social de Parintins, aos Coordenadores, Assistentes Sociais, Psicólogas e usuários dos CRAS pesquisados, sem vocês seria impossível chegar aos resultados da pesquisa. Obrigado por me acolherem, abrirem as portas das instituições e, em alguns momentos, de suas casas, para o processo de aplicação dos instrumentais da pesquisa.*
- *Enfim, aos demais mesmo que não estejam aqui citados, ratifico meus agradecimentos pelas palavras de apoio, incentivo e por acreditarem no meu humilde potencial acadêmico.*

Obrigado!

Entendo que na atual conjuntura a categoria de sustentabilidade assenta-se num terreno fértil de discussão, cujos elementos ali presentes englobam os mais variados tecidos de construção da sociedade, me refiro à questão ambiental, econômica, territorial, política e, sobretudo, social. Falo de uma sustentabilidade da vida que para tal, é necessário um conjunto de intervenções, incluindo o papel efetivo do Estado e da Sociedade Civil na perspectiva de consolidação de direitos e cidadania. Neste ínterim, acredito na contribuição das políticas públicas, a exemplo da Assistência Social, para projetar efetivamente um desenvolvimento humano, social e sustentável, tarefa esta complexa e desafiadora, dado a vigência do sistema capitalista que nada mais é, um terreno de disputas, de contradições e desigualdades sociais. Mais o debate é necessário e a pesquisa científica é questão sine qua non para o desvelamento e proposição de uma sociedade na ótica da sustentabilidade, afinal, “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (Marx, 1980, p. 939).

Patrício Azevedo Ribeiro, Julho de 2014.

RESUMO

A primeira década do século XXI pode ser considerada o ápice de mudanças na conjuntura teórica e operacional da política pública de Assistência Social, tendo em vista a consolidação da PNAS, SUAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, reformulação da LOAS e criação da NOB/SUAS de 2012. Assim, vem se percebendo nessa movimentação da Assistência Social uma preocupação em operacionalizar seus programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais na perspectiva da sustentabilidade, visando o enfrentamento da vulnerabilidade social e, por consequência, a contribuição para o desenvolvimento humano e social dos usuários da política. Com base neste entendimento, o estudo analisou a política pública de Assistência Social no âmbito da operacionalização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins, no Baixo Amazonas, tendo como referência a sustentabilidade social, sobretudo ao que tange o acesso, equidade na oferta dos serviços e enfrentamento da vulnerabilidade social. Os procedimentos metodológicos do estudo foram pautados na pesquisa bibliográfica, documental e de campo de natureza qualitativa e quantitativa. A materialização da coleta de dados ocorreu nas sedes municipais de Maués e Parintins, particularmente nas dependências das Secretarias Municipais de Assistência Social, nos dois CRAS selecionados para a pesquisa e nos domicílios dos usuários. Como instrumentos e técnicas para coleta de dados foram utilizados formulários, entrevistas semiestruturadas, observação sistemática e diário de campo. Participaram da pesquisa 24 sujeitos incluindo Gestores, Profissionais da Equipe de Referência dos CRAS e usuários ligados à Proteção Social Básica. Sumariamente, os resultados do estudo apontam que: o financiamento por parte do governo federal e municipal não consegue atender a demanda da realidade dos municípios; há desencontro de diálogo entre aqueles que operacionalizam os serviços e os que recebem o atendimento; parca contribuição da supracitada política no cotidiano dos indivíduos e famílias que participam das atividades no CRAS; precariedade no ambiente físico dos CRAS, bem como na infraestrutura; pouca formação e capacitação continuada para os trabalhadores do SUAS; falta de um diagnóstico socioterritorial completo sobre a situação de vulnerabilidade social dos municípios, entre outros. Tais dados permitem afirmar que, em Maués e Parintins, a Assistência Social trata-se de uma política com grandes potenciais para contribuir no cotidiano de qualquer sujeito ou família que buscam participar dos serviços. Contudo, “remando contra a maré”, é uma política recheada de limites e desafios o que a qualifica numa perspectiva de (in)sustentabilidade na intervenção que faz. Se em alguns momentos, ela parece responder às necessidades das populações usuárias, em outros, não consegue atingir sua real efetividade como pretende. Desse modo, aponta-se a necessidade de repensar a operacionalização da referida política por parte dos gestores municipais, sobretudo, na ótica da gestão participativa, pois só assim, poderá se afirmar que a Assistência Social, ao ser concretizada em uma dada realidade, protagoniza a sustentabilidade de seus serviços socioassistenciais, bem como, contribui para a sustentabilidade de seus beneficiários.

Palavras-chave: Assistência Social, Sustentabilidade, Proteção Social Básica, Baixo Amazonas.

ABSTRACT

The first decade of the century XXI the apex of changes can be considered in the theoretical and operational conjuncture of the public politics of Social welfare, tends in view the consolidation of PNAS, SUAS, National Tipificação of the Serviços Socioassistenciais, reformulação of LOAS and creation of NOB/SUAS 2012. Like this, it comes if noticing in that movement of the Social welfare a concern in their operacionalizar programs, projects, benefits and services socioassistenciais in the perspective of the sustainability, seeking the enfrentamento of the social vulnerability and, for consequence, the contribution for the users' of the politics human and social development. With base in this understanding, the study analyzed the public politics of Social welfare in the extent of the operacionalização of the Basic Social protection in the municipal districts of Maués and Parintins, in Low Amazon, tends as reference the social sustainability, above all to the that plays the access, justness in the offer of the services and enfrentamento of the social vulnerability. The methodological procedures of the study were ruled in the research bibliographical, documental and of field of qualitative and quantitative nature. The materialization of the data collection happened in the municipal thirsts of Maués and Parintins, particularly in the dependences of the Municipal General offices of Social welfare, in two CRAS selected for the research and in the users' homes. As instruments and techniques for data collection forms, interviews semiestruturadas, systematic observation and field diary were used. They participated in the research 24 subjects including Managers, Professionals of the Team of Reference of CRAS and linked users to the Basic Social protection. Summarily, the results of the study appear that: the financing on the part of the federal and municipal government doesn't get to assist the demand of the reality of the municipal districts; there is keep apart of dialogue among those that operacionalizam the services and the ones that receive the service; scanty contribution of the foregoing politics in the daily of the individuals and families that participate in the activities in CRAS; precariousness in the physical atmosphere of CRAS, as well as in the infrastructure; little formation and continuous training for the workers of SUAS; it lacks of a diagnosis complete socioterritorial about the situation of social vulnerability of the municipal districts, among others. Such data allow to affirm that, in Maués and Parintins, the Social welfare is treated of a politics with great potentials to contribute in the daily of any subject or family that you/they look for to participate in the services. However, "rowing against the tide", it is a filled politics of limits and challenges that it qualifies her in a perspective of (in)sustentabilidade in the intervention that does. If in some moments, she seems to answer to the populations users' needs, in other, it doesn't get to reach his/her Real effectiveness as it intends. This way, the need is pointed of rethinking the operacionalização of the referred politics on the part of the municipal managers, above all, in the optics of the administration participativa, because only like this, it can be affirmed that the Social welfare, when being rendered in a given reality, plays the sustainability of their services socioassistenciais, as well as, contributed to their beneficiaries' sustainability.

Keywords: Social Assistance, Sustainability, Social Protection Basic, Lower Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões da Sustentabilidade: relações de articulação entre si	48
Figura 2 – Evolução dos principais marcos legais da Assistência Social – 1938 a 2012	75
Figura 3 – Localização dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania Baixo Amazonas	85
Figura 4 – Localização do Município de Maués-AM com destaque para a área urbana	88
Figura 5 – Localização do Município de Parintins-AM e Mapa da área urbana da cidade ...	92
Figura 6 – Vista Frontal da Cidade de Maués e Vista aérea da Cidade de Parintins	97
Figura 7 – Atendimento, Ações e demais atividades realizadas pelos Serviços Socioassistenciais nos CRAS	111
Figura 8 – Oficina de desenho e produção de materiais; produto confeccionado pelas mulheres, CRAS/Maués	112
Figura 9 – Oficinas de Desenho, Pintura, Música e violão, CRAS/Parintins	112
Figura 10 – Esquema simulativo de operacionalização da Proteção Social Básica no CRAS sob a perspectiva da sustentabilidade Social	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha cronológica sobre os Eventos Centrais relacionados à Sustentabilidade	33
Quadro 2 – Dimensões da Sustentabilidade baseadas em Sachs, Guimarães e Bellen	36
Quadro 3 – Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica segundo o SUAS	70
Quadro 4 – Seguranças garantidas pelos Serviços de Proteção Social	71
Quadro 5 – Subdivisão do Estado do Amazonas, segundo área Administrativa e Territorial – 2010	84
Quadro 6 – Perfil dos sujeitos da Pesquisa – categoria profissionais	98
Quadro 7 – Localização da PNAS e do SUAS nos municípios	99
Quadro 8 – Condição de espaço físico e infraestrutura dos CRAS de Maués e Parintins ...	100
Quadro 9 – Relação entre a SEMAS e SEMASTH com a SNAS e a SEAS, e relação entre SEMAS e SEMASTH com os CRAS	105
Quadro 10 – Divisão do Trabalho entre a Equipe de Referência dos CRAS	113
Quadro 11 – Formas de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho nos CRAS	118
Quadro 12 – Entendimento sobre o que é o CRAS e os motivos para permanência nas atividades realizadas	131
Quadro 13 – Contribuições para o fortalecimento dos vínculos familiares das informantes da pesquisa	140
Quadro 14 – Pontos positivos e negativos do trabalho realizado no CRAS	143
Quadro 15 – Alcance do trabalhado realizado pela PSB para enfrentamento da vulnerabilidade social	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo dos trabalhadores da Assistência Social por vínculo empregatício, segundo o tamanho da população dos municípios – Brasil, 2009 e 2012	73
Tabela 2 – População do Estado do Amazonas, por divisão rural e urbana, e por distribuição de faixa etária de idade em situação de extrema pobreza	80
Tabela 3 – Quantitativo básico de instituições organizacionais da política de Assistência Social – Brasil e Estado do Amazonas/ Primeiro Semestre 2014	81
Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Maués	89
Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Parintins	93
Tabela 6 – Naturalidade das mulheres participantes da Pesquisa	123
Tabela 7 – Existência e acesso a bens e serviços essenciais no domicílio	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por postos de trabalhos formais por setor de atividades no município em 2004 e 2010	90
Gráfico 2 – Distribuição dos postos de trabalhos formais por setor de atividades no município em 2004 e 2010	94
Gráfico 3 – Estado civil das mulheres – Maués	122
Gráfico 4 – Estado civil das mulheres – Parintins	122
Gráfico 5 – Escolaridade das mulheres entrevistadas CRAS/Maués	124
Gráfico 6 – Escolaridade das mulheres entrevistadas CRAS/Parintins	124
Gráfico 7 – Situação no mercado de trabalho das usuárias do CRAS/Maués	126
Gráfico 8 – Situação no mercado das usuárias do CRAS/Parintins	126
Gráfico 9 – Situação do domicílio duas usuárias do CRAS/Maués	128
Gráfico 10 – Situação do domicílio das usuárias do CRAS/Parintins	128

LISTA DE SIGLAS

CADSUAS – Sistema de Cadastro do SUAS
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CF – Constituição Federal
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
CNUMAD – Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DS – Desenvolvimento Sustentável
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF – Índice de Desenvolvimento da Família
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
JOINPP – Jornada Internacional de Políticas Públicas
ICSEZ – Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social
MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB – Norma Operacional Básica
NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCS – Programa Comunidade Solidária

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PSB – Proteção Social Básica
PSE – Proteção Social Especial
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
SAS – Secretaria de Assistência Social
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAS – Secretaria de Estado da Assistência Social
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMASTH - Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
SD – Serviço de Proteção Social no Domicílio
SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UC – Unidade de Conservação
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNEP – Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CENA CONTEMPORÂNEA	22
1.1 BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SUSTENTABILIDADE: DEBATES “NEM TÃO ANTIGOS” E NOVOS DESAFIOS	22
1.2 AS VÁRIAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: DISCUSSÃO CONCEITUAL	35
1.3 SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAUTA	49
CAPÍTULO II: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	55
2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DO PLANO DA NÃO POLÍTICA PARA O PLANO DA POLÍTICA PÚBLICA	56
2.2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MARCO LEGAL DE AFIRMAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	65
2.3 PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO AMAZONAS: UMA LEITURA DOS MUNICÍPIOS DE MAUÉS E PARINTINS	77
2.3.1 O modo de organização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins	86
CAPÍTULO III: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM MAUÉS E PARINTINS: ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	107
3.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS NA ÓTICA INSTITUCIONAL	108
3.2 PERFIL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS USUÁRIOS DOS CRAS NOS MUNICÍPIOS	121
3.3 ACESSO E EQUIDADE DOS USUÁRIOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	130
3.4 O ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: CAMINHOS E (DES)CAMINHOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES	164
ANEXOS	182

INTRODUÇÃO

O limiar do século XXI vem sendo permeado por mudanças nas questões econômicas, políticas, culturais e sociais impactando, de alguma forma, na elaboração, organização e implementação das políticas públicas brasileiras. Nesse âmbito, encontra-se a política de Assistência Social cujas mudanças assentam-se no seu plano teórico e operacional a partir da consolidação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), reformulação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2011) e a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (2012).

Percebe-se nessa movimentação da Assistência Social uma preocupação em operacionalizar seus programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais na perspectiva da sustentabilidade, visando o enfrentamento da vulnerabilidade social que amalha grande parcela da população brasileira, e a partir disso, contribuir para o desenvolvimento humano e social dos usuários da política.

Em relação à sustentabilidade, é compreensível dizer que na conjuntura atual, seu aspecto conceitual vem sendo debatido numa perspectiva ampla, por isso, não se tem um entendimento unívoco, seja no âmbito acadêmico ou na mídia de um modo geral. Desse modo, seu debate perpassa por questões ligadas às dimensões ambientais, econômicas, culturais, políticas, territoriais e sociais.

A dimensão social da sustentabilidade, foco de discussão neste estudo, está sendo entendida como a busca pela equidade e acesso aos direitos sociais, visando qualidade de vida digna para toda sociedade, sobretudo, as populações mais pobres economicamente. Esta compreensão vai ao encontro com o que preconiza os objetivos da LOAS e o debate que se faz na Proteção Social Básica – PSB afiançada na PNAS. Tal nível de proteção objetiva fortalecer as relações e vínculos sociais dos usuários como forma de enfrentamento à vulnerabilidade social e assim contribuir para melhores condições de vida. Contudo, conforme Couto et al. (2011), são diversas as dificuldades e fragilidades que, muitas vezes, permeiam a efetividade das ações e serviços realizados pela Assistência Social nas regiões brasileiras.

No caso da Região Amazônica, segundo Teixeira (1998; 2008), Maciel (2002) e Silva, C. (2012), é reconhecida a importância da política pública de Assistência Social para a realidade dos municípios. No entanto, compreendem que sua operacionalização ainda tem um caminho a percorrer no sentido de atingir proficuamente seus objetivos e assim contribuir de forma efetiva na melhoria das condições de vida da população local.

Muitas pesquisas foram realizadas sobre a intervenção da política de Assistência Social nos municípios brasileiros, contudo, se têm notado lacunas referentes à investigação quanto à sustentabilidade desta política. Desse modo, no contexto dos municípios do Baixo Amazonas, amalhado por uma diversidade de questões socioculturais, entende-se ser de grande importância analisar o alcance e efetividade das ações e serviços socioassistenciais no cotidiano das famílias moradoras dos municípios amazônicos na perspectiva da sustentabilidade social.

Partindo desse pressuposto, o interesse em realizar o estudo é fruto da experiência do período de estágio curricular no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Paulo Corrêa, município de Parintins-AM; posteriormente, tive a oportunidade de aprofundar algumas reflexões, desta feita como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); além das reflexões propiciadas pelas disciplinas ministradas no PPGSS, em especial, à disciplina Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Ademais, a vivência – contatos com o campo da pesquisa – na realidade dos municípios de Maués e Parintins como cidadão, pesquisador na área da Assistência Social, membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia. E, agora, professor do Curso de Serviço Social na UFAM/PIN, tem me conduzido ao entendimento da necessidade de mais pesquisas nessa área.

Para o alcance da problemática proposta e à luz das reflexões acima desenvolvidas, a presente dissertação norteou-se por uma questão central: A política pública de Assistência Social no que tange à operacionalização da PSB nos municípios de Maués e Parintins, no Baixo Amazonas, é sustentável? Para responder à indagação estruturou-se como objetivos específicos: caracterizar a política pública de Assistência Social nos municípios de Maués e Parintins destacando a operacionalização da PSB; analisar a sustentabilidade social da referida Política por meio da inclusão e equidade dos beneficiários nos serviços socioassistenciais da proteção social básica, identificando a contribuição desses serviços para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Diante disso, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram ancorados em:

- **Segundo os objetivos e fontes de informações teóricas:** O estudo caracterizou-se como exploratório, documental e bibliográfico. Esse foi o momento de aprofundar leituras sobre as categorias de estudo tais como Sustentabilidade, Políticas Públicas e Política de Assistência Social, bem como conhecer de forma mais profícua o trabalho realizado pela Assistência Social nos dois municípios pesquisados.

- **No que se refere à natureza dos dados:** Utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa, sendo concretizada a partir da pesquisa de campo. Nesse sentido, Chizzotti (2010, p. 52) explicita que na abordagem quantitativa “o pesquisador descreve, explica e prediz”, enquanto na qualitativa “o pesquisador participa, compreende e interpreta”. Por meio da pesquisa quantitativa, buscou-se conhecer pontos relativos dos municípios quanto às questões socioeconômicas e territoriais, o perfil dos sujeitos e as condições de vida dos usuários entrevistados. Já a pesquisa qualitativa possibilitou uma investigação mais profunda sobre a operacionalização dos serviços socioassistenciais da PSB desenvolvidos nos CRAS, sendo analisados à luz do entendimento da sustentabilidade social.

Local da Pesquisa de Campo.

O *locus* da Pesquisa de Campo foram as sedes dos municípios de Maués e Parintins¹ (Médio e Grande Porte, respectivamente), localizados no Baixo Amazonas. Os municípios foram selecionados com base em alguns critérios: possuem os maiores portes populacionais, porém, concentram um expressivo índice de extrema pobreza em relação à população, 35,1% e 23,2% respectivamente, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00 (IBGE, 2010); cada município possui três CRAS cofinanciados pelo SUAS e o reordenamento socioassistencial já está acontecendo por meio das Secretarias Municipais de Assistência Social; prévio conhecimento empírico do autor da dissertação sobre a realidade destes municípios.

Desse modo, a materialização da coleta de dados ocorreu nas Secretarias Municipais de Assistência Social, nas dependências dos CRAS selecionados (em cada cidade selecionou-se 01 (um) CRAS a partir do critério de maior número de usuários atendidos e mais tempo de funcionamento), e nos domicílios dos usuários dos serviços socioassistenciais.

Universo, Amostra e Informantes.

No processo da coleta de dados, a pesquisa orientou-se pela *amostragem não probabilística intencional*, visto que, nesta o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos considerados típicos da população que pretende estudar a fim de uma análise minuciosa do tema (MARCONI; LAKATOS, 2010; DIEHL; TATIM, 2004).

¹ Com base no IBGE a PNAS (2004) categoriza os municípios do Brasil por porte populacional para intervenção da política de Assistência Social. Subdividem-se em: Pequeno Porte 1 – até 20.000 hab.; Pequeno Porte 2 – 20.001 a 50.000 hab.; Médio Porte – 50.001 a 100.000 hab.; Grande Porte – de 100.001 mil a 900.000 hab.

Assim, o universo da pesquisa envolveu os profissionais e usuários que lidam com a Assistência Social no nível da Proteção Social Básica em cada município *locus* da pesquisa, e como amostra contemplou 24 participantes selecionados com base em critérios de inclusão e exclusão (APÊNDICE C).

- Secretária Municipal de Assistência Social (em Parintins a entrevista foi realizada com a Subsecretária);
- Coordenadores dos CRAS selecionados;
- 02 (dois) Profissionais da Equipe Técnica de Referência dos CRAS (assistente social e psicólogo);
- 10 (dez) usuários das ações e serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica vinculado aos CRAS de cada município (em Maués foram entrevistadas apenas 06 (seis) em razão da indisponibilidade por parte de alguns em receber o pesquisador no período da pesquisa de campo).

Instrumentos e Técnicas de Pesquisa de Campo.

Foi utilizado um conjunto de instrumentos e técnicas articulados entre si, a saber: Observação Sistemática; Entrevistas Semiestruturadas, as quais foram aplicadas aos gestores das Secretarias Municipais de Assistência Social e aos Coordenadores dos CRAS; Formulários com perguntas abertas e fechadas, aplicados junto aos membros da Equipe Técnica de Referência dos CRAS e com os beneficiários das ações e serviços socioassistenciais; Diário de Campo, que foi importante no momento das visitas realizadas às instituições fontes da pesquisa. Salienta-se que todos os sujeitos aceitaram assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE concedendo a autorização para os registros fotográficos e fonográficos.

De posse dos dados coletados na pesquisa de campo, procedeu-se à análise de todo material colhido que, para os dados qualitativos, fez se necessário recorrer à técnica de *Análise de Conteúdo* e, em alguns momentos, à *triangulação de dados*.

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo tem como base instrumental as formas de expressão dos sujeitos sociais a partir de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas e como resultado desse processo um conhecimento não linear. Neste estudo, essa técnica apresenta-se no processo de análise das falas dos sujeitos da pesquisa, das quais se retiraram subcategorias como forma de melhor qualificar as análises. Não obstante, Coutinho (2008, p. 9) argumenta que a triangulação de dados consiste em combinar dois ou

mais pontos de vista e abordagens teóricas dentro da mesma pesquisa cujo intuito é obter “[...] como resultado final um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenômeno a analisar”. Esta técnica identifica-se, em alguns momentos, no cruzamento de informações entre os dados teóricos da política de Assistência Social e falas dos sujeitos da pesquisa de Maués e Parintins.

Diante disso, a presente dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo discute a categoria de Sustentabilidade e suas diversas dimensões, situando-a como diretriz de análise para políticas públicas na cena contemporânea. O segundo capítulo aborda a política pública de Assistência Social, enfatizando seus marcos legais e a emergência da Proteção Social Básica, ademais, desvela a localização da referida política nos municípios de Maués e Parintins a partir da visão dos gestores e profissionais atuantes nos CRAS. Por fim, o terceiro capítulo analisa a Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins na perspectiva da sustentabilidade social, para tanto, evidencia a operacionalização dos serviços socioassistenciais, o perfil e condições de vida das mulheres participantes da pesquisa e a contribuição da política de Assistência Social para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

A reunião dos dados teóricos e empíricos dialogam-se e dá forma a esta dissertação que, dentre outros propósitos e limitações, expressa sua relevância por possibilitar uma reflexão mais aprofundada acerca do tema. E, ao mesmo tempo, enriquecer a elaboração de conhecimentos numa área que se entende haver lacunas referentes à pesquisa científica voltada para a análise da sustentabilidade dos serviços socioassistenciais implementados pela Assistência Social no âmbito da PSB. Assim sendo, os resultados da pesquisa poderão servir de fontes bibliográficas para novos estudos contribuindo no debate que envolve a temática. Da mesma forma, o estudo tem o intuito de possibilitar qualificação acadêmica profissional para atuar nas regiões amazônicas, de modo especial no campo das políticas públicas.

Acredita-se que os resultados da pesquisa podem trazer contribuições para o cotidiano dos beneficiários da PSB, pois analisa o alcance e efetividade das atividades desenvolvidas pela política de Assistência Social no contexto dos CRAS, considerando o acesso e equidade nos serviços socioassistenciais e o enfrentamento da vulnerabilidade social. Do mesmo modo, entende-se que a pesquisa traz resultados que, se bem analisados, podem servir de subsídios para uma melhor intervenção da Assistência Social na realidade plural dos municípios estudados, sobretudo no processo operacional das ações/atividades da Proteção Social Básica.

CAPÍTULO I

SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CENA CONTEMPORÂNEA

Uma abordagem socialmente sustentável é aquela que busca a redução da desigualdade e promove a inclusão tanto no compartilhamento dos benefícios do desenvolvimento, quanto nos mecanismos institucionais de acesso e participação na condução da política pública (PERCH, 2012).

O presente capítulo debate sobre sustentabilidade e sua relação com as políticas públicas na visão de diferentes autores destacando, em maior profundidade, as concepções trabalhadas por Ignacy Sachs. Isso se justifica pela abordagem conceitual ameadada nos estudos do autor, o qual tem por base a proposta do Ecodesenvolvimento que, por sua vez, aponta para um projeto de sociedade onde a gestão das políticas públicas tenha efetiva participação da sociedade civil.

Ademais, tendo em vista que na atual conjuntura a compreensão de sustentabilidade espalha-se por várias dimensões, dá-se um destaque teórico à dimensão social, pois é neste âmbito que recorre o objeto de estudo em questão. Desta feita, sinaliza-se a sustentabilidade como diretriz de análise para as políticas públicas, especialmente a Assistência Social, consolidada no limiar do século XXI como política brasileira de proteção social.

1.1 BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA SUSTENTABILIDADE: DEBATES “NEM TÃO ANTIGOS” E NOVOS DESAFIOS

A discussão sobre o conceito de sustentabilidade faz parte de um debate processual no contexto da sociedade planetária que é marcada pela vigência do modo de produção capitalista. A forma como vem se alargando as matrizes conceituais da referida expressão, algumas vezes evidenciadas no bojo de formulação e operacionalização das políticas públicas, deixam margem para compreensão de que se trata de um termo dinâmico com ganhos teóricos significativos e controversos.

De acordo com Leff (2011), a abordagem conceitual de sustentabilidade emerge no contexto do discurso da globalização econômica, particularmente, a partir da década de 1960 momento em que se presenciavam diversos eventos internacionais, tendo em vista o agravamento das problemáticas ambientais. Desse modo, postulava-se que para chegar a um

desenvolvimento da sociedade seria necessário questionar as próprias bases do modo de produção predominante, sobretudo nas sociedades ocidentais.

Nesse contexto, Nascimento (2012) explica que a noção de sustentabilidade tem raízes fincadas em duas origens. A primeira embasada no campo das ciências biológicas com foco nas discussões fomentadas por meio da ecologia, assim, refere-se à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas em face das agressões abusivas dos recursos naturais, desflorestamentos, terremotos entre outros.

A segunda assenta-se no debate das ciências econômicas sendo compreendida como adjetivo do desenvolvimento, em virtude do padrão de consumo crescente adotado pelas sociedades nas últimas décadas do século XX, pressupondo que tal padrão não tem possibilidade de continuar. Desta feita, tem-se a percepção da sustentabilidade em relação à finitude dos recursos naturais e sua gradativa redução.

Os diversos estudos (SACHS, 1986, 2002a, 2008; GUIMARÃES, 1997, 2001; NOGUEIRA e CHAVES, 2005; CARVALHO, 2006; NASCIMENTO, 2012 entre outros) que fazem menção à noção de sustentabilidade têm na segunda explicação de origem, os maiores aprofundamentos de discussão, tendo, ao mesmo tempo, ideias convergentes e divergentes.

No caso específico deste trabalho, aprofundam-se as discussões com base nos autores que apontam para a necessidade de se debater sobre a relação da sustentabilidade com as políticas públicas, e conseqüentemente a ideia de uma sociedade regida por padrões de equidade e justiça social entre os presentes e as futuras gerações.

A noção de desenvolvimento postulado nos meados dos anos 1960 voltava-se para a lógica do crescimento econômico e progresso tecnológico. Tal discussão já caminhava desde o século XIX, período em que a industrialização alavancou a ponto dos discursos sociais articularem o conceito de crescimento econômico com desenvolvimento. Referente a essa questão, Sachs (2008, p. 13) assevera que:

O crescimento é uma condição necessária, mas de alguma forma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mas feliz e mais completa para todos. [...] no contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural.

Na assertiva do autor, a proposta é de um desenvolvimento com vistas ao enfretamento e reparação das desigualdades, para tanto, requer o equilíbrio de distribuição da riqueza material entre as classes sociais, embora, isto só seja possível se houver primeiramente uma mudança estrutural no modo de produção vigente.

O que se pode observar no bojo de tais discussões é a necessidade de se compreender os conceitos em sua amplitude, ou seja, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento, pois, está associado à ideia de um quadro estrutural baseado na distribuição de renda de maneira equitativa, bem como no acesso, especialmente por parte da população empobrecida, a bens e serviços sociais propiciados pelas políticas públicas em territórios específicos.

Diante disso, “a ideia de sustentabilidade ganha corpo e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento” (NASCIMENTO, 2012, p. 52). A crise ambiental global que vai chamar atenção para isso serve de alerta para a sociedade de um modo geral quanto a necessidade de se rever os debates e buscar alternativas para um desenvolvimento global que rompa com a lógica capitalista de lucro e da riqueza material.

Foladori (2002) reafirma o pensamento de Leff (2011) ao evidenciar que é no contexto das décadas de 1960 e 1970 que se estabelece a consciência da crise ambiental, desvelada por uma série de fóruns, congressos e encontros internacionais, cujo intuito foi discutir a necessidade de se pensar novas estratégias de desenvolvimento, em razão dos danos que as problemáticas ambientais geraram sobre a relação homem-natureza. Com isso solidificar estratégias centradas numa via de sustentabilidade para as necessidades das populações, principalmente, os indivíduos “excluídos²” ou à margem da sociedade.

O primeiro evento, que remonta às preocupações com a questão ambiental, realizou-se em Roma no ano de 1968. Na ocasião, cientistas, industriais e políticos se reuniram com a finalidade de discutir e analisar os limites do crescimento econômico considerando o uso crescente dos recursos naturais. Como resultado, propôs-se a criação de um planejamento estratégico visando à conservação de tais recursos. Assim, para os países desenvolvidos seria necessário haver uma desaceleração do desenvolvimento industrial, e para os subdesenvolvidos uma espécie de frenagem no crescimento populacional que se julgava ser desordenado (NASCIMENTO, 2012).

² O termo “excluído” faz parte de debates controversos na literatura brasileira. Para Pochmann (2005) a exclusão social configura-se como marca inquestionável do desenvolvimento capitalista na história da sociedade e sua apreensão está relacionada à questão da desigualdade de renda e acesso aos direitos sociais por parte das populações. Martins (2007) sinaliza não haver exclusão no contexto da sociedade brasileira, o que existe são contradições, vítimas de processos sociais, políticos, econômicos que são excludentes por sua natureza, por isso prefere utilizar o termo “à margem da sociedade”. Teixeira (2009), por sua vez, interroga que no bojo do sistema capitalista, quem seriam os excluídos? Se todos de alguma forma contribuem para o sistema econômico, não teriam então excluídos!

Conforme Brüseke (1994) e Nascimento (2012), este primeiro evento intitulado “Clube de Roma” foi fundado em 1968 numa reunião presidida pelo industrialista italiano Aurello Peccei e o cientista escocês Alexander King, a partir do qual Dennis L. Meadows juntamente com outros pesquisadores publicaram, em 1972, um livro denominado “Limites do Crescimento” no qual se enfatizava a tese do crescimento zero. Tal fato ocasionou polêmicas entre os teóricos que se coadunavam com a teoria do crescimento, visto que, o pensamento engendrado na época abria margem para retomada à velha tese de Malthus³ cuja filosofia era uma crítica ferrenha ao aumento da população que, por conseguinte gerava a pobreza e o subdesenvolvimento dos países.

As questões acima mencionadas conduzem à reflexão do caráter fatalista originário nos debates protagonizados pelos estudiosos, uma vez que o quadro estrutural pelo qual passavam as sociedades é resultado da própria conjuntura desigual engendrada pelo modo de produção capitalista. Por outro lado, Brüseke (1994) postula que as conclusões do Clube de Roma se colocaram como basilar para a realização no mesmo ano – 1972 – da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, momento em que a questão ambiental ganhou visibilidade pública, assim como apontou para a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, em 1973.

Nesse contexto, Sachs (2009, p. 233) argumenta que “a Conferência de Estocolmo inscreveu definitivamente o meio ambiente na ordem do dia da comunidade internacional. Ela decidiu a criação do PNUMA e estabeleceu sua sede central em Nairóbi [...]”. Com isso ficava notório que o problema central residia na maneira de como estava ocorrendo o crescimento, pois se difundia apenas na lógica da economia não levando em conta as desigualdades sociais gritantes no interior das sociedades capitalistas, logo, um não desenvolvimento na perspectiva da igualdade social.

Em linhas gerais, “os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais, há uma condicionalidade ambiental que é preciso respeitar, e finalmente, para que as coisas avancem, é preciso que as soluções pensadas sejam economicamente viáveis” (Idem, p. 232).

Uma das estratégias que ganha bastante destaque na década de 1970 é a proposta do **Ecodesenvolvimento**. Esta expressão, segundo Sachs (2009), surgiu pela primeira vez nos

³ Thomas Robert Malthus nasceu em 1766 e faleceu em 1834 na Inglaterra. Estudioso da economia política, Malthus acreditava que a população tinha tendência em aumentar de forma geométrica que, por consequência, gerava uma crescente miséria das grandes massas de população: pobreza extrema e fome permanente. Quando esses males chegam ao auge, a própria natureza intervém, corrigindo-os por meio de guerras, epidemias, etc., reduzindo violentamente a população. Desta forma, em sua tese postulava que a população deveria ser reduzida, e aconselhava para a abstinência sexual. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/biografias/thomas-robert-malthus.jhtm>>. Acesso em: 07 out. 2014.

corredores da conferência de Estocolmo, sendo utilizada pelo canadense Maurice Strong e voltava-se para “uma concepção alternativa de desenvolvimento, que questionava o caráter tecnocrático do planejamento econômico tradicional, visando direcionar ações em zonas rurais dos países em desenvolvimento para a incorporação da racionalidade de prudência ecológica” (NOGUEIRA; CHAVES, 2005, p. 133).

Todavia, a repercussão deste termo veio somente a partir de 1974, quando Ignacy Sachs reelaborou e o lançou por meio da obra “Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir”. Para Sachs (1986), trata-se de um estilo de desenvolvimento adaptado, majoritariamente, para as áreas rurais dos países de terceiro mundo, com a finalidade de luta contra a pobreza, considerando as potencialidades locais e pondo ao alcance do pequeno camponês equipamentos e técnicas apropriadas de produção adaptadas às suas condições econômicas e ecológicas. Por outro lado, pode ser ampliado para as cidades que vivenciam a precariedade no atendimento das necessidades fundamentais dos indivíduos.

Segundo Brüseke (1994, p. 8), o ecodesenvolvimento condensa basicamente seis princípios, assim delineados:

- a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras;
- c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, f) programas de educação.

É importante destacar no conjunto de tais princípios a contemplação de questões variadas, porém complementares entre si. E mais, são questões relacionadas aos objetivos das políticas públicas⁴, pois estas últimas centram-se na ideia de intervenção na realidade atual em sintonia com as demandas futuras. Assim, envolvem a preocupação com a segurança social, preservação e conservação dos recursos naturais, o respeito à diversidade de culturas, o acesso aos serviços sociais básicos, a exemplo da educação como base do conhecimento para transformação sustentável da sociedade.

De igual modo, enquanto diretriz de desenvolvimento para o cotidiano dos indivíduos, a proposta do ecodesenvolvimento a) requer a constituição de uma autoridade horizontal; b) participação efetiva das populações locais na realização das estratégias; c) os resultados não podem ser privados das populações que o realizam em detrimento de intermediários, mercado nacional e internacional que se inserem nas comunidades locais (SACHS, 1986).

⁴ Um debate conceitual sobre os objetivos das políticas públicas está presente no último tópico deste capítulo.

Em suma, o ecodesenvolvimento difunde-se na produção de tecnologias apropriadas que possam contribuir para um desenvolvimento humano e social, que no caso das políticas públicas tais tecnologias podem ser pensadas no processo de operacionalização dos programas, projetos, serviços e benefícios.

Na esteira deste pensamento, Godard (1997) observa que na sua essência, o ecodesenvolvimento propunha estratégias particulares cujo objetivo é contribuir no processo de construção de uma nova sociedade que possa romper com os determinantes impostos pela lógica capitalista. Para o autor, a construção deste novo modelo de sociedade passa pela criação de estratégias que visam:

[...] atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, educação, saúde e participação nas decisões) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento, na adaptação das tecnologias e dos modos de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada ecozona, na valorização dos resíduos e na organização da exploração dos recursos renováveis pela concepção de sistemas cíclicos de produção sistematizando os ciclos ecológicos (Idem, p. 11).

Depreende-se desta assertiva que o ecodesenvolvimento, presente no pensamento de Sachs (1986), sintetiza formas que possam contribuir qualitativamente nas condições de vida das populações, com ênfase no cotidiano dos indivíduos menos favorecidos e parcialmente atingidos pela aplicabilidade das políticas públicas. Desta forma, entende-se que tal expressão é liame do crescimento quantitativo com o desenvolvimento qualitativo, buscando sempre a redistribuição de renda de forma equitativa.

Ainda neste contexto, destaca-se a Declaração de Cocoyoc, em 1974, fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – UNEP. As posições de Cocoyoc foram aprofundadas num relatório final sob a responsabilidade da Fundação Dag-Hammarskjöld⁵ com participação de pesquisadores e políticos de 48 países. Brüseke (1994) salienta que as descrições contidas neste relatório destacavam que o bem-estar do indivíduo depende do máximo acesso aos recursos necessários para a vida humana e não o mínimo disponibilizado pelo Estado. Desta feita, “[...] reatualizaram o conceito elaborado por Ignacy Sachs sem dar visibilidade ao termo ecodesenvolvimento” (NOGUEIRA; CHAVES, 2005, p. 135).

⁵ A fundação do Dag Hammarskjöld foi estabelecida em 1962 na memória do segundo secretário geral das Nações Unidas. O Dag Hammarskjöld (1905-1961), durante seu período como o secretário geral, de 1953 até sua morte em 1961, tornou-se conhecido como um empregado civil internacional extremamente eficiente e dedicado. Disponível em: <<http://ajonu.org/2012/10/17/a-biblioteca-dag-hammarskjold/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

A partir deste período, década de 1980, o supracitado termo “se tornou uma palavra mal apreciada, desaconselhável mesmo, e progressivamente substituída em inglês pela expressão *sustainable development*” (SACHS, 2009, p. 243), isto é, a emergência do **Desenvolvimento Sustentável**. Este foi difundido no Relatório Brundtland⁶ apresentado em 1987 por uma comissão da Organização das Nações Unidas – ONU, cujas conclusões resultaram no livro intitulado “Nosso Futuro Comum”.

O desenvolvimento sustentável passou a ser conhecido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Desenvolvimento este que incorpora nos seus objetivos o discurso de uma sustentabilidade na perspectiva de longo prazo, sem questionar a lógica do modo de produção capitalista, responsável, em grande medida, pelo acelerado processo negativo na condição de vida das populações.

Conforme a CMMAD (1991), este conceito traz consigo duas pontuações: 1) refere-se ao conceito de necessidades, sobretudo as necessidades das populações destituídas dos direitos sociais e que merecem ter prioridades no momento de operacionalização das políticas públicas; 2) a noção das limitações, isso porque o avanço das tecnologias e organizações sociais com interesses distintos impõem mudanças ao meio ambiente e com isso as necessidades das presentes e futuras gerações ficam fragmentadas. Contudo, é preciso refletir sobre quais as reais necessidades dos sujeitos que demandam políticas públicas? Pois, a forma como é tudo isso é tratado pela CMMAD não deixa claro, nem tão pouco rompe com os padrões desiguais do capitalismo.

A partir deste entendimento, o desenvolvimento sustentável enfatiza como objetivo final a satisfação das necessidades básicas e aspirações humanas de modo que as populações dos países em desenvolvimento tenham oportunidades equânimes no acesso à habitação, emprego, alimentação, vestimentas e serviços sociais. Em síntese, o CMMAD (1991, p. 49) certifica que:

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

⁶ A expressão Brundtland é referente à Gro Harlem Brundtland que, na ocasião era Ministra do Meio Ambiente da Noruega. Presidiu a Comissão Brundtland, da Organização das Nações Unidas, cujo evento voltava-se para estudos do meio ambiente.

Todavia, entende-se que este processo de transformação só pode ser concretizado se houver uma (re)discussão do sistema vigente, sobretudo, nos países ocidentais. Nesta ótica, alguns autores (NOGUEIRA; CHAVES, 2005; JATOBÁ et al., 2009) sustentam que o conceito de desenvolvimento sustentável foi, de modo geral, uma evolução do que outrora afirmava o ecodesenvolvimento, porém, com algumas ressalvas ideopolíticas diferenciais.

Comparados os conceitos, é possível notar que o primeiro tem uma proposta mais crítica ao modelo desenvolvimentista arraigado a partir dos anos 1950 e busca a superação da lógica capitalista vigente, a qual fomenta a divisão de classes sociais e corrói a efetividade das políticas públicas; enquanto que o segundo contempla uma visão mais conciliatória e apaziguadora das questões atuais. Suas propostas buscam superar os desafios da crise ambiental, porém, dentro da lógica do sistema capitalista.

Neste ínterim, Nogueira e Chaves (2005, p. 136) certificam que:

Enquanto o primeiro busca a superação da lógica individualista/predatória do capital, o segundo conceito busca responder aos desafios da crise ambiental mediante mecanismos que consolidam o sistema vigente, isto é, visa ao mesmo modelo de desenvolvimento sob uma ‘nova roupagem verde’. Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável é uma superação positiva para o capital dos princípios conceituais do ecodesenvolvimento, os quais representam um questionamento da lógica industrialista vigente num contexto de globalização econômica.

Importa salientar que o surgimento do chamado desenvolvimento sustentável fez emergir uma profusão de debates nos diferentes setores das sociedades em escala mundial, sendo alguns de negação sobre tal alternativa de desenvolvimento no contexto da sociedade de classes. O livro “Contra-discurso do Desenvolvimento sustentável” organizado por Fernandes e Guerra (2006) evidencia ser complexa a consolidação deste termo, levado em consideração o contexto atual, que nada mais é um campo de disputas, de desigualdade social e de busca pela riqueza material.

Carvalho (2006, p. 212) é um dos autores que se propõe a afirmar esta compreensão do “contra-discurso”. Para o autor, a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável não foi acompanhada de bases teóricas consistentes, tão pouco de “um método operacional que lhe proporcionem sustentação empírica”. Esses dois elementos são necessários “[...] para instrumentalizar decisões de políticas econômicas concernentes ao desenvolvimento sustentável”.

Nesta linha de análise, Fernandes (2006) explicita que as questões abordadas no Relatório Brundtland ficam à deriva de implementação, pois o contexto global está dominado pela hegemonia do sistema capitalista de maneira que a justiça social tão mencionada no

Relatório reduz-se a um problema burocrático como se fosse algo endógeno à realidade econômica, social e política das sociedades contemporâneas.

Neste sentido, compreende-se com base em Fernandes (2006) que a sustentabilidade do desenvolvimento, assim como dos discursos engendrados pelo Estado via políticas públicas apresentam fragilidades, principalmente pela má distribuição da riqueza entre as classes sociais, o que pode ser identificado,

na falta de condições mínimas de infraestruturas socioambientais básicas, tanto nas grandes cidades, quanto nos meios rurais. Grande parte da população vive em habitações inadequadas à vida humana, sem saneamento, sem água potável, sem equipamentos, maltratadas pelas doenças e pela falta de perspectiva social (Idem, p. 138).

Decerto que as políticas públicas quando intervêm de forma fragilizada na realidade social dos países, sobretudo aqueles em desenvolvimento como é o caso do Brasil, implica no agravamento de um cenário precário: condições ínfimas no que tange aos serviços sociais, consequentemente precariedade no cotidiano dos indivíduos ficando estes à margem do acesso a bens e serviços sociais básicos, ou seja, dos direitos sociais.

Os debates avançaram desde o Relatório Brundtland por meio de Congressos e Seminários que culminou com a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ou Eco-92, a qual foi convocada pela ONU em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. A Conferência objetivou avaliar como os países haviam promovido a proteção ambiental a partir dos debates que vinham prosseguindo desde os anos 1960 e discutir os encaminhamentos para questões específicas como as mudanças climáticas, proteção da biodiversidade entre outras. Com efeito, “apesar do interesse da ONU pelo Nosso Futuro Comum, a Declaração da Eco-92 acabou não atendendo as expectativas de muitos países. De fato, muitos problemas surgiram como consequência [...]” (CARVALHO, 2006, p. 202).

Convém registrar que tal encontro avançou “[...] na compreensão sobre os perigos do desenvolvimento capitalista-industrialista” (NOGUEIRA; CHAVES, 2005, p. 137), bem como, em razão do referido evento foi assinada a Declaração do Rio e a Agenda 21. Quanto à Agenda 21, Guimarães (1997) e Sachs (2009) enfatizam tratar-se de um plano de ação detalhado, cuja análise de sua efetividade ocorreu dez anos mais tarde com a realização da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada de Rio+10, em Johannesburgo, entre os meses de agosto e setembro de 2002.

Após realização de avaliação o que se pôde verificar, segundo Sachs (2009), foi um progresso parcial, especialmente no âmbito das políticas públicas, uma vez que colidiu com o

período de contrarreforma neoliberal, logo, parca intervenção do Estado brasileiro nos interesses públicos. “Tanto assim que os dez anos que se seguiram à conferência do Rio foram, em diversos aspectos, uma Rio-10. O entusiasmo arrefeceu” (p. 254).

Neste limiar do século XXI observa-se que as discussões sobre a sustentabilidade referente às propostas de desenvolvimento perduram. Sendo que o poder governamental, setor empresarial e sociedade civil são os maiores “anfitriões” dos debates, os quais possuem interesses diversos e opostos. Ao mesmo tempo, as discussões sobre a temática se apresentam como um desafio às ciências sociais, tendo em vista a compreensão de que as questões relacionadas à sustentabilidade se colocam hoje como objeto significativo de estudo entre os mais diversos segmentos, sobretudo, para os pesquisadores com interesse na área.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 realizada em Junho de 2012 faz parte das estratégias para o desenvolvimento dos países, e nesse contexto, do ponto de vista teórico, pode-se observar a ampliação do debate quanto à questão ambiental que passa a ser “reconhecida atualmente como uma problemática de caráter predominantemente social e político” (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 391).

O relatório Final da Rio+20 intitulado “O Futuro que Queremos” contém 283 pontos diluídos em 60 páginas, cujas discussões perpassam pelo reconhecimento e confirmação dos setores governamentais para com a população de um modo geral. Em seu parágrafo quarto, o documento preconiza que:

Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. [...] Para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes⁷ (ONU, 2012, p. 2).

O documento traz uma preocupação quanto ao desenvolvimento humano e social de maneira sustentável. Para tanto, a erradicação da extrema pobreza, a mudança nos modos de consumo e uma gestão qualitativa dos recursos naturais se fazem necessários, impactando diretamente na redução das desigualdades sociais.

⁷ O documento final foi publicado em todas as línguas oficiais das Nações Unidas: Árabe, Chinês, Inglês, Francês, Russo e Espanhol. Para o português foi revisada por Júlia Restrepo e Daniel da Silva, ambos da UFSC.

De outra parte, na ocasião de divulgação preliminar do Relatório, Organizações Não-Governamentais – ONGs publicaram uma carta com uma lista de signatários repudiando o documento da Rio+20, por meio da qual enfatizavam que o texto é considerado fraco e muito aquém da atual conjuntura global. Neste sentido, enfatizavam sobre “o futuro que queremos tem compromisso e ação, e não só promessas. Tem a urgência necessária para reverter as crises social, ambiental e econômica e não postergação. Tem cooperação e sintonia com a sociedade e seus anseios, e não apenas as cômodas posições de governos”⁸.

Não se pode perder de vista que a Conferência Rio+20 ocorreu exatamente vinte anos após a Rio-92 e 40 anos em relação a Conferência de Estocolmo. Por isso, algumas indagações reflexivas merecem ser destacadas: o início da Rio+20 será mesmo o começo de uma nova fase? O tão aludido desenvolvimento sustentável pode vir a se consolidar, sobremaneira, no viés da equidade e inclusão social? A sustentabilidade planetária que inclui, necessariamente, a efetividade das políticas públicas começa a ter ascensão?

Com o capitalismo industrial que continua a permear este início de novo século, tais indagações são uma aposta recheada de desafios, mas não impossível. Em análise última, o que se almeja, é uma caminhada rumo a um desenvolvimento que imprima a concepção de crescimento econômico e afirme um cenário onde o “social” se consolide, mas não só, como viga mestra deste processo.

De acordo com Perch (2012)⁹, assevera-se que:

Com as atenções da sociedade civil e dos formuladores de políticas convergindo em torno dos potenciais resultados da Conferência Rio+20, é necessário reconhecer que o desenvolvimento social ainda está aquém do progresso econômico, e que as medidas usadas na avaliação do desenvolvimento sustentável precisam caminhar para além do aspecto quantitativo. Embora tenham ocorrido avanços e inovações desde a Eco-92, estruturas macropolíticas que beneficiem a todos, especialmente os pobres e vulneráveis, geralmente ainda são a exceção e não a regra.

A partir da referida colocação, reitera-se que as políticas públicas, e neste caso deve-se pensar no Brasil, são ferramentas de suma importância para vislumbrar novos cenários de condições e qualidade de vida para as populações. Embora, seja sabido que a proposição dessas políticas engendra-se num contexto econômico, político, social e histórico. Os estilos de enfrentamento e busca pelo verdadeiro desenvolvimento sustentável não se resume ao

⁸ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/ongs-divulgam-carta-de-repudio-a-documento-da-rio-20>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

⁹ Leisa Perch é coordenadora de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas (IPC-IG, Brasília). Suas palavras aqui citadas referem-se a uma série de reportagens publicadas no site do IPEA. Neste caso, refere-se à Edição 72. Ano 9. de 15 de Jun. 2012.

aspecto quantitativo, pelo contrário, deve-se somar ao aspecto qualitativo protagonizando um quadro de equidade social.

Diante deste contexto, é fundamental debater sobre a sustentabilidade das ações e atividades concretizadas pelas políticas públicas. Debate este que envolve o acesso, permanência, equidade, localidade; enfim, elementos que devem estar presentes no momento da elaboração, implementação e operacionalização das políticas.

O percurso até aqui feito desvela vários momentos, mas não todos, os quais sinalizam para a discussão da sustentabilidade numa perspectiva histórica. Assim, levando em conta o objeto de estudo em questão, pode-se situar o seguinte quadro de linha do tempo, o qual busca sintetizar a evolução de todo o processo que se volta para as questões ambientais e com isso a discussão da sustentabilidade.

Ano	Marcos Ambientais Internacionais	Ideias centrais	
1968	Clube de Roma	Sinais de preocupação com o uso dos recursos naturais; Desaceleração do desenvolvimento industrial; Planeta não tem suporte para a explosão populacional; Crescimento zero.	
1972	Conferência de Estocolmo	Relação homem e meio ambiente; Problemática ambiental ocorre em escala global; Ampliação dos debates sobre o crescimento populacional.	40 anos
1973	Ecodesenvolvimento	Estilo de desenvolvimento adaptado para as áreas rurais, sobretudo, dos países subdesenvolvidos.	
1974 ^a	Reelaboração do Ecodesenvolvimento	Trata-se de tecnologias apropriadas; Forma de contribuição para as necessidades básicas; Participação de todos os atores sociais.	
1974 ^b	Declaração de Cocoyoc;	Bem-estar do indivíduo depende do máximo acesso aos recursos necessários para a vida humana.	
1987	Relatório Brundtland	Nosso Futuro Comum; Conceito de Desenvolvimento Sustentável – relação entre o presente e o futuro das gerações.	20 anos
1992	Eco-92	Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração do Rio; Agenda 21 – reflexão entre os países de forma global e localmente sobre as soluções para os problemas socioambientais;	
1997	Protocolo de Quioto	Intensas preocupações sobre o combate ao aquecimento global.	10 anos
2002	Rio+10	Avaliação decorridos 10 anos da Eco-92.	
2012	Rio+20	O futuro que queremos; Afirmação e preocupação entre os países sobre um desenvolvimento sustentável.	

Quadro 1 – Linha cronológica sobre os Eventos Centrais relacionados à Sustentabilidade.

Fonte: Sistematização do pesquisador a partir da fundamentação teórica nos autores supracitados.

Na contemporaneidade os aspectos conceituais postulados em torno da sustentabilidade são de que não se tem um estado de consenso nos debates. Logo, esta expressão se apresenta, tal como a realidade social, de maneira dinâmica e processual. Em se tratando do desenvolvimento sustentável, argumenta-se ser “[...] um processo de mudança, no qual a exploração dos recursos, a dinâmica dos investimentos, e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consistente face às necessidades tanto atuais quanto futuras” (SVEDIN apud SACHS, 2002b, p. 474).

Guimarães (1997; 2001), Sachs (2002a; 2002b; 2008; 2009) e Bellen (2007) descortinam por meio de seus estudos que a discussão da sustentabilidade é inerente à sociedade atual. De certo que situar esta categoria no bojo do atual sistema de “capitalismo selvagem” dificilmente se concretizará os objetivos das propostas de desenvolvimento nas bases do Ecodesenvolvimento.

Por outro lado, tais autores acreditam que a afirmação das propostas pensadas na vertente do Ecodesenvolvimento caminha na direção de alternativas para uma sociedade imbuída de conceito, onde a distribuição de renda e equidade no acesso às políticas públicas são consideradas elementos fundamentais para a vida das populações.

Nessa direção de análise, Chaves (2012) evidencia que do ponto de vista prático, a sustentabilidade corresponde a:

Práticas que consistem num processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro *no sentido da sustentabilidade da vida humana e da construção da autonomia dos povos* (informação verbal¹⁰) (grifo da autora).

Sem dúvida, tal enunciado deslinda que a efetivação de uma sociedade na perspectiva da sustentabilidade precisa passar por transformações que caminhem para a autonomia e o protagonismo social da pluralidade de povos existentes no contexto global.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que falar de sustentabilidade no cenário atual requer um entendimento não só ambiental ou ecológico, é mais que isso; tal expressão precisa ser entendida num campo mais amplo envolvendo outras dimensões que caracterizam sua compressão. Destarte, Sachs (2002a, 2002b, 2008), ao considerar o conceito dinâmico da sustentabilidade na perspectiva do ecodesenvolvimento, salienta que sua abordagem vai além

¹⁰ Em aula proferida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, no segundo semestre de 2012.

da tríade debatida no desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental – e se espalha, também, para o campo das questões políticas, territoriais, culturais entre outras.

Para Guimarães (2001), o conceito de sustentabilidade, imbuído por distintos aspectos teóricos, norteia sua compreensão ampla de findar numa ótica que leva à direção da justiça e equidade social; conservação do sistema de valores, prática e símbolos de identidade; agudiza a discussão da democracia, acesso e participação nas decisões políticas, e põe em discussão a realidade plural que forma um determinado território.

Fundamentando-se nos autores supramencionados, é importante discutir e compreender as diferentes dimensões da sustentabilidade relacionando-as com a viabilidade das políticas públicas no contexto brasileiro, de modo que a discussão teórica proporcione o desvelar de elementos para identificação e análise da existência de sustentabilidade das políticas, entre as quais se destaca a Assistência Social.

1.2 AS VÁRIAS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: DISCUSSÃO CONCEITUAL

No início do século XXI os resultados das discussões desenvolvidas em torno da sustentabilidade permitem inferir que de fato, trata-se de um termo dinâmico, articulado por um conjunto de forças e seus princípios teóricos convergem para um leque de dimensões, as quais têm suas bases, sobretudo, nos estudos de Sachs (1986) sobre o Ecodesenvolvimento.

Este tópico faz uma discussão sobre as dimensões da sustentabilidade à luz dos estudos de Sachs (1986; 2002a; 2002b; 2008), Guimarães (2001) e Bellen (2007). Optou-se pelas contribuições desses autores, pois abordam a categoria de sustentabilidade numa conjuntura ampla, sob vários enfoques e suas ideias são fecundas quanto à compreensão da sustentabilidade como uma realidade em movimento processual e, portanto, necessária de se debater neste atual contexto em que vem se percebendo a parca intervenção das políticas públicas nos diversos municípios Brasileiros. No decorrer das colocações dos autores os conceitos das dimensões em alguns pontos se cruzam, em outros se complementam.

É pertinente ressaltar que dentre as dimensões discutidas trabalhar-se-á a sustentabilidade social de forma mais aprofundada. Isso porque, o objeto de estudo em questão centra-se nesse âmbito, assim como está articulada com os objetivos da política pública de Assistência Social, servindo como diretriz de análise para esta última. O quadro abaixo elenca o mapa das dimensões da sustentabilidade presente nas produções científicas dos autores supracitados:

Autor	Produção Científica	Dimensões da Sustentabilidade
Ignacy Sachs	• Artigo: Estratégias de transição para o século XXI.	Social, econômica, ecológica, espacial e cultural.
	• Livro: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável	Social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política (nacional), política (internacional).
	• Artigo: Desenvolvimento Sustentável, Bio-Industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil.	Social, econômica, ecológica, geográfica, cultural.
	• Livro: Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.	Social, econômica, ambiental, política, territorial.
Roberto Guimarães	• Artigo: Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas.	Social, econômica, política, demográfica, ambiental, institucional, cultural, política planetária.
	• Artigo: A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento.	Ambiental, econômica, ecoambiental, cultural, política, social.
Hans Bellen	• Livro: Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa	Social, econômica, ecológica, geográfica, cultural.

Quadro 2 – Dimensões da Sustentabilidade baseadas em Sachs, Guimarães e Bellen.

Fonte: Sistematização do pesquisador, 2013.

Na ótica dos autores supramencionados revela-se que a análise teórica da sustentabilidade está situada em diversas dimensões. Contudo, a partir desta leitura entende-se que há apenas uma difusão dos termos, na essência os conceitos se entrelaçam, por isso optou-se por ponderar abaixo apenas cinco questões, seguindo a respectiva ordem: econômica, ambiental, política, territorial e social, dando especial atenção ao pilar social.

• *Econômica*

Para Sachs (1993), a abordagem desta dimensão se torna possível, em vista da necessária alocação e gerenciamento eficiente dos recursos e de um fluxo constante dos investimentos públicos e privados. É preciso refletir sobre os limites e possibilidades quanto aos investimentos na ciência e tecnologias. É de suma importância que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira intersetorial e equilibrado, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde o social continua à margem do sistema de progresso.

Com base na leitura de Sachs (2002a; 2002b; 2008), a viabilidade econômica é questão *sine que non* para que as mudanças aconteçam, é uma necessidade, porém, não pode ser condição prévia para as outras dimensões. Assim, prima por uma capacidade de modernização contínua referente aos instrumentos de produção que subsidiam a economia do país.

Bellen (2007) ressalva que a sustentabilidade econômica abrange certa alocação e distribuição eficiente dos recursos naturais. Assim, embasando-se nos estudos de Turner et al. (1993), o referido autor afirma que hoje a discussão econômica está estritamente vinculada à sociedade e o meio ambiente de modo que a sustentabilidade pode ser pensada em dois patamares: forte e fraco. Ambos imbricados na ideia do quanto é necessário a preservação de capital social e natural para os presentes e futuras gerações.

O capital natural é, por assim dizer, constituído pela base de recursos renováveis e não-renováveis, pela biodiversidade e capacidade de absorção de dejetos dos ecossistemas. Neste sentido, “dentro do conceito de sustentabilidade forte, todos os níveis de recursos devem ser mantidos e não reduzidos, e no conceito de sustentabilidade fraca se admite a troca entre os diferentes tipos de capitais, na medida em que se mantenha constante o seu estoque” (BELLEN, 2007, p. 35).

Na visão de Guimarães (1997; 2001) este pilar da sustentabilidade está estritamente relacionado ao viés social. Por isso, a política econômica deve privilegiar o contexto dos mercados nacionais de modo a buscar a satisfação das necessidades básicas e, conseqüentemente, menos desigualdade social e melhor distribuição das riquezas. Embora, é pertinente dizer que no contexto do capitalismo não há possibilidade de distribuição equitativa da riqueza econômica.

Para o autor é preciso pensar numa justiça produtiva e distributiva, pois estas levam à igualdade de oportunidades na participação do sistema econômico e “busca garantir a todo indivíduo os benefícios do desenvolvimento de acordo com seus méritos, suas necessidades, suas possibilidades e as dos demais indivíduos” (Idem, 2001, p. 59). Em outras palavras, é o reconhecimento do poder local como forma de recebimento efetivo dos recursos que certamente contribuirá para a autonomia e emancipação social.

Pelo exposto, cumpre assinalar que a sustentabilidade econômica assenta-se numa relação profícua com as políticas públicas. Nota-se isto quando se observa que as políticas públicas revelam, “no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais” (TEIXEIRA, 2002a, p. 3).

Muitas destas políticas objetivam promover o desenvolvimento, criando estratégias de geração de renda para seus beneficiários e fortalecendo os laços sociais dos indivíduos. A política de Assistência Social é exemplo desse processo, pois seus documentos legislativos ratificam que, em muitas de suas atividades deve contribuir para a inclusão produtiva, o

protagonismo social, a qualificação profissional (em parceria com outras instituições) (BRASIL/PNAS, 2004; RIBEIRO, 2011), entre outras questões que findam na compreensão da sustentabilidade econômica.

- *Ambiental*

A problemática da questão ambiental é por natureza uma preocupação perdurante há décadas na aldeia global. As últimas quatro décadas do século XX, por meio dos mais variados eventos nacionais e internacionais já sinalizavam para a necessidade de conservação e preservação da biodiversidade, bem como a chamada de atenção para a forma predatória gerada sob a égide do capitalismo.

Em razão disso, Sachs (2002a) afirma que a dimensão ambiental centra-se no processo de respeito em relação ao uso dos ecossistemas naturais, tendo o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida. Desse modo, “a principal preocupação é relativa aos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente” (BELLEN, 2007, p. 37).

Neste prisma, Sachs (1993; 2002b) sugere o consumo limitado de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos, pois são facilmente esgotáveis ou danosos ao ambiente, substituindo-os por outros renováveis e/ou abundantes, desde que seu uso seja de forma não agressiva; redução de resíduos e de poluição, por meio da conservação de energia, de recursos e da reciclagem; intensificação da pesquisa, já que esta oportuniza a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos, as quais são eficientes no uso dos recursos para o desenvolvimento rural, urbano e industrial; e, ainda, definição de normas adequadas para o quadro de proteção ambiental por parte das instituições ligadas diretamente à esta realidade.

Guimarães (1997; 2001) corrobora com tais assertivas e assinala a importância de se ter um desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável no acesso e uso dos recursos naturais, bem como na preservação e conservação da biodiversidade. Em se tratando dos recursos renováveis, a taxa de exploração destes deveria ser equivalente à taxa de recomposição, o que traria benefícios qualificáveis para as populações. Nota-se com isso que, quanto mais houver devastação da natureza e as políticas públicas neste âmbito não efetivarem plausivelmente seus objetivos, menor será a sustentabilidade ambiental.

Certamente que na atualidade já se tem políticas públicas voltadas para as questões ambientais, visando à conservação e/ou preservação da natureza. Pode-se citar as Unidades de Conservação (UCs), as políticas estaduais de desenvolvimento sustentável, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, entre outras que vão ao encontro da construção de uma

proposta concreta de sustentabilidade ambiental. Apesar de que isto tem gerado contínuos debates sobre seus impactos no cotidiano de vida dos indivíduos.

Conforme os estudos de Silva, P. (2012) e Rodrigues et al. (2013), nas comunidades ribeirinhas do Amazonas as UCs tem ocasionado limites e perspectivas para a realidade dos comunitários. Por um lado, influencia na participação dos comunitários nas tomadas de decisões das Associações, haja vista a assiduidade nas atividades de natureza coletiva; por outro, incide negativamente na geração de renda dos comunitários, já que são limitados nas práticas socioculturais e atividades produtivas, tais como a caça, pesca, agricultura e extração de madeira.

- *Política*

Esta assume relevância por tratar do processo de reconciliação do desenvolvimento com a conservação da biodiversidade. Decerto que para isso o Estado tem papel primordial, tendo em vista a necessidade de implementação de um projeto nacional em parceria com as instituições empreendedoras e sociedade civil a fim de manter um diálogo contínuo e de justiça social na direção de consolidação dos direitos sociais (SACHS, 2002a).

Além disso, destaca-se a ideia de um desenvolvimento baseado numa relação norte-sul cujo princípio de regência seja o da equidade e justiça social, sem desmerecimentos entre um e outro, isto é, um processo democrático. Para Sachs (2008, p. 15-16) “a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda a diferença”.

Conforme Guimarães (2001), o fundamento principal desta dimensão da sustentabilidade é justamente a questão da democracia e construção da cidadania. Em nível macro, pode-se falar da democratização da sociedade e, em nível micro, o caráter democrático do Estado. Assevera o autor:

O primeiro desses objetivos pressupõe o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, a redistribuição de ativos e de informação aos setores subordinados, o incremento da capacidade de análise de suas organizações e a capacitação para a tomada de decisões. O segundo se concretiza pela abertura do aparato estatal ao controle cidadão, pela reforma dos partidos políticos e dos processos eleitorais, e pela incorporação do conceito de responsabilidade política na atividade pública (Idem, p. 58).

Esta afirmativa depreende que a sustentabilidade política ocorre em dois níveis, todavia, inter-relacionados. O primeiro pressupõe o fortalecimento das diversas instituições

localizadas nos setores considerados subordinados, tendo em vista a necessidade de organização destes para a tomada de decisões frente ao que é imposto pelo Estado. Já o segundo, corolário do primeiro, pressupõe uma intervenção do Estado numa relação direta e sob o controle do cidadão quanto à fiscalização e efetivação das políticas.

É necessária também uma reforma dos partidos políticos, isso porque, a afirmação de um cenário pautado na igualdade, equidade e efetividade dos direitos sociais, exige políticos que sejam comprometidos com todos os âmbitos da sociedade e tenham, acima de tudo, responsabilidade política no exercício da coisa pública. Do contrário, “corre-se o risco de que as políticas do Estado sejam transformadas em nada mais que uma ambulância que recolhe os feridos e ‘descartáveis’ de uma globalização neoconservadora [...]” (GUIMARÃES, 2001, p. 59).

Teixeira (2002a) alerta que a presença da sociedade civil nas políticas públicas torna o processo de publicização fundamental, uma vez que tratam de recursos públicos e situam-se num campo extremamente contraditório e de interesses diversos. No que concerne à política pública de Assistência Social, esta preconiza, na sua operacionalização, a participação da sociedade civil via conselho municipal, estadual e nacional. Os quais podem: avaliar, fiscalizar e exercer o controle social sobre aquilo que está sendo concretizado. Isto feito, presencia-se a relação da sustentabilidade política no campo da Assistência Social.

Para Ribeiro (2013), ao estender a dimensão política para o trabalho desenvolvido nos CRAS, esta pode estar assentada no processo de politização dos indivíduos a partir do momento em que os profissionais dialogam com os usuários na perspectiva dos direitos com respaldo ético e sem privilégios entre um e outro. Embora, isto nem sempre aconteça devido o descompromisso de alguns profissionais no cotidiano da prática.

- ***Territorial***

Esta dimensão da sustentabilidade envereda-se para um caminho que norteia a relação rural-urbana no âmbito de implementação das políticas públicas, levando em conta a dinâmica territorial local.

Sachs (2002a, p. 86) define a sustentabilidade territorial da seguinte maneira:

Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para as áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

Desta citação pode se fazer duas reflexões importantes. A primeira é quanto à configuração rural-urbana numa perspectiva balanceada. A questão da urbanização no Brasil tem suas maiores incidências a partir da década de 1950 quando ocorre o acelerado processo de industrialização, sendo resultado, entre uma série de outros, da política desenvolvimentista engendrada no governo Juscelino Kubitschek. É importante destacar que a área urbana nem sempre conta com infraestrutura adequada pelos processos de crescimentos desordenados e desresponsabilização do poder governamental. E as políticas públicas, por sua vez, atuam de forma fragmentada fazendo com que o indivíduo migre para a cidade haja vista a necessidade por melhores trabalhos, renda e qualidade de vida.

Nessa direção a sustentabilidade requer um cenário onde o ambiente sofra a intervenção qualificada das políticas públicas e estas se afirmem em territórios específicos, priorizando a realidade local. Além disso, essa relação rural-urbana compreende a necessidade de investimentos equitativos nos municípios sem privilégios entre um e outro. Assim como, a criação de políticas públicas de acordo com a realidade para onde está sendo destinada. Seria, no dizer de Guimarães (1997; 2001), a intervenção ética das políticas por um desenvolvimento que não seja apenas econômico, mas também, político, cultural e social.

O segundo ponto de destaque é para as disparidades inter-regionais e as estratégias de desenvolvimento pensadas na ótica do ecodesenvolvimento. Disso, infere-se que as políticas públicas assumem papel de extrema importância por afiançarem nos seus objetivos direcionamentos que levam ao desenvolvimento de certo território sem o estabelecimento de privilégios.

Nesta lógica, o conceito de território têm interpretações diversificadas e varia conforme as áreas do conhecimento científico. Haesbaert (2009) sinaliza que tal discussão espalha-se pelo campo da geografia, ciência política, economia, antropologia, sociologia e psicologia de modo que cada área possui enfoques diferenciados. Ao fazer uma leitura sobre os diversos campos, o referido autor observa que dois pontos são perceptíveis neste processo: o entendimento do território como espaço limitado geograficamente; e o lugar das relações e construção identitária dos indivíduos nele situados.

Para Bronzo (2007), definir a categoria território como um espaço que se pode demarcar fisicamente é importante para planejar as estratégias de intervenção das políticas públicas. Contudo, tal questão não é suficiente para medir a qualidade dessas políticas. Assim, Santos e Silveira (2011, p. 20) vão além desta compreensão e afirmam que o território deve ser estabelecido como espaço usado. Nas palavras dos autores, “essa categoria, território

usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” por uma dada população.

Santos (2002) ressalta que o território é formado pelo chão e mais a população; isto é, um entrelaçamento que configura o lugar e a identidade dos sujeitos envolvidos. Neste sentido, o território constitui-se base do trabalho, da residência, bem como das trocas materiais e imateriais da vida sobre os quais ele influi. O território é resultado das territorialidades¹¹ que, de certa forma, se confundem na teia de produção e reprodução das relações sociais concretas.

Diante disso, verifica-se a importância da discussão do aspecto conceitual de território no processo de implementação e operacionalização das políticas públicas enquanto fator que contribui de forma significativa para a sustentabilidade desta. Isso porque, conjecturar uma política pública a partir da dimensão territorial significa considerar o contexto histórico da cotidianidade, o cenário cultural da população que faz parte desse território, ou seja, a teia das relações sociais construídas e reconstruídas no cotidiano de determinada cultura ou localidade.

Em face desse panorama, salienta-se que desde 2004, a política pública de Assistência Social por meio da PNAS vem incorporando na sua operacionalidade a perspectiva territorial em vista de uma melhor efetividade nos municípios das regiões brasileiras. Compreende que é perceptível a pluralidade sociocultural dos 5.570 municípios e, portanto, necessita levar em consideração tal questão no momento de efetivar as ações e serviços socioassistenciais aos seus usuários.

A política de Assistência Social prima, no seu contexto geral, por um desenvolvimento humano e social e sua efetividade conforme o preconizado nos documentos legislativos contribui para o desenvolvimento local de determinado território (COELHO, 2006; BRASIL/PNAS, 2004). Muito embora, para isso ocorrer, é necessário que o Estado e a sociedade civil mantenham uma relação profícua de debates, porém, isto ainda é um desafio frente ao contexto atual permeado por um projeto neoliberal que é excludente e desigual, logo, sem distribuição equitativa da renda.

¹¹ Na atualidade, o debate em torno da categoria território se complexifica tendo em vista sua profusão teórica com a discussão de territorialidade. Para Saquet (2009, p. 79), o território configura-se como um espaço natural e social, sendo, portanto, produzido pelos diferentes atores através da informação, dos valores, efetivação das redes de comunicação, das atividades produtivas, bem como das representações simbólicas firmadas no cotidiano de vida. Neste processo, a territorialidade “significa as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território”. Porquanto, o território trata-se de uma construção coletiva e com múltiplas territorialidades.

- *Social*

Esta dimensão da sustentabilidade requer uma discussão teórica mais aprofundada, pois está diretamente relacionada ao objeto de estudo em questão, bem como ao papel das políticas públicas, a exemplo da Assistência Social. Desse modo, é pertinente abordá-la num paralelo com outras questões voltadas para o âmbito do social e sua relação com a sustentabilidade.

De acordo com Foladori¹² (2002), a categoria social de sustentabilidade é a que mais tem gerado discussões nos últimos trinta anos do século XX e perdura neste início do século XXI. Isso porque, o período que antecede a década de 1990 perfaz um momento do qual os teóricos defendiam que a sustentabilidade social pairava sob duas questões principais: a pobreza e o incremento populacional. Ou seja, o debate que se presenciava na época era de que a existência da pobreza e o aumento da população estariam ligados à insustentabilidade social. Discussão esta que retomava a filosofia malthusiana.

Assim, discutia-se que tal relação implicava na degradação ambiental. Para explicar tal concepção, Foladori (2002) sinaliza duas fases sequenciadas. A primeira caminha desde a década de 1960 até os anos 1990. Nesta, perdura um ponto de vista hegemônico a partir do Banco Mundial, ONU, entre outras instituições, tendo como hipótese central a ideia da “espiral descendente” ou “círculo vicioso”. Esta hipótese compreendia que os pobres eram tanto agentes (pois, a falta de recursos instigava-os para maior utilização dos recursos naturais e, conseqüentemente, a depredação), bem como vítimas (pois, a falta de dinheiro os obrigava para o processo de migração em áreas degradadas) da degradação ambiental. A solução para esta questão seria o crescimento e desenvolvimento econômico.

A segunda fase emerge a partir da década de 1990, quando se refuta a hipótese do círculo vicioso e cria-se a hipótese do “duplo caminho”. Significa dizer a não culpabilização da pobreza e maior investimentos do Estado para combatê-la. Para que houvesse esta mudança foram necessárias algumas premissas, assim elencadas:

[...] b) A pobreza não deve ser considerada como a causa principal da degradação; é preciso que se considerem as políticas governamentais bem como os grupos de poder e os setores ricos; c) Tanto a pobreza quanto a degradação ambiental podem ter uma mesma causa: a falta de recursos ou de direitos de propriedade sobre esses recursos; d) Exemplos de sociedades agrícolas menos integradas ao mercado mostram um maior equilíbrio ambiental; a degradação poderia vir com a integração mercantil (FOLADORI, 2002, p. 109).

¹² As contribuições de Foladori (2002) são importantes nessa parte, pois, este autor faz uma retomada histórica, desde os anos 60 até 90, especificamente sobre a sustentabilidade social.

Para o referido autor esta hipótese do duplo caminho pressupõe o debate sobre a implementação de políticas públicas em diversos âmbitos das sociedades, tendo como finalidade principal o combate à pobreza, a exemplo das políticas de emprego, moradia, educação e saúde. Além do mais, considera-se o incremento das capacidades humanas de modo que a qualidade de vida deve ser pensada como objetivo e não ponte para uma natureza mais saudável.

Não obstante, é importante salientar que, tanto a primeira como a segunda hipótese, não significam alterações no processo das relações sociais de produção. Por isso, é coerente afirmar que a hipótese do duplo caminho, apesar de sua proposta ser mais plausível, mesmo assim apresenta incoerências (Idem, 2002). Visto que, sugere uma participação do setor público com políticas específicas para cada problema, em contraposição, vivencia-se a eminência de políticas macroeconômicas internacionais de projeto neoliberal, as quais primam pela privatização e redução dos gastos sociais, tendo como premissa a redução do papel do Estado na redução econômica.

Decorre dessas considerações que apesar dos avanços nos planos teóricos e práticos, o debate sobre a necessidade de implementação de um desenvolvimento sustentável “continua basicamente atrelado a um desempenho técnico, dentro das regras do jogo do sistema de mercado capitalista, sem atingir nem questionar as relações de propriedade e apropriação capitalistas, que geram pobreza, diferenciação social e injustiça” (Idem, p. 172).

Nessa direção, concorda-se com o autor ao mencionar a complexidade de implementação de um efetivo desenvolvimento sustentável, considerando que a sociedade está balizada na ótica do mercado capitalista.

Assim, ao se discutir sobre as dimensões da sustentabilidade, é necessário pensar primeiramente no viés “social”. Pois, esta dimensão é importante porque se constitui na própria finalidade do desenvolvimento (SACHS, 2002a).

Busca-se com a sustentabilidade social estabelecer um processo de desenvolvimento conduzido por um padrão de crescimento, no qual haja distribuição equitativa de renda a fim de assegurar uma melhoria substancial dos direitos das massas populacionais (SACHS, 1993; 2002b). Isso implica na redução do abismo dos padrões de vida entre os detentores do capital e a classe trabalhadora.

De maneira mais afirmativa, Sachs (2002a, p. 85) pontua que: “[prima pelo] alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno

e/ ou autônomo com qualidade de vida decente; igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais”.

Percebe-se nas considerações do autor que a sustentabilidade por um cenário social precisa, antes de tudo, da homogeneidade social e de renda entre os sujeitos. Ou seja, uma vida digna requer o acesso, por parte das populações, a emprego assegurado todos os direitos que lhe são peculiares e ascensão nos serviços públicos os quais oportunizam ao cidadão participação efetiva nas políticas públicas. Neste sentido, Sachs (2008) ratifica que ela é baseada no imperativo ético de solidariedade entre a geração atual e as gerações futuras.

Em consonância com essa compreensão, Guimarães (1997) salienta que a sustentabilidade social tem como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida. Neste ponto, chama atenção para os países subdesenvolvidos, onde os serviços públicos gravitam em torno de precariedade social.

Especialmente nos países periféricos, com graves problemas de desigualdade e de exclusão social, os critérios básicos são os da justiça distributiva, para o caso de bens e de serviços, e da universalização da cobertura, para as políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social (GUIMARÃES, 1997, p. 36).

Esta concepção é reiterada por Bellen (2007) ao enfatizar que buscar a relação de igualdade, equidade e acessos aos serviços sociais, trata-se de uma questão complexa nesta conjuntura atual, mas não impossível. Implica na direção do verdadeiro bem-estar humano, o qual só será possível quando, dentre outros fatores, todos estiverem abarcados pelos objetivos concretos das políticas públicas, incluindo saúde, assistência social, educação, trabalho, habitação, entre tantas outras. Neste ínterim, Bellen (2007, p. 37) postula que:

A preocupação maior é com o bem estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida dessa condição. O conceito de bem-estar não é fácil de construir nem medir. A questão da riqueza é importante, mas é apenas parte do quadro geral da sustentabilidade.

Mesmo na vigência do sistema capitalista, tratar de bem-estar do indivíduo alude necessariamente na implementação efetiva das políticas públicas a partir da responsabilização do Estado para com as populações. Uma vez atuando de forma plausível, tais políticas contribuem significativamente para o acesso dos sujeitos ao mercado de trabalho formal e ao bem-estar humano numa perspectiva mais humana.

Embora no Brasil, segundo Sachs (2009, p. 348) “salta os olhos que ele deve privilegiar em seus investimentos as indústrias de alto nível técnico, que favoreçam a

modernização do aparelho produtivo e facilitem a inserção de sua economia na divisão internacional do trabalho”. Contudo, é oportuno dizer que “esse núcleo modernizador, que vai mobilizar o essencial dos recursos financeiros, criará pouquíssimos empregos diretos” tendo em vista baixa escolaridade de grande parte das populações. Logo, vive-se uma contradição quando se fala em desenvolvimento dos serviços sociais e redução da extrema pobreza, que a bem dizer, nada mais é do que política (in)sustentável de governo.

Nesta perspectiva de análise debater sobre a dimensão social da sustentabilidade, reflete na discussão sobre a questão social, isso porque, suas refrações incidem diretamente na realidade dos sujeitos que, muitas vezes, se encontram sem acesso aos serviços e direitos sociais, assim, acabam por situar-se num estado ínfimo de qualidade de vida.

Para Iamamoto (2008), as refrações da questão social podem ser visualizadas em vários aspectos da vida cotidiana. Os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, no contexto habitacional, nas políticas setoriais como saúde, educação, assistência social, entre tantos outros. No dizer da referida autora:

A questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 27).

Com as inflexões rotuladas, hoje, em virtude do projeto neoliberal que permeia a sociedade capitalista brasileira, onde a globalização, a flexibilização e precarização nas relações de trabalho imperam, é fundamental repensar a questão social e como esta se aplica nos âmbitos dessa sociedade. É conhecendo suas refrações de maneira estrutural e política que se podem encontrar caminhos plausíveis para seu enfrentamento de maneira qualificada e propositiva.

Situando outro ponto de vista sobre a noção da questão social, têm-se as contribuições de Silva, C. (2012). Ao fazer uma análise numa perspectiva particular do cenário brasileiro, especificamente sobre a Amazônia, a autora explicita que para uma discussão crítica-reflexiva acerca da questão social devem-se levar em consideração as particularidades que formam o quadro situacional do Brasil, mantendo sempre uma relação com o sistema de produção vigente.

Em outras palavras, “evidencia-se que a questão social não é somente a manifestação da desigualdade social existente, mas uma questão política que perpassa as relações de classe no desenvolvimento do modo de produção capitalista” (SILVA, C. 2012, p. 182). Assim,

considerar a realidade local e como está organizada do ponto de vista geográfico, cultural, político e social é uma tarefa que traz contribuições para entender a essencialidade da questão social.

Em vários municípios da Região Norte aonde vem se desenvolvendo pesquisas (tais como em Maués, Parintins, Caapiranga, Iranduba), é possível observar que as refrações da questão social estão atreladas à dinâmica cotidiana em que os sujeitos buscam por qualidade na condição de vida, acesso ao mercado de trabalho e aos bens e serviços sociais básicos (RODRIGUES, 2009; CHAVES et al., 2010; LIRA et al., 2013).

Nessa direção, Silva, C. (2012, p. 26) pondera que:

A questão social se expressa na região em busca de melhores condições de vida e trabalho e, conseqüentemente, de proteção social na realidade local, essas conquistas se manifestam por meio de programas de saúde, educação embora insuficientes face às necessidades [e muitas vezes sem considerar as especificidades regionais, isto é, a cultura local].

A partir da leitura de Jatobá et al (2009) entende-se que a questão social está estritamente vinculada à discussão da sustentabilidade. É um elemento fundamental que tem maiores repercussões após década de 1980 quando se percebe a necessidade de considerar a inclusão social nas suas diversas escalas – local, nacional e global. As contradições das propostas de desenvolvimento sustentável no âmbito governamental são elementos que vão corroborar para o debate sobre a questão social neste processo.

Assim sendo, as políticas públicas assumem papel de grande relevância, pois atua nas diversas problemáticas existentes num dado território. No caso em questão, a política de Assistência Social caminha nesta direção, uma vez é voltada para os indivíduos e seus familiares com intuito de fortalecer os laços entre estes, contribuir na qualidade de vida e, de alguma forma, na complementação de renda na medida em que são repassadas oficinas socioeducativas e profissionalizantes aos usuários da política (BRASIL/PNAS, 2004).

Diante, pois, desse panorama, fica notório que as dimensões da sustentabilidade estão articuladas entre si. Cada uma possui especificidades, porém, caminham juntas na medida em que se pode relacioná-las com os objetivos das políticas públicas com intuito de melhores condições de vida para as populações a quem são destinadas tais políticas. A figura na sequência dinamiza a articulação entre as dimensões em questão.

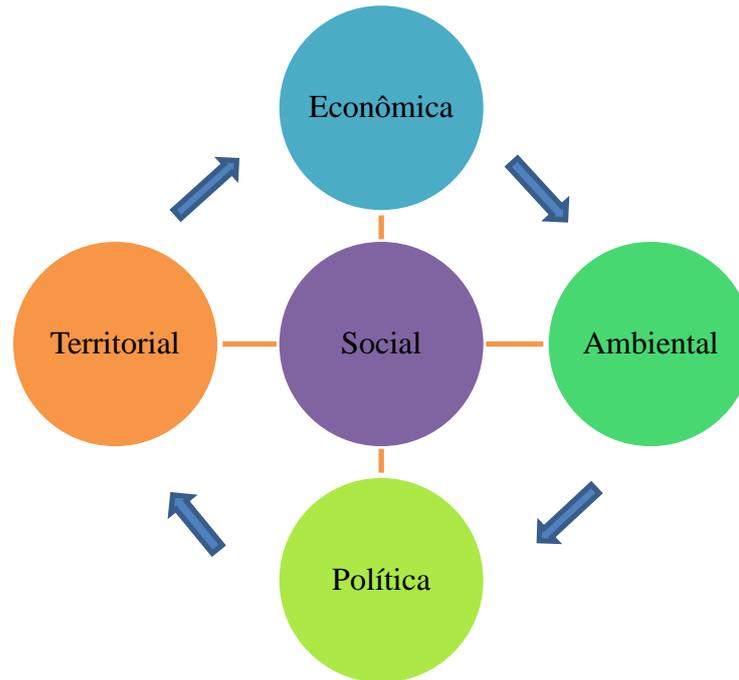


Fig. 1 – Dimensões da Sustentabilidade: relações de articulação entre si.
 Fonte: Elaboração do pesquisador a partir de fundamentação teórica nos autores.

Importa salientar que o ciclo da referida figura é apenas para ilustrar o elo que perpassa as dimensões, não necessariamente quer dizer que estas findam num sistema cíclico, ao contrário, enveredam para um contexto que exige o estabelecimento de inter-relações entre si e com as políticas públicas, porquanto a sustentabilidade destas, visando o cenário da equidade e justiça social.

As várias dimensões da sustentabilidade possuem uma compreensão específica e estão relacionadas com um viés particular da sociedade. Embora, na leitura conjuntural destas, fica notório que o objetivo, é a necessidade de busca por uma sociedade sustentável nas suas diferentes instâncias e, certamente, a reais efetividades das políticas públicas são de extrema importância para este processo.

A política pública de Assistência Social localizada no bojo do sistema de proteção social brasileiro é configurada nesta direção. Ou seja, por meio da sustentabilidade de seus programas, projetos e serviços socioassistenciais enseja horizontes de desenvolvimento humano e social o que pressupõe um atendimento qualificável para seus beneficiários. Não obstante esta compreensão é processual e dialética, pois a concretização de todas as intervenções da Assistência Social esbarra num emaranhado de burocracias, porquanto, não se efetivando de maneira total. Assim, o próximo tópico busca aproximar as discussões sobre sustentabilidade como diretriz de análise para políticas públicas.

1.3 SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PAUTA

Para que se possa fazer uma análise da política pública de Assistência Social tendo como parâmetro a sustentabilidade social, faz-se importante, *a priori*, dialogar sobre os aspectos conceituais da categoria políticas públicas no sentido de desvelar a relação profícua entre estas, assim como problematizar o quão é importante atualmente elaborar, implementar e operacionalizar políticas públicas de forma sustentável com vistas a um cotidiano equânime, de justiça social, com bases e fundamentos teórico-metodológicos que efetivamente contribuem no processo de construção da sustentabilidade.

Pereira (2009) explica que as políticas públicas tratam-se de uma questão relacional entre Estado e Sociedade Civil. Assim, são políticas destinadas para as populações localizadas em territórios específicos, de forma que estas possam ter melhores condições de vida e acesso aos seus direitos já assegurados em lei.

Teixeira (2002a, p. 2), assim sistematiza o conceito de políticas públicas:

São diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade [...]. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de vontade e as ações desenvolvidas.

Com base nos argumentos do autor, é possível ponderar que as políticas públicas são ações intencionais do Estado frente às questões que envolvem a sociedade civil. Assim, são categorizadas em planos, programas, projetos, serviços e ações cujas problemáticas que demandam resolutividade precisam advir do cotidiano das populações e o Estado, por sua vez, deve responsabilizar-se pela sua efetividade.

Em consonância com o termo, Sétien e Arriola (apud PEREIRA, 2009, p. 95) afirmam que “são os programas, projetos e serviços sociais (especialmente estes últimos), [...] [os responsáveis por] materializar, de fato, as propostas, as ideias, os desenhos de ação, os objetivos e meios especificados pelas políticas públicas”.

Entende-se que desde o século XVIII quando o mundo presencia as primeiras crises do capital, de cunho expressamente econômico, e que vão perdurar até o presente momento num processo cíclico¹³, paralelo a isto se presenciavam discussões sobre a necessidade em

¹³ De acordo com Netto (2013), pode-se dizer que três etapas marcam as crises cíclicas estruturais do capital. De 1873 a 1886; 1889 a 1945; e a última se intercala desde então até 2008, impactando diretamente nas condições de trabalho da classe trabalhadora, como é o caso do Serviço Social (informação verbal – Em Palestra proferida no 14º CBAS, outubro de 2013).

formular políticas públicas como forma de enfrentamento às crises e a promoção do bem-estar das populações, ainda que seja na ótica do Estado.

No Brasil, pode-se considerar que as políticas públicas, com enfoque na proteção social, tiveram seus momentos iniciais entre os anos 20 e 30 do século XX. Para Behring e Boschetti (2007), foi durante a gestão presidencial (1930 a 1945) de Getúlio Vargas que se percebeu a criação de instituições de “caráter público” trazendo a necessidade de atendimento aos considerados “desvalidos” da sociedade. Embora a intervenção das políticas públicas tivesse um caráter extremamente assistencialista, isto é, de favor e benemerência. Não por acaso que Vargas foi considerado o “pai dos pobres”. Esse quadro situacional só foi alterado a partir da década de 1980 quando é promulgada a Constituição Federal de 1988, onde a perspectiva do direito se afirma no âmbito das políticas públicas, logo, a ideia de um atendimento de igualdade a todos os cidadãos brasileiros.

Uma questão que se deve evidenciar quando se trabalha a discussão das políticas públicas, diz respeito à sua relação com a categoria dos direitos. Contudo, indaga-se: com que direitos as políticas públicas se identificam, já que existem a perspectiva dos direitos civis, políticos e sociais?

Para Pereira (2009), não há dúvida de que as políticas públicas estão relacionadas diretamente aos direitos sociais. Explica a autora:

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato de esses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores e realidade. Daí porque no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (Idem, p. 102).

Inferese que, no processo de concretização das políticas públicas a relação entre Estado e sociedade civil é de extrema importância, especialmente desta última, pois representa todas as populações que não “coadunam” com as ideias negativas do Estado, reivindicando assim novas formas de intervenção das políticas.

Nessa linha de compreensão, Teixeira (2002a, p. 5) observa que “as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses” entre os atores envolvidos. Portanto, compreende a formação de uma agenda, cujo interesse por parte dos setores majoritários da população, vai depender “do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação”.

Diante das colocações tecidas, vale registrar dois conceitos categóricos que se inter-relacionam nesse processo de discussão das políticas públicas e sua interface com a sustentabilidade. O primeiro é referente ao **Estado**¹⁴, que na conjuntura capitalista trata-se de uma “expressão política da dominação de classe e está a serviço da classe economicamente mais forte, e não ao interesse comum ou vontade geral” (ARCOVERDE, 2010, p. 37). O segundo diz respeito à **sociedade civil**, que na concepção de Cohen e Arato (apud TEIXEIRA, 2002b) compreende uma pluralidade, famílias, grupos informais, associações voluntárias, instituições de cultura e comunicação, enfim, os segmentos que aspiram por uma intervenção qualificada do Estado.

Dependendo do contexto e se o Estado está em crise financeira, logo, não consegue dar conta de responder às demandas da sociedade civil, “[...] sobretudo aquelas dos segmentos mais empobrecidos e dos que sofrem vários tipos de discriminação, aglutinando-se em torno de suas carências e da defesa de seus direitos” (TEIXEIRA, 2002b, p. 24). Com base nas arguições referendadas, afirma-se que a participação da sociedade civil é deveras relevante na aplicabilidade das políticas públicas.

Em se tratando da materialização das políticas públicas, Gattai e Alves (2011, p. 164), asseveram que toda e qualquer política pública é concretizada no cotidiano dos municípios envolvendo as áreas rurais e urbanas. Neste sentido, os autores a concebem “como um programa, um projeto, uma decisão estratégica, ou seja, qualquer atividade governamental que tenha impacto sobre a cidade”. Enfatizam ainda, a administração de uma cidade que vai desde a ocupação territorial até os problemas de cunho social, econômico, cultural, geográfico e ambiental são questões devidamente administradas por meio de políticas públicas.

Para o fim que se propõe, vale dizer que quando bem elaboradas e operacionalizadas sob a perspectiva participativa – relação entre Estado e sociedade civil – caminham na direção do desenvolvimento humano, social e sustentável, especialmente as políticas de cunho social, já que visam o bem-estar da população tendo em vista o aceso aos direitos sociais constituídos.

¹⁴ No sentido clássico da política, Arcoverde (2010) observa que a discussão do Estado está sintetizada em três correntes sequenciais: a) concepção liberal defendida por Maquiavel, Hobbes, Locke e Kant; b) concepção democrático-burguesa com destaque para Rousseau, Tocqueville e Hegel; c) e ainda aqueles da linha marxiana como Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Neste sentido, a autora explicita que no discurso dos chamados “clássicos” a relação entre Estado e sociedade permeia um caminho de reflexões que variam desde a ordem política até as particularidades dos indivíduos, incluindo a reflexão sobre as propriedades, as desigualdades, as religiões entre outros. Maiores detalhes ver: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Notas sobre Estado e sociedade nos clássicos da Política. In: **Estado e Sociedade**: contribuição ao debate sobre políticas públicas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 19-46.

Diante disso, com base em Cavalcanti (2002) entende-se que formular políticas públicas hoje ou operacionalizar aquelas centradas no bem-estar da população, requer a construção de uma base teórico-conceitual ancorada na sustentabilidade entendida na perspectiva de mudança social, em vista do efetivo acesso por parte das populações às ações e serviços concretizados pelas políticas públicas.

Para o referido autor, “o grande desafio do desenvolvimento sustentável deve ser enfrentado por políticas inteligentes [...] que possam levar a uma melhoria real das condições e vida [principalmente] das pessoas pobres [...]” (Idem, p. 28). Nessa ótica, a participação acentua-se como uma ferramenta que, via de regra, contribui para o envolvimento dos setores populacionais, criando não somente expectativas consistentes, mas fomenta a responsabilidade de todos quanto às escolhas feitas.

Bellen (2007) reafirma esta discussão ao dizer que a busca pelo progresso em direção à sustentabilidade é certamente uma escolha de todos os envolvidos, isto é, das organizações, das comunidades, do Estado e dos indivíduos de um modo geral. Destarte, a participação cidadã aparece como expoente de possibilidades para gestão das políticas públicas, colaborando para um desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado, conforme discorre Sachs (2008).

Nesses termos, concorda-se com Sachs (2009, p. 353-354) quando afirma que:

Creio que a política [pública] pesará cada vez mais nas nossas sociedades. Num mundo complexo de opções múltiplas, em que se enfrentam forças contraditórias, há pouco lugar para decisões, ideias tomadas em bases ‘objetivas’, cientificamente estabelecidas, [...]. Prefiro a isso um debate político assumido, em que a busca de soluções negociadas entre todos os atores do processo de desenvolvimento caminha junto com o aperfeiçoamento das instituições democráticas e com a superação do imediatismo imposto pelo ritmo dos prazos eleitorais.

Depreende-se da colocação acima que, na atualidade as políticas públicas são cada vez mais o ponto estratégico para a superação do estado problemático pelo qual passa boa parte da população brasileira, mas para isso, precisam ser trabalhadas de forma sustentável com vistas a um desenvolvimento que englobe a relação homem-natureza, bem como as relações sociais gerais estabelecidas no cotidiano das sociedades. No dizer de Cavalcanti (2002, p. 38), “a sustentabilidade não será obtida se o capital natural for aviltado, incapacitando o ecossistema de gerar os serviços que permitam aos humanos realizar a satisfação de suas necessidades”.

Ao dialogar sobre a sustentabilidade no contexto atual, Chaves (2012) elenca alguns princípios e suas implicações para análise:

1. Incidem na capacidade de uma atividade ou sociedade se manter por tempo indeterminado, sem colocar em risco o esgotamento, a qualidade e coibindo o uso abusivo de seus recursos naturais;
2. Direcionam para uma efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
3. Compreende uma sociedade capaz de gerar *know-how* técnico em bases confiáveis e constantes que gere e poupe recursos pensando nas gerações futuras;
4. Requer um sistema social que resolva as tensões causadas por um desenvolvimento baseado nas desigualdades sociais, investindo [...] na busca [...] de melhoria constante da qualidade de vida;
5. Orientam para o estabelecimento de um sistema de produção que preserve a base ecológica dos ecossistemas, por meio de processos produtivos [...], no qual a reciclagem alcance um conceito de minimização de resíduos;
6. Propõem a instituição de um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções na elaboração de produtos visando o uso alternativo de matéria prima para não esgotar a natureza e gerar aumento de custos;
7. Defendem a constituição de um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento, onde países subdesenvolvidos possam ser apoiados pelos mais desenvolvidos visando o equilíbrio entre as nações;
8. Requerem um sistema administrativo flexível e capaz de autocorriger-se mediante as necessidades apresentadas tanto pelo homem como pela natureza visando uma integração harmônica e prolongada para a sobrevivência de ambos¹⁵.

De acordo com a afirmativa da autora, nota-se que a sustentabilidade mediante tais princípios se consolida como questão basilar para analisar e debater a conjuntura das políticas públicas na contemporaneidade. Há certa simetria conceitual entre cada item, cujo diálogo perpassa pelas questões ambientais, econômicas, políticas, territoriais e sociais como forma de contribuição para a superação da desigualdade social, visando o protagonismo das populações. É possível dizer ainda que o maior desafio de elaboração, implementação e operacionalização das políticas públicas sob os princípios da sustentabilidade, está justamente nas suas inter-relações, isto é, no diálogo conceitual de ambas as partes.

No trama das desigualdades sociais atuais e na efervescência das crises cíclicas do capital, as políticas públicas ao serem elaboradas e implementadas sob a ótica sustentável devem atentar para tais princípios, pois trata-se de um processo que põe em debate a preocupação com o uso dos recursos naturais, a necessidade da participação dos cidadãos no sistema decisório e o desenvolvimento nos seus mais variados aspectos.

Pelo exposto, pode-se observar que: a efetividade das políticas públicas com alcance sustentável na realidade dos municípios brasileiros decorre de uma relação que deve ser profícua entre Estado e sociedade civil; a participação de todos os atores sociais nas instâncias governamentais se assenta como ponte para uma gestão democrática e participativa; a simbiose sociedade-natureza é necessária para, ao menos, minimizar a destrutividade que vem ocorrendo no ecossistema de um modo geral; o acesso aos direitos sociais precisam ser cada

¹⁵ Informação Verbal: em aula proferida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, 2012.

vez mais equânimes e justos no âmbito institucional; os programas, projetos, serviços e benefícios ofertados pelas instituições, sobretudo, as de fins sociais, requerem uma concretização mais fecunda no intuito de contribuir para a sustentabilidade destes e na condição de vida dos indivíduos que buscam atendimento.

Importa esclarecer que as políticas públicas, segundo alguns autores (PEREIRA, 2009; TEIXEIRA, 2002a; GATTAI e ALVES, 2011), são subdivididas em: a) econômicas: incluem as políticas cambial, financeira e tributária; b) territoriais: compreendem as políticas de meio ambiente, urbanização, regionalização, plano diretor participativo e de transportes; c) sociais: se estabelecem de forma setorial como educação, saúde, habitação, assistência social, entre outras, para as quais o município tem competência comum com a União e o Estado no que tange à cooperação dessas esferas de poder, transferência de recursos e cooperação técnica;

No campo das políticas públicas sociais, destaca-se neste estudo a Assistência Social configurada como política de proteção social voltada para a garantia do direito e condições dignas de vida de seus beneficiários. Assim, é uma aliada ao desenvolvimento humano e social e não deve ser assistencialista, nem tão pouco se resume em prover necessidades ou vulnerabilidades sociais, é muito mais que isso, pois contribui para o acesso a bens e recursos, de modo que seus beneficiários alcancem o protagonismo na vida social (BRASIL/PNAS, 2004).

Contudo, uma análise sobre a política de Assistência Social no sentido de desvelar sua sustentabilidade a partir das atividades desenvolvidas junto aos usuários requer, *a priori*, o conhecimento detalhado desta política. Assim, o capítulo a seguir tem esta finalidade, ou seja, de estudar os emaranhados que percorrem o contexto da Assistência Social.

CAPÍTULO II

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E ORGANIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

[...] a regulamentação da Assistência Social como Política Pública constituinte da Seguridade Social, bem como seu redesenho mediante a criação do SUAS sinaliza [...] um avanço de relevância histórica na trajetória de uma Política que tem sua gênese estruturada sobre as bases da matriz caritativa e filantrópica, destituída de visibilidade na sua natureza política e institucional (COUTO et al., 2011).

O debate sobre a política de Assistência Social e sua intervenção no cotidiano dos sujeitos perfaz um legado de muitas décadas na história da sociedade brasileira. Desde sua gênese, longe de ser um direito, a Assistência Social foi vista apenas como favor, benemerência ou caridade àqueles indivíduos considerados mais pobres. Deste modo, assentase numa área polêmica e complexa, em razão de sua historicidade que é marcada pelo caráter residual, aparente e estigmatizado de *não política pública*.

A partir da aprovação da Constituição Federal de 1988 e a regulamentação por meio da LOAS (1993), a política de Assistência Social ganha destaque, pois torna-se constituinte da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência social. De acordo com Yazbek (2008, p. 94), é nesse movimento de construção e busca de afirmação das variadas políticas que “[...] a Assistência Social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal”.

Com base neste entendimento, aborda-se neste capítulo a discussão sobre a política pública de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS partindo dos seus fundamentos e conceitos à luz de diferentes autores. Nesse processo, será apresentado os marcos legais que dão base para a operacionalização da referida política com destaque para a PNAS, haja vista a divisão das proteções sociais afiançadas e os eixos estruturantes que desenham a materialização do SUAS. Ademais, faz-se necessário discutir sobre os serviços socioassistenciais desenvolvidos no âmbito dos CRAS a partir do que rege os documentos legislativos da Assistência Social.

Por fim, coloca-se em evidência a implementação e operacionalização da supracitada política nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas, enfatizando a caracterização destes municípios e o modo de organização da proteção social básica nas localidades, tendo como subsídio dados bibliográficos, documentais e empíricos da pesquisa de campo analisados na perspectiva da sustentabilidade social.

2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DO PLANO DA NÃO POLÍTICA PARA O PLANO DA POLÍTICA PÚBLICA

Este tópico faz um retrospecto sobre a Assistência Social no Brasil trazendo desde o momento em que toda ação por ela realizada tinha por base a ótica do favor governamental. Por entender a complexidade e a necessidade de aprofundamento teórico, estabeleceu-se como marco histórico para o desenvolvimento da discussão os anos 30 do século XX e percorre-se até o início dos anos 2000, período em que Assistência Social se consolida como política pública de proteção social. A escolha temporal não é aleatória, uma vez que, compreender a dinâmica sócio-histórica desta política significa trazer para o debate seus avanços, potencialidades, limites e perspectivas de intervenção e com isso problematizar seu caráter sustentável ou não de política pública.

No período de 1930 permeava no Brasil a lógica do *laissez-faire*, de modo que não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social, esta era entendida como “caso de polícia” e problematizada por meio de aparelhos repressivos do Estado sem a intervenção de políticas públicas. Os indícios de mudança, conforme Pereira (2011), Behring e Boschetti (2007), iniciam neste momento histórico, pois, tal período é considerado o limite de discussão sobre as políticas de proteção social, porém, ainda com um cariz eminentemente assistencialista, de caridade, filantropia e solidariedade religiosa.

Em estudo sobre a experiência brasileira de proteção social em períodos históricos, Pereira (2011) sistematiza quatro períodos que demarcam esta trajetória, os quais serão utilizados neste trabalho para visualizar a evolução da Assistência Social do plano da *não política para o plano da política pública*.

O primeiro período transcorre de 1930 a 1964. Neste intervalo, a intervenção do Estado fundamentou-se no ideário populista, com laivos registros desenvolvimentista. Na época, um dos maiores governantes foi Getúlio Vargas que propôs a criação do Estado Novo. Contudo, Pereira (2011), Behring e Boschetti (2007) argumentam que apesar das investidas, sobretudo à classe empobrecida, o governo não deixou de ter uma intervenção estatal de cunho ditatorial.

No que se refere à Assistência Social, sua primeira grande regulação aconteceu em 1938 com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS. Segundo Mestriner (2001, p. 57-58), “o Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde [...], sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar”.

O CNSS vai selar as relações entre Estado e os segmentos da elite, os quais vão analisar o mérito de concessão dos auxílios financeiros às organizações da sociedade civil destinados ao amparo social. Difunde-se, assim, a ideia de intervenção da Assistência, sendo que a ação do Estado não se desvincula da ótica benemérita aos sujeitos situados à margem da sociedade.

Posteriormente, em 1942, a Assistência Social ganha sua primeira instituição denominada de Legião Brasileira de Assistência – LBA a qual foi reconhecida como órgão de colaboração ao processo interventivo do Estado. Conforme Sposati et al. (2010, p. 45-46), a LBA constituiu-se como,

organismo, este, que assegura estatutariamente sua presidência às primeiras damas da República. Representa a simbiose entre a iniciativa privada e pública, a presença da classe dominante enquanto poder civil e a relação benefício/ caridade x benefício/ pedinte, conformando a relação básica entre Estado e classes subalternizadas.

Na leitura de alguns autores (SPOSATI et al., 2011; COUTO et al., 2011), a LBA chama atenção para o fato de que inaugura no Brasil o primeiro *damismo*¹⁶, onde a esposa do Presidente, Darcy Vargas, assume a instituição com o objetivo de trabalhar serviços de assistência, especialmente às famílias dos convocados para a II Guerra Mundial. Trata-se de uma instituição que coloca em pauta o vínculo emergencial e assistencial, questões essas que vão predominar na trajetória da Assistência Social e difundir-se como estigma nas Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios brasileiros, visto que, em boa parte, reduzem-se à prática do clientelismo e paternalismo, desconsiderando a ótica dos direitos.

Por volta de 1946, pós II Guerra Mundial, Sposati et al. (2008), enfatiza que a LBA reformulou as ideias constantes em seu Estatuto e definiu como principal finalidade a defesa da maternidade e da infância. Desse modo, afirmou-se no âmbito de instituição da área social, embora tenha sido necessário buscar auxílio junto às escolas de Serviço Social que, naquele período, estavam iniciando a legitimação da profissão de Assistente Social.

Os anos que perpassam entre as décadas de 50 a 60 são marcados por mudanças no que concerne à presidência do Brasil, influenciando no próprio percurso da Assistência

¹⁶ O livro “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento”, organizado por Couto et al (2011) traz dados atuais sobre a operacionalização da política de Assistência Social nos municípios brasileiros, em que se aponta o debate do primeiro *damismo* como uma questão recorrente na cena contemporânea, sobretudo nos municípios dos Estados pesquisados: Pará, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. O diferencial está na ideia de que as primeiras-damas atuais procuram qualificar-se para o exercício da função administrativa ou empenhar-se em conhecer mais proficuamente a referida política. É uma nova roupagem, porém, não deixa de ser uma atuação de primeira-dama. No caso dos municípios de Maués e Parintins, *lócus* do estudo em questão, as Secretárias Municipais de Assistência Social não são esposas dos prefeitos, contudo, mantêm vínculo familiar sendo irmãs dos mesmos.

Social, apesar de sua essência não desvencilhar-se do sistema de ajuda e favor. O país teve nesse intervalo temporal a gestão de Eurico Gaspar Dutra (1945-1950), cujo governo centralizou sua ação em prol de uma redemocratização no âmbito de intervenções do Estado; governos provisórios (1954-1956) que, quase nada mudou na forma de organização do país; Juscelino Kubitschek (1956-1961) propôs o projeto desenvolvimentista e segundo Almeida (2006), não passou de uma ilusão, pois sua base estava ancorada em discursos nacionalistas e de dominação burguesa; Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) defendiam reformas de base no governo, precisamente em razão da estagnação econômica, resultado, dentre outros motivos, do endividamento externo e pressão inflacionária.

O segundo período proposto por Pereira (2011) vai de 1964 a 1985. Neste, registra-se um debate de proteção social arraigado no regime tecnocrático-militar, incluindo a fase de abertura política. O golpe militar de 1964 incidiu diretamente na relação Estado-Sociedade Civil, haja vista as extensas manifestações dos movimentos sociais em prol de legitimação dos direitos humanos, estes, relegados a uma inópia atuação do Estado.

Com intuito de aprimorar os serviços desenvolvidos pela LBA houve a necessidade de reformulações em seus estatutos. Assim, em 1966 tal instituição passa por mudanças a fim de se adequar aos mecanismos básicos de política social. Desta feita, é transformada em Fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em seguida, em 1974, sob o comando de Geisel, a ditadura militar cria o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, este comporta em sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, a qual terá como principal missão a formulação de estratégias no campo de ataque à pobreza (SPOSATI et al., 2008). Já em 1977 a LBA incorpora-se ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS.

Conforme Mestriner (2001) é importante notar que essa caminhada de mudanças no campo da Assistência Social justifica-se pela necessidade de aprimoramento no que tange sua intervenção junto às populações, especialmente aquelas atingidas parcialmente pelos serviços oferecidos. O discurso do Estado era de que Assistência Social vivenciava outro momento, deixando de ser simplesmente filantrópica e assentava-se cada vez mais nas relações sociais de produção. Contudo, a referida autora assevera que:

A criação de novos organismos segue a lógica do retalhamento social, criando-se serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, compondo uma prática setorizada, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje. (MESTRINER, 2001, p. 170).

Desse modo, a Assistência Social, ao passo que buscava atuar na perspectiva da proteção social, vinculava-se ao mesmo tempo a uma prática retrógrada, de retalhamento social, sem contribuir em grande parte para o atendimento das necessidades das populações em sua totalidade, bem como o desenvolvimento do país. De forma mais crítica, Sposati et al. (2008, p. 65) pondera que:

No entanto, essas medidas de caráter modernizante não foram suficientes para dirimir o perfil institucional e a cultura consolidados ao longo desses anos. *Até porque o caráter, dito retrógrado e ultrapassado, do assistencialismo tem-se mostrado necessário à manutenção das práticas políticas de relação do governo com as populações despossuídas* [grifos das autoras].

Para a referida autora, a prática do assistencialismo está presente sobremaneira no contexto sócio-histórico da Assistência Social. Apesar das mudanças e da ideia modernizante de intervenção, ainda assim, este exercício mantém-se firme nas práticas políticas de governo, recaindo precisamente sobre as populações desassistidas dos direitos que por diversas justificativas, como a falta de acesso a bens e serviços sociais básicos, veem na atuação governamental um trabalho de favor para com sua realidade.

Durante seis anos, de 1977 a 1983, a Assistência Social permaneceu em silêncio e só houve a quebra desse processo em 1984 quando se apresenta a Proposta Nacional de Assistência Social sob a orientação de Carlos Dantas, então Secretário de Assistência Social do MPAS. Apesar de tal proposta não ter recebido qualquer eco, instigou debates e produções teóricas, tanto que Sônia Fleury tornou-se interlocutora na discussão sobre as relações institucionais entre Previdência e Assistência Social, além do lançamento de duas revistas, “Economia Política” e “Revista Dados”, cujos debates se centravam nestas relações (SPOSATI, 2011).

No ano de 1985, foi criado o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – PND que, para Sposati (idem), seu grande mérito foi situar a Assistência Social como política pública, centrada nos direitos sociais dos usuários, por isso, fomentava a necessidade do rompimento com a leitura caritativa e tutelar que a acompanhava. Uma de suas diretrizes básicas ratificava que:

A assistência social deve voltar-se para as populações mais carentes de alimentação, saúde, educação e emprego, privações que configuram o círculo vicioso da miséria onde a família, unidade social básica, é a mais lesada. As crianças carentes, de até seis anos, – mais de 11 milhões – são as mais atingidas. Identificar meios capazes de garantir, num primeiro momento e simultaneamente, sobrevivência biológica e crescimento harmônico na família será a principal diretriz governamental para a assistência social nos próximos anos (Idem, p. 41).

O PND emerge para alavancar a Assistência Social, embora deixasse claro que a mesma deveria voltar-se somente para as populações mais carentes, social e economicamente. Ademais, naquela época já se pensava na família como principal alvo da Assistência Social, mas não deixava claro o aspecto conceitual de família, fazendo-se entender o conceito tradicional de pai-mãe-filhos.

Diante desse contexto, professoras da PUC/SP publicaram, em 1985, a primeira edição do livro “Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise”, resultado de pesquisas acalentadas durante anos e que até hoje é referência expoente na discussão sobre o tema. Segundo Sposati (2011, p. 42), “o texto, com os limites de um debate inaugural, se propôs a fundamentar a assistência social como objeto de estudos e pesquisas”. Este, de alguma forma, em muito contribuiu para posteriormente o surgimento de outros textos que tratassem da Assistência Social e a importância de tornar política pública sob a responsabilidade do Estado.

O terceiro período sinalizado nos estudos de Pereira (2011) compreende de 1985 a 1990. Durante estes cinco anos, as políticas de proteção social estiveram em debate na ótica de transição para uma democracia liberal, ou ainda Nova República. Assim, neste período, considera-se que a Assistência Social avançou qualitativamente na medida em que passa a ser considerada política pública. Sobre isso, a referida autora destaca que:

Data dessa época a inclusão, pela primeira vez na história política do país, da assistência social (com a sua proposta de satisfação de ‘mínimos sociais’) numa Constituição Federal, na condição de componente (integral e endógeno) do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania (Idem, p. 148).

O grande feito de discussão que perpassa nos últimos anos da década de 80 diz respeito à criação e aprovação da Constituição Federal – CF de 1988 oficializando o triângulo da Seguridade Social¹⁷ formado pela Saúde, Previdência e Assistência Social. Vale salientar que esta conquista é resultante de um processo histórico de lutas sociais.

O Art. 203 da CF explicita o caráter de política da Assistência Social ao preconizar que será destinada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição financeira, cujos objetivos são:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao

¹⁷ Em seu Título VIII, Capítulo II, Art. 194, a CF preconiza que: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2010, p. 39).

mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 2010, p. 41).

Já no Art. 204, a CF afirma que as ações governamentais no campo da Assistência Social serão viabilizadas por meio de recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes obedecendo as seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 2010, p. 42).

É possível afirmar que a inclusão da Assistência Social na CF torna-a uma política ampla deslocando-se no debate dos direitos sociais; garantindo, no seu processo de implantação e implementação, a descentralização das ações assistenciais; e fomentando a necessidade da participação popular como forma de melhor operacionalizar sua intervenção cotidiana.

Couto (2010) é enfática ao dizer que esta inserção na CF inova o debate sobre a Assistência Social, sobretudo porque passa a dirigir-se a uma população antes excluída dos direitos sociais. Em outras palavras, impõe compreender o campo assistencial como imprescindível para enfrentar as desigualdades que, dependendo da conjuntura econômica e política, podem ser interpostas a qualquer cidadão e o Estado por sua vez deve viabilizar o enfrentamento das problemáticas sociais.

O quarto e último período adotado por Pereira (2011) inicia a partir dos anos 90, momento em que a discussão sobre a proteção social assenta-se no liame das políticas neoliberais.

As transformações ocorridas no Brasil desde os anos 80 e 90 impulsionadas pelo fenômeno da reestruturação produtiva e sob a égide do neoliberalismo, se opõe à universalidade, igualdade, acesso gratuito dos serviços sociais, bem como promove a desregulamentação do Estado, intervindo minimamente para aliviar a pobreza de modo que o privado avança e se afirma no campo das políticas públicas. Ademais, observa-se uma forte

redução dos gastos públicos, desemprego em grande escala e, ainda, enfraquecimento das organizações trabalhistas¹⁸.

No caso da Política de Assistência Social, a década de 90 trouxe avanços significativos, pois foi o período de criação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (1994) e da primeira Proposta da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (1996). Salienta-se que neste momento o país teve como governante Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, os quais protagonizaram um “avanço-conservador” no âmbito da proteção social brasileira.

A promulgação da LOAS regulamentou os artigos 203 e 204 da CF ao definir em seu Art. 1º que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993, p. 1).

Decerto que a LOAS¹⁹ inovou ao reafirmar a Assistência Social como política de direito e responsabilidade do Estado. Assim, passa a ser uma política de defesa e de atenção dos interesses e necessidades sociais, sobretudo dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. Para Yazbek (2008), configurou-se como estratégia fundamental no combate à discriminação e à subalternidade econômica, cultural e política que permeiam grande parte da população brasileira.

Uma das questões importantes destacadas na LOAS diz respeito à publicização das ações no âmbito da Assistência Social, processo este que está diretamente ligado aos Conselhos sejam eles municipais ou estaduais. Desse modo, a LOAS incitou a criação do CNAS (1994) o qual substituiu o antigo CNSS.

Raichelis (2011) faz uma análise minuciosa sobre o CNAS e afirma que sua criação foi minada por debates, conflitos e em vários momentos chegou a ameaçar sua própria constituição, visto que ia de encontro às proposições estabelecidas pelo Ministério de Bem-Estar Social, mas precisamente no governo Itamar Franco.

De acordo com a referida autora é “inegável a importância da criação de conselhos institucionais no campo das políticas sociais, como expressão da conquista da sociedade civil organizada de novos espaços de participação social e exercício da cidadania” (idem, p. 133).

¹⁸ Não cabe aqui aprofundar a discussão sobre o fenômeno do neoliberalismo e suas implicações no mundo do trabalho. Detalhes encontram em: HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna, 2001; LAURELL, A. C. (Org.). Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo, 2008; ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho, 2009; entre outros.

¹⁹ Importa frisar que, em 2011, a LOAS passou por mudanças em artigos, parágrafos e alíneas em razão da criação do SUAS que abarca todos os documentos atuais quanto à implantação, implementação e operacionalização da política de Assistência Social.

Eles funcionam como um dos meios de se fazer controle social das ações propostas pelas políticas sociais a exemplo da Assistência Social.

O ano de 1995 é marcado pela I Conferência Nacional de Assistência Social que se assentou como marco nas discussões sobre a supracitada política. Posteriormente, as conferências assumem importância consolidando atualmente em sua IX edição. Ainda em 1995 foi extinta a LBA e o Ministério do Bem-Estar Social, os quais foram substituídos pela Secretaria de Assistência Social – SAS, assim como foi o ano em que FHC cria o Programa Comunidade Solidária – PCS²⁰.

Segundo Raichelis (2011), o PCS foi alvo de severas críticas entre os pesquisadores da área da Assistência Social como Sposati, Pereira, Yazbek e Faleiros. Isso porque a criação deste Programa caminhava na contramão do que regia a CF de 1988 quando trata da Seguridade Social em seu processo de proteção social e garantia dos direitos. Para a autora:

Trata-se de uma prática de negação da política democrática, que se forja por intermédio da constituição de sujeitos sociais que buscam no espaço público a explicitação e o debate de propostas ancoradas nas necessidades sociais que buscam apresentar (Idem, p. 112).

Telles (1998, p. 19), vai além desta assertiva e tece criticamente que, “longe de ser fato episódico ou perfumaria de primeira dama, opera como uma espécie de alicata que desmonta as possibilidades de formulação da Assistência Social como política pública regida pelos princípios universais dos direitos e da cidadania”. Assim sendo, os objetivos do PCS rompiam com as prescrições constitucionais, além de passar por cima dos instrumentos previstos na LOAS, por consequência feria os direitos e a lógica da democracia.

O PCS foi certamente um retrocesso no debate sobre os direitos sociais no campo da Seguridade Social. A Assistência Social que aos poucos vinha escalando com intuito de se afirmar política pública de proteção social, sofre com a criação do PCS a retomada da lógica do primeiro-damismo, ferindo os prescritos constantes na LOAS que acabava de ser consolidada. Para Netto (1999), a era FHC foi exatamente o “desmonte dos direitos sociais”.

Quanto à definição de uma política nacional observa-se que foi longo e processual seu caminho de formulação. Em julho de 1996, a SAS apresentou o primeiro texto como

²⁰ Conforme Raichelis (2011), o PCS foi anunciado por FHC sob o Decreto-Lei nº 1.366/1995 e pelo Decreto-Alto s/nº de 1995. Foi presidido pela primeira-dama. Seus objetivos pairavam sobre: melhoria do gerenciamento de programas sociais universais e a promoção da participação da sociedade no controle da execução; apoio a experiências e projetos de governo e da sociedade em áreas de concentração da pobreza potencializando iniciativas descentralizadas e em parceria com a sociedade que possam ser multiplicadas; identificação de novas prioridades e elaboração de propostas de ação em relação a temas emergentes e grupos sociais vulneráveis.

Proposta Nacional de Política de Assistência Social. Contudo sua aprovação ocorreu somente em 1998, cinco anos após a regulamentação da LOAS. Raichelis (2011) argumenta que em razão do contexto econômico e político da época, tal política apresentou-se insuficiente, pois não se inseria num plano global e estratégico de intervenção social frente às diferentes expressões da pobreza no país. Ainda em 1998 foi criada a primeira Norma Operacional Básica de descentralização visando o repasse do Fundo Nacional de Assistência Social para Estados e Municípios.

Seguindo esta linha de análise, os anos 2000 são marcados por turbulências no âmbito político brasileiro, visto que é a passagem da era FHC para a administração de Luís Inácio Lula da Silva, vinculado ao Partido dos Trabalhadores – PT. Os debates midiáticos, acadêmicos e as produções teóricas declaradas nesse período apostavam numa grande transformação no país no que tange às questões econômicas e sociais. Decerto que houve, mas não como a população e os militantes do PT esperavam.

Neste contexto, a política de Assistência Social se fortalece e torna-se foco do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, criado em 2004 na gestão PT como uma aposta de combate à extrema pobreza no país.

De maneira bastante otimista, Yazbek (2008, p. 95) afirma que:

Sem dúvida, uma mudança substantiva na concepção da assistência social, um avanço que permite sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de *não política* para o campo da política pública. Para a implementação dessa mudança fundamental, a Assistência Social não pode ser pensada isoladamente, mas na relação com outras políticas sociais e em conformidade com seu marco legal no qual está garantida a descentralização com a primazia do Estado, o comando único em cada esfera governamental e a gestão compartilhada com a sociedade civil pelos Conselhos, Conferências e Fóruns, em seu planejamento e controle.

Pelo exposto é possível afirmar que a Assistência Social muito já avançou no seu processo de consolidação de política pública afastando-se da ideia de *não política*. Ao ganhar o posto de direito social confirma sua necessária intervenção na realidade cotidiana das populações que, para tanto, requer um olhar mais atuante do Estado como forma de qualificar os meios para que esta possa de fato contribuir nas problemáticas concernentes à questão social. Sua efetivação e maior direcionamento para todos os cidadãos brasileiros emerge com a aprovação da PNAS e do SUAS, vistos como principais ganhos da Assistência Social no limiar do século XXI. É sobre isso que o tópico a seguir aborda, tratando seu processo de formação.

2.2 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MARCO LEGAL DE AFIRMAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília em dezembro de 2003 foi marco para posterior aprovação da PNAS pelo CNAS via Resolução n. 145, de 15 de outubro de 2004. Suas assertivas teóricas explicitadas na política clarificam as diretrizes para efetivação da Assistência Social como um pilar da proteção social brasileira na ótica do direito de cidadania e responsabilidade do Estado para com os cidadãos brasileiros.

Conforme a PNAS (2004), um duplo efeito é engendrado a partir do momento que se entende a assistência social como sendo direito à proteção e à seguridade social. Primeiro, que é concebida como meio de suprir um recebimento social e econômico daqueles que procuram os serviços socioassistenciais; segundo, que contribui para o desenvolvimento das capacidades, como consequência, maior autonomia dos sujeitos.

Para Couto et al. (2011), a PNAS configura a Assistência Social como política que passa a seguir o modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo por meio do qual são detalhadas as atribuições e competências das três esferas governamentais em consonância com o preconizado na LOAS e nas Normas Operacionais – NOBs que são editadas a partir das Conferências, dos Conselhos e das Comissões Intergestores Tripartite – CIT e Bipartite – CIB²¹.

Uma gestão assim pensada rompe com o caráter centralizador das ações e pressupõe a descentralização da política, isso permite visualizar a implementação, gestão, monitoramento, avaliação e acesso a informação por parte dos cidadãos brasileiros. Embora algumas questões permaneçam na retórica precisando ser superadas.

Posterior à PNAS, em julho de 2005, o CNAS aprovou o SUAS com intuito de melhor regular e organizar as ações socioassistenciais em todo o território nacional. Chama atenção para o caráter inovador do SUAS, pois deixa claro que os serviços, programas, projetos e benefícios devem ter como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base central de organização. Nessa perspectiva, trabalha na ótica da justiça e dos direitos para com a população beneficiária da Assistência Social. Assim, Couto et al. (2011, p. 38) afirma que:

²¹ A CIT é um espaço de articulação e interlocução entre os gestores federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, para viabilizar a política de assistência social, caracterizando-se como instância de negociação e pactuação quanto aos aspectos operacionais da gestão do SUAS, cuja composição reúne 15 membros titulares com seus suplentes representando a União, os Estados e o Distrito Federal, e os Municípios. Já a CIB envolve apenas gestores municipais e estaduais da política de assistência social, assim, sua composição reúne 12 membros titulares com seus suplentes do Estado e dos municípios (Art. 134 e 136, NOB/SUAS, 2012).

[...] a implantação da PNAS e do Suas tem liberado, em todo o território nacional, forças políticas que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área.

Isso significa dizer que a gestão do SUAS vem sendo desafiada no processo de construção desse sistema que renova o contexto operacional da Assistência Social. Bem observado por Yazbek (2008), sua concretização de política pública de proteção social direcionada, sobretudo, aos interesses das classes subalternizadas está situada num cenário de profundas contradições e complexidades do sistema capitalista, portanto, para concretizar-se no e para o público na atual conjuntura é necessário a construção de estratégias e articulação efetiva entre as esferas governamentais, mas não só, a sociedade civil organizada deve se fazer presente em todo este processo.

Importa ressaltar que a proteção social discernida na PNAS (2004) toma por base o conceito sinalizado nos estudos de Di Giovanni (1998), o qual a compreende como formas institucionalizadas pelas sociedades no intuito de proteger, se não todos, pelo menos parte de seus membros, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Box 1

Sobre o conceito de Vulnerabilidade Social

No âmbito acadêmico, o conceito de vulnerabilidade tem sido amplamente discutido de modo que não há um significado único para o termo. Trata-se de um conceito complexo e os autores que abordam esta expressão, o reconhecem como um campo multifacetado de interpretações. Por isso, é necessário elucidar a partir de que concepção se dialoga no contexto da política de Assistência Social.

Abramovay et al. (2002, p. 13), ao realizar um estudo sobre juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina, compreende que tal expressão é o “resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade”. Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2007), o termo vulnerabilidade perfila entre a precariedade do trabalho, a fragilidade dos suportes advindos do Estado, conseqüentemente a falta de proteção social. Neste ínterim, a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais concentra-se na maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar. Para Marandola Jr. e Hogan (2006), a expressão vulnerabilidade é mencionada, hoje, num cenário extremamente dinâmico e, na maioria das vezes, se agudiza nos estudos sobre a pobreza que envolve a exclusão/inclusão, marginalidade, *apartheid*, periferização, segregação, dependência, bem como a diminuição de renda ou perda de capital social, o que implica na construção da cidadania.

Embasado nestes e em outras aproximações conceituais, pode-se mencionar as sinalizações de vulnerabilidade social citadas na política de Assistência Social. A PNAS (2004) não conceitua explicitamente o significado de vulnerabilidade social, mas descortina que as situações para tal questão podem decorrer de diversas facetas, tais como: da pobreza; inserção precária ou não no mercado de trabalho formal e informal; privação, referente à ausência de renda e precário ou nulo acesso aos serviços públicos; fragilização de vínculos afetivos, sejam eles relacionais ou de pertencimento social decorrentes de discriminações étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras. São esses elementos que desagregam o tecido social e clamam por proteção social do Estado.

Na trilha deste pensamento, Jaccoud (2009) afirma que a proteção social pode ser definida como um conjunto que abarca iniciativas públicas ou estatalmente reguladas com vistas à provisão de serviços e benefícios na tentativa de enfrentar situações de risco ou privações sociais. Desta feita, observa-se que tal proteção agrega tanto o papel do Estado quanto da sociedade civil, categorias estas imprescindíveis para uma implementação qualificada das políticas sociais públicas.

A fim de atender as contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, a PNAS (2004) ratifica que a Assistência Social deve ser realizada de forma integrada às políticas setoriais locais, tais como saúde, educação, habitação entre outras, levando em consideração as desigualdades socioterritoriais e a busca pelo seu enfrentamento. Neste sentido, a PNAS (2004, p. 27) pauta-se nos seguintes objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária [grifos nosso].

Os objetivos da PNAS são abrangentes e claros quanto ao seu alcance; envolvem as áreas urbanas e rurais das regiões brasileiras provendo, nessas localidades, o acesso de indivíduos, famílias ou quaisquer outros grupos aos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial. Contudo, é necessário refletir se tais objetivos estão de fato sendo aplicados nos municípios mais distantes das capitais, em particular no contexto rural. Certamente, esta intervenção da Assistência Social é uma tarefa complexa, porém de extrema importância para os sujeitos que dela necessitam na atual conjuntura.

Para Couto et al. (2011, p. 39), os objetivos da PNAS assinalam para algumas dimensões reflexivas e frutíferas quanto às mudanças que dinamizam a nova realidade da Assistência Social, entre as quais se coloca a questão da “intersectorialidade”. Esta, “envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais”. Compreende-se que a intersectorialidade funciona como um mediador que busca articular diferentes políticas públicas ou atores sociais que ao compartilharem especificidades e experiências possam criar estratégias de intervenção para o enfrentamento das problemáticas difíceis de serem respondidas isoladamente.

Um dos pontos importante que precisa ser destacado na PNAS (2004) diz respeito aos usuários da Assistência Social, visto que amplia o debate na perspectiva de superação e

fragmentação dos segmentos populacionais. Carvalho (2005) menciona que a partir da década de 80 as políticas públicas transitam para um campo de mudanças no que concerne à atenção aos usuários, porém, tal fato ocorria de forma mínima, particularizando na mulher, criança, adolescente, trabalhador, ou seja, não abarcando todos de forma conjunta.

É com a PNAS e o SUAS que se observa uma leitura macro de atenção aos usuários das políticas públicas, pois, torna explícito e chama a responsabilidade para a política de Assistência Social ao afiançar que seu público-usuário são:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL/PNAS, 2004, p. 33).

Esta assertiva conceitual evidencia que a Assistência Social tem, no seu processo de operacionalização, muitos desafios e possibilidades referentes ao trabalho com os usuários da política, isso porque, engloba um número expressivo de questões que perfilam o cotidiano de uma parcela significativa da população brasileira. No dizer de Couto et al. (2011, p. 40), são necessidades objetivas e subjetivas baseadas nas condições de pobreza e vulnerabilidades cujo patamar somam-se as “[...] dificuldades materiais, relacionais, culturais que interferem na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias”. Deste modo, compreendem que trata-se de uma pobreza multidimensional de risco material, pessoal, bem como social.

Mister se faz ressaltar o debate sobre o termo “pobreza” no âmbito da política de Assistência Social, haja vista que, segundo Yazbek (2009), falar de pobreza no contexto da dinâmica socioassistencial prediz ir além da questão econômica, ou seja, envolve também os meandros de carência de direitos, de possibilidades, de informações, entre outros fins.

Em um instigante artigo publicado recentemente, arremata a autora:

Abordo a pobreza como uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os ‘pobres’ são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade. (YAZBEK, 2012, p. 289).

Decerto que na atualidade o debate da noção de pobreza é amplo e pressupõe vários pontos de vista. No caso das políticas brasileiras voltadas para seu enfrentamento, tomam por base as inferências medidas pelos indicadores de emprego e renda, de maneira que “[...] acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social” (Idem, p. 290).

Como bem observado por Yazbek (2009), a falta de informações e de possibilidades são questões que acirram o debate em torno da pobreza nos emaranhados da Assistência Social. Uma vez destituído de seus conhecimentos, os sujeitos se tornam alvo da precariedade nas suas condições de vida, pois ficam à mercê das políticas públicas, com ínfimo atendimento do Estado, quase sem possibilidades de progressão na vida.

Situando-se na perspectiva de política que contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais e no próprio contexto das questões que envolvem a pobreza social e econômica da população brasileira, a PNAS (2004) inovou também na operacionalização da Assistência Social com a divisão das proteções sociais afiançadas. Assim, apresenta-se em dois níveis: 1) Proteção Social Básica – PSB; 2) Proteção Social Especial²² – PSE (de alta e média complexidade). Isto, sem dúvida, foi um grande avanço no plano operacional da Assistência, visto que “a desigualdade social e a pobreza, inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferentes modalidades de *desproteção social* que exigem atenção estatal diferenciada para o seu enfrentamento” (COUTO et al. 2011, p. 41). Salienta-se que o estudo ora em questão centra-se no contexto da primeira, por isso, dá-se atenção a esta no processo da discussão teórica.

A PSB está situada no âmbito da prevenção, cujos objetivos são de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL/PNAS, 2004). É uma proteção que prevê o desenvolvimento de programas, projetos e serviços de acolhimento, convivência e socialização de indivíduos e famílias, dependendo do grau de vulnerabilidade apresentada. Além disso, deve incluir as pessoas com deficiência, de modo que as mesmas possam ser inseridas nas diversas ações desenvolvidas. Deve, ainda, organizar-se em rede para melhor concretude dos objetivos.

²² Conforme a PNAS (2004) a proteção social especial deve priorizar e serviços de abrigo e acolhida, em particular para aqueles indivíduos que por diversos motivos não contam mais com a proteção e o cuidado dos familiares.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, foi aprovada pelo CNAS com o objetivo de organizar as proteções sociais por níveis de complexidade. Desse modo, define que os serviços de PSB devem ser assim organizados:

Serviço Socioassistencial	Usuários	Objetivo Central
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS.	Fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos, e com isso contribuir na melhoria da qualidade de vida.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos – SCFV	Crianças de até 06 (seis) anos; Crianças e adolescentes de 06 (seis) a 15 (quinze) anos; Adolescentes e jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos; Idosos(as) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em situação de vulnerabilidade social.	Complementar o trabalho social com famílias de modo a prevenir a ocorrência de situações de risco social, e assim fortalecer a convivência familiar e comunitária.
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas – SD	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária.	Visa a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários, assim, busca a promoção do acesso de pessoas com deficiência e idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede socioassistencial.

Quadro 3 – Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Básica segundo o SUAS.

Fonte: Organização do pesquisador com base na Tipificação Nacional de 2009.

Entre estes serviços, o PAIF é o único que já fazia parte da proteção social básica antes da aprovação da presente Resolução e o mais presente nos municípios brasileiros, visto que, segundo a cartilha “Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da seguridade social” publicada em Março de 2011, o PAIF aparece com 85,5%, seguido do Serviço para Idosos, 84%, e Plantão Social, 67,9%, entre outros. Os outros dois (SCFV e SD) estão em processo de implementação nos municípios e as Secretarias Municipais de Assistência Social devem, obrigatoriamente, fazer o reordenamento socioassistencial, enquadrando os diversos serviços realizados somente nos três aludidos no quadro 03.

De acordo com a PNAS (2004), os serviços de PSB devem, obrigatoriamente, ser executados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), bem como em outras unidades básicas e públicas de alcance da política de Assistência Social. O CRAS constitui-se numa unidade pública estatal descentralizada. Sua implantação deve estar de acordo com os índices de vulnerabilidade e riscos sociais em territórios específicos e abarca um total de até

1.000 famílias atendidas por ano. Por fim, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS no que concerne ao atendimento dos usuários da Assistência Social.

Até setembro de 2013, o MDS já apoiava o funcionamento de **7.507** CRAS em **5.527** municípios. Eles não só oferecem serviços de proteção básica como vêm garantindo a universalização do Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família (BRASIL, 2013, p. 13, grifo do autor).

Uma análise crítica sobre a implantação dos CRAS diz respeito à sua estrutura física. Materiais já elaborados pelo MDS indicam toda a descrição de construção e organização de um CRAS, contudo, a realidade brasileira diagnosticada em pesquisas acadêmicas e relatórios do MDS e CFESS deixam claro que um CRAS com toda a sua estrutura necessária como deve ser, parece ainda ser utopia!²³. Ou seja, algo a ser concretizado. Por outro lado, entende-se este contexto numa via processual a qual enfrenta limitações da própria lógica organizacional do sistema capitalista imperante nesta sociedade.

De acordo com a PNAS (2004) todos os programas, projetos, benefícios e serviços no nível de PSB devem estar articulados com as demais políticas públicas, pois dessa maneira podem-se alcançar resultados mais satisfatórios e atender as reais necessidades dos usuários da política, garantindo a sustentabilidade das ações e dos serviços socioassistenciais. Assim, pode contribuir para o processo de inclusão e evitar que os sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos tenham seus direitos violados.

Vale registrar que os Serviços de Proteção Social devem garantir um leque de seguranças, as quais funcionam como estratégias para a redução ou prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais aglutinadas no campo da Assistência Social. Destarte, a PNAS (2004) e o SUAS esclarecem que tais seguranças são:

Tipo de Segurança	Caracterização
Acolhida	Provida através de ações, cuidados, serviços e projetos junto aos sujeitos usuários da política, bem como opera na perspectiva de oferta de espaços adequados à realização do trabalho no contexto das instituições.
Rendimentos	Funciona como complementar à política de emprego e renda mediante à concessão de benefícios para idosos, pessoas com deficiência, famílias vítimas de calamidades e emergência, entre outras (COUTO, 2009).
Convívio	Realiza-se por meio de ações, cuidados e serviços continuados aos segmentos sociais com base em experiências socioeducativas, lúdicas e socioculturais;
Desenvolvimento da autonomia	Propulsora de ações profissionais que buscam o desenvolvimento de capacidades e habilidades de modo que indivíduos e grupos possam ter condições de operar em suas próprias escolhas (CAPACITASUAS, 2008).

²³ Existe uma vasta publicação no site do MDS sobre a Assistência Social, sendo algumas publicações concernentes ao trabalho realizado nos CRAS e o funcionamento dos mesmos no contexto dos municípios. Detalhes, ver: www.mds.gov.br, link da Assistência Social.

Benefícios materiais ou em pecúnia	É uma forma de “garantia de acesso à provisão estatal, em caráter provisório, de benefícios eventuais para indivíduos e famílias expostas a riscos e vulnerabilidades circunstanciais [...]” (CAPACITASUAS, 2008, p. 47).
------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 4 – Seguranças garantidas pelos Serviços de Proteção Social.
Fonte: Organização do pesquisador, 2014.

A fim de alcançar o que preconiza a PNAS, o SUAS, enquanto modelo de gestão descentralizada e participativa, categoriza eixos estruturantes visando melhor operacionalização da política de Assistência Social. Deste modo, elencam-se: Matricialidade Sociofamiliar; descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; a Política de Recursos Humanos; a Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

No seio destes destacam-se dois pontos considerados inovadores que emergem com a PNAS e o SUAS. O primeiro refere-se à Matricialidade Sociofamiliar, tendo em vista que no contexto contemporâneo da Assistência Social o debate sobre família amplia-se e esta passa a ser compreendida tanto pelas relações de laços consanguíneos quanto pelos laços afetivos e/ou de solidariedade. Sem dúvida, este aspecto conceitual é necessário, porém polêmico diante das configurações e visões teóricas que elucidam tal temática. Afinal, “de que família está se falando?” (COUTO et al., 2011, p. 44).

O reforço da abordagem familiar no contexto das políticas sociais, [...] não apenas na assistência social requer, portanto, cuidados redobrados para que não se produzam regressões conservadoras no trato com as famílias, nem se ampliem ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres (CAPACITASUAS, 2008, p. 59).

Nesses termos, os profissionais que atuam diretamente no trabalho social com famílias, sobretudo nos CRAS, devem compreender as discussões que perpassam no âmbito familiar e como esta instituição social se posiciona na atualidade. O certo é que não se tem um modelo a ser seguido, ao contrário, existem diferentes tipos de composições familiares os quais são resultantes de uma construção sócio-histórica e agudizam-se nos meandros da década de 90 do século XX, haja vista as modificações nos planos políticos, econômicos e sociais aviltados pela proliferação de políticas neoliberais na ótica do sistema capitalista.

O segundo ponto diz respeito à inserção da abordagem territorial na política de Assistência Social. Bem observado por Couto et al. (2011, p. 50), “o território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da *questão social* e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento” (grifo da autora). A

perspectiva territorial presente na PNAS (2004) coloca a necessidade de que as ações a serem planejadas precisam levar em consideração as questões particulares que envolvem o local de atuação, o que coaduna com a perspectiva do território embasado na ideia do espaço habitado e usado, fruto das relações sociais estabelecidas entre os sujeitos que nele habitam.

Para finalizar este tópico, cabe ainda discutir dois elementos que se fazem de extrema relevância no atual processo de operacionalização da política de Assistência Social. Trata-se das Normas Operacionais, **NOB-RH/SUAS, de 2006, e a NOB/SUAS, de 2012.**

A **NOB-RH/SUAS**, aprovada pela Resolução nº 269 de 2006 e publicada pela Resolução nº 01, de 2007, representa a profissionalização da política de Assistência Social, com vistas à qualidade dos serviços públicos garantidos pelo SUAS. Tal Norma aglutina a compreensão da direção ética e política quanto ao processo de qualificação e oferta dos serviços, bem como a consolidação do direito socioassistencial.

Com base em Ferreira (2011), a NOB-RH emerge na ótica de melhor conhecer a gestão e os trabalhadores da Assistência Social, ao mesmo tempo, propor estímulos e valorização profissional desses trabalhadores a partir de mecanismos permanentes de formação e educação continuada. Sistematiza os procedimentos para composição de equipes básicas de referência nos CRAS e CREAS, as quais se consolidam em um conjunto de profissões, atribuições e competências, o que compreende a instalação da divisão sociotécnica do trabalho no contexto do SUAS.

Trata-se de uma Norma que vai de encontro com o processo do vínculo empregatício dos trabalhadores, especialmente porque no campo da Assistência Social, em boa parte dos municípios brasileiros o trabalho se efetiva de forma precarizado, com muitos trabalhadores sem vínculos permanentes. Sobre isso, a tabela a seguir explicita a situação dos trabalhadores da Assistência Social.

Tabela 1 - Quantitativo dos trabalhadores da Assistência Social por vínculo empregatício, segundo o tamanho da população dos municípios – Brasil, 2009 e 2012

Municípios por porte populacional (número de habitantes)	2009 (em percentual - %)					2012 (em percentual - %)				
	Total (valor absoluto)	Estatutários	CLT	Cargos Comissionados	Sem vínculo permanente	Total (valor absoluto)	Estatutários	CLT	Cargos Comissionados	Sem vínculo permanente
Pequeno 1 (até 20.000)	52 836	34,3	6,4	22,4	36,9	72 580	34,8	6,5	19,3	39,4
Pequeno 2 (20.001 a	39 599	34,3	8,0	18,9	38,7	55 067	32,6	8,6	17,4	41,4

50.000)										
Médio (50.001 a 100.000)	23 681	37,6	7,6	17,6	37,2	32 277	33,8	9,0	15,1	42,1
Grande (100.001 a 900.000)	37 702	39,5	14,0	16,3	30,2	54 810	39,4	12,1	15,9	32,6

Fonte: Sistematização do pesquisador a partir dos dados da MUNIC/IBGE (2012).

Os dados da tabela 1, cujas informações são impressas a partir da MUNIC/IBGE (2012) clarificam que no âmbito das administrações municipais a Assistência Social percorreu, de 2009 a 2012, entre “altos” e “baixos” nos quatro elementos analisados. No item “sem vínculo permanente” é possível notar que em todos os municípios brasileiros ocorreu um crescimento considerável de contratação de trabalhadores sem respaldo na CLT. Isso se justifica, dentre outros motivos, pela falta de concursos públicos na área do SUAS o que acarreta a fragmentação na operacionalização da política de Assistência Social.

No caso do item de trabalhadores “estatutários” verifica-se certa diferença entre os municípios. Nos de pequeno porte 1, em 2009 o percentual era de 34,3% chegando em 2012 a 34,8%. Já nos de pequeno porte 2 houve um decréscimo, visto que passou de 34,3% para 32,6%. Nos municípios de médio e grande porte, também se observa um decréscimo no percentual, pois de 37,6% caiu para 33,8%, e de 39,5% chegou em 39,4%, respectivamente. Nesses termos, põe-se em xeque a direção política do trabalho e a qualidade dos serviços socioassistenciais prestados. Questões complexas, mas que precisam ser superadas, tendo em vista o alavancar da política pública de Assistência Social.

O outro ponto a ser destacado diz respeito à **NOB/SUAS de 2012**, a qual se coloca atualmente como uma aposta, embora ainda não faça parte de todos os municípios. Esta Norma expressa os grandes avanços conquistados desde a implantação do SUAS em 2005, sobretudo no que diz respeito à contribuição da Assistência Social para o desenvolvimento social das populações brasileiras.

Ela introduz estratégias que possibilitam uma gestão com qualidade ainda maior referente à prestação de serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais. Assim, trata-se de um aprimoramento qualitativo em relação à NOB/SUAS de 2005. No entanto, cabe lembrar que passado nove anos de implantação do SUAS, permanece o desafio maior que é o de sua real efetivação conforme preconizam os documentos legislativos da Assistência Social, incluindo a questão do corpo técnico qualificado para operacionalizar, planos, programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais.

Se colocado lado a lado, NOB/SUAS de 2005 e NOB/SUAS de 2012, é possível identificar algumas mudanças no processo operacional da Assistência Social, especialmente nos níveis de gestão do SUAS com destaque para a obrigatoriedade da vigilância socioassistencial que passa a ser uma das funções da Assistência Social cuja finalidade está na produção e sistematização de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade e risco incidentes no cotidiano de indivíduos e famílias.

O panorama aqui exposto permite inferir que a Assistência Social trilhou um caminho longo desde sua origem, destacada no período de 1930 à atualidade. A fim de melhor compreensão dessa trajetória histórica, apresenta-se a figura a seguir como forma de visualização.

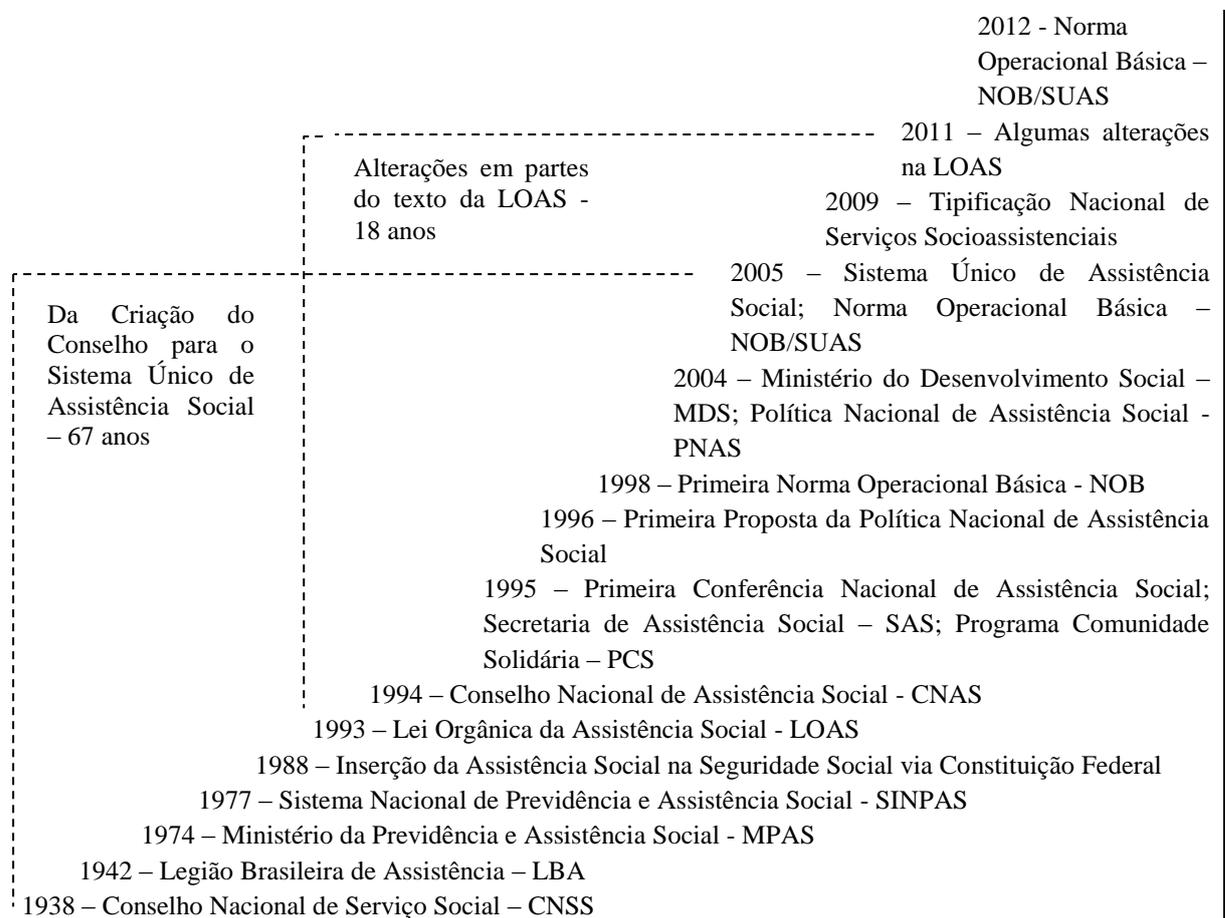


Fig. 2 – Evolução dos principais marcos legais da Assistência Social – 1938 a 2012.

Fonte: Elaboração do pesquisador a partir da fundamentação nos autores citados no capítulo II.

A partir da figura é possível visualizar, numa perspectiva cronológica, a evolução da Assistência Social desde o momento em que era considerada *não política* até o início do século XXI, período em que a mesma passa a ser considerada *política pública*. Compreende-se que esta trilha realizada não se coloca apenas para situar a política de Assistência Social,

mas pretende-se observar a forma como esta evolui ao mesmo tempo em que, alcança maior amplitude de proteção social junto aos beneficiários. Busca-se, ainda, a leitura do quanto é/ou pode ser sustentável no que concerne ao conjunto de programas, projetos, benefícios e serviços que desenham a política de Assistência Social.

Se em tempos remotos a Assistência Social era vista como prática de solidariedade e ajuda, hoje, trata-se de uma política que busca o desenvolvimento social e humano dos beneficiários com vistas ao protagonismo e construção da própria história, isto é, superação das situações de vulnerabilidade e riscos sociais. Certo que para isso, a Assistência Social deve operacionalizar-se de maneira sustentável tanto no âmbito do acesso, participação, equidade, quanto na contribuição para o cotidiano das famílias e indivíduos que buscam a intervenção desta.

Uma análise relacional entre o debate conceitual de sustentabilidade e as discussões sobre a Assistência Social desvela que há uma relação entre as questões tratadas. Desde o surgimento da LOAS, em 1993, passando pela PNAS, em 2004, e mais recentemente a NOB/SUAS de 2012, pode-se observar afirmações sobre a política de Assistência Social que convergem para uma perspectiva de sustentabilidade social. Segundo o Art. 7º, parágrafo III da NOB/SUAS (2012, p. 18), a garantia de proteção socioassistencial compreende:

Desenvolvimento de ofertas de serviços e benefícios que favoreçam aos usuários do SUAS a autonomia, resiliência, sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social [grifo nosso].

Embora, é pertinente ressaltar que durante as leituras sobre os materiais relacionados à Assistência Social, precisamente a PNAS, não se encontrou nenhum conceito sobre a categoria de sustentabilidade. Questiona-se sobre isso, porque em alguns momentos esta política menciona a necessidade de operacionalizá-la visando a sustentabilidade do conjunto de suas ações, bem como a sustentabilidade dos seus usuários. Contudo, não deixa claro de que ponto de vista compreende a categoria sustentabilidade, pois, como já abordado, este termo é complexo e polêmico no âmbito das produções acadêmicas. Destarte, compreende-se que, pela forma como a Assistência Social é gestada, sua proposta de sustentabilidade caminha na direção do discurso do desenvolvimento sustentável, logo, sua intervenção operacional responde mais aos interesses do Estado tornando-se contraditória na sua manifestação junto à classe trabalhadora.

Garantir aos usuários um conjunto de questões-base para autonomia e dignidade pessoal e social, sem dúvida, ainda é um grande desafio da política de Assistência Social. Isso porque, não se pode perder de vista que se vive numa sociedade regida por um modo de produção capitalista, onde as desigualdades sociais, a pobreza social e econômica são aguçadas cotidianamente. Ainda, as investidas do poder governamental, sobretudo às populações *subalternizadas*, não conseguem dar conta de atender a realidade, pois o cenário atual é multifocal com problemáticas diversas e complexas de resolutividade. Assim, trabalhar as políticas públicas numa ótica sustentável, mas com foco num projeto de sociedade de justiça e equidade social, parece ser uma via contributiva pela qual todos os atores sociais possam cada vez mais afirmar-se como sujeitos de direitos em todo território nacional.

Partindo deste entendimento, bem como, por entender a pluralidade que formata o contexto brasileiro, aborda-se a seguir um panorama da política de Assistência Social na região amazônica, especialmente no Estado do Amazonas, tendo em vista a necessidade de localização e organização da PSB nos municípios de abrangência do estudo.

2.3 PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DO AMAZONAS: UMA LEITURA DOS MUNICÍPIOS DE MAUÉS E PARINTINS

Tecer considerações sobre a Assistência Social no Estado do Amazonas com ênfase nos municípios de Maués e Parintins, é o objetivo deste tópico. Contudo, compreende-se que esta discussão pressupõe, em primeiro plano, fazer um panorama da Assistência Social na região amazônica, considerando a diversidade sociocultural, econômica, territorial e as peculiaridades da região no contexto do modo de produção capitalista.

Com base nos estudos de vários autores (SCHERER, 1989; TEIXEIRA, 1998 e 2009; MACIEL, 2002; SILVA, C. 2012), entende-se que a Assistência Social faz parte do contexto sócio-histórico de formação da Amazônia. Seguindo os ditames do cenário nacional, na realidade amazônica a Assistência Social emerge com práticas caritativas e de benemerência, passando pelo estágio de consolidação como política pública e afirmando-se na atualidade numa perspectiva de política que tem muito a contribuir para o desenvolvimento social e humano das populações amazônicas. Embora, ainda se presencie fragilidades na sua operacionalização.

De acordo com Teixeira (1998), na Amazônia o Estado é ínfimo em sua atuação, pois privilegia as políticas econômicas e investe uma parcela irrisória de recursos no campo Social. Explica ainda, na constituição das políticas públicas na Amazônia, o Estado sempre

atuou na ótica do sistema capitalista, buscando riqueza material, cuja “[...] realidade oscila em prosperidade e oportunidade para uns e miséria e dificuldades para a maioria” (p. 104).

Importa sinalizar, segundo Teixeira (1998), que falar de Assistência Social na Amazônia requer, *a priori*, entender de que Amazônia se está falando, pois, sua constituição sócio-histórica pressupõe tratá-la de forma heterogênea. Tal heterogeneidade se expressa na exuberância e riqueza dos recursos naturais, no complexo da biodiversidade, no universo de povos e culturas, na ganância do capitalismo que destrói e avança no desmatamento do verde, na ideologia dos ditos projetos de desenvolvimento pensados na lógica da modernização conservadora, na localidade onde estão concentradas as grandes hidrelétricas como as de Tucuruí e Balbina, enfim, num mosaico que não permite entendê-lo de maneira homogêneo. Logo, considera-se a importância da Assistência Social neste emaranhado de formação regional, porém, acreditando na efetivação de uma política que deixa de entrar pela porta dos fundos das políticas públicas e assume a perspectiva do direito e princípio da justiça social.

Neste cenário complexificado, Maciel (2002, p. 134) registra que:

[...] a assistência social precisa considerar, em sua elaboração, os modos de articulação/regulação da vida cotidiana na heterogeneidade e complexidade da Região [Amazônica], para, em sua intervenção assistencial, fortalecer as redes mais frágeis presentes na luta pela sobrevivência diária. Este é, sem dúvida, um dos maiores desafios práticos, teóricos e políticos para a intervenção da área assistencial.

Tais desafios de intervenção só podem ser compreendidos no bojo dos processos de construção da política de Assistência Social na Amazônia. Assim, apesar da extrema importância que tem a supracitada política, o desafio de concretizá-la na Amazônia se dá justamente pelo fato de que desde os anos 60 até 80 do século XX, período de maiores aprofundamentos sobre as políticas de desenvolvimento da região, a intervenção do Estado assentou-se, sobretudo, na lógica de ocupação da riqueza material e busca pelo capital, desconsiderando o modo de viver do povo amazônico. Esta ideia aprofundou-se no limiar dos anos 90, tendo em vista as repercussões do neoliberalismo que incidiram diretamente na forma de gestar as políticas públicas no Brasil e conseqüentemente na região.

No caso da Assistência Social, a esperança de renovação interventiva desta política na Amazônia sobreveio com a criação da CF e a LOAS, trazendo para o debate o processo de descentralização, oportunizando aos municípios a municipalização de suas próprias políticas de Assistência Social. Tal fato, conforme Teixeira (2008, p. 149), rompe com a visão padronizada de uma política que, na sua essência, sempre foi pensada “[...] para uma realidade

urbano-industrial sul-sudeste”. Não obstante, para uma real descentralização como pede a LOAS é preciso fiscalização aproximada e contínua, o que ainda não ocorre efetivamente.

Para a autora, o mais grave da Assistência Social no contexto amazônico é que:

Há ainda muitos governantes e gestores que continuam comungando com os valores medievais da ajuda, como ação episódica, como esforço voluntário, como tutela, como favor, como caridade, como clientelismo, como instrumento de poder e de formação de redutos eleitorais [...]. As políticas sociais, na ótica dos *direitos*, devem articular suas estratégias de enfrentamento da pobreza e da dita “exclusão”, na região, com medidas que contemplem demandas de caráter estrutural, além de conjunturais e emergenciais (Idem, p. 150, grifo da autora).

São estas questões acima evidenciadas que não deveriam estar no processo de operacionalização da política de Assistência Social na Amazônia, no entanto são identificadas em vários contextos e com frequência. É preciso avançar, romper com a benesse do Estado, consolidar a perspectiva do direito e contribuir de fato para o protagonismo e construção social e humana das populações.

Afunilando a discussão, enquanto Amazônia Legal, este território abarca 08 (oito) estados, a saber: Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins, Pará, Amazonas, Maranhão e Mato Grosso. Dentre estes, o Amazonas aparece como sendo o maior em extensão territorial, inclusive do Brasil, por possuir 1.559.161,682 km², embora detenha um dos mais baixos índices de densidade demográfica, ou seja, 2,23 habitantes por km² (IBGE, 2010). Neste território, existem 62 municípios com população de 3.483,985 habitantes, dos quais 2.755.490 vivem na área urbana e 728.495 na área rural.

De acordo com Souza (2011), este número expressivo de população que vive na zona urbana do Amazonas tem sua maior incidência a partir da década de 70 do século XX, haja vista as repercussões da criação da Zona Franca (ZFM) que apontava para a criação de empregos, especialmente na capital Manaus. Embora se deva evidenciar que a ZFM é idealizada “na perspectiva da integração nacional e de responder ao grande capital [...], sendo um projeto que se constitui em um momento de expansão do grande capital, centrado no setor produtivo de bens de consumo duráveis [...]” (MOURÃO, 2009, p. 19), neste caso não atendendo as necessidades existentes na região de forma específica.

A lógica de centralização da população na capital do Estado do Amazonas revela, segundo Souza (2011), a dinâmica de ação estatal que historicamente privilegiou o grande centro urbano, em detrimento dos pequenos municípios, em que pese algumas iniciativas de investimentos mais recentes, sobretudo na educação com a implantação/ampliação de instituições universitárias estaduais e federais. Neste sentido, afirma a autora:

O impacto dessa opção de investimento governamentais centralizados em Manaus, é que cada vez mais os habitantes dos municípios do interior buscam a capital para atender suas demandas por melhores oportunidades de trabalho, educação, moradia, etc., elevando ainda mais concentração populacional em Manaus. (idem, p. 26).

Ao que parece, o processo rural-urbano no referido Estado é uma constante que permanece na contemporaneidade, porquanto exige intervenções qualificadas das políticas públicas com intuito de melhores perspectivas de vida para as populações locais. Neste ínterim, insere-se a proposta da Assistência Social com suas ramificações em serviços, programas, projetos, benefícios e ações voltadas para as famílias que se encontram em vulnerabilidade social a fim de garantir a sustentabilidade destas, seja na área urbana ou rural.

Em relação ao número populacional do Estado do Amazonas verifica-se um percentual bastante elevado no que tange ao quadro de extrema pobreza da população, conforme situado na tabela 2.

Tabela 2 – População do Estado do Amazonas, por divisão rural e urbana, e por distribuição de faixa etária de idade em situação de extrema pobreza

População Total				População com renda per capita abaixo de R\$ 70,00					
Urbana	%	Rural	%	Urbana	%	Rural	%		
				298.771	46,06	349.923	53,94		
2.755.490	79,09	728.495	20,91	Distribuição por faixa etária de idade – rural e urbana					
				0 a 4	5 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 50	65 ou mais
				101.659	201.899	74.169	176.372	75.366	19.229
%				15,6	31,12	11,43	27,19	11,62	2,96
Total = 3.483.985				Total = 648.694					

Fonte: Sistematização do Pesquisador a partir do Relatório de Programas e Ações do MDS, Estado do Amazonas, com base nos dados do IBGE (2010).

Os dados da tabela 2 ratificam as assertivas aludidas por Souza (2011) ao mencionar que o maior número populacional do Estado do Amazonas está concentrado na zona urbana. As informações do IBGE (2010) desvelam que 79,09% dos habitantes amazonenses estão localizados no contexto urbano dos municípios, em contraposição, 20,91% se encontram no meio rural. Há várias explicações para tal situação, sendo uma delas a parca intervenção do poder estatal na área rural o que impulsiona os moradores a migrarem para as cidades na perspectiva de melhoria na qualidade de vida.

Por outro lado, a população em situação de extrema pobreza (renda per capita abaixo de R\$ 70,00) é maior no contexto rural, pois, segundo os dados do IBGE (2010), o percentual

deste público equivale a 53,94%, uma diferença de 7,88% em relação ao público urbano, cujo percentual equivale a 46,06%. Vale registrar que neste universo de extrema pobreza os dois mais altos índices por faixa etária de idade encontram-se no intervalo de 5 a 14 anos (31,12%) e 20 a 39 anos (27,19%). Ou seja, tais dados refletem que no Amazonas há um grande número de famílias com renda per capita de R\$ 70,00, equivalendo a mínimas condições de vida.

Neste sentido, ao tomar como base os objetivos da Assistência Social contidos na PNAS (2004), entende-se que se trata de uma política que, ao lado de outras políticas públicas, deveriam assegurar para a população amazonense ações de intensa contribuição na medida em que se preconizada sua operacionalização de forma equânime, justa e acessível aos que dela necessitam. Entretanto, esta condição de política continua sendo desafio de efetivação frente ao cenário de ofensiva neoliberal, onde não exclui a região amazônica.

Na mesma direção do contexto nacional, no Amazonas a política de Assistência Social segue as regulamentações do SUAS para operacionalizar o trabalho desenvolvido pela proteção social básica e especial. Neste caso a gestão é comandada pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS). Em se tratando da PSB com foco nos CRAS, o Relatório de Informações Sociais (2014), evidencia a existência de CRAS cofinanciados em todos os 62 municípios do Estado, o que significa um avanço neste item da política, contudo, é sabido das dificuldades e fragilidades que, muitas vezes, permeiam a efetividade das ações e serviços realizados nos CRAS das regiões brasileiras, especificamente no Amazonas (COUTO et al., 2011; RIBEIRO, 2011; CAVALCANTE, 2012). A tabela na sequência sistematiza a organização da Assistência Social quanto a instituições básicas no nível de Estado.

Tabela 3 – Quantitativo básico de instituições organizacionais da política de Assistência Social – Brasil e Estado do Amazonas/ Primeiro Semestre 2014

Instituições	Implantados (ativos no CADSUAS)		Cofinanciados pelo MDS			Cofinanciados em implantação		Lanchas de Assistência Social - AM
	BR	AM	BR	AM	Municípios/AM	BR	AM	
CRAS	7.989	90	7.497	92	62	141	4	42
CREAS	2.268	34	2.325	41	41	204	7	
Centro POP	151	1	304	2	2	157	1	

Fonte: Sistematização do Pesquisador a partir do Relatório de Programas e Ações do MDS – 2014/1.

As informações demonstram o quadro organizacional das instituições consideradas básicas da política de Assistência Social no Estado do Amazonas. É possível perceber que há diferenciais entre as instituições implantadas e ativas no CADSUAS e aquelas cofinanciadas

pelo MDS. No caso do Amazonas, existem 92 CRAS cofinanciados, porém, apenas 90 aparecem como ativos no CADSUAS. Compreende-se então, que uma ou duas gestões municipais não estão formalizando os registros no Sistema de Cadastro do SUAS. Por outro lado, observa-se como positivo nesse processo a presença de CRAS em todos os municípios do Amazonas, sendo que alguns possuem mais de uma instituição implantada. Este número tende a aumentar já que verifica-se pela tabela mais 4 em processo de implantação.

Este quadro das instituições precisa de uma reflexão quanto à operacionalização de seus serviços socioassistenciais no cotidiano de trabalho, uma vez que não é suficiente a criação de qualquer que seja a instituição, é necessário oferecer, ao mesmo tempo, todos os recursos plausíveis para a real efetividade das ações: estrutura e infraestrutura adequadas, recursos humanos qualificados, materiais e financeiros. Da mesma forma, os profissionais que se situam na “ponta” de execução do trabalho precisam assumir com compromisso ético-político e consolidar as atividades dentro de uma perspectiva humana, equânime e justa, haja vista o alcance e enfrentamento da vulnerabilidade social, ao mesmo tempo, precisam das condições adequadas para este atendimento.

Destaca-se ainda a partir da leitura da Tabela 3 a presença de lanchas da Assistência Social na realidade dos municípios amazonenses, perfazendo um total de 42. Tal questão assenta-se de suma importância em razão das peculiaridades que compõe o cenário da região. O rural, principalmente aqueles locais mais longínquos, dificilmente são alcançados pelos projetos, programas, benefícios e demais ações da Assistência Social, requerendo assim um trabalho, ainda que parcial, dos profissionais que saem das sedes municipais e deslocam-se para as localidades distantes da área urbana.

Considerando a complexidade do debate, sobretudo de operacionalização da política de Assistência Social no Amazonas, alguns estudos já foram realizados, situando questões que tratam a intervenção desta política junto aos seus beneficiários. Todavia, com a pesquisa identificou-se que em nenhum deles se assenta a investigação específica sobre até que ponto os serviços socioassistenciais se configuram no viés da sustentabilidade frente às situações de vulnerabilidade pelas quais passam parcela dos usuários da Assistência Social.

Rolim (2009) analisou a efetividade do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da SEAS, tomando como base de discussão o SUAS. De forma bastante coerente, a autora tece considerações sobre os limites e potencialidades do trabalho realizado pela SEAS e aponta que a criação de uma Gerência de Informação para dar suporte ao Monitoramento e Avaliação foi um dos grandes avanços no âmbito da SEAS, isso porque serviu como ferramenta de mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de

Assistência Social a nível estadual. O que se observa na pesquisa é que a SEAS ainda encontra desafios de efetivar o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação em todos os 62 municípios do Estado, pois bem observado, trata-se de uma realidade macro que requer diversas estratégias, precisamente para alcance daqueles territórios mais longínquos, como é o caso das áreas rurais.

Cavalcante (2012), por sua vez, faz uma análise minuciosa sobre a operacionalização da Assistência Social em Manaus a partir dos eixos estruturantes do SUAS. No decorrer do seu trabalho, é possível observar que, assim como em outras localidades do país, em Manaus a política de Assistência Social ainda tem muito a percorrer no sentido de consolidar-se conforme prescreve seus documentos bases de orientação para operacionalização.

É preciso reconhecer, no entanto, que as informações produzidas pela pesquisa indicam que o SUAS tem se concretizado no município, mas num matiz e segundo uma compreensão muito aquém da sua sistemática legal e normativa. Por isso, a SEMASDH precisa fazer o trânsito da engenharia institucional do texto da lei do SUAS e criar mediações e condições objetivas para a sua concretização (Idem, p. 173).

Com aprofundamento da pesquisa de campo, a autora é enfática ao dizer que, em Manaus, a Assistência Social no âmbito da proteção social básica, ainda apresenta fragilidades na sua operacionalização. Ao mesmo tempo em que aponta os avanços e conquistas, Cavalcante (2012) desvela também, as fragmentações no trabalho que é realizado, cuja resposta para isso, de alguma forma, está nas condições precárias de trabalho, nos poucos investimentos financeiros, materiais insuficientes e recurso humano não qualificado.

A fim de particularizar o debate, Caldas (2011) buscou discutir as representações sociais acerca do controle social da política de Assistência Social e a relação de sua operacionalização com a garantia do acesso aos direitos sociais. A autora aportou como *locus* de pesquisa o município de Maués, especificamente a SEMAS daquele município e algumas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família moradoras da comunidade do Pupunhal. Os dados refletem “os fatores positivos e negativos que perpassam o controle social a partir das representações sociais dos sujeitos da pesquisa” (CALDAS, 2011, p. 150), ao mesmo tempo, ressalta a necessidade de persistência de luta do conselho municipal, haja vista seu papel político representando assim, maior acesso da população daquela localidade à política de Assistência Social, considerando as peculiaridades identificadas nas comunidades do município de Maués.

Neste sentido, compreende-se a importância e necessidade da realização de pesquisas sobre as políticas públicas na realidade dos municípios amazônicos que, para tanto, requer certa particularização das localidades, tendo em vista um maior aprofundamento e qualificação dos debates.

Do ponto de vista administrativo, o Estado do Amazonas divide-se em nove sub-regiões. Em se tratando da divisão por territórios está dividido em dois grandes conjuntos: Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, conforme detalhado no quadro a seguir.

Divisão administrativa		Divisão por territórios/Região	
Região	Correspondência da Região	Territórios Rurais	Territórios da Cidadania
1ª Sub-Região	Alto Solimões	Madeira	Madeira
2ª Sub-Região	Triângulo: Jutai/Solimões/Juruá	Alto Rio Negro	Alto Rio Negro
3ª Sub-Região	Purus	Mesorregião do Alto Solimões	Médio Juruá
4ª Sub-Região	Juruá	Baixo Amazonas	Baixo Amazonas
5ª Sub-Região	Madeira	Manaus e Entorno	Manaus e Entorno
6ª Sub-Região	Alto Rio Negro	Alto Juruá	Alto Juruá
7ª Sub-Região	Rio Negro/Solimões		
8ª Sub-Região	Médio Amazonas		
9ª Sub-Região	Baixo Amazonas		

Quadro 5 – Subdivisão do Estado do Amazonas, segundo área Administrativa e Territorial – 2010.
Fonte: SEPLAN, 2010; Sistema de Informações Territoriais/MDA (2014).

O quadro 5 sintetiza o processo de divisão do Amazonas tanto por sub-regiões quanto por áreas territoriais. Os 62 municípios do Estado estão inseridos nestas localidades e, certamente, compreende-se a complexidade de uma análise profícua sobre a política de Assistência Social nas sub-regiões. Assim, o presente estudo centra-se nos Territórios da Cidadania, especificamente a área que compreende o Baixo Amazonas, pois é dentro deste limite territorial que estão localizados os municípios de Maués e Parintins, os quais protagonizaram o *lócus* da pesquisa de campo.

O Território da Cidadania Baixo Amazonas é constituído por sete municípios. A extensão territorial representa 6,8% da área total do Estado do Amazonas e sua população corresponde a 7,2% também do total do Estado (IBGE, 2010). A figura a seguir demonstra a localização territorial do Baixo Amazonas e os devidos municípios em sua situação geográfica.

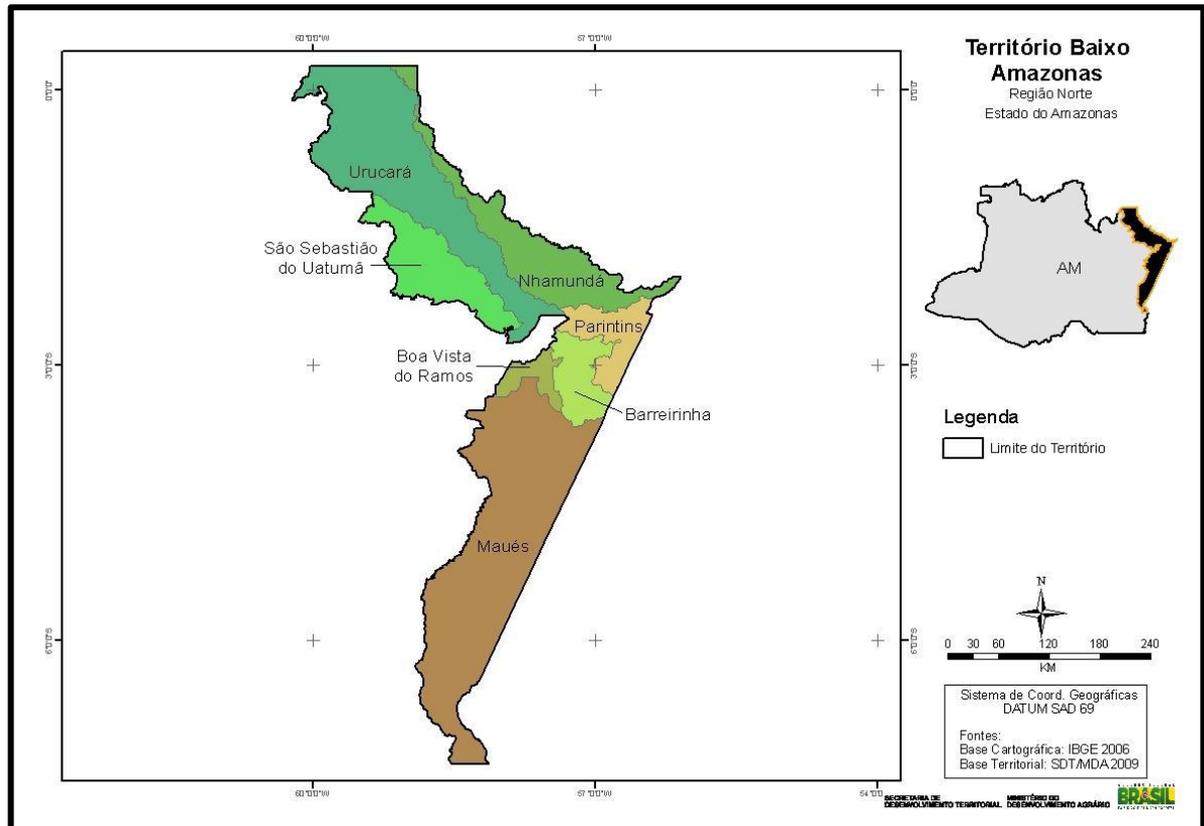


Fig. 3 – Localização dos municípios pertencentes ao Território da Cidadania Baixo Amazonas.
 Fonte: Sistema de Informações Territoriais/ Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014).

Como se pode observar no mapa, o Baixo Amazonas representa a área que fica no extremo com o Estado do Pará. Em termos populacionais, os municípios perfilam entre aqueles de pequeno porte: Urucará (17.094 hab.), São Sebastião do Uatumã (10.705 hab.), Nhamundá (18.278 hab.), Boa Vista do Ramos (14.979 hab.) e Barreirinha (27.355 hab.); Médio porte: Maués (52.236 hab.); grande porte: Parintins (102.033 hab.).

São municípios que, mesmo inseridos num território macro, possuem peculiaridades e representações sociais no cotidiano das populações ali residentes. É fato que uma das maiores questões que os mantêm em comum diz respeito ao fenômeno da enchente e vazante dos rios, pois alguns são atingidos em maior grau e outros menos. Nesses casos, a política de Assistência Social, em boa parte, acaba por assumir a base do “iceberg” juntamente com a Saúde e a Defesa Civil já que os poderes governamentais (Estado e Município) passam as responsabilidades a estas esferas, sobretudo quanto ao processo de doação de cestas básicas e medicamentos em geral, ou ainda, criando programas pontuais de transferência de renda, principalmente para as famílias das áreas rurais atingidas nos períodos da enchente.

Diante desse contexto, visando melhor compreender a dinâmica de organização e operacionalização da política de Assistência Social nestes municípios, cuja leitura faz-se com

base na perspectiva da sustentabilidade social, a seguir destaca-se, entre os municípios do Baixo Amazonas, Maués e Parintins, os quais fizeram parte da pesquisa de campo, logo a necessidade de discutir a política de Assistência Social, focalizando na proteção social básica e com destaque para as sedes dos municípios, pois são nas cidades que estão centradas as SEMAS e os CRAS.

2.3.1 O modo de organização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins

Caracterização do município de Maués: história, economia, sociedade e cultura

Maués, banhado pelas águas do Rio Maués-Açu, pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins. Localiza-se a leste do Estado do Amazonas, possui área territorial de 39.989,886 km² ficando, a cidade, distante da Capital Manaus a 276 km em linha reta, ou equivalente a 45 minutos por via aérea e 356 km via fluvial. Apresenta limites geográficos ao **Norte** com Boa Vista do Ramos e Barreirinha, **Sul** com Apuí, **Leste** com o Estado do Pará e a **Oeste** com Itacoatiara, Borba e Nova Olinda do Norte. Conforme Cerqua (2009) e Gruber et al (2010), o nome, **Maués**, é originário de dois vocábulos da Língua Tupi. **MAU** – adjetivo que se traduz por curioso, inteligente, abelhudo; **UEU** – Ave Trepadeira da casta dos Papagaios. Assim, **Maué ou Maue**, é o nome usado para designar a nação indígena que habitava a região, assim se traduz por “papagaio curioso e inteligente”. O **S** – é uma caracterização do plural da língua portuguesa.

Documentos primários encontrados na Biblioteca Municipal²⁴ da cidade de Maués evidenciam alguns remotes históricos de formação daquela localidade. Segundo este Documento e Cerqua (2009), Maués originou-se da “Vila dos Maguases” fundada em 1669 por Padres Jesuítas em uma aldeia de índios Maués. Estes indígenas são os pioneiros no cultivo da planta do guaraná, cujo fruto é tido como principal produto agrícola da cidade.

Por volta de 1759, os missionários jesuítas foram expulsos da região amazônica em razão do decreto do Ministro Marquês de Pombal e com isso os Maguases desapareceram da região. Em 1798, a Vila dos Maguases foi restaurada, agora com o nome de “Nossa Senhora da Conceição de Luséa” cuja fundação esteve sob a responsabilidade dos portugueses, Luís

²⁴ Durante a pesquisa de campo na cidade de Maués, buscou-se por materiais teóricos que abordassem a história do município. Duas fontes consideradas principais foram encontradas. A primeira diz respeito a um documento organizado pela Coordenação da Biblioteca Municipal “Almir Gomes de Almeida”. A segunda reporta-se ao Livro “A História de Maués: um caminho através do tempo” organizado por Xico Gruber (2010).

Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, os quais juntaram 242 famílias de índios Maués e Mundurucus para organizar a povoação, local este que já servira de território para a aldeia mundurucu denominada de “Uacituba” (que significa terra grande e fértil) (CERQUA, 2009; GRUBER et al., 2010).

Até meados de 1800, Luséa sofreu distintas mudanças no que concerne à sua organização. Em 11 de Setembro de 1865, por meio da Lei nº 151, a sede de Luséa passou a denominar-se Vila da Conceição. Já em 1892, por Lei Estadual nº 35, o município e sua sede ganha a denominação de Maués. Contudo, somente em 1896 foi elevado à categoria de cidade a partir da promulgação da Lei Estadual nº 137. Por volta de 1931, através do Ato nº 45, Maués manteve-se como município, porém, em 1955 perde parte do seu território dando origem ao município de Nova Olinda do Norte, e mais tarde, em 1981, perde novamente outra parte a qual dará início do município de Boa Vista do Ramos (GRUBER et al., 2010).

Nesta trajetória de constituição do município e da cidade, os índios tiveram extrema contribuição, pois são eles que estão na base e no desenrolar do processo mantendo, em muitos momentos, sua tradição cultural do ser indígena. Da mesma maneira, o fruto do guaraná assenta-se como partícipe dessa trajetória já que, a produção deste contribuiu e continua ainda hoje participando da economia do município. Sobre isso, Guber et al (2010, p. 12), destaca que, em “1905 o Dr. Luiz Pereira Barreto, cientista, após pesquisa sobre o guaraná, desenvolve o extrato que possibilita a fabricação do 1º refrigerante de guaraná com sabor próprio denominado ‘SORF DRINK’S’ [...]. Até então o consumo era apenas de produto em pó ou bastão”.

Um ponto que precisa ser evidenciado no bojo da formação de Maués diz respeito aos Prefeitos que, juntamente com seus secretariados e sociedade civil estão na ponta de discussão quanto à consolidação do município e efetivação das políticas públicas. Conforme Gruber et al (2010), o ano de 1947 é marco de visualização do primeiro prefeito de Maués representado pela figura de José Michiles. Até 2012, já se teve 15 (quinze) prefeitos que comandaram a gestão maior do município.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010) este município possui população de 52.236 habitantes; destes, 25.832 (49,45%) são moradores da zona urbana e 26.044 (50,55%) são habitantes da zona rural. Este número populacional faz de Maués o segundo maior município em população do Território da Cidadania Baixo Amazonas. A figura sequenciada localiza-o geograficamente com destaque para a área urbana.

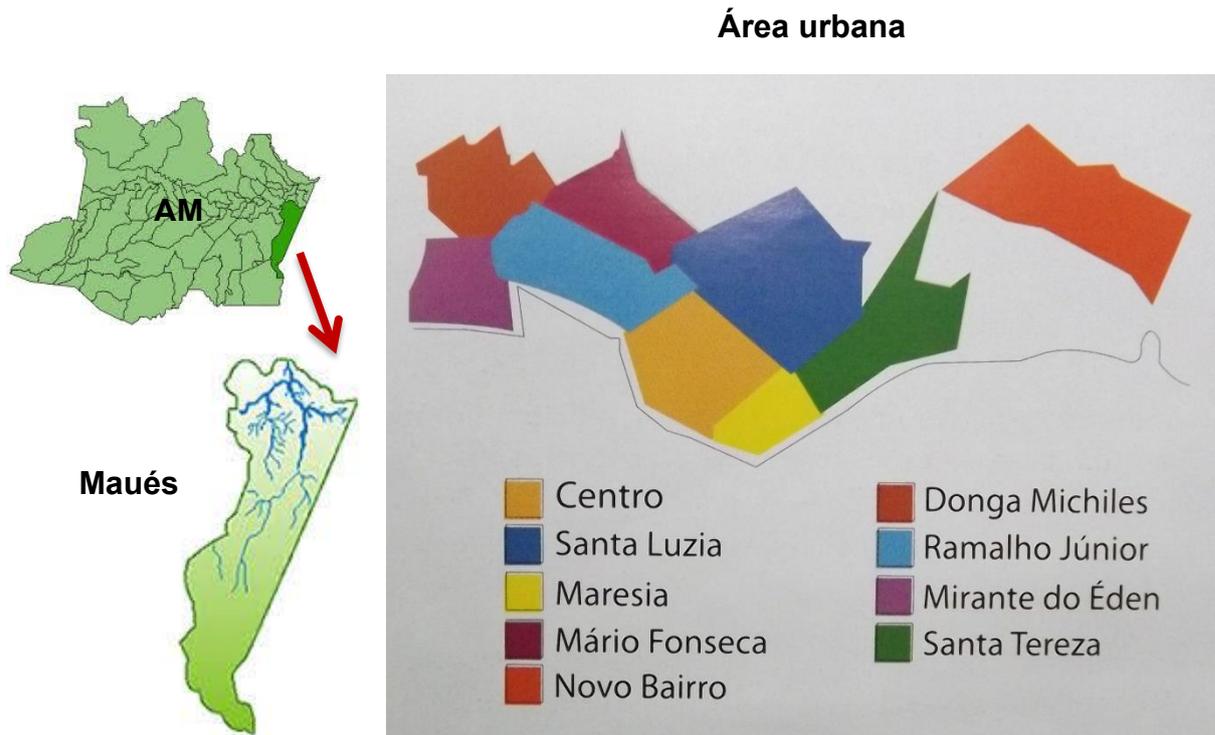


Fig. 4 – Localização do Município de Maués-AM com destaque para a área urbana.
 Fonte: Organização do Pesquisador com base no site www.google.com.br; e Gruber et al. (2010).

Conforme a figura 4, a cidade de Maués possui atualmente 09 bairros, a saber: Centro, Santa Luzia, Maresia, Mário Fonseca, Donga Michiles, Ramalho Júnior, Mirante do Éden, Santa Tereza, Novo Bairro. Entre estes, o Santa Luzia é o que possui maior número populacional (7.374 hab.) e é onde está localizado o CRAS I, uma das instituições participantes da pesquisa de campo.

O Relatório de Informações Sociais divulgado pelo MDS, o qual possui os dados embasados no Censo Demográfico do IBGE (2010), revela algumas questões no que se refere aos bens e serviços sociais básicos do contexto urbano do município: a energia elétrica é fornecida para uma boa parte dos domicílios (76,82%); a coleta de lixo atende 49,6% das residências; o abastecimento da rede de água concentra-se em 52,0% dos domicílios particulares permanentes; apenas 29,2% das moradias possuíam esgotamento sanitário adequado; a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos ou mais perfazia 10,0%.

No que concerne ao nível de pobreza em termos proporcionais no município, 19.103 habitantes (36,6%) se encontram num quadro de extrema pobreza, cuja intensidade maior recai na área rural (57,2%) em relação ao percentual da zona urbana (15,5%). O PIB do município entre os anos de 2005 e 2009 cresceu 61,6%, o que em milhões equivale a R\$ 140,5 para R\$ 226,9. A maior contribuição para tal foi do setor de Serviços, isto é, 62,7%.

Estes percentuais, dentre outros elementos que estruturam a dinâmica sociocultural e econômica do município, convergem para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Segundo o relatório do PNUD (2013) o IDH de Maués é considerado baixo, pois atualmente está entre 0,5 e 0,599, sendo que o limite máximo é 1. Veja-se a tabela a seguir.

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Maués

Ano	IDHM	Componentes do IDH		
		Educação	Longevidade	Renda
1991	0,333	0,118	0,660	0,475
2000	0,454	0,257	0,714	0,510
2010	0,588	0,464	0,800	0,549

Fonte: PNUD, 2013.

Entre 1991 e 2000 o IDHM passou de 0,333 para 0,454. Esse intervalo, segundo o PNUD (2013), representa uma taxa de crescimento de 36,34%. De 2000 a 2010 o IDHM passou de 0,454 para 0,588, isso quer dizer que houve uma taxa de crescimento de 29,52%. E nas últimas duas décadas, de 1991 a 2010, Maués teve um incremento no seu IDHM de 76,58%, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (56%). Com o IDHM atual de 0,588, Maués ocupa a 18ª posição em relação aos 62 municípios do Amazonas. E seu IDHM é baixo, porque está distante do nível muito alto que é de 0,800 a 1,000.

Compreende-se que o IDH de um município é resultado de um conjunto de elementos os quais implicam, num bom nível educacional, em maior esperança de vida e renda familiar compatível com sua composição. Entre tais elementos, está o acesso, participação e equidade dos sujeitos no atendimento das políticas públicas, questão essa que não exige a Assistência Social.

Sobre o item renda, é possível afirmar, boa parte desta é advinda da inserção no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. No caso dos postos de trabalhos formais, em Maués houve um percentual maior e positivo entre 2004 e 2010. O gráfico abaixo sistematiza as informações.

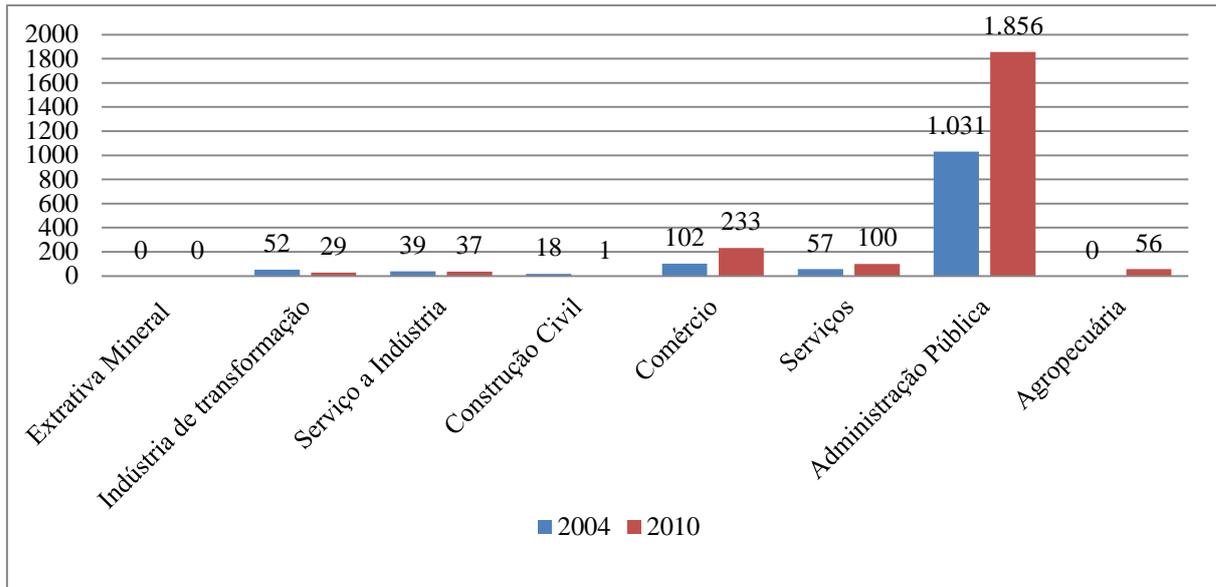


Gráfico 1 – Distribuição por postos de trabalhos formais por setor de atividades no município em 2004 e 2010.
Fonte: Relatório de Informações Sociais/IBGE (2010).

Pelo gráfico 1 nota-se que Administração Pública, tanto em 2004 quanto em 2010, foi o setor com maior volume de empregos formais, com 1.031 e 1.856 postos de trabalho respectivamente, seguido pelo setor de Comércio com 102 e 233 postos. Somados, estes dois setores representavam, em 2010, 90,4% do total dos empregos formais do município. Por outro lado, os setores que mais aumentaram a participação na estrutura do emprego formal do município foram Agropecuária (de 0,00% em 2004 para 2,42% em 2010) e Comércio (de 7,85% para 10,08%). A que mais perdeu participação foi Indústria de Transformação de 4,00% para 1,25%.

No âmbito da cidade, cabe mencionar que assim como em muitas cidades do Brasil, Maués também tem suas raízes e festas populares que demarcam, em boa parte, o quadro cultural daquele território. Anualmente, os Festivais de Verão e do Guaraná são destaques em nível nacional e esbanjam a riqueza cultural do município no segundo semestre do ano. A fruta do guaraná utilizada em grande escala pelos moradores e contribuinte da economia na cidade simboliza o nome de um dos festivais.

Caracterização do município de Parintins: história, economia, sociedade e cultura

Os estudos históricos sobre a emergência do município de Parintins ainda apresentam lacunas no que tange à data específica de seu surgimento, característica que não se encerra em Parintins, mas está presente no cenário nacional. Alguns autores (CERQUA, 2009; 2003; SAUNIER, 2003) defendem a emergência do município por volta de 1600, com a chegada

dos Padres Manuel Pires e Manuel Souza à ilha onde está localizada a cidade; outros como Bittencourt (2001) explicita que sua base de fundação situa-se nas últimas décadas do século XVIII. Contudo, é comum o fato de se encontrar nas literaturas que, assim como em Maués, os primeiros habitantes foram os indígenas compreendidos em muitas etnias.

Conforme as assertivas de Bittencourt (2001), a sede atual de Parintins é uma das ilhas onde viviam os índios Tupinambás que foram identificados a partir de expedições enviadas ao Rio Amazonas ainda no período colonial a mando do Governo Português. Este período remonta a 1796 quando, em uma das viagens de exploração à região amazônica, ficaram neste território o Capitão José Pedro Cordovil juntamente com seus escravos e agregados e, por consequência, dedicaram-se às atividades de agricultura, pesca, plantios de tabaco e produção de farinha.

De posse daquela terra, Cordovil deu-lhe o nome de Tupinambarana, cuja origem não se refere aos Tupinambás, mas, a um grupo de índios chamados Parintintin. Cerqua (2009), diz que a palavra Tupinambarana significa “tupi não verdadeiro”, isto é, são os índios derivados de mestiçagem. Dentre os grupos Tupis, existia um com denominação de Parintintin. Este último nome dá origem ao nome Parintins.

Desde sua origem até a consolidação como município, Parintins recebeu diversas denominações: Vila Nova da Rainha (1803), novamente Tupinambarana (1832), Vila Bela da Imperatriz (1848). Contudo, a criação da Província do Amazonas em 1850 vai trazer mudanças quanto à organização dos territórios amazonenses, tanto que, em 15 de outubro de 1852 por meio da Lei nº 02, tal Vila passa à condição de Município da Província. Em 1880, pela lei provincial nº 499, é mais uma vez emancipada, tornando-se agora Parintins (BITTENCOURT, 2001; SAUNIER, 2003).

No que diz respeito à organização política de Parintins, o município tem, assim como Maués, sua primeira “figura” de Prefeito no ano de 1947 em nome de Júlio Furtado Belém. A partir de então, a gestão municipal foi sendo intercalada e até o momento, em torno de 15 prefeitos já comandaram aquele território.

A cidade de Parintins está situada à margem direita do Rio Amazonas, banhada por águas barrentas formando uma ilha; possui área territorial de 5.952 km² e fica distante da capital Manauara a 369 km em linha reta e 420 km via fluvial. O acesso a esta localidade é somente via aéreo com duração de 50min, e/ou fluvial com aproximadamente 18h de barco. De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2010), o município abarca uma população de 102.033 habitantes; destes, 69.890 (68,50%) estão situados na zona urbana e 32.143 (31,50%) contabilizados na zona rural. Esta estimativa populacional faz de Parintins o

segundo maior município do Estado do Amazonas. Abaixo, a figura de localização do município no Território da Cidadania Baixo Amazonas, bem como imagem área da cidade.

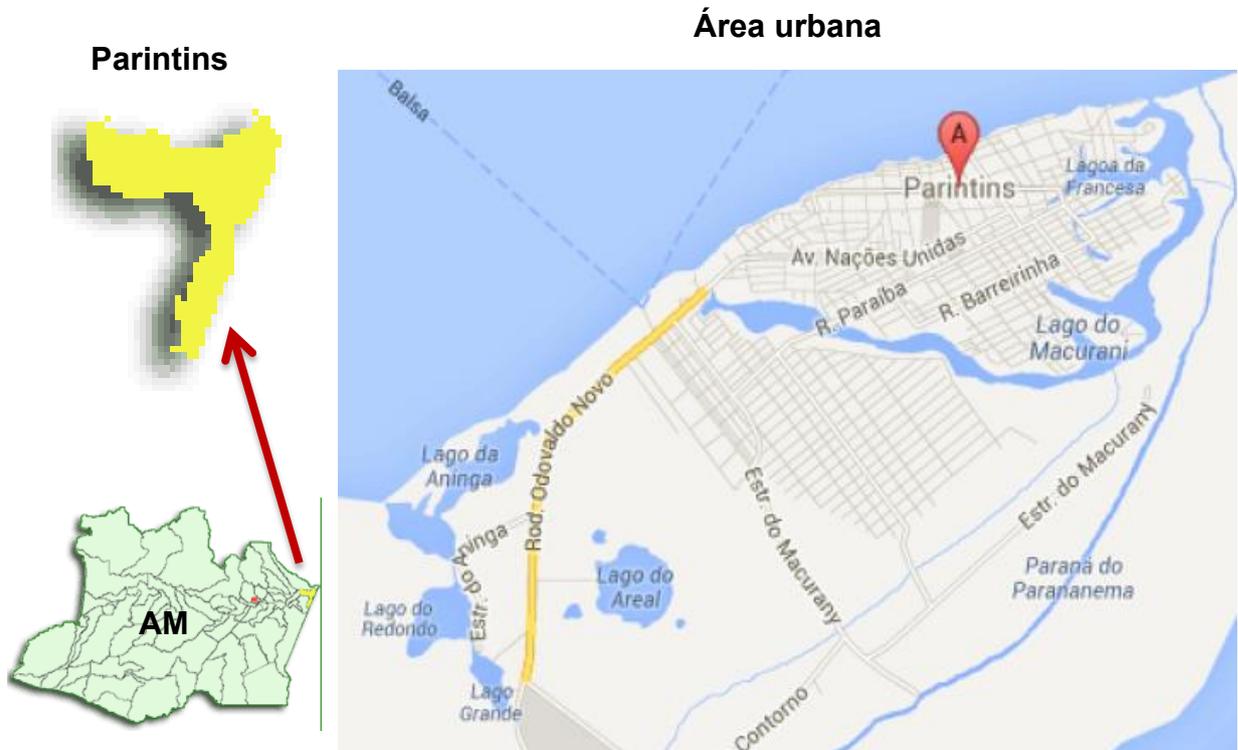


Fig. 5 – Localização do Município de Parintins-AM e Mapa da área urbana da cidade.

Fonte: Organização do Pesquisador a partir de imagens do site da SEPLAN e do site <https://maps.google.com.br>.

A cidade de Parintins possui atualmente vinte bairros, citam-se: Paulo Corrêa, Itaúna II, Palmares, Itaúna I, Centro, São Benedito, Nossa Senhora de Nazaré, São José, Francesa, Santa Rita, Santa Clara, Dejard Vieira, São Vicente de Paula, Vitória Régia, Emílio Moreira, Raimundo Muniz, João Novo, Castanheira, Jacareacanga, Distrito Industrial. Dentre estes, o Paulo Corrêa apresenta-se em maior número populacional (13.666 hab.), seguido do Itaúna II (7.785 hab.), local onde encontra-se o CRAS/Núcleo Paulo Corrêa que foi instituição de Pesquisa de Campo.

Algumas questões quanto aos bens e serviços sociais da área urbana podem ser salientadas a partir do Relatório de Informações Sociais (2010). O fornecimento de energia elétrica está presente praticamente em todas as residências; a rede de abastecimento de água faz cobertura de 72,1% dos domicílios particulares permanentes; a coleta de lixo atendia 62,6% das residências; 20,5% das casas dispunham de esgotamento sanitário adequado; a taxa de analfabetismo das pessoas com 10 anos ou mais registrou-se um total de 5,7%.

Do número populacional de todo o município, 22.877 (22,4%) encontram-se no estado de extrema pobreza, sendo a maior intensidade na área rural (40,4%) e percentual inferior (14,2%) na área urbana. Entre os anos de 2005 a 2009, o PIB de Parintins aumentou 65,2% o que corresponde a R\$ 278,8 para R\$ 460,5 milhões. Assim como em Maués, o que mais contribui para tal PIB foi o setor de Serviços, isto é, 72,5%.

Os dados divulgados pelo PNUD (2013) indicam que Parintins encontra-se atualmente com IDHM de 0,658, isto significa dizer que o município está na faixa de nível médio, pois perfila entre 0,6 a 0,699. De 1991 a 2010, houve um avanço considerável no IDH, de modo que, entre os três itens que compõe este índice, a educação foi o que mais contribui para este aumento, como demonstra a tabela na sequência.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Parintins

Ano	IDHM	Componentes do IDH		
		Educação	Longevidade	Renda
1991	0,414	0,214	0,637	0,520
2000	0,488	0,327	0,705	0,504
2010	0,658	0,605	0,800	0,589

Fonte: PNUD, 2013.

Depreende-se da tabela 5 que entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,414 para 0,488, isto segundo o PNUD (2013), representa uma taxa de crescimento de 17,87%. Não obstante, entre 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,488 para 0,658, ou seja, uma taxa de crescimento de 34,84%. Se analisados as duas últimas décadas, infere-se que Parintins teve um incremento no seu IDHM de 58,94%, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (56%).

Da mesma maneira que Maués, em Parintins as políticas públicas tem papel relevante no que diz respeito à contribuição para um melhor IDH. No último tópico do Capítulo I da presente dissertação, trabalhou-se sobre os aspectos conceituais e operacionais das políticas públicas e pôde-se conferir que, estas, só de fato contribuem com a população se gestadas de forma participativa – Estado e sociedade civil. Certamente que o nível bom ou ruim do IDH não finda nelas já que outros determinantes também são contributivos para tal.

Ao se reportar à questão do trabalho na cidade de Parintins faz-se importante situar tanto o trabalho formal quanto o informal, haja vista ser um dos pontos de debates nos vários âmbitos da sociedade, a exemplo da academia, mídia e de produções científicas. Referente aos postos de trabalho formal entre 2004 e 2010 o gráfico subsequente sistematiza a informação.

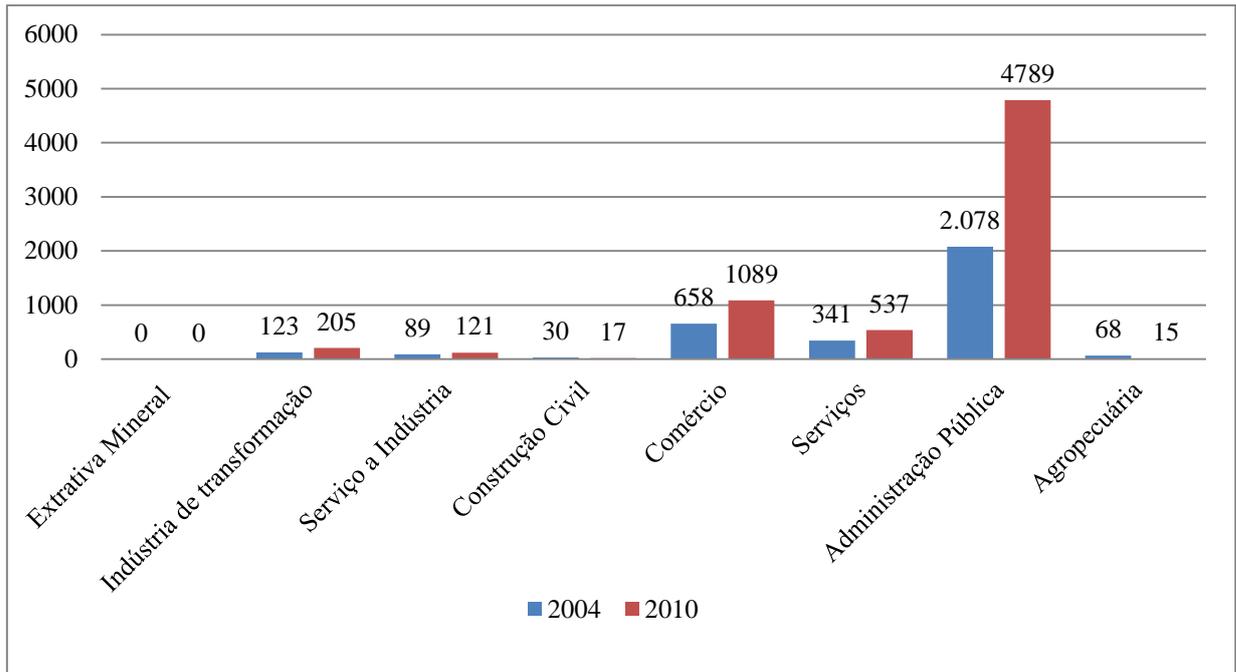


Gráfico 2 – Distribuição dos postos de trabalhos formais por setor de atividades no município em 2004 e 2010. Fonte: Relatório de Informações Sociais/IBGE (2010).

Os dados do gráfico evidenciam que em Parintins a Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, totalizando 4.789 postos de trabalho, seguido pelo setor de Comércio com 1.089 postos. Somados, estes dois setores representavam 86,8% do total dos empregos formais do município. Este dado trata-se de uma característica presente nos municípios amazônicos, pois, basicamente, os trabalhadores empregados situam-se nas três esferas: Federal, Estadual, Municipal; e empregados no comércio local.

Os dados ora apresentados refletem a situação do mercado de trabalho formal em Parintins, contudo, é relevante mencionar o outro lado desse processo, ou seja, o trabalho informal. Uma vez que o município possui 102.033 habitantes, destes 56.599 possuem entre 15 a 59 anos (IBGE, 2010) e os dados acima referendados indicam um total de 10.162 trabalhadores formais, significa dizer que há um número expressivo de pessoas que não estão tendo acesso ao mercado de trabalho sob as normativas da CLT.

Em Parintins a expressividade da informalidade no trabalho acentua-se no período do Festival Folclórico dos bois Garantido e Caprichoso²⁵. A festa dos bois-bumbás é atualmente destaque internacional o que faz de Parintins o principal polo turístico do interior do Estado do Amazonas. Conforme Nogueira (2006, p. 93), “o sucesso dos bumbás de Parintins no turismo e na indústria cultural surgiu como uma ‘fórmula mágica’ para promotores culturais

²⁵ Detalhes sobre o Festival Folclórico dos bois de Parintins podem ser encontrados em Braga (2002); Valentim (2005); Nogueira (2006); Suzano (2006), entre outros.

locais que reclamavam visibilidade e valor em mercados mais amplos”. Foi uma maneira encontrada para contornar diversas questões, sobretudo, de âmbito social e econômico.

A festa dos bumbás começou a ter maior ascendência na década 90, quando passa da simples brincadeira de rua para tornar-se rivalidade na arena entre os bois (BRAGA, 2002; NOGUEIRA, 2006), no mesmo período que o neoliberalismo acentua-se no cenário nacional impactando na realidade local, já que empresas nacionais e multinacionais começam a patrocinar a festa sob o discurso de que todo produto precisa alcançar o mercado.

O Festival é visto pelos segmentos populacionais como de suma importância para a economia do município, contudo, boa parte desta economia é pontual e arrecadada sob o trabalho informal e em precárias condições, exemplo disso são os trabalhadores que se aglomeram no período da festa, não só de Parintins, mas também de outras localidades, como tricicleiros, vendedores de churrascos, artesanatos, bebidas, alimentação, entre tantos outros. Certamente que a informalidade e as precárias condições de trabalho não encerram em Parintins, trata-se de uma problemática presente no território nacional.

Assistência Social em Maués e Parintins no âmbito da Proteção Social Básica: área de abrangência do Estudo

No caso do município de Maués, observou-se nas análises documentais realizadas por Gruber et al. (2010) que, somente nos anos 70 do século XX pode-se visualizar uma atenção dada à política, tendo em vista a criação de uma Comissão de Educação, Cultura, Saúde, Assistência Social, Esporte e Atividades. Neste período, Maués estava sob a gestão municipal de Carlos Esteves. Posteriormente, na década de 80, tem-se a emergência de uma Comissão específica para tratar dos assuntos que envolviam a Assistência Social; e nos anos 90 a gestão municipal assume junto à população, mesmo que parcialmente, um compromisso com a política de Assistência Social por meio de programas e serviços oferecidos via Secretaria de Ação Social.

Em Parintins, a Assistência Social torna-se foco do poder municipal nos meados dos anos 80 com a criação da Comissão de Cultura e Assistência Social, cujo Prefeito da época era o Sr. Gláucio Bentes Gonçalves (ANDRADE, 2012). Sem dúvida, o olhar para a Assistência Social naquele momento assentou-se de maneira relevante, visto que, as ações trabalhadas pela gestão local poderiam contribuir para o desenvolvimento do município, já que este se encontrava diante de dificuldades em diversas áreas.

O município de Parintins, nesse momento, passava por um momento de turbulências econômico, política e social. O número de desempregados era alto, todavia, havia um espírito de luta, superação e esperança, que impulsionava novos dirigentes da comuna a superar essas dificuldades (ANDRADE, 2012, p. 250).

A realidade pela qual passava os municípios amazônicos, assentava-se no bojo das transformações que estavam ocorrendo no cenário nacional e global, pois, o país estava retomando suas discussões após duas décadas de intensas lutas nos marcos da ditadura militar. Neste período estava o processo da reestruturação produtiva estava em intensos debates na direção do sistema capitalista.

Enquanto política pública, a Assistência Social ganha corpo e expressão política na realidade de Maués e Parintins somente em 1995, após dois anos de criação da LOAS, em 1993, visto que entra em debate o processo da descentralização e obrigatoriedade dos municípios brasileiros em fixar suas respectivas políticas de Assistência Social.

Contudo, a efetivação da descentralização e municipalização da Assistência Social só é possível, entre outros aspectos, pelo estabelecimento de condição para repasses aos Municípios, Estados e Distrito Federal de recursos com base em: funcionamento dos conselhos de assistência social com composição paritária entre governo e sociedade civil, existência do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos conselhos e o Plano Municipal de Assistência Social (LOAS, 1993, Art. 8º; 30, I, II e III).

Neste sentido, a Assistência Social configura-se como política pública em Maués a partir da institucionalização do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), criado por meio da Lei Municipal n°.004 de 01 de dezembro de 1995 e consolidado após aprovação do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) e do Fundo Municipal de Assistência Social (FUMAS), ambos em 1997 (CALDAS, 2011). Marcos de referência também sobre a municipalização da Assistência Social é as Conferências Municipais que, no caso de Maués, a primeira só foi realizada em 2005, após 10 anos de implantação.

Em Parintins, a afirmação da Assistência Social como política pública data, assim como em Maués, a partir do ano de 1995, cuja base foi a constituição do CMAS, através da Lei n°. 148, de 21 de dezembro de 1995. O CMAS foi consolidado com a aprovação do PMAS, em 1997, e o Fundo Municipal de Assistência Social através do Decreto n° 05/2000.

Seguindo as normativas do SUAS em nível nacional, Maués e Parintins operacionalizam suas respectivas políticas embasadas nos documentos legislativos e nos

PMAS. Ademais, em Parintins, a política de Assistência Social passou a constar na Lei Orgânica do município²⁶, a qual no seu Artigo 147, § 2º (2009, p. 48) ratifica que:

O Plano de Assistência Social do Município nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo analisar a problemática social do Município, visando medidas preventivas para a recuperação dos desajustados sociais, tendo como meta o desenvolvimento social, consoante previsto no artigo 203 da Constituição Federal.

Desta assertiva apreende-se um agravante quanto à política de Assistência Social, pois, ao ser evidenciada como aquela que trabalha na “recuperação dos desajustados sociais”, recai na perspectiva positivista, funcionalista, ou seja, na contramão do direito e da cidadania.

Com a consolidação da PNAS (2004) e do SUAS (2005), Maués e Parintins, passaram a gestar a política de Assistência Social seguindo a divisão das proteções sociais afiançadas – PSB e PSE. Assim, no intuito de analisar a operacionalização da PSB nos dois municípios tendo como perspectiva analítica a sustentabilidade social, definiu-se como *locus* de pesquisa a área urbana dos municípios, concentrando-se nas Secretarias Municipais de Assistência Social, nos CRAS e nos domicílios dos usuários dos serviços socioassistenciais. A seguir, a ilustração mostra o cenário macro onde se realizou a pesquisa de campo.



Figura 6 – Vista Frontal da Cidade de Maués e Vista aérea da Cidade de Parintins.

Fonte: Maués – Arquivo do Pesquisador, 2014; Parintins – www.google.com.

Sobre as informações a seguir as quais trazem dados da pesquisa de campo, é importante deixar claro que, dizem respeito a uma dinâmica temporal em territórios específicos, portanto, não podem ser generalizadas. Mas, todas as falas dos sujeitos estão

²⁶ Não foi possível ter acesso à Lei Orgânica do Município de Maués, visto que, a mesma foi reformulada em Fevereiro de 2014 e, diferente de Parintins, ainda não é disponibilizada na internet.

vinculadas à realidade objetiva que vivenciam no seu cotidiano de trabalho, portanto, são analisadas à luz do referencial teórico na perspectiva crítico-dialética.

O quadro na sequência apresenta um breve perfil de formação e situação institucional dos informantes da pesquisa dos dois municípios correspondente à amostra proposta na categoria dos Profissionais. Como forma de manter a ética e o sigilo da identidade dos informantes, os nomes pessoais não serão citados, logo, o trabalho identifica-os com base em suas atuações institucionais.

	Sujeito da Pesquisa	Identificação	Formação acadêmica	Vínculo institucional	Tempo na função
MAUÉS	Secretária da SEMAS	Gestora – SEMAS/Maués	Administração	Cargo comissionado	01 ano e 02 meses
	Coordenadora	Coordenadora – CRAS/Maués	Matemática e Especialização em Supervisão Escolar	Efetiva	01 ano
	Profissional da Equipe Técnica de Referência (nível superior)	Técnico 1 – CRAS/Maués	Serviço Social e Especialização em Gestão de Políticas Públicas e Serviço Social	Contrato Temporário	02 anos
	Profissional da Equipe Técnica de Referência (nível superior)	Técnico 2 – CRAS/Maués	Psicologia e Especialização em Saúde Pública (em andamento)	Contrato Temporário	03 anos
PARINTINS	Subsecretária da SEMASTH	Subgestora – SEMASHT/Parintins	Enfermagem	Cargo comissionado	07 meses (sendo 02 meses como Secretária e posteriormente assumiu como Subsecretária)
	Coordenador	Coordenador – CRAS/Parintins	Serviço Social	Contrato Temporário	01 ano
	Profissional da Equipe Técnica de Referência (nível superior)	Técnico 1 – CRAS/Parintins	Serviço Social e Especialização em Saúde Pública da Família	Contrato Temporário	05 meses
	Profissional da Equipe Técnica de Referência (nível superior)	Técnico 2 – CRAS/Parintins	Psicologia	Contrato Temporário	05 meses

Quadro 6 – Perfil dos sujeitos da Pesquisa – categoria profissionais.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Quanto a localização da política de Assistência Social na estrutura das prefeituras municipais de Maués e Parintins, a pesquisa documental e de campo possibilitou identificar algumas instituições básicas localizadas na cidade, bem como outras informações que sintetizam a organização desta política. O quadro abaixo situa estas questões.

Instituição/Informação Organizacional da Política	Maués	Parintins
Nível de Gestão	Gestão Plena	Gestão Plena
Instituição Responsável pela PNAS e o SUAS	SEMAS	SEMASTH
Situação do Espaço Institucional das Secretarias	Alugado	Alugado
Quantidade de CRAS	03	03 (sendo um na zona rural)
Quantidade de CREAS	01	01
Centro de Convivência do Idoso	01	01
Existência do PMAS para o triênio 2014/2017	Sim	Sim

Quadro 7 – Localização da PNAS e do SUAS nos municípios.

Fonte: Pesquisa Documental e de Campo, 2013-2014.

Os dados demonstram que tanto em Maués como em Parintins, a política de Assistência Social encontra-se no nível de gestão plena. A NOB/SUAS, de 2005, ao tratar dos níveis de gestão do SUAS nos municípios pondera que: estar neste nível de organização, significa dizer que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social, sejam elas financiadas pelo FMAS, ou ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos. Neste nível, o município assume a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial em seus diferentes níveis de complexidade. Em relação a isso, Silva et al. (2011, p. 69) observa:

Trata-se, portando, de um nível de gestão que exige uma estrutura operacional mais ampla em termos de alocação de recursos financeiros, estruturação de equipamentos sociais e instâncias de gestão e controle social, bem como uma política de recursos humanos.

Acredita-se que a predominância do nível de gestão plena nos dois municípios expressa um avanço importante no âmbito de operacionalização da mencionada política, considerando as dificuldades estruturais e administrativas que permeiam os municípios brasileiros. Não obstante, tal nível exige que o gestor preencha alguns requisitos como forma de assegurar o trabalho realizado. A NOB/SUAS (2005) expõe sumariamente tais requisitos²⁷, dentre os quais, identificou-se que alguns não estão sendo contemplados na realidade operacional dos municípios estudados.

O primeiro diz respeito à estruturação dos CRAS de acordo com o porte populacional do município. Maués, sendo de Médio Porte (por possuir mais de 50.000 e menos de 100.000 mil habitantes) deve ter no mínimo 2 CRAS, mas, contêm 3, o que denota

²⁷ Detalhes sobre todos os requisitos para o nível de Gestão Plena podem ser encontrados na NOB/SUAS, de 2005, disponível no site do MDS, link da Assistência Social.

avanços. No entanto, Parintins, considerado de Grande Porte (haja vista ter mais de 101.000 mil habitantes), deve ter no mínimo 4 CRAS, porém, os dados apontam a existência de apenas 3, assim, precisa ampliar para cumprir o que determina a NOB/SUAS (2005).

A pesquisa de campo centralizou-se em um CRAS de cada cidade a fim de verificar a dinâmica do trabalho realizado junto aos usuários. Em Maués selecionou-se o CRAS I, e em Parintins elegeu-se o CRAS/Núcleo Paulo Corrêa, cujo critério de escolha foi maior tempo de funcionamento e maior número de usuários atendidos. Desse modo, ao serem questionados sobre a condição do espaço físico e infraestrutura para a realização do trabalho nos CRAS, os profissionais entrevistados afirmaram que:

	Subcategorias retiradas a partir das falas	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
Parintins	<p>Espaço físico do CRAS inadequado</p> <p>Falta de sala de atendimento individualizado</p> <p>Mobiliário incompleto</p>	<p>Nosso espaço físico é muito limitado. Não é aquilo que nós almejamos, ou seja, aquilo que é o correto pra trabalhar, mas infelizmente é o que temos [...] então a gente tem que se adequar conforme o espaço que temos e atender da maneira que dá, entendeu! Não tem uma sala de espera, de atendimento social, de oficinas para os usuários [...]. Então, isso interfere no trabalho, com certeza, e muito. Porque muitas vezes a gente tem que tirar o pessoal ali da oficina de desenho pra fazer um atendimento, entendeu! (Coordenador – CRAS/Parintins).</p> <p>[...] Eu acho muito deficiente. [...] O prédio aqui antes era um bar, agora se tornou CRAS, né! E a gente não tem estrutura nenhuma para trabalhar, até porque nós temos uma demanda muito grande. [...] Só tem uma sala da secretaria e outra ali atrás, mas lá também funciona as oficinas, então assim, é tudo ao mesmo tempo [...]. Eu tenho um código de ética e tento seguir isso rigorosamente todos os dias [...]. Porém, aqui as vezes é impossível, não tem como, então assim, dentro do CRAS o nosso atendimento é psicossocial né, o assistente e o psicólogo juntos. [...] Veja a mobiliária, também é muito pouco. Precisamos de muito mais! (Técnico 2 – CRAS/Parintins).</p>
	Falta de transporte específico do CRAS	[...] Nosso espaço está restrito. Não precisa nem a gente comentar porque na observação você já está vendo a situação. Nós não temos sala particular pra atender [...]. Transporte nós não temos! Só temos nosso transporte próprio, particular. Quando a gente precisa fazer uma viagem pra comunidades como Aninga, Parananema e Macurany, a gente solicita da SEMASTH, daí eles disponibilizam pra esse trabalho. Não temos também um mobiliário completo, mas procuramos atuar dentro da realidade que possuímos (Técnico 1 – CRAS/Parintins).
	<p>Sala de uso coletivo inadequada</p> <p>Espaço físico do CRAS alugado</p>	[...] O CRAS não está adequado de acordo com as normas, tipificação da Assistência Social. Então, a gente se vira como pode, com o que tem né! É o que o município pode oferecer, visto que não existe um prédio pronto para o CRAS [...]. O ideal mesmo seria ter um espaço mais amplo por conta das atividades coletivas. A sala é pequena para um grupo de 15 grávidas, por exemplo. [...] Às vezes a gente vai lá pra fora, pra baixo da árvore, se tiver chovendo? Entra todo mundo [...]. O transporte nós também não temos, então quando tem atendimento externo, se for pertinho nós vamos a pé [...] ou então a gente conta com as parcerias que é da Coordenadora ou dos próprios orientadores. Agora quando não tem ninguém eu solicito da Secretária [...] (Técnico 1 – CRAS/Maués).

<p>Inacessibilidade na estrutura física do CRAS</p> <p>Parceria com instituições para realização de atividades</p>	<p>Aqui a parte da estrutura em si que é precária [...]. Não está adequado como deveria, até mesmo pra acessibilidade para que eles [usuários] possam se sentir mais seguros. Então precisaria ser mais abrangente. Mas, a gente tem parcerias [...] pra viabilizar as atividades. [...] Olha, num primeiro momento eu diria que os profissionais conseguem dar conta, mas é porque tem muitas coisas do CRAS que ainda não estamos fazendo, mas assim, esse ano vai ser contratado mais profissionais, pois a própria NOB/RH diz sobre a organização dos trabalhadores. Quanto ao transporte é nosso mesmo, particular! Mas a gente ganha a gasolina da SEMAS quando precisamos fazer alguma coisa fora do CRAS (Coordenadora – CRAS/Maués).</p>
<p>Poucos materiais para a realização das atividades</p> <p>Falta de transporte específico do CRAS</p> <p>Compromisso na operacionalização dos Serviços</p>	<p>O nosso trabalho na assistência social é permeado por muitas dificuldades e nós tentamos trabalhar da melhor forma possível [...]. Não temos espaço adequado, nem tão pouco todos os materiais necessários. Nós temos o que chamamos do básico-emergencial. [...] Não temos, por exemplo, transporte [...]. Quando é lugares mais distantes [...] a gente pede colaboração de nossos orientadores e nós damos a gasolina que é concedida pela SEMAS, mas pra isso, nós também encontramos algumas dificuldades no próprio processo burocrático, porque todas as visitas que você vai fazer tem que ser gerado um relatório pra justificar porquê estamos solicitando a gasolina! [...]. Então, são essas “pequenas” dificuldades que dificultam nosso trabalho, mas não deixamos de fazê-lo! [...] Não temos computador, impressora, né! Todo e qualquer documento que precisamos, nós fazemos no nosso próprio notebook, mas tem que ser impresso lá pra Secretaria. Então assim, este CRAS não possui toda infraestrutura como rege os documentos da política de Assistência Social (Técnico 2 – CRAS/Maués).</p>

Quadro 8 – Condição de espaço físico e infraestrutura dos CRAS de Maués e Parintins.
 Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

A partir das falas dos entrevistados e da observação sistemática realizada durante a pesquisa de campo, identificou-se que em vários pontos os CRAS pesquisados de Maués e Parintins apresentam pontos comuns em alguns aspectos e diferentes em outros. O conteúdo em análise do quadro 8 expõe que: nos dois municípios os CRAS funcionam em prédios alugados, com estrutura física insuficiente para atender a demanda; são prédios originários de residência familiar ou que já serviu de bar em outros momentos; não há mobiliário completo, de modo que os profissionais precisam fazer “arranjo” no cotidiano de trabalho.

Especificamente em Parintins o CRAS não possui sala de recepção e atendimento (funciona junto com a sala administrativa), nem tão pouco, sala de uso coletivo. Os espaços onde se realizam as atividades do PAIF e do SCFV apresentam ínfimas condições, com cobertura e piso precário. Percebeu-se a existência de mobília básica como computador, ventilador, mesas, cadeiras, estantes.

Em Maués, há uma área para recepção, mas não tem sala administrativa. Os profissionais da Equipe Técnica de Referência possuem uma sala de atendimento psicossocial, porém não dispõem de materiais necessários para tal. Já a sala de uso coletivo é ínfima, sem condições para atender a demanda de usuários, por isso, muitas vezes é preciso que todos se desloquem para a área externa da instituição tendo em vista a realização das

atividades. Em relação à presença da mobília básica, diferente de Parintins, tem um ar-condicionado, contudo não existe nem um computador e isso, segundo os profissionais, interfere no trabalho, pois, para quaisquer documentos, os mesmos utilizam seus próprios notebooks e deslocam-se para a SEMAS para fazer a impressão.

Em face dessas colocações, o texto Orientações Técnicas/CRAS (2009), expressa:

O CRAS não pode ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelo município. O espaço físico é reflexo de uma concepção [...]. Assim, os CRAS não podem ser instalados em edificações inadequadas e improvisadas (p. 47-48).

Uma primeira recomendação é que todos os ambientes do CRAS sejam providos de adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade e limpeza. Os espaços devem expressar a cultura local, de forma a estimular a expressão e o sentimento de pertença das famílias usuárias do CRAS (p. 51).

Se comparado os dados da pesquisa com o que determina o documento de Orientação Técnica do CRAS, verificam-se incompatibilidades quanto à organização e infraestrutura da instituição, por consequência, incide na dinâmica do trabalho realizado.

Com relação ao transporte para o desenvolvimento de atendimentos externos, a pesquisa revelou que não existe em nenhum dos dois CRAS. Quando necessário, utilizam-se os transportes pessoais dos técnicos ou dos orientadores sociais, sendo a gasolina concedida pelas Secretarias Municipais, no entanto, nem sempre é suficiente.

Uma vez que os CRAS possuem instalações inadequadas, não há acessibilidade nos mesmos. Bem como, para dar conta de certas demandas fazem parcerias com outras instituições. Ademais, os materiais das atividades de uso cotidiano junto aos usuários são poucos ou, como argumentou uma entrevistada, é o “básico-emergencial”. Diversamente disso, “o imóvel do CRAS, seja alugado, cedido ou público, deve assegurar acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos. Constitui fator relevante para a escolha do imóvel a possibilidade de adaptação de forma a garantir o acesso a todos os seus usuários” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS/CRAS, 2009, p. 48).

Apesar da realidade exposta no quadro 8, os profissionais procuram atuar dentro de suas possibilidades, mas não deixam de intervir. Segundo eles, ao adentrarem na instituição assumiram um compromisso com os usuários e, ainda que as dificuldades sejam constantes é preciso usar estratégias profissionais, tendo em vista a realização daquilo que foi planejado.

Por outro lado, entende-se que a realidade supracitada dos CRAS não encerra em Maués ou Parintins, visto que se trata de um quadro nacional já revelado por diversas

pesquisas. Assim, tal fato desvela o quanto a política de Assistência Social precisa avançar no âmbito dos CRAS, sobretudo em municípios distantes das capitais onde, muitas vezes, os gestores ainda não assumiram o compromisso efetivo com a Assistência Social na perspectiva de política pública. Vale destacar que, Maués e Parintins recebem recursos financeiros do governo federal de forma diferenciada, já que depende do porte populacional e do FMS.

O **segundo** ponto refere-se à realização do diagnóstico socioterritorial das áreas de vulnerabilidade e risco social por parte da gestão local. Nesse componente, observou-se que os municípios ainda estão em processo de implantação e/ou conhecendo sobre este novo item da política conforme as falas sequenciais:

Não! [...] Essa gestão é nova, né! Então, estamos iniciando ainda. Ano passado a gente se preocupou muito mais em aprender como funciona a política de Assistência Social no município para poder atuar [...]. Aprender tudo, desde o que significa CRAS. E o que deu pra gente perceber é que isso era necessário, pois, nessa última capacitação do CapacitaSUAS, nossos técnicos estavam bem mais por dentro da política do que técnicos de outros municípios (Gestora – SEMAS/Maués).

Assim, a gente ainda não realizou o diagnóstico específico da SEMAS porque a vigilância socioassistencial ainda está em processo de implantação e é justamente a vigilância que vai nortear a realização do diagnóstico. Mas assim, de certa forma a gente já até faz, porém, nada formalizado. Isso faz parte de uma meta nossa agora (Coordenador de Programas e Projetos – SEMAS/Maués)²⁸.

Olha, o nosso próprio Plano Municipal de Assistência Social tem um diagnóstico do município, porém, não está bem detalhado quanto às questões da política de Assistência Social. Mas, a gente está realizando um com o CMDCA que é pra fazer o mapa das nossas crianças e adolescentes, e a gente tá detalhando pra conhecer de fato a realidade. Claro que, esse é um trabalho que está começando, em processo de implantação e implementação (Subgestora – SEMASTH/Parintins).

As falas expressam certa paridade nos dois municípios no que concerne à realização do diagnóstico socioterritorial por parte da gestão local. Em Maués, percebe-se uma maior fragilidade, visto que tal questão pouco ou nada aparece no PMAS, embora reconheçam a necessidade e importância deste item para melhor funcionamento da Gestão Plena. Já em Parintins, a Subgestora enfatiza que o PMAS contém alguns aspectos do diagnóstico municipal apontando os focos de vulnerabilidade e risco social que permeiam a realidade dos parintinenses. Mas, ainda assim, é preciso aprofundar no sentido de melhor desvelar o cenário das problemáticas, considerando as contribuições da Assistência Social neste âmbito.

De acordo com a NOB/SUAS (2012), o diagnóstico socioterritorial é de extrema importância para conhecer quem são e onde estão os usuários da Assistência Social a fim de

²⁸ O Coordenador de Programas e Projetos da SEMAS/Maués não estava em nossos critérios de sujeitos da pesquisa, contudo, durante a entrevista com a Secretária ele estava presente e foi solicitado por esta para participar, por isso, sua fala aparecerá em alguns momentos.

melhor entender suas reais necessidades. Este item deve fazer parte dos PMAS e se coloca como um processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presente nos territórios onde intervém a política.

Contudo, para aprimoramento deste diagnóstico é importante que o município viabilize a criação da equipe de vigilância socioassistencial. Esta última, trata-se de uma função da política de Assistência Social e foi concebida na PNAS (2004), reiterada na NOB/SUAS (2005), tornou-se componente da LOAS por meio da Lei nº 12.435/2011, e afirmou-se com a NOB/SUAS (2012). Assim, é de responsabilidade dos municípios a criação de um espaço adequado e com recurso humano qualificado para implementação dessa função.

Com a efetivação do diagnóstico socioterritorial acredita-se que mudanças podem ocorrer na operacionalização da Assistência Social, sobretudo na PSB, pois é uma ferramenta que enseja a cultura de política pública, atitude ativa da política, domínio do tempo e de ação por parte dos profissionais (SPOSATI, 2012).

Um outro ponto importante diz respeito à instituição responsável pela Assistência Social no município conforme consta no quadro 8. Em Maués, a SEMAS está situada no bairro Maresia e a própria sigla identifica-a como sendo exclusiva à Secretaria Municipal de Assistência Social, de modo que todas as questões voltadas para este fim estão ligadas à instituição. Já em Parintins, a SEMASTH situa-se no centro da cidade, porém, pela nomenclatura pode-se perceber que a Secretaria não é exclusiva da Assistência Social, pois é um composto de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Isso de alguma forma implica na autonomia e protagonismo da Assistência Social como política pública já que sua atenção não é particular, mas assenta-se numa “tríplice aliança”.

Nesses termos, Cavalcante (2012) assevera que:

[...] a falta de uma terminologia única impede a demarcação do lugar e da especificidade da assistência social pelo público que a demanda. Isso tensiona o caminho do SUAS na operacionalização dessa política social, na medida em que uma de duas requisições é exatamente o estabelecimento de uma nomenclatura padrão, para constituir o nome assistência social e o lugar que ocupa na estrutura da administração pública.

Diante disso, ao serem questionados sobre a relação entre as Secretarias Municipais de Assistência Social com a SNAS e a SEAS, bem como a relação das Secretarias locais com os CRAS, no que diz respeito à gestão da política, sobretudo da PSB, os sujeitos da pesquisa relataram que, dependendo do assunto em questão, o elo entre estas pode variar de forma positiva ou negativa, conforme julgado nas colocações a seguir.

Subcategorias retiradas a partir das falas	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
<p>Financiamento dos serviços socioassistenciais</p> <p>Remuneração de funcionários da PSB</p> <p>Parcialidade no diálogo entre Secretarias Municipais e SEAS</p>	<p>Olha, eu diria até que é mais fácil ter contato com a secretaria nacional do que com a estadual [...]. Agora assim, todas as capacitações que precisam ser feitas pelo Estado, a SEAS promove, mas o governo federal sempre está presente [...]. E assim, eles (SEAS) nos dão contato, mas quando a gente os procura, muito difícil conseguir falar com eles. Então, nossa relação nacional e estadual fica nessa margem, né! Tem a questão do financiamento também, aqui em Maués é Governo Federal e o próprio município, e o Estado fica mais nessa parte técnica mesmo, apesar de ser pouca essa intervenção (Gestora – SEMAS/Maués).</p> <p>Olha, vejo com muita importância, porque temos todo vínculo. Todos os nossos programas da proteção social básica e especial são custeados pelos recursos do governo federal e [...] e a contrapartida da prefeitura, especialmente os CRAS e CREAS. Alguns funcionários são mantidos pelo recurso federal e [...] alguns com recursos próprios. Bom, no que se refere a SEAS, por enquanto o estado faz a parte técnica, ele nos dá o suporte técnico, mas quanto a recurso financeiro, não! (Subgestora – SEMASTH/Parintins).</p>
<p>Responsabilidade da SEMAS e SEMASTH para com os CRAS</p> <p>Fragilidade na estrutura física do CRAS</p>	<p>Nós temos todo esse apoio, esse feedback com a SEMAS. Dependendo do que se precisa para o trabalho no CRAS a SEMAS disponibiliza, e caso não dê, verificamos aquilo que está ao nosso alcance. Agora assim, algumas questões são mais estruturais mesmo como é o nosso caso aqui do CRAS. Embora, já se tenha um projeto, aliás, um terreno da prefeitura para construção de um grande CRAS (Coordenadora – CRAS/Maués).</p> <p>Bom, temos um grande apoio da Secretaria e, uma relação próxima quanto a organização do CRAS. Eles tentam fazer de tudo pra que nada falte aqui, né! Todo material que solicitamos como pedagógico ou coisas institucionais [...]. Assim, antes de começarmos, nós fizemos todo um planejamento sobre o que nós iríamos trabalhar e precisar... E assim: mensal e gente faz o documento, memorando solicitando os materiais e envia, daí tem um prazo pra eles (SEMASTH) darem resposta (Coordenador – CRAS/Parintins).</p>

Quadro 9 – Relação entre a SEMAS e SEMASTH com a SNAS e a SEAS, e relação entre SEMAS e SEMASTH com os CRAS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Os relatos da Gestora e Subgestora de Maués e Parintins, apontam para algumas questões-chave no que diz respeito à relação entre o local e o nacional na gestão da política de Assistência Social. Argumentam que, em relação à SNAS há uma boa interlocução, sobretudo no que diz respeito ao financiamento de recursos para os serviços de proteção social básica e especial. De outra parte, não acontece o mesmo com a SEAS, já que, as duas entrevistadas enfatizaram haver certa dificuldade no contato com esta instituição. Além disso, a parceria entre a SEAS e as Secretarias Municipais finda na parte técnica, não recebendo nenhum recurso financeiro para os serviços socioassistenciais.

Com relação aos CRAS e as Secretarias Municipais, os Coordenadores mencionaram haver um diálogo constructo e necessário entre as instituições. Segundo eles, apesar das dificuldades que as Secretarias enfrentam no processo da gestão, não se eximem de suas

funções, dando todo o apoio dentro de suas possibilidades. Outras questões dizem respeito ao aspecto estrutural dos CRAS, como já aludido anteriormente.

Os dados até agora analisados situam a operacionalização da política de Assistência Social nas cidades de Maués e Parintins com foco na PSB e o caráter sustentável desta política que se assenta num emaranhado de potencialidades, limites e desafios, por conta disso, às vezes repleta de contradições.

Nessa direção, o debate teórico traçado no capítulo I deste trabalho aponta que na contemporaneidade é de suma importância que as políticas públicas introduzam em seus objetivos a perspectiva de sustentabilidade, especialmente, a dimensão social balizada no aspecto da gestão participativa, da justiça social e do acesso aos bens e serviços sociais.

Pensar a política pública de Assistência Social de forma sustentável começa pelo processo da gestão, do financiamento dos serviços, das instalações físicas adequadas com recursos humanos qualificados e materiais necessários para o desenvolvimento dos serviços. Neste caso, os primeiros achados através do estudo indicam que, Maués e Parintins, assenta-se diante de muitos desafios para concretizar suas respectivas políticas de Assistência Social.

Assim, a fim de endossar a discussão sobre os serviços socioassistenciais dinamizados nos CRAS pesquisados, considerando a função das gestões locais, o trabalho realizado pelos profissionais e a percepção dos usuários, o capítulo a seguir avança nessa direção. Busca-se com os dados levantados problematizar e desvelar o alcance do trabalho realizado sob numa leitura da sustentabilidade social, evidenciando a contribuição da PSB para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

CAPÍTULO III

POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM MAUÉS E PARINTINS: ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE

[Na Amazônia persiste] a necessidade de organizar a Assistência Social como um sistema, a partir de diretrizes voltadas para a descentralização político-administrativa, capaz de contemplar a gestão municipal e a participação popular, no controle das ações em todos os níveis, [como forma] de tirar a Política de Assistência Social na Amazônia de sua visão padronizada, [...] pensada para uma realidade urbano-industrial sul-sudeste (TEIXEIRA, 2008).

Desde o início do século XXI vem se observando no cenário brasileiro uma efervescência de debates alusivos aos aspectos teórico-conceituais da sustentabilidade e sua inserção nas políticas de Estado. No bojo dessa discussão encontram-se a elaboração e operacionalização de políticas públicas, as quais em sua maioria passaram a incorporar uma perspectiva de intervenção sob o viés sustentável, tendo em vista a preocupação com o desenvolvimento humano e social das populações em sua totalidade.

Enquanto política pública, a Assistência Social insere-se no processo. Com a PNAS e do SUAS, observa-se a importância de operacionalizar esta política de forma intersetorial visando a sustentabilidade de suas ações e a contribuição para o enfrentamento da vulnerabilidade social dos usuários. É neste quadro da relação política pública-usuário que reside o questionamento sobre sustentabilidade a partir da sua operacionalização, tendo em vista a necessidade de se compreender até que ponto seus serviços se afirmam na ótica da sustentabilidade social, sobretudo na realidade amazônica.

Vale resgatar que por sustentabilidade social, entende-se a dinâmica do acesso aos recursos e serviços sociais básicos visando melhores condições de vida das populações a partir da equidade na distribuição de renda. Assim, no complexo da Assistência Social, apreende-se que tal sustentabilidade assenta-se no âmbito do acesso, participação e equidade dos sujeitos que procuram os serviços socioassistenciais nas instituições destinadas para tal.

Este capítulo analisa a Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins sob o parâmetro da sustentabilidade social. Tem como base de discussão os serviços socioassistenciais ofertados nos CRAS da área urbana dos municípios que, para tanto, necessita do olhar de todos os atores envolvidos. Desse modo, busca-se contextualizar a operacionalização PSB na visão institucional; em seguida desvela-se o perfil e as condições

de vida dos usuários das atividades realizadas nos CRAS; discute-se o acesso e equidade dos usuários nos serviços socioassistenciais; e por fim, evidenciam-se as contribuições da política de Assistência Social para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

3.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS NA ÓTICA INSTITUCIONAL

Alguns pontos já discutidos no decorrer desta investigação sinalizam as potencialidades e a importância da política de Assistência Social para a realidade dos municípios estudados, sobretudo na área urbana, *locus* da pesquisa de campo. Por outro lado, trata-se de uma política pública repleta de limites e desafios, pois, sua operacionalização esbarra nas burocracias institucionais, no diálogo entre os entes federativos e, ainda, nos recursos humanos, entendidos como aqueles que estão na ponta operacional da política.

A partir da pesquisa realizada com a Secretária de Assistência Social de Maués, Subsecretária de Parintins, profissionais da Equipe Técnica de Referência dos CRAS, bem como com as usuárias dos serviços, ficou perceptível que, a Assistência Social é mais do que necessária na atual conjuntura pela qual passam Maués e Parintins, contudo, tais sujeitos entendem que sua operacionalização ainda tem muito a percorrer para que possa efetivar-se como política de direito e cidadania para aqueles que são atendidos pelos serviços.

Não obstante, os relatos destes atores indicam que entre tantos outros fatores determinantes para a operacionalização da supracitada política naquelas localidades, está a importância que vem sendo dada pelos gestores municipais, visto que, nas gestões passadas, acabava-se por privilegiar outras políticas como saúde e educação e relegar a Assistência Social para segundo plano.

Em contraponto, também advogam críticas quanto às burocracias institucionais e as fragilidades nas estruturas físicas das instituições assistenciais. Ademais, enfatizam que o financiamento do governo federal nem sempre dá conta de atender as demandas no âmbito dos serviços socioassistenciais, uma vez que a realidade amazônica é heterogênea na sua dinâmica territorial e sociocultural, desse modo, nem sempre os recursos financeiros são compatíveis para o atendimento das demandas locais. Por isso o uso de estratégias em saber como usá-lo, até onde ir, e em que momento o município deve entrar com sua contrapartida.

Esta visão de subalternização da Assistência Social a outras políticas públicas é premente no seu percurso de constituição, pois, mesmo quando se tornou integrante da Seguridade Social, continuou sua configuração de “prima pobre” da Saúde e Previdência

(COUTO, 2010). Aos poucos este estigma vem sendo superado na medida em que os muros vão sendo rompidos a ponto de afirmar a relevância desta política para o processo de desenvolvimento social e humano das populações.

Em relação ao financiamento, sabe-se que é um dos eixos estruturantes do SUAS. Está assegurado no art. 195 da CF de 1988 e é regulamentado no art. 10 da Lei Orgânica da Seguridade Social, de 1991. Dispõe sobre a importância da participação de toda sociedade no financiamento da Seguridade Social, seja de forma direta e indireta, cujos recursos são provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

A Assistência Social, se comparada à Saúde e a Previdência sempre recebeu a menor parcela de recursos do governo federal. Conforme dados do CFESS (2013), de 2004 para 2013 houve um aumento significativo no orçamento destinado à Assistência Social, passando de 6,53% para 10,64%. Desse modo, em 2013 o compartilhamento de recursos da Seguridade Social foi assim dividido: 74% para a previdência social; 15% para a saúde e 11% foi destinado a Assistência Social²⁹. Contudo, nesta última, inserido o BPC, os Programas de Transferência de Renda, a Renda Mensal Vitalícia, restando assim, apenas 1,05% para o cofinanciamento dos serviços, programas, projetos, política de educação permanente e os planos do governo federal, a exemplo do Brasil sem Miséria.

Isto significa dizer que os 11% não se traduz em financiamento específico para os serviços que asseguram as proteções afiançadas da Assistência Social. Para o CFESS (2013, p. 2) valorizar esta referida política é, então, lutar por uma “[...] obrigatoriedade de, no mínimo, 10% do orçamento da seguridade social para os serviços socioassistenciais dentre outros”. Decerto que, esta efetividade de recursos contribuiria significativamente para o trabalho social realizado com os indivíduos e famílias no cotidiano das instituições de proteções sociais.

Segundo informações dos PMAS (2014-2017), em Maués, nesse ano de 2014, o governo federal destinou R\$ 259.200,00 para o piso básico fixo, isto é, serviços ofertados nos CRAS, sendo que o necessário seria em torno de R\$ 320.000. Já em Parintins foram destinados R\$ 324.000,00, mas o necessário para atender a demanda seria de aproximadamente R\$ 388.800,00. Daí as críticas sobre o financiamento por parte dos gestores entrevistados na realidade de Maués e Parintins.

²⁹ Durante a IX Conferência Nacional de Assistência Social a Ministra do MDS, Tereza Campello, informou que para este ano de 2014, o governo Federal destinou R\$ 68 bilhões para os serviços, programas e benefícios do SUAS, o que representa um aumento de quase 10% em relação a 2013 quando foi investido 62,8 bilhões.

Desde a criação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, em 2009, e recentemente a NOB/SUAS, de 2012, os municípios de Maués e Parintins vem trabalhando no reordenamento institucional dos serviços de PSB e PSE. Na área básica, os CRAS são os responsáveis por fazer o atendimento da população, cujo trabalho conduz-se pela lógica da prevenção para os indivíduos e famílias atendidas pelos serviços do PAIF, SCFV e SD, estes, conceituados no quadro 3, tópico 2 do capítulo anterior. As falas a seguir expressam a oferta dos serviços e os mais demandados pelas populações nas realidades pesquisadas.

Os três serviços socioassistenciais, por meio do qual nós temos os grupos de crianças, adolescentes, mulheres, grávidas. O PAIF acaba sendo o serviço-base né, por conta do trabalho com famílias. Mas, ainda assim, na família são as mulheres que procuram o CRAS, tanto é que tem o grupo delas (Coordenadora – CRAS/Maués).

O PAIF é o principal serviço né! Mas hoje, por conta do reordenamento, o SCFV tem um grande público também, porque atende tanto as crianças como os adolescentes, então nós temos bastantes usuários participando das atividades. Inclusive está tendo a colônia de férias, onde as crianças veem pra cá e os orientadores realizam as intervenções por meio das diversas atividades (Técnico 2 – CRAS/Maués).

No CRAS há atendimentos do PAIF e do trabalho realizado sobre o fortalecimento de vínculos. Além dos outros serviços, e ainda, os encaminhamentos quando se trata de BPC, Bolsa Família. Projetos nossos mesmos ainda não temos. O PAIF é onde mais se tem usuários, sejam crianças, adolescentes e as mulheres que participam das oficinas (Coordenador – CRAS/Parintins).

Já trabalhamos com os três serviços, conforme fala a política. Sem dúvida, o PAIF acaba tendo maior público, porque é justamente o atendimento da família. Nós fazemos um cadastro da família, ou seja, a composição familiar dela todinha e [...]. E no CRAS o foco são as famílias em situação de vulnerabilidade social, aquelas que são referenciadas para o CadÚnico, o bolsa família [...]. Mas não quer dizer que a gente não atenda as outras famílias que não estejam nem no CadÚnico ou bolsa família, a gente não nega atendimento (Técnico 1 – CRAS/Parintins).

Com base no depoimento das informantes é possível notar que, dentre os três serviços socioassistenciais desenvolvidos nos CRAS de Maués e Parintins, o PAIF desponta-se como “peça-chave” dos serviços. Tais dados corroboram com a explicação do CFESS (2011) ao mencionar o PAIF como tendo o maior percentual de atendimento nos CRAS (85,6%) do país, se comparado ao Serviço para idosos, 84%; Plantão Social, 67,9%; Serviços Socioeducativos para jovens, 67,3%, entre outros.

No caso de Maués e Parintins, a explicação converge para a ideia de que o foco do seu atendimento é a família no sentido macro, porquanto é o mais procurado pelos usuários. Muito embora, o SCFV venha crescendo o número de usuários nestes últimos meses de intervenção dos CRAS. Já o SD minimamente aparece nas falas dos entrevistados(as). Isso foi

perceptível durante o processo de observação no cotidiano das instituições. Tal fato demonstra incompletude no trabalho realizado, seja pela ausência/demanda de usuários, pela insuficiência de profissionais, ou ainda infraestrutura adequada para o trabalho o que, de alguma forma, fragiliza a efetividade dos objetivos da PSB nos CRAS.

É importante frisar que mesmo a família sendo foco dos objetivos da PNAS, nos CRAS é predominantemente a mulher quem participa dos atendimentos. “São as mulheres, portanto, que sintetizam a exclusão do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos e a dificuldade de reprodução e necessidades básicas e dos problemas vivenciados pela família” (SILVA et al., 2011, p. 102).

Em relação ao atendimento, ações e demais atividades operacionalizadas no conjunto dos serviços socioassistenciais da PSB nos CRAS, os Coordenadores, Assistentes Sociais e Psicólogas enfatizaram a predominância de:

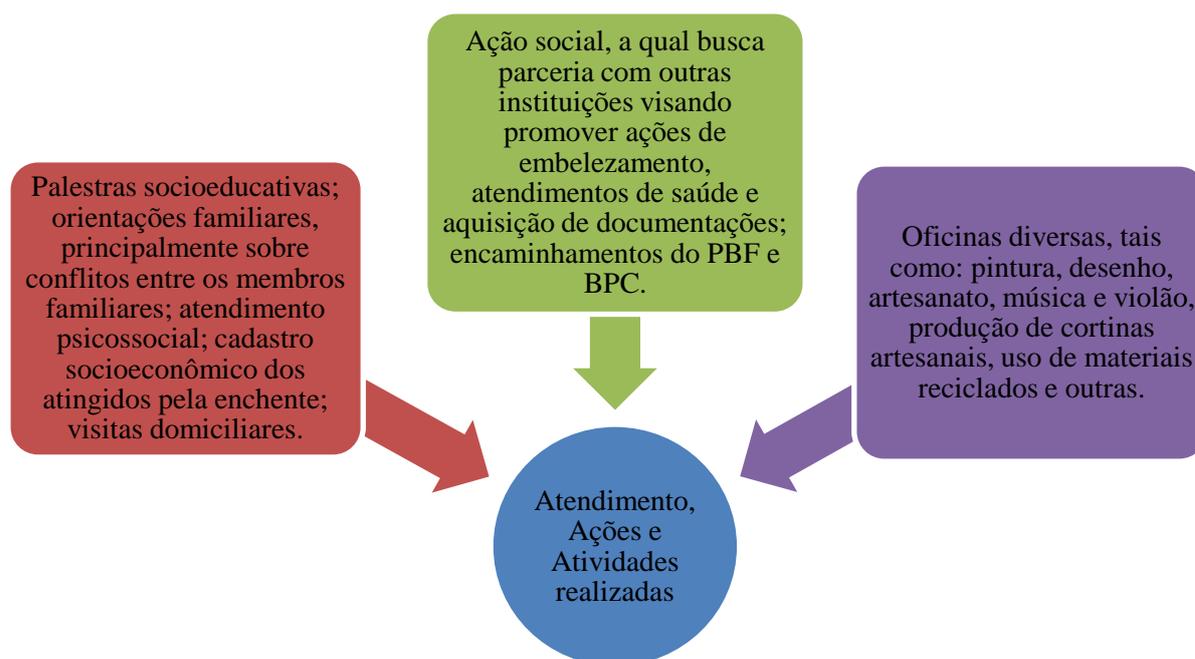


Figura 7 – Atendimento, Ações e demais atividades realizadas pelos Serviços Socioassistenciais nos CRAS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Além desses itens, os entrevistados também informaram a existência de parcerias com outras instituições para realização do “Pronatec” e o “Mulheres Mil³⁰”. São estas

³⁰ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, foi criado pelo Governo Federal, em 2011, e está incluído no Plano Brasil sem Miséria (BSM). Tem por objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica com duração mínima de 160 horas. Já o Programa Mulheres Mil também foi instituído em 2011 e está inserido no BSM, especificamente no eixo de Inclusão Produtiva. Tem por objetivo propiciar o acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade social a oportunidades de ocupação e renda por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada com carga horária mínima de 160 horas.

intervenções que compõem o trabalho realizado pelos CRAS via serviços socioassistenciais. Entende-se que, para contribuir qualitativamente com os usuários, seria necessário um atendimento maior e com atividades que trabalhassem de forma mais profícua os objetivos da PSB. As figuras posteriores ilustram algumas imagens das intervenções em Maués e Parintins.



Figura 8 – Oficina de desenho e produção de materiais; produto confeccionado pelas mulheres, CRAS/Maués. Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.



Figura 9 – Oficinas de Desenho, Pintura, Música e violão, CRAS/Parintins. Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

As oficinas são apontadas pelos sujeitos da pesquisa como de suma importância, uma vez que promove o diálogo entre profissionais e usuários, além da aprendizagem sobre produção de materiais diversos, implicando em contribuição social e financeira para as famílias que participam.

Mesmo não sendo foco deste trabalho, é interessante evidenciar que os dados em destaque evidenciam aspectos da dimensão econômica da sustentabilidade ao trazerem a relação do Estado (proporcionando atividades de cunho produtivo) com a sociedade civil

(usuários da Assistência Social), tendo com resultado o aprendizado por parte dos usuários e, conseqüentemente, renda financeira a partir do que é posto no mercado.

Um dos programas integrantes do trabalho nos CRAS está relacionado ao Programa Bolsa Família, concebido como Programa de Transferência de Renda e que, prioritariamente precisa ser ofertado nos CRAS. Em Maués e Parintins, isso não acontece, pois a infraestrutura das instituições não possui suporte para tal, embora os profissionais façam um prévio atendimento e encaminham para o setor responsável, no caso de Maués na própria dependência da SEMAS e em Parintins, em um espaço específico para tal. Esta situação torna-se complexa e implica na qualidade do trabalho realizado pelos CRAS, visto que, a intervenção dessas instituições volta-se justamente para aquelas famílias em situação de vulnerabilidade social as quais em sua maioria são usuárias do Bolsa Família, logo, é parcial o acompanhamento das famílias inseridas no PSB.

Para uma melhor operacionalização dos serviços da PSB nos CRAS é recomendável um diálogo profissional, ético e político entre aqueles que estão realizando trabalho nas pontas. Assim, as equipes que compõe os CRAS pesquisados relataram sobre o processo de divisão profissional no cotidiano das atividades frente à dinâmica de operacionalização da política em questão.

Subcategorias elaboradas a partir das falas	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
<p>Trabalho Psicossocial</p> <p>Compromisso ético-político</p> <p>Visita Domiciliar</p>	<p>Tem algumas funções que são particulares de cada um, né! O papel da coordenadora é um, da psicóloga é outro, da Assistente também, embora deva ficar claro que é um trabalho psicossocial [...]. Alguns casos que nós separamos que cabe mesmo somente a um profissional, devido às questões éticas [...]. É bem interessante isso, quando atendemos uma queixa de um usuário sobre orientação de benefício, ele começa a falar coisas da vida dele, do cotidiano, então, às vezes a pessoa traz um problema, aliás, ela pensa que é o problema, daí você vai à raiz e verifica que é outra coisa. Nós adotamos essa forma de trabalhar, até porque essa é a proposta. Não podemos trabalhar de forma isolada, é um trabalho simples, mas em parceria. [...] Nós não fazemos visitas separadas [...]. Tem usuário que solicita visita só pra receber uma orientação do bolsa família, por exemplo, mas na visita a gente identifica outras questões [...] (Técnico 2 – CRAS/Maués).</p>
<p>Trabalho em equipe</p> <p>Hierarquia institucional</p>	<p>Bem, na verdade, nós somos uma equipe mesmo, um ajuda o outro. Nós trabalhamos na mesma fala [...]. E como atendimento em equipe, quando eu não estou, ela me passa depois e vice-versa. As visitas, a gente faz juntos, porque deve ser assim, né! O usuário vem aqui atrás de um benefício eventual, daí quando chegamos na casa a gente encontra uma outra problemática, os conflitos familiares, a evasão escolar, enfim, vários outros problemas que requerem nossa intervenção. E assim, a coordenadora também é nossa grande parceira, ela está sempre disposta, corre de um lado para o outro pra tentar resolver tudo. Então, é uma divisão hierárquica que existe, né! Mas, na essência trabalhamos todos juntos [...] (Técnico 1 – CRAS/Maués).</p>

Monitoramento do que foi planejado	O CRAS é o Centro de Referência onde acontecem os serviços, programas, ações da Assistência Social [...]. E aqui dentro eu acredito que nós somos uma equipe, e como equipe nós devemos trabalhar juntos e pensar coletivo. [...] Eu pouco conhecia o CRAS, eu tenho experiência na área social, trabalhava em programas sociais pela Diocese e depois entrei no CRAS. E eu acredito assim, em qualquer lugar o trabalho em equipe funciona melhor do que o individual, claro que cada um tem suas funções [...] e juntos a gente faz o papel de monitorar, né! [...] Esse é nosso papel, monitorar para que o que foi planejado no começo se concretize até o final ou até aquilo que a gente planejou (Técnico 2 – CRAS/Parintins).
Trabalho complementar entre a equipe	A nossa divisão é assim: eu como Assistente Social vou trabalhar aquela situação da família, né! A vulnerabilidade daquela família. A psicóloga, eu vejo assim, ela vai trabalhar mais naquela parte do conflito familiar mesmo. Eu penso que a gente trabalha em equipe, e como equipe fazemos um trabalho complementar um ao outro (Técnico 1 – CRAS/Parintins).

Quadro 10 – Divisão do Trabalho entre a Equipe de Referência dos CRAS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Durante a pesquisa de campo pôde-se observar uma profícua relação entre os membros da Equipe Técnica de Referência. Tal fato fica notório na fala dos profissionais e converge com as assertivas contidas na PNAS (2004), haja vista que, considerando a dinâmica do trabalho no cotidiano dos CRAS é necessário que os trabalhadores da PSB façam intervenção em equipe, pois isso fortalece e contribui significativamente junto aos usuários e/ou famílias que buscam os serviços oferecidos. Nesse sentido, identifica-se nas duas realidades pesquisadas a prevalência da lógica do trabalho coletivo.

Seguindo esta linha de análise, a NOB-RH/SUAS (2006, p. 14) ao tratar conceitualmente sobre as equipes de referência da PSB e PSE, salienta que:

[...] são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (grifo nosso).

Nessa ótica de discussão, a pesquisa possibilitou identificar um contraponto entre o que diz a NOB-RH e a realidade de Maués e Parintins, uma vez que, os Técnicos não são efetivos no quadro de trabalhadores, possuem apenas um contrato com as Prefeituras dos municípios. Já os Coordenadores dos CRAS, em Maués, a pessoa responsável é concursada, porém é no âmbito da educação e, em razão da atual gestão municipal foi solicitada a assumir o CRAS. Por outro lado, em Parintins, o coordenador possui apenas contrato com a Prefeitura.

Este elemento contribui para o desenvolvimento de uma atuação fragmentada no CRAS, pois, acarreta a rotatividade dos profissionais nas instituições comprometendo não só a operacionalização da PNAS, assim como seu conhecimento na totalidade, além disso,

corroborar na precarização do trabalho na Assistência Social. Tal fato agrega a complexidade de sustentabilidade da política.

Mesmo trabalhando dentro do sistema de contrato, os profissionais não se eximem de suas atividades, conforme consta no quadro 10: a prática psicossocial, a hierarquia institucional, porém de forma dialógica entre as equipes de referência, o monitoramento que estes fazem no que tange às oficinas realizadas pelos orientadores sociais, no entanto, são trabalhadores do SUAS que vivenciam, assim como outras profissões, os rebatimentos de uma atuação do Estado neoliberal, o qual não assume total responsabilidade para com a população demandatária dos serviços da Assistência Social.

Em relação à suficiência ou não para o trabalho realizado nos CRAS com base no número de profissionais que na data da pesquisa formavam as equipes de referência, os entrevistados em Maués argumentaram que:

Sim. Eu penso [...] que não é a questão técnica, mas o que nós precisaríamos de fato para melhorar, para potencializar os nossos serviços, para ser mais eficaz, para alcançar mais usuários, seria uma boa estrutura. [...] Ter uma estrutura com suporte para o trabalho, um computador, uma impressora, espaço pra trabalhar os grupos de convivência, até porque a questão do ambiente influencia no comportamento dos nossos usuários. [...] Às vezes você não tem nem um ventilador para oferecer a eles, tem usuários que veem de tão longe para participar dos grupos, daí chega aqui não tem um lanche para ser oferecido, um local mais agradável [...]. Tem usuário que vem aqui precisando apenas uma declaração, que é simples, que dava pra resolver aqui [...], tenho que levar lá para a Secretaria, imprimir, assinar e entregar para os usuários. Hoje, por exemplo, não temos internet e a gente sabe que é uma ferramenta muito importante no trabalho no CRAS (Técnico 2 – CRAS/Maués).

Os Técnicos salientam que o número de profissionais é suficiente para o trabalho realizado, pois, segundo eles, o problema não está na quantidade desses trabalhadores, mas na estrutura e infraestrutura que é disponibilizada para a prática profissional. Na fala de uma das entrevistadas, fica nítido a riqueza e, ao mesmo tempo, a denúncia quanto à ínfima disponibilidade de recursos físicos e materiais para uma intervenção qualificada. Assim, entende que são esses detalhes de grande importância que dificultam uma operacionalização mais efetiva da PSB no CRAS.

Por outro lado, considerando a conjuntura dos documentos legislativos da política de Assistência Social, será que o trabalho está sendo desenvolvido na íntegra? O número de profissionais é realmente suficiente? Fundamentando-se nas concepções teóricas deste estudo e nos dados colhidos na pesquisa de campo, entende-se que o problema não pode ser atrelado apenas ao ambiente físico da instituição. É preciso que a gestão do município invista em recursos humanos e materiais, que considere a carga horária de trabalho dos profissionais

prescrita em lei, além disso, invista em formação e qualificação dos trabalhadores de maneira a assumir compromisso efetivo com as populações que demandam por serviços da Assistência Social.

Condição diferente se verifica na realidade do CRAS de Parintins, pois os Técnicos foram unânimes em dizer que tal equipe não é o suficiente para dar conta da demanda: “Não! Pra nossa demanda, precisa de mais gente. Eu acredito que no mínimo dois psicólogos, dois assistente sociais, no mínimo” (Técnico 2 – CRAS/Parintins). A entrevistada alega que naquele CRAS há um número expressivo de usuários que buscam os serviços, logo, tem-se um acúmulo de tarefas implicando na qualidade do trabalho realizado.

Essa constatação é outro elemento essencial da discussão sobre a dificuldade que é operacionalizar os serviços da PSB na perspectiva da sustentabilidade social, considerando as questões políticas, econômicas e sociais engendradas no cenário amazônico, além das determinações preconizadas nos documentos legislativos da política. Se comparado com o que ratifica a NOB-RH/SUAS (2006), tem-se uma lacuna quanto ao número de profissionais nos CRAS. Isso porque, quando um município trabalha com a Gestão Plena e é de Médio ou Grande Porte, para cada CRAS são necessários 04 (quatro) técnicos de nível superior, sendo 02 (dois) assistentes sociais, 01 (um) psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, além do Coordenador o qual, também, deve possuir nível superior. Em Maués e Parintins, nos dois CRAS a equipe de referência é formada por: 01 (um) assistente social, 01 (um) psicólogo e o Coordenador, visibilizando a lacuna operacional no item de profissionais.

No que concerne à participação da equipe em capacitação ou formação continuada da Assistência Social, os informantes da pesquisa afirmaram que:

Sim. Inclusive, final do ano passado eu passei uma semana em Itacoatiara participando do CapacitaSUAS que foi o primeiro polo contemplado e Maués foi inserido nele. Semana passada teve outra formação em Manaus sobre CRAS e CREAS e uma equipe foi enviada para lá. Então, sempre que tem alguma coisa nesse sentido a gente vai, porém não são os mesmos técnicos, a Secretária sempre muda a equipe, até porque a ideia é que todos possam participar (Técnico 1 – CRAS/Maués).

Sim. Porém, por parte do Estado, acho essa intervenção complexa, pois, durante eu estar aqui ainda não teve nenhuma capacitação em que a Equipe da SEAS viesse ministrar, se deslocada até aqui para fazer essa capacitação. Mas, temos nossos encontros locais promovidos pela SEMAS. Teve um agora na sexta-feira passada, [...] no qual são os próprios técnicos que fazem [...], é mais uma troca de conhecimentos (Técnico 2 – CRAS/Maués).

Sim. Mas, considero ser muito raro essas capacitações. Agora assim, eu mesmo busco me qualificar, eu já fiz uma pós-graduação em Saúde Pública da Família recentemente. No que se refere à gestão municipal, sempre tem alguma coisa, às

vezes capacitação com os profissionais que atuam nos CRAS e tem muitas palestras voltadas para todos da equipe técnica (Técnico 1 – CRAS/Parintins).

De vez em quando tem pela SEMASTH, pelo Estado ainda não participei. Agora por exemplo, eu estou fazendo o curso de Libras pela SEMASTH, [...] apareceu essa oportunidade, estou fazendo o básico e já vou engatar no intermediário. Eu acho muito bom, porque nós temos aqui pessoas com necessidades especiais, inclusive um rapaz que é surdo. [...] eu enquanto profissional preciso me adequar, não é ele tem que se adequar a mim, mas eu a ele [...] (Técnico 2 – CRAS/Parintins).

Para melhor operacionalizar e qualificar os serviços socioassistenciais nos CRAS, o SUAS “reconhece as necessidades de capacitação e formação continuada da equipe que coordena com vistas a superar dificuldades e melhorar a qualidade dos serviços” (FERREIRA, 2011, p. 33). Neste caso, é função da gestão estadual ofertar aos trabalhadores da Assistência Social esses momentos de acesso a informação qualificada e conhecimentos, visando aprimoramento da prática profissional junto aos usuários dos serviços.

Em Maués, verifica-se na fala das profissionais que a SEAS promove as capacitações e formação continuada para aqueles que atuam no CRAS, porém, a crítica que se faz é quanto à forma como isso é realizado, pois, considerando a realidade amazônica, muitas vezes há dificuldade por parte das profissionais se deslocarem até Manaus. O rendimento seria maior se o Estado levasse à cidade esse momento de qualificação, pois, nem todos da equipe de referência da PSB podem participar, alternando-se os profissionais entre um encontro e outro.

Em Parintins, o estudo identificou uma tímida participação dos profissionais do CRAS no processo de capacitação e formação continuada promovida pela SEAS, isso não significa dizer que tais profissionais não buscam qualificação, visto que, na fala das entrevistadas observa-se uma busca pessoal por mais conhecimento de modo a contribuir no cotidiano do exercício da profissão. Com destaque para a participação do Técnico 2 em um curso de libras, tendo em vista que o CRAS é conceituado pela PNAS (2004) como instituição que trabalha com famílias na sua conjuntura macro, incluindo crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Os dados em análise permitem a visualização da dimensão política da sustentabilidade numa relação com o pilar social (SACHS, 2002a). Isso porque, incorpora elementos de natureza democrática e de politização dos sujeitos a partir do trabalho que é realizado pelos profissionais. No entanto, para que isso aconteça é necessária uma intervenção comprometida e qualificada cuja questão é de responsabilidade do governo em dispor de meios para a formação e qualificação dos profissionais. Assim, este processo perpassa pelo debate que envolve a sustentabilidade política.

Sobre o processo de planejamento, monitoramento e avaliação das ações realizadas, os informantes da pesquisa relataram que tais itens são de suma importância para uma operacionalização qualitativa do trabalho realizado. Embora, a partir de suas falas identificou-se algumas fragilidades neste processo.

Subcategorias elaboradas a partir das falas	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
<p>Planejamento feito pelo Coordenador de Programas e Projetos – SEMAS</p> <p>Planejamento quinzenal no CRAS</p> <p>Monitoramento e Avaliação por meio de Relatórios</p> <p>Monitoramento e Avaliação não sistematizado</p>	<p>Quanto ao planejamento, realizamos reuniões quinzenalmente. Primeiro tem aquela parte mais sistemática dos profissionais da equipe técnica e depois sentamos pra reunir com os orientadores sociais. E o nosso monitoramento, avaliação, essas coisas, acontecem assim: todo final de mês a equipe faz um relatório daquilo que foi realizado no CRAS e cada orientador social também faz seu relatório, daí é enviado para a SEMAS [...]. E tem relatório trimestral que é enviado pra SEAS (Coordenadora – CRAS/Maués).</p> <p>No nosso cronograma, nós temos a sexta-feira livre pra fazer planejamento tanto para o PAIF como para os grupos de Convivência. Nosso monitoramento e avaliação acontece entre nós mesmos e pelo Coordenador de Programas e Projetos da SEMAS, porque nós fazemos um relatório mensal de atividades (Técnico 1 – CRAS/Maués).</p> <p>Esse ano o responsável pelos Programas Sociais da SEMAS é quem está montando todo o planejamento do Trabalho nos CRAS. [...] ele faz o planejamento macro e quando chega pra cá, nós sentamos com os orientadores e verificamos o que de fato podemos ofertar. Geralmente toda sexta-feira realizamos o planejamento com os orientadores e somente os técnicos acontecem quinzenal. O monitoramento e avaliação, não é assim muito sistematizado, às vezes fazemos por conta das nas nossas reuniões, por meio dos relatórios [...] (Técnico 2 – CRAS/Maués).</p>
<p>Planejamento trimestral com os trabalhadores da PSB</p> <p>Monitoramento e Avaliação quinzenal</p> <p>Diálogo trimestral com os usuários</p>	<p>[...] Na realidade, participa todo mundo né! [...] A gente não impõe nada, por isso a necessidade de fazer um planejamento de forma conjunta. Então de três em três meses a gente se reúne pra planejar, e é dessa maneira. [Sobre o monitoramento e avaliação], é realizado por nós mesmos, de forma mensal. A gente vê, senta e verifica o que fluiu, o que foi bom. [...] A gente tenta tirar proveito daquilo que foi bom e da parte ruim busca melhorar [...] (Coordenador – CRAS/Parintins).</p> <p>[O planejamento] acontece de forma trimestral. A equipe técnica e todos os [...] orientadores sociais e facilitadores de oficinas fazem parte. A gente reúne de 15 em 15 dias pra fazer o monitoramento e avaliação. E de três em três meses a gente reúne com o grupão para fazer planejamento dos outros três meses (Técnico 1 – CRAS/Parintins).</p> <p>O planejamento acontece de forma trimestral com os facilitadores, educadores de oficinas [...]. A gente reúne de 15 em 15 dias pra fazer o monitoramento e avaliação. Prepara-se alguns instrumentos, algumas fichas pra que eles possam dizer o que está faltando. E os facilitadores possam dizer o que eles vão fazer nas oficinas, quanto tempo. E a cada três meses a gente procura ouvir os usuários pra que eles possam dizer se tão gostando ou não dos trabalhos [...] (Técnico 2 – CRAS/ Parintins).</p>

Quadro 11 – Formas de planejamento, monitoramento e avaliação do trabalho nos CRAS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

O conteúdo em análise expressa os aspectos que precisam fazer parte da operacionalização de qualquer política pública, visto que, é por meio do planejamento, monitoramento e avaliação que se pode chegar a resultados de acordo com os objetivos delineados. No entanto, sabe-se da complexidade que é muitas vezes trabalhar nessa ótica, pois, as demandas e burocracia institucional, e as outras atividades do dia a dia acabam impondo limites e desafios no processo ideal de trabalho.

Segundo as falas da equipe de referência do CRAS, em Maués há um planejamento macro que é realizado pelo Coordenador de Programas e Projetos da SEMAS, e quando enviado para o CRAS, este é analisado pela equipe para verificação sobre o quê de fato pode ser ofertado aos usuários. Ou seja, ocorre um novo planejamento interno pela equipe seguindo o preconizado no PMAS. Em relação ao item de monitoramento e avaliação, verificou-se parcialidade nas falas das entrevistadas, pois, as mesmas argumentaram que tal item geralmente ocorre por meio dos relatórios ou nas reuniões com os trabalhadores do CRAS, porém, não é uma questão explicitamente sistematizada.

Em Parintins, os entrevistados relataram que o planejamento segue as determinações do PMAS, o qual é readaptado pelo CRAS considerando os materiais disponíveis para a realização das atividades. Trimestralmente a equipe de referência e os orientadores sociais planejam aquilo que vai ser ofertado para os usuários. Quanto ao monitoramento e avaliação, assim como em Maués, observou-se parcialidade no discurso dos informantes. Este item é feito em período quinzenal, geralmente por meio de reuniões quando é verificado o andamento e o que pode ser melhorado na oferta dos serviços.

Neste ínterim, Rolim (2009, p. 120) afirma que:

As atividades de Monitoramento e Avaliação devem ser compreendidas como fases do próprio processo de planejamento das ações assistenciais, o qual precisa assegurar o atendimento às reais necessidades da população beneficiária, visando consolidar uma rede de inclusão e de proteção social aos segmentos mais carentes.

De modo geral, não ficou claro nas falas dos informantes a questão prática do monitoramento e avaliação das atividades. Que metas são estabelecidas para o trabalho? Quais objetivos pretendem alcançar? Que instrumentos, indicadores e variáveis precisam ser levados em consideração?

Diante dos dados, compreende-se a importância de se trabalhar no cotidiano do CRAS, bem como no quadro geral da política de Assistência Social, a questão do monitoramento e avaliação, que para tal requer instrumental específico com possibilidades de indicadores e variáveis que imprimam a qualidade no trabalho desenvolvido, além de

estratégias envolvendo todos os atores que operacionalizam e os que são atendidos pelos serviços. Contudo, notou-se um conhecimento superficial por parte das equipes de referência dos dois municípios no que tange à compreensão teórico-metodológica do monitoramento e avaliação dos serviços.

É necessário entender que tal aspecto não se resume a relatórios e reuniões quinzenais, trata-se de um processo contínuo, cotidiano ou periódico em relação aos objetivos e metas previamente estabelecidos (ROLIM, 2009), para os quais o corpo técnico de profissionais precisam ter conhecimento teórico-operativo.

Sobre o conjunto da Assistência Social é de responsabilidade da equipe técnica da SEAS fazer o monitoramento e avaliação dos programas, projetos, serviços e benefícios da PSB e PSE nos municípios do Amazonas. Entretanto, como já sinalizado no capítulo II, o contato técnico da SEAS com as Secretarias de Assistência Social de Maués e Parintins é considerado fragmentado, resumindo-se a algumas visitas naquelas instituições.

Ainda em torno do planejamento, ressalta-se que isso implica no processo de gestão dos serviços nos CRAS, e como tal requer participação não só daqueles que o operacionalizam, como também de quem recebe a aplicabilidade dos serviços. Assim, ao serem questionados sobre o conhecimento e participação em algum momento que tratasse do planejamento das atividades, os usuários dos CRAS, tanto de Maués quanto Parintins, foram unívocos ao afirmaram que “não!”.

De acordo com Cavalcanti (2002), operacionalizar de uma política pública hoje, especialmente aquela que vise o bem estar e o desenvolvimento humano, social e sustentável das populações, requer o envolvimento de todos os atores, isso inclui aqueles que recebem a intervenção das políticas. Em se tratando da Assistência Social, é preciso romper com a ideia de que, “planeja-se e executa-se junto aos usuários”, ao contrário, “chama-se os beneficiários dos serviços, ouve-se suas necessidades”, daí sim, planeja-se aquilo que vai interferir positivamente na vida dos indivíduos e famílias envolvidas no processo.

Nessa direção, a fim de conhecer quem são os demandatários dos serviços socioassistenciais nos CRAS pesquisados e suas relações com as instituições a partir dos resultados da pesquisa, apresenta-se o perfil e as condições de vida dos usuários, além de informações sobre a inserção nas atividades dos CRAS e a visão sobre o que pensam do trabalho desenvolvido e atividades que participam. Tarefa necessária, quando se busca perquirir sobre a operacionalização da PSB na realidade de Maués e Parintins e se a mesma converge para uma perspectiva da sustentabilidade social.

3.2 PERFIL E CONDIÇÕES DE VIDA DOS USUÁRIOS DOS CRAS NOS MUNICÍPIOS

Em primeiro plano, uma ressalva se faz importante. A amostra não probabilística de natureza intencional delimitada na metodologia do projeto sinalizava 10 (dez) usuários dos serviços socioassistenciais de cada CRAS a ser pesquisado, ou seja, 20 (vinte) no total. Contudo, em Maués só foi possível aplicar 06 (seis) formulários, tendo em vista a indisponibilidade de alguns usuários no período da pesquisa de campo. Estes informantes que se disponibilizaram em contribuir com a pesquisa foram todos do sexo feminino, pois, nos CRAS pesquisados são as mulheres, em sua maioria mães, que buscam participar das atividades.

Tanto em Maués como em Parintins, a aplicação do instrumento realizou-se nas dependências dos CRAS, bem como na casa das mulheres, visto que, segundo elas, em suas residências era mais confortável manter um diálogo com o pesquisador. Tal fato se mostrou de extrema importância, visto que, antes mesmo de ouvi-las, buscava-se compreender suas reais condições de vida. Para a análise dos dados fonográficos e mantendo o compromisso ético com os sujeitos da pesquisa, as informantes foram categorizadas em: Entrevistada de 1 a 6 (Maués) e Entrevistada de 1 a 10 (Parintins).

Os dados a seguir esclarecem a realidade pela qual passam. São mulheres, cujas famílias, boa parte encontram-se em situação de (des)proteção social do Estado, isso porque, sobrevivem em parcas condições de vida, pois o acesso às políticas públicas, ao mercado de trabalho, entre outros determinantes para qualidade de vida estão sendo contemplados irrisoriamente.

Para Sachs (2009), o bem-estar das populações, principalmente das camadas mais pobres, só pode ser vista de forma sustentável se observado o acesso à rede de serviços sociais básicos. Para fins didáticos de conhecimento sobre quem são estas mulheres, suas condições de vida e relações familiares, agrupou-se quatro categorias as quais subsidiarão as análises a seguir: Identificação do informante, escolaridade e acesso ao conhecimento, situação socioeconômica, condição e infraestrutura habitacional.

Identificação do Informante

Foi construído com base em elementos que identificaram a realidade pessoal e familiar das mulheres, a começar pelo estado civil das mesmas.

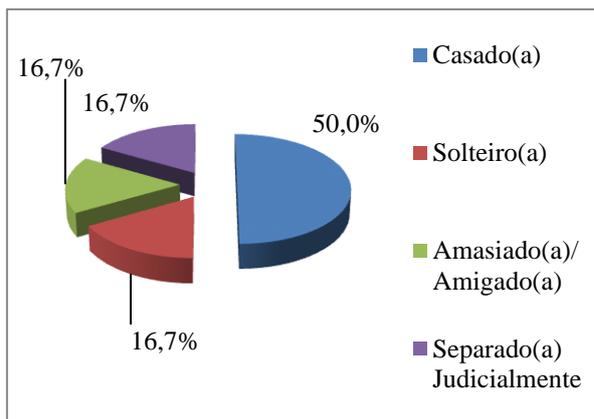


Gráfico 3 – Estado civil das mulheres – Maués.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

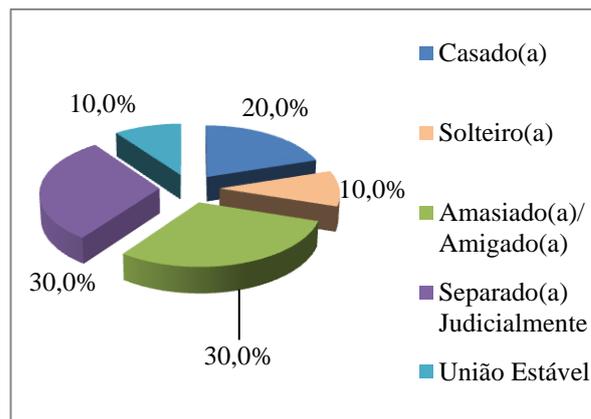


Gráfico 4 – Estado civil das mulheres – Parintins.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Os gráficos 3 e 4 indicam diferenças entre Maués e Parintins quanto ao estado civil das mulheres. No primeiro, 50,0% são casadas e 16,7% dizem respeito a aquelas que vivem “amigadas”, ou seja, sem registro documental da união conjugal, este mesmo percentual equivale às mulheres que vivem separadas judicialmente, assim como solteiras.

Em Parintins, os dados percentuais são mais balanceados, visto que 30,0% correspondem, respectivamente, ao nível de mulheres “amigadas” e separadas judicialmente, 20,0% encontram-se casadas e 10,0% é o percentual correspondente tanto a solteiras quanto em união estável. Salienta-se que independente do estado em que se encontram, todas elas são mulheres-mães.

No que refere-se à idade dessas mulheres, os dados certificam paridades nos intervalos criados para efeito de pesquisa. Em Maués 33,3% corresponde ao intervalo de 38 a 42 e 58 a 60 anos, e 16,7% centra-se entre aquelas com 43 a 47 e acima de 60 anos. Já em Parintins, 30,0% são mulheres que perfilam entre 33 a 37 anos, 20,0% equivale a 28 a 32 e 38 a 42 anos, e 10,0% são aquelas que estão com 23 a 27, 53 a 57 e 58 a 60 anos de idade. Constata-se nesses dados que as usuárias dos serviços nos CRAS de Maués e Parintins, em sua maioria, encontram-se acima dos 30 anos de idade, sendo neste um público mais jovem.

Posteriormente, validou-se como importante saber a naturalidade dessas mulheres, visto que, em boa parte das pesquisas de campo no cenário amazônico presencia-se o processo do êxodo rural, para o qual prevalece a lógica da procura por um ambiente com mais oportunidades e acesso aos meios contributos na qualidade de vida das famílias. Tal fato está presente na constituição sócio-histórica da Amazônia, sobretudo a partir da intervenção das políticas governamentais introduzidas neste território a partir dos anos de 1950.

Tabela 6 – Naturalidade das mulheres participantes da Pesquisa

	Estado	Fr. (a)	Fr. (%)	Município	Fr. (a)	Fr. (%)	Cidade ou Comunidade	Fr. (a)	Fr. (%)
Maués	Amazonas	6	100	Maués	2	33,3	Maués	2	33,3
				Parintins	1	16,7	Vila Trindade	1	16,7
				Manaus	1	16,7	Manaus	1	16,7
				Boa Vista do Ramos	1	16,7	Nova Olinda	1	16,7
				Outros	1	16,7	Boa Vista do Ramos	1	16,7
Parintins	Amazonas	8	80,0	Parintins	8	80,0	Parintins	8	80,0
	Pará	2	20,0	Nhamundá	1	10,0	Juruti	1	10,0
				Juruti	1	10,0	Kataueré	1	10,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Pela tabela 6 apreende-se que, na data da pesquisa, em Maués todas as mulheres informantes do estudo são oriundas do Estado do Amazonas. Neste universo, 33,3% nasceram no município de Maués e 66,7% em outros. Especificamente, quanto à cidade ou comunidade, 33,3% informaram ser da sede do município, enquanto que 66,7% nasceram em outras localidades.

Por outro lado, em Parintins, 80,0%, isto é, a maioria são do Estado do Amazonas e apenas 20,0% advém do Pará. Em relação ao município de nascença, 80,0% são de Parintins e os outros 20,0% diz respeito à Nhamundá e Juruti, estes mesmos percentuais equivalem à cidade ou comunidade onde nasceram.

Sobre aquelas mulheres que saíram de outros municípios, cidades ou comunidades e imigraram para as sedes de Maués e Parintins, os motivos segundo elas, são os mais básicos possíveis: a busca por lugares que lhes proporcionassem um cotidiano de vida com mais oportunidades, conseqüentemente melhores condições no seio familiar. Tais informações corroboram com as assertivas de Souza (2011) ao evidenciar esta realidade nas últimas décadas do século XX e início do XXI no contexto amazônico.

Escolaridade e acesso ao conhecimento

Na sociedade contemporânea a educação exerce papel fundamental, pois é questão *sine qua non* para a ascensão do conhecimento em seus vários níveis, participação política, qualificação profissional, bem como oportuniza melhores acessos ao mercado de trabalho. Diversamente disso, é oportuno dizer que por conta de diversos fatores, entre estes as

incidências das políticas neoliberais, a educação escolar, superior ou profissional acaba por não abarcar a todos de forma igualitária e, muitas vezes, preocupa-se com o quantitativo com formação técnica para atendimento do mercado seguindo a lógica do capital, deixando para segundo plano o aspecto qualitativo.

No contexto da pesquisa foi possível verificar que todas as mulheres entrevistadas encontram-se entre o ensino fundamental e médio, conforme gráfico na sequência. Compreende-se disso que todas sabem ler e escrever. Tal fato lhes ajuda sobremaneira no cotidiano das oficinas que participam.

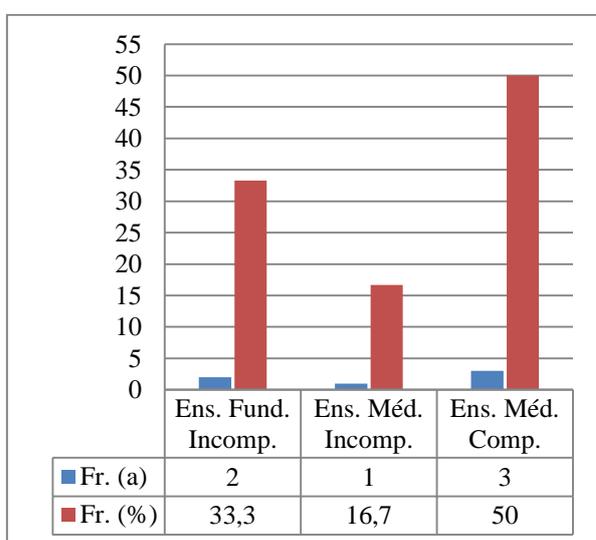


Gráfico 5 – Escolaridade das mulheres entrevistadas CRAS/Maués.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

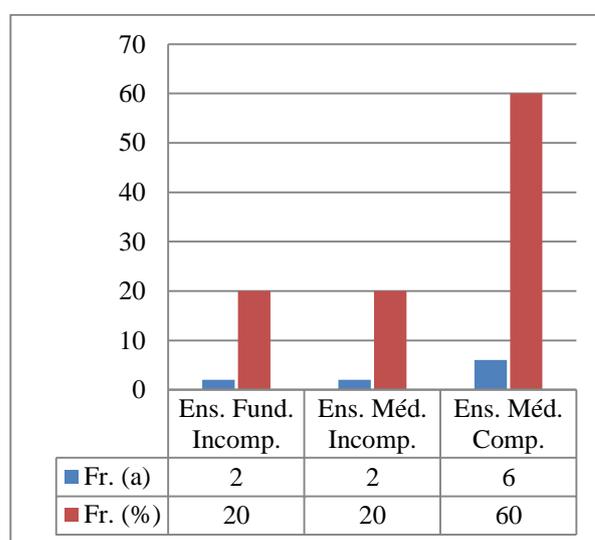


Gráfico 6 – Escolaridade das mulheres entrevistadas CRAS/Parintins.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

É possível perceber nos gráficos 5 e 6 que em Maués, as mulheres usuárias do CRAS participantes da pesquisa, em sua maioria (50%), possuem o ensino médio completo. Este percentual maior também é visualizado em Parintins, visto que 60% conseguiram terminar o ensino médio. Tais dados, sem dúvida, soam de forma positivo, pois, o aprendizado educacional, mesmo com sua parcialidade que é, contribui para a posse de mais conhecimento, logo pode fazer um diferencial na vida dessas mulheres.

Para além da educação de ensino regular, em Maués todas as mulheres já participaram ou ainda estão participando de cursos profissionalizantes, como Mulheres Mil, Reciclagem, Associativismo e Empreendedorismo; ou qualificação, como o de Multimeios Didáticos.

No caso do Mulheres Mil que trabalha com a proposta de inclusão produtiva, segundo elas, este curso tem se colocado de suma importância, pois, por meio dele vem-se

aprendendo algo, apesar de que nem sempre estas põem em prática aquilo que lhes foi repassado por falta de condições financeiras.

Não obstante, em Parintins 04 (quatro) mulheres afirmaram já terem participado de cursos dessa natureza, enquanto que 06 (seis) informaram ainda não terem tido a oportunidade, mas se fosse oferecido, com certeza seria um bom momento para buscar mais conhecimentos ou aprendizado.

Em termos de composição familiar e o grau de escolaridade, a pesquisa revelou o quadro de organização das famílias daquelas mulheres que buscam participar das atividades dos CRAS, cujos dados indicam arranjos diferenciados em termos sociais e econômicos.

De um modo geral, as famílias dessas mulheres apresentam em suas composições pais, mães, esposos(as), filhos(as), netos(as), avós, irmãs(os), com escolaridades que perfilam do ensino infantil ao ensino superior. Vale dizer que nesse universo de familiares, ainda encontram-se pessoas não alfabetizadas, geralmente aquelas com mais idades, tendo em vista as dificuldades em suas épocas de adentrar ao sistema educacional.

Essas informações colhidas durante o contato com as mulheres tanto nos CRAS quanto nas residências, ampliam o debate sobre os diversos grupos familiares presentes na contemporaneidade não delimitando-se à consanguinidade, mas também, à solidariedade e cuidado mútuo.

Nesta linha de análise, assevera Szymanski (2002, p. 17):

Ao se pensar a família hoje, deve-se se considerar as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares [...]. As mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição, história e pertencimento social.

Concorda-se com a autora ao mencionar que as mudanças ocorrentes na sociedade atual afetam todo o processo de organização das famílias, ou seja, suas composições, suas relações sociais e na própria construção da identidade de cada uma. Não por acaso, a existência de uma pluralidade de arranjos familiares na cena contemporânea, muitas delas exigindo uma intervenção mais profícua do Estado para com a realidade social e econômica em que se encontram, sobretudo no que concerne ao contexto sociocultural identificado em cada localidade.

Em se tratando de famílias em situação de vulnerabilidade social, o desafio maior é para a política de Assistência Social a qual é protagonizada na atualidade como política que possui elementos legislativos de grande importância para o trabalho social.

Situação socioeconômica

Em se tratando do acesso ao mercado de trabalho, boa parte das mulheres encontra-se desempregadas, porquanto, algumas se identificam como trabalhadoras autônomas. Sem uma formação educacional qualificada, muitas delas disseram ser domésticas, exercendo diversas atividades no cotidiano para além do discurso da tripla jornada, que podem ser visualizados abaixo.

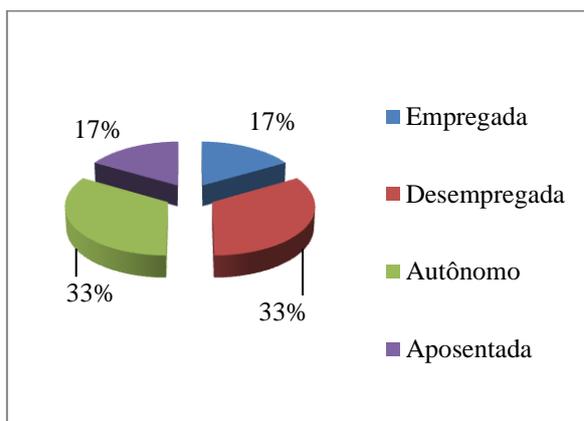


Gráfico 7 – Situação no mercado de trabalho das usuárias do CRAS/Maués.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

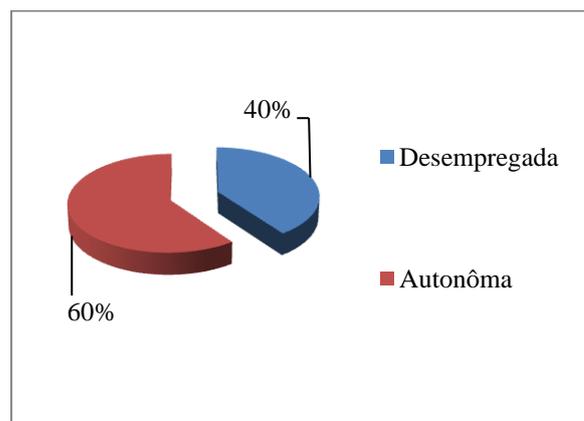


Gráfico 8 – Situação no mercado de trabalho das usuárias do CRAS/Parintins.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Os gráficos discriminam que em Maués 33% das mulheres encontravam-se desempregadas, por isso se dedicavam apenas aos afazeres domésticos, este mesmo percentual diz respeito a trabalhadoras autônomas, sendo o trabalho como artesãs suas ocupações atuais, além dos serviços de casa; 17% são aposentadas e empregadas, respectivamente. Vale dizer que, segundo Cacciamali (2000), só é trabalhador empregado aquele que possui todos os seus direitos trabalhistas a partir do registro em Carteira, do contrário, são trabalhadores do setor informal. No caso em análise, as 17% consideradas empregadas não possuem registros, logo encontram-se no processo da informalidade.

Em Parintins, os dados se diferenciam de Maués. Isso porque, do total das participantes da pesquisa 60% ratificaram serem autônomas e 40% desempregadas. Tais dados corroboram com os enunciados da PNAS (2004) ao dizer que, no quadro do público alvo da PSB, estão aqueles sem acesso ao mercado de trabalho, logo, em situação de vulnerabilidade social e econômica. Todas as que afirmaram serem autônomas trabalham como vendedoras e o dinheiro arrecadado tem fundamental importância no âmbito familiar.

Os dados em análise explicitam a importância que tem os serviços socioassistenciais da PSB na vida dessas mulheres. Visto que, uma vez que não estão no mercado de trabalho formal, implica em parcas condições de vida pessoal, mesmo que outros membros familiares trabalhem e contribuam financeiramente na família. Assim, é na Assistência Social que buscam um atendimento, e uma vez que o CRAS trabalha em rede socioassistencial, pode direcionar estes sujeitos para que estes tenham melhores oportunidades de vida e trabalho.

A seguir os dados da pesquisa evidenciaram a renda familiar dessas mulheres, e pôde-se observar que, tanto em Maués como Parintins, a soma total da renda adquirida por toda a família não ultrapassa dois salários mínimos. Particularmente, em Maués, 67% (=04) das mulheres tinham renda o equivalente a mais de um até dois salários, e 33% afirmaram adquirir mensalmente apenas um salário mínimo. Diversamente disso, em Parintins 50% (=05) somavam menos de um salário mínimo mensal, 30% (=03) conseguiam alcançar um salário e 20% chegavam até dois salários.

Se os dados anteriores ostentam que tais mulheres em sua maioria são desempregadas e autônomas, e no contato com estas relataram que seus cônjuges e outros membros familiares também não ganham muito com o trabalho realizado, certamente que a renda mensal da família não conseguiria ultrapassar mais de dois salários mínimos.

Uma das formas de contribuir no aumento da renda familiar é a inserção destas em benefícios da Assistência Social. Benefícios assistenciais, segundo Couto (2009), são aqueles inseridos na PSB e subdividem-se em três modalidades: a) Prestação Continuada, previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso; b) Benefícios eventuais, previstos no art. 22 da LOAS; c) Transferência de Renda, que são aqueles “[...] programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários” (COUTO, 2009, p. 2010), incluso nesse está o Bolsa Família.

Em Maués, todas (100%) afirmaram fazer parte do Programa Bolsa Família, cuja renda varia entre R\$ 70,00 a R\$ 162,00 reais. De outra parte, em Parintins, das 10 (dez) mulheres entrevistadas, 07 (sete) estavam inseridas no PBF, as outras 03 (três) não faziam parte. Como política enquadrada no discurso governamental de enfrentamento à extrema pobreza no país, o PBF³¹ é, hoje, palco de muitos debates entre profissionais, pesquisadores da área e sociedade civil. Em alguns momentos estes debates divergem, em outros

³¹ Em **MAUÉS/AM**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em março de 2014 era de **10.643**, dentre as quais **7.548** faziam parte do PBF. Já em **PARINTINS/AM**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único era de **17.035** dentre as quais, **12.716** são beneficiárias do PBF.

convergem, logo, não é idílico o pensamento dos autores sobre a transferência de renda repassada para os beneficiários.

Condição e infraestrutura habitacional

Na discussão em curso, fez-se um breve panorama do quadro habitacional das famílias das mulheres entrevistadas. Neste sentido, os dados coletados estão sintetizados nas colocações abaixo, a começar pela situação do domicílio, conforme os gráficos 9 e 10.

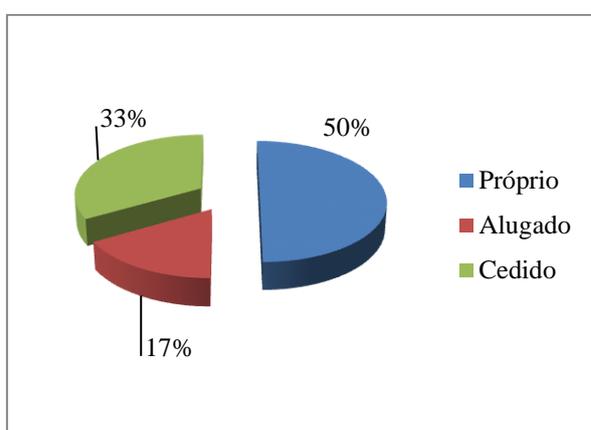


Gráfico 9 – Situação do domicílio das usuárias do CRAS/Maués.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

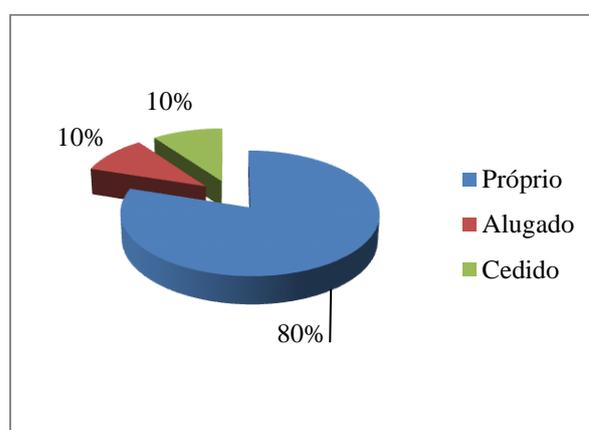


Gráfico 10 – Situação do domicílio das usuárias do CRAS/Parintins.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

O conteúdo expresso no gráfico 9 indica que 50% daquelas usuárias do CRAS/Maués que participaram da pesquisa moram em domicílio próprio, 33% eram cedidos e 17% alugados. Segundo tais informantes, 100% dos domicílios eram casas, cuja condição, 50%, consideradas em bom estado no nível de escala, e 50% perfaziam aquelas moradias configuradas como ótimas, regulares e precárias. Neste universo de domicílios, 67% possuíam de 4 a 6 cômodos e 33% de 1 a 3.

Em Parintins, 80% das entrevistadas mencionaram possuir domicílios próprios e 20% domicílios alugados e cedidos. Conforme as interlocutoras, 90% eram do tipo casas e 10% quitinetes. Estas moradias foram consideradas 50% em bom estado, 20% em condições regular e precária, respectivamente, e apenas 10% configuradas como ótimas. Considerando o total de domicílios, 60% possuíam de 4 a 6 cômodos e os 40% restante de 1 a 3 cômodos.

Durante as visitas aos domicílios, pôde-se constatar a veracidade de a maioria ser considerados em boas condições, regulares ou precários, pois, as estruturas físicas e organização das moradias convergiam para tal. Assim, na concepção das mulheres, com

poucos recursos financeiros e materiais, dificilmente vão conseguir uma “formatação” melhor para o ambiente de moradia.

Entende-se que toda família, independente da composição familiar, precisa de um local particular e seguro, ou seja, uma moradia que contribua no processo de socialização e formação da identidade dos sujeitos que ali residem “A casa [ou outro tipo de domicílio] é, ainda, um espaço de liberdade, no sentido de que nela, em contraposição ao mundo da rua, são donos de si” (SARTI, 2009, p. 63).

Nesta linha de análise, Yazbek (2009, p. 123) corrobora o aludido ao dizer que: “a moradia é o mundo da sociabilidade privada, o que significa dizer ajuda mútua, brigas rivalidades, preferências, tristezas, alegrias, chatices, planos, sonhos, realizações”. Contudo, é necessário que o ambiente ofereça suporte para tal, pois do contrário, os sujeitos ficam a mercê das determinações impostas pelo capital que, não fugindo à regra, tem seus impactos no sistema habitacional.

No contexto amazônico, sobretudo em municípios do Baixo Amazonas, observa-se brutalmente uma fragmentação na consolidação das políticas públicas, as quais, como já discutido no decorrer deste estudo, se fossem efetivamente operacionalizadas, teriam grande parcela de contribuição na condição de vida dos indivíduos, apesar de que, muitos destes, “estão como vítimas de um sistema que prepara de forma fragilizada o jovem para a sociedade, para o mercado de trabalho, que pouco estrutura os municípios com políticas públicas que efetivem o acesso aos direitos sociais: como educação, trabalho, moradia, de qualidade” (RIBEIRO, 2011, p. 110).

É pertinente dizer que todas as residências das interlocutoras da pesquisa, sejam de Maués ou Parintins, possuíam ligação de água e energia elétrica legalizada, logo, enquadraram-se naqueles percentuais de acesso evidenciados no capítulo II sobre a questão dos bens e serviços básicos na realidade urbana dos dois municípios. Sobre isso, a tabela na sequência enfatiza que:

Tabela 7 – Existência e acesso a bens e serviços essenciais no domicílio

Opções	Maués – Fr. (a)		Parintins – Fr.(a)	
	Sim	Não	Sim	Não
Água legalizada	06	-	10	-
Energia elétrica legalizada	06	-	10	-
Rede de esgoto na rua onde está localizada o domicílio	-	06	-	10
Fogão a gás	06	-	09	01
Geladeira	06	-	10	10
TV em cores	05	01	10	10
Máquina de lavar	04	02	09	01
Computador	01	05	09	01

Freezer	01	05	01	09
Micro-ondas	01	05	-	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2013-2014.

A construção do perfil e condições de vida das mulheres pesquisadas incidiu ainda sobre outro aspecto, qual seja: verificar o acesso a bens duráveis que, por conta do cenário em que se vive, são vistos como importantes no cotidiano do ambiente habitacional e do trabalho, especialmente na vida urbana. Desse modo, os dados enunciados na tabela 7 trazem um pouco do acesso que as famílias dessas mulheres possuem no cotidiano de vida.

A vida na cidade requer, em boa parte, o acesso a bens duráveis e serviços básicos, tendo em vista a dinâmica que é imposta no dia a dia. Como se pode perceber, a rede de esgoto apresenta-se como uma das problemáticas maiores, não só nos territórios pesquisados, mas também em toda a realidade brasileira. Isso porque, quando se tem, resume-se à parte central das cidades e os bairros considerados periféricos ou de maior vulnerabilidade social convivem com a falta desse serviço básico. Dentre os vários motivos, presencia-se a falta de uma política urbana efetiva que dê conta de atender essa realidade, logo, a precariedade nos serviços, comprometendo vários setores da vida em sociedade, sobretudo, a saúde.

Com base na literatura de Cavalcanti (2002), os bens e serviços básicos só podem de fato contribuir para um desenvolvimento sustentável da sociedade se as populações tiverem acesso equânime e usufruam o que lhes é ofertado. Esta ideia, conforme Sachs (2008) perpassa pela compreensão da sustentabilidade social, pois, como bem discutido em momentos anteriores, trata-se de uma dimensão basilar que imbrica vários determinantes da sociedade, incluindo as políticas públicas. Assim, se nem todos conseguem usufruir da riqueza material e social, então, complexifica o pensamento de uma sustentabilidade social no que diz respeito à condição e qualidade de vida.

Diante disso, a PNAS (2004) sinaliza que os serviços da PBS desenvolvidos nos CRAS caminham nessa ótica, de contribuir com aquelas famílias situadas no rol da vulnerabilidade social. Resta saber como se concretiza o acesso e equidade nos serviços socioassistenciais junto à população usuária e, certamente, o grau de contribuição para esta.

3.3 ACESSO E EQUIDADE DOS USUÁRIOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Para ter acesso aos serviços socioassistenciais da PSB é necessário que o usuário recorra às instituições assistenciais que trabalham com tais serviços. De acordo com a PNAS (2004) e Couto et al. (2011), o CRAS é por excelência a instituição responsável por trabalhar

com a PSB em suas múltiplas atividades que transcorrem da criança ao idoso. Desse modo, o CRAS não deixa de ter uma representatividade na política de Assistência Social.

Conceitualmente, o CRAS é definido como:

[...] uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS/CRAS, 2009, p. 9).

Uma breve discussão no capítulo II sinalizou que o CRAS deve realizar o trabalho social com famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, é necessário oferecer todas as condições materiais, financeiras e humanas para que haja maior qualidade na execução dos serviços. Fato este que foi considerado fragilizado nas instituições pesquisadas de Maués e Parintins.

Neste sentido, quando questionadas sobre o entendimento que tinham do CRAS e os motivos que levaram as informantes da pesquisa a continuarem a participar das atividades operacionalizadas pelos trabalhadores da PSB no CRAS, responderam que:

	Subcategorias elaboradas a partir das falas	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
Maués	Acesso à informação e conhecimentos diversos	<p>Buscar informação, mais conhecimentos. Aqui eles falam sobre tudo, a questão das relações na família, dos benefícios, essas coisas né! (ENTREVISTADA 1).</p> <p>É uma coisa de muito importante para nós, porque traz informações, benefícios e sempre que preciso de algo, elas me ajudam. Faz esse trabalho com as crianças, né! As atividades de artesanatos e as outras coisas. No meu entendimento é um momento de convivência, tem sempre o apoio delas que trabalham lá (ENTREVISTADA 6).</p> <p>Ah, é porque o CRAS é muito bom quanto as informações, os conhecimentos, eu acho assim, quem vai aprende alguma coisa. E é bom, porque sempre tem palestras, cursos elas me ligam ou vem aqui pra avisar (ENTREVISTADA 5).</p>
	Socialização	<p>O CRAS é uma coisa [...] boa, porque a gente vai pra lá e conhece novas pessoas, a realidade delas, eu gostei de participar. É uma casa das famílias né! Só que assim, eu vou até conversar com elas, assim era bom a gente montar tipo um clube de mães, que a gente pudesse levar as coisas pra fazer lá, daí eu acho que seria melhor [...] (ENTREVISTADA 3).</p>

	<p>Cursos profissionalizantes</p> <p>Aprendizado para obtenção de recurso financeiro</p>	<p>É um local que aprendi muitas coisas a partir do trabalho realizado por elas. Foi ela que veio aqui me convidar e eu fui, gostei muito e tá me ajudando a partir do que aprendi (ENTREVISTADA 4).</p> <p>Bom, depois que ela me convidou a ir pra lá, eu resolvi ir porque eu estava precisando né! Então, buscar mais conhecimentos, porque lá gente tem informações sobre várias coisas, e a questão da aprendizagem por meio dos cursos, como eu estava sem fazer nada, resolvi ir (ENTREVISTADA 5).</p>
Parintins	<p>Local de cuidado da família</p>	<p>O CRAS pra mim é uma residência boa, uma família, que dão atenção pra gente. Não tenho queixa não (ENTREVISTADA 5).</p>
	<p>Atendimento familiar</p>	<p>É legal, por que eu trago meus filhos pra cá. Eles estudam de manhã e quando é a tarde a gente vem pra casa, pelo menos a gente não fica só em casa, [...] fica aprendendo aqui (ENTREVISTADA 10).</p>
	<p>Socialização</p>	<p>Aprendizagem, porque aqui a gente aprende alguma coisa, se distrai e traz as crianças também (ENTREVISTADA 10).</p>
	<p>Atendimento psicossocial</p>	<p>Ah, porque eu queria aprender alguma coisa né! Vim em busca de qualificação e também de algum atendimento que pudesse me ajudar. Teve um tempo que tive problemas na família e foi preciso eu procurar um psicólogo, daí eu era atendida no CRAS quando ainda era lá naquele outro endereço. Seu Edi [psicólogo] era muito legal, depois comecei a conversar com outra e isso me ajudou, daí eu resolvi passar a vim pra esse CRAS, eu gosto daqui (ENTREVISTADA 1).</p> <p>O CRAS pra mim é família, quando meus filhos precisaram teve psicólogo, assistente social que ajudaram (ENTREVISTADA 4).</p>
	<p>Cursos profissionalizantes</p>	<p>É um lugar que dá oportunidade de aprender. Aqui a gente participa de muitas coisas, as oficinas, as conversas com as colegas e isso servi pra mim né! (ENTREVISTADA 1).</p> <p>Por que falaram que ia ter curso de pintar sandália, a pintura em tecido e desenho. E como eu queria aprender, eu fui pra lá (ENTREVISTADA 2).</p>

Quadro 12 – Entendimento sobre o que é o CRAS e os motivos para permanência nas atividades realizadas.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

De um modo geral, tanto em Maués quanto em Parintins, o CRAS na visão das usuárias é uma instituição que lhes ajuda de alguma forma por meio do trabalho que é realizado. Algumas até entendem como sendo o local de trabalho com as famílias, pois, através do CRAS se obtém informações, benefícios e atenção no momento que precisam.

Por outro lado, observa-se também, que as mulheres atrelam o entendimento do CRAS à ideia de ser um local específico onde vão aprender algo para contribuir financeiramente em momento posterior. Decerto que, as oficinas realizadas tornam-se um meio de conhecimento sobre a confecção de um determinado produto, contudo, é preciso deixar claro que não se resume a isso. Antes de qualquer coisa, o CRAS é uma instituição que deve primar por um trabalho social com famílias valorizando o saber local, ao mesmo tempo em que promove a valorização e crescimento dos familiares de forma qualitativa.

Do conteúdo, depreende-se que a permanência das mulheres no CRAS está atrelada a diversos motivos. O primeiro refere-se ao acesso à informação e conhecimentos, visto que o

atendimento por parte da Equipe de Referência e dos orientadores sociais propicia a ascensão a determinadas questões presentes no cotidiano individual ou familiar. Parafraseando Torres (2009), ao recorrer a uma determinada instituição da Assistência Social, o usuário espera que o profissional seja capaz de construir uma resposta profissional que dê conta de suas necessidades, as quais são engendradas pelos processos heterogêneos do sistema capitalista.

O segundo motivo refere-se ao atendimento psicossocial. Sem dúvida, na PSB os profissionais lidam diretamente com este tipo de atendimento, sendo atribuído ao Assistente Social e psicólogo trabalhar de forma interdisciplinar com vistas a contribuir na resolução das problemáticas que lhes são apresentadas. Lidar com os usuários e suas demandas ligadas às expressões da questão social serve também como reconhecimento do saber-fazer na instituição. Particularmente, essa relação construída entre o Assistente Social e os usuários “[...] pode proporcionar momentos de reflexão sobre o próprio fazer profissional e o significado social da profissão” (TORRES, 2009, p. 214).

Outro ponto diz respeito aos cursos profissionalizantes. Já foi aludido no decorrer deste trabalho que no conjunto dos serviços socioassistenciais existem as oficinas socioeducativas e profissionalizantes que oferecem momentos de aprendizagem para os usuários. Muitas vezes, promovido a partir de parcerias com outras instituições visando cursos que beneficiem o conhecimento e aprendizado sobre confecção de produtos diversos. Assim, algumas mulheres continuam no CRAS porque veem neste uma porta de acesso ao mercado de trabalho seja ele formal ou informal.

Coerentemente com o que diz a PNAS (2004) tem-se um último ponto o qual está relacionado ao atendimento familiar. Na oferta dos serviços socioassistenciais no CRAS o trabalho social com famílias aparece como questão basilar, trata-se de um trabalho que envolve todos os entes familiares e, é em busca deste que muitos usuários procuram a intervenção dos profissionais que ali atuam.

Ao se fazer uma reflexão sobre os dados em discussão é possível visualizar uma constelação relacional das dimensões da sustentabilidade, particularmente a área econômica, política e social. Embasando-se nas arguições de Guimarães (2001), Bellen (2007) e Sachs (2002b), pode-se afirmar que estas dimensões estão presentes nos argumentos dos usuários ao falarem sobre o conhecimento do CRAS e os motivos de permanência.

No que se refere à inserção dessas mulheres no CRAS, em Maués, a maioria (=04) afirmaram que foi a partir da visita dos profissionais que, por este contato se sentiram motivadas a ir conhecer o que era o trabalho no cotidiano daquela instituição. Em Parintins, das 10 mulheres, 04 informaram que souberam da existência do CRAS por meio de notícias

nas rádios locais e, as demais foram através da indicação de amigas, bem como visita de profissionais do CRAS.

Nessa direção, as informações acima foram corroboradas pelos coordenadores do CRAS, pois, quando questionados sobre os procedimentos de acesso dos usuários nos serviços socioassistenciais, os entrevistados foram enfáticos ao dizer que:

Pelas duas formas: busca ativa e demanda espontânea. A busca ativa se constitui assim de grande importância, até porque nós vamos até os usuários falar sobre o CRAS, né! Assim, eu não conhecia a área da assistência, vim da educação, então ir até os usuários, divulgar os serviços pelas rádios, também faz com que os usuários nos procurem (Coordenadora – CRAS/Maués).

Por demanda espontânea e busca ativa. Nós trabalhamos com esses dois. O ingresso no projeto é por esses dois meios. Ou, às vezes, até mesmo eles vêm encaminhados, porque a gente trabalha em rede, então o CREAS, o Ministério Público mandam crianças e adolescentes para que a gente possa inserir em algum programa, serviço, etc. Mas a maioria vem por livre espontaneidade. As vezes eles ficam sabendo por algum amigo, pelas redes sociais, por vizinhos, então eles vem até a gente e daí inserimos eles nas atividades (Coordenador – CRAS/Parintins).

Na fala da Coordenadora do CRAS/Maués, a busca ativa aparece como de suma importância para o desenvolvimento do trabalho no CRAS, não por acaso, que boa parte das usuárias disseram procurar o CRAS a partir das visitas feitas pelos técnicos de referência. Já para o Coordenador do CRAS/Parintins, a demanda espontânea aparece com uma das principais formas de acesso dos usuários.

Importante trazer para a discussão o fato de que, nos dados concernentes a Parintins, muitos usuários são encaminhados por outras instituições da rede socioassistencial, isso equivale a dizer que, o CRAS não trabalho isolado, sua efetiva intervenção concretiza-se através de um trabalho em rede. Este dado confirma o que preconiza a PNAS (2004), uma vez que, a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica viabiliza o acesso efetivo e equânime da população aos serviços, benefícios, projetos e ações de assistência social.

Nessa ótica, a Cartilha de Orientações Técnicas do CRAS (2009, p. 29), diz que a busca ativa é uma das funções da gestão do CRAS e “refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território”. Por este feito, observa-se que é deveras importante trabalhar com a busca ativa no dia a dia do CRAS.

Para a divulgação do trabalho realizado, a equipe de referência deve pautar-se em estratégias visando maior alcance dos usuários. No caso de Maués e Parintins, a pesquisa

identificou como recursos: o uso do folder, palestras nas escolas e divulgação nas rádios locais. Em municípios do Baixo Amazonas, as rádios se constituem como veículo propício para publicização das ações da política de Assistência Social, entre outras.

Durante as entrevistas, os membros da equipe de referência dos CRAS enfatizaram a necessidade de num primeiro contato com os usuários, explicar todo o contexto institucional no que tange à oferta dos serviços socioassistenciais. Por outro lado, se verificou alguns desencontros de informações por parte das usuárias, isso porque, ao serem questionadas, algumas responderam não saber teoricamente quais eram os serviços ofertados nos CRAS, sobretudo o PAIF já que este foi salientado pelos profissionais como sendo o de maior demanda institucional. Na entrevista, foi indagado às mulheres o que elas sabiam sobre o PAIF. Nem todas souberam responder, conforme falas na sequência.

É um Programa de Atenção da Família (ENTREVISTADA 1/Maués).

Não! Eu sei que participo, acho que isso né! (ENTREVISTADA 2/Maués).

Não! (ENTREVISTADA 9/Maués).

Eu sei pelo que eles falam né! É o trabalho com famílias (ENTREVISTADA 1/Parintins).

O PAIF é um programa unido no CRAS, é a mesma coisa (ENTREVISTADA 6/Parintins).

Não! (ENTREVISTADA 7/Parintins).

Não! (ENTREVISTADA 9/Parintins).

A questão da informação e do diálogo é de extrema importância na rotina de trabalho no CRAS. Explicitar o que são os serviços e quais os usuários podem participar é elemento basilar para uma operacionalização qualitativa de todas as atividades. Pelos dados, infere-se, o que as mulheres de fato sabiam era da existência de atividades, as quais viam como importante e gostavam de participar.

A partir das falas dessas mulheres e do diálogo com os profissionais, entende-se que o trabalho informacional sobre os processos operacionais no CRAS pode estar sendo realizado, porém sem alcance total, o que aponta para a necessidade de repensar a forma de como vem sendo conduzido o contato entre o CRAS e seus usuários.

Nessa relação profissional-usuário vale chamar atenção para o debate acerca da gestão do trabalho no CRAS. Com base na literatura de Nogueira (2005), entende-se que o atual cenário requer gestão de políticas públicas ancoradas na premissa participativa, na qual

Estado e sociedade civil caminham juntos, a fim de consolidar a perspectiva democrática, de cidadania e amplitude dos direitos.

Destarte, é compreensível dizer que a participação deve acontecer em qualquer instância do governo, da mesma maneira, ela deve estar presente nos espaços institucionais, pois, são neles que se concretizam os objetivos das políticas públicas. Em se tratando da Assistência Social, o debate teórico realizado concernente à temática é enfático ao mencionar o caráter participativo desta política seguindo as orientações da LOAS.

Com base neste pensamento, questionou-se os membros da equipe de referência dos CRAS se a população usuária de alguma forma tinha participação na gestão do CRAS. Os depoimentos estão sintetizados na sequência:

Não. Mas isso é uma proposta que temos aqui pra esse CRAS (Técnico 1 – CRAS/Maués).

Não! Geralmente fica mais interno, mas a gente faz alguns minutos [...], aproveita o grupo de mulheres, de grávidas que são referenciadas pelo programa para ouvir a opinião delas sobre o nosso trabalho. Agora teve um momento muito importante onde eles (usuários) puderam expressar suas opiniões que foi justamente a Conferência Municipal de Assistência Social e de lá nós tiramos vários indicativos para melhoria de nossos serviços (Técnico 2 – CRAS/Maués).

Sim. [...] Bom, a Política Nacional de Assistência Social diz que, enquanto planejamento no CRAS, os usuários têm que participar né! Mas como eu te falei, a gente convida né, não podemos estar esperando. A gente vai dando andamento nos planejamentos. Mas, é bom a opinião deles, porque a gente pode tá inserindo ali, se eles não quiserem dessa forma, mas tem que ver o que tá dentro daquilo que é preconizado para o trabalho no CRAS (Técnico 1 – CRAS/Parintins).

Sim. [...] houve uma orientação da SEMASTH para que todos os CRAS trabalhem com temas unificados. Mas, cada qual procura trabalhar da sua maneira. [...] Eu parto muito da opinião das pessoas, né! [...] Tem muitas situações que foram planejadas lá que não batem com nossa realidade, então, de vez em quando eu estou na turma ouvindo as pessoas. Daí eu ouço certas situações e pego aquilo e transformo num tema. [...] Não sou eu enquanto profissional que vou colocar o meu pensamento, primeiro eu tenho que escutar pra saber onde estou lidando, saber quais as necessidades, [...] em cima disso eu trabalho [...] (Técnico 2 – CRAS/Parintins).

Os depoimentos sobre o item perguntado gerou respostas diferenciadas entre Maués e Parintins. No primeiro, as duas profissionais foram unívocas ao dizer que o processo da gestão no CRAS se expressa mais de forma interna. Ou ainda, é visto como um projeto a ser consolidado na instituição. Geralmente quando acontece é pífio, por meio de reuniões ou encontros assistenciais que reúnem todos os atores envolvidos na supracitada Política.

Em Parintins as falas foram positivas, porém com algumas confusões teóricas. Uma das profissionais alega ser importante a participação do usuário, porém, não explicita de que forma isso acontece. A outra é mais firme ao dizer que, mesmo seguindo as determinações da

SEMASTH procura ouvir os usuários, identificando suas reais necessidades e com isso cria estratégias para intervir mais efetivamente na realidade social.

Estas informações vão de encontro com o que foi analisado no quadro 11 ao tratar do planejamento das ações/atividades, visto que o debate sobre a gestão no CRAS implica necessariamente no processo do planejamento institucional. Se uma vez que os usuários, vistos como os principais atores na operacionalização dos serviços, não participam da gestão no CRAS, por consequência, isso pode estar interferindo negativamente na efetividade da política. Logo, é relevante o trabalho de formação junto aos usuários sobre a supracitada política visando uma real participação.

O debate teórico já realizado indica que na contemporaneidade a Assistência Social vem sendo trabalhando na visão de política pública que busca o bem-estar humano e social, assim, depreende-se nas suas entrelinhas que pode assentar-se como contribuinte para um real desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira. Contudo, isso requer gestão participativa, visto que, “a participação contribui para elevar o envolvimento da população, criando não somente expectativas consistentes, mas um sentimento de responsabilidade quanto às escolhas feitas” (CAVALCANTI, 2002, p. 37).

Seguindo esta linha de pensamento, é oportuno ponderar que quando se fala em participação atrela-se à ideia do controle social. Teoricamente, entende-se por controle social como aquele que é realizado pelo cidadão a partir da vivência no território onde atua, podendo ser na comunidade, no trabalho, na escola, entre outras localidades. Trata-se de uma forma organizada que todos os cidadãos possuem para demandar junto aos órgãos competentes do governo o aperfeiçoamento das políticas públicas, a exemplo da assistência social, educação e saúde (RAICHELIS, 2011). Para tal se faz necessário o estabelecimento de formação política, a fim de que os atores sociais envolvidos contribuam de forma qualitativa na proposição e implementação das políticas públicas.

Neste sentido, ao dialogar com a equipe de referência sobre ações de mobilização para participação dos usuários do CRAS nas instâncias de controle social do município, observou-se certa parcialidade no discurso dos mesmos. Primeiro, no próprio entendimento conceitual da expressão, segundo, resumiram o controle social à lógica do monitoramento e avaliação ou, rara vezes, mencionaram as conferências municipais de Assistência Social.

Por fim, a pesquisa buscou descortinar as contribuições da PSB para o enfrentamento da vulnerabilidade social dos indivíduos e famílias participantes dos serviços socioassistenciais nos CRAS na perspectiva da sustentabilidade social. Tarefa esta complexa e desafiadora, tendo em vista os elementos estruturais e burocráticos que permeiam o seu

contexto operacional. Contudo, uma vez que a Política se propõe a atuar nesta linha, certamente que uma análise de tal indicador é deveras importante na realidade das cidades pesquisadas.

3.4 O ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL: CAMINHOS E (DES)CAMINHOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Neste limiar do século XXI, filtrado pela gestão “era PT”, tem se debatido sobre a criação e/ou implementação de programas, projetos serviços e benefícios que possam ir de encontro com o enfrentamento da extrema pobreza no país. Isso implica na discussão de redução da vulnerabilidade socioeconômica que assola grande parte da população brasileira.

A partir dos destaques dados pela mídia nacional, seja televisionada ou impressa, bem como por meio de pesquisas acadêmicas, tem se percebido que a Assistência Social caiu “na graça” da gestão governamental como política por excelência que deve atuar no bojo das discussões que envolvem o campo do social, porquanto, a “viga mestra” de enfrentamento à vulnerabilidade social. Entretanto, a maneira como tudo isso é gestado pelo governo evoca preocupações no seu aspecto operacional.

Isso porque, trata-se de uma política ancorada em documentos legislativos que primam pelo bem estar da população usuária, a partir de um trabalho que busca a sustentabilidade de suas ações e com isso a contribuição para o sujeito que, mesmo retoricamente, está sob a proteção do Estado (PNAS, 2004; YAZBEK, 2009). Ademais, é uma política que pressupõe a categoria “família” como centro das ações/atividades proporcionadas durante as intervenções e para quem é direcionado todo o trabalho cotidiano. Entretanto, a forma como tudo isso é operacionalizado e financiado pelos governos federal, estadual e municipal parece não responder às necessidades reais, sobretudo, daqueles que sobrevivem em ínfimas condições de vida.

A consolidação da PNAS e do SUAS nos primeiros anos do século vigente, trouxe como um dos destaques, o direcionamento da Assistência Social como política que está assentada no trabalho de enfrentamento à vulnerabilidade social, especialmente no contexto da PSB, visto que, é nesta área que se constitui o trabalho de prevenção. Neste sentido, uma abordagem no capítulo II apontou os aspectos conceituais do que sejam as atividades da PSB, ou seja, intervenções que buscam prevenir as situações de risco dos indivíduos e familiares. Bem como, no Box 1, evidenciou-se que a PNAS (2004) não traz um conceito teórico explícito do que seja vulnerabilidade social, embora aponte os elementos agravantes para tal.

Ancorado neste pressuposto, a pesquisa se propôs analisar quais as contribuições dos serviços socioassistenciais operacionalizados no CRAS eram direcionados para o enfrentamento da vulnerabilidade social vivenciada pela população demandária dos serviços. Para com isso, entender se a Assistência Social caminha na perspectiva da sustentabilidade social, o que pode ser visualizado nos dados fonográficos a seguir.

De início, deu-se ênfase na discussão sobre a família no contexto da Assistência Social a fim de verificar qual a relevância dada a essa instituição social no processo de planejamento dos serviços socioassistenciais e como o CRAS viabilizava o eixo da Matricialidade Sociofamiliar no momento de operacionalização das atividades habituais. Sobre isso, as coordenações dos CRAS certificaram que:

Damos toda a importância, afinal, no CRAS o trabalho é com as famílias, e a família é tudo, né! É pela família que vai sair o bom cidadão ou o mal. E assim, a gente tem percebido nas nossas atividades que boa parte das mulheres que vem nos procurar criam seus filhos sozinhas. E as crianças que participam dos grupos de convivência são cria de avós, de mães sem pai e muitas vezes eles vivenciam vulnerabilidade social e financeira, então é importante pensar na família no momento de planejar as atividades [...]. Então a questão da Matricialidade Sociofamiliar vai de encontro com o que é a família, né! [...]. E uma das primeiras coisas que nós trabalhamos com as crianças, por exemplo, desenha sua família. E a gente percebe que, boa parte, coloca pai e mãe. Então, a gente procurar colocar que não existe assim um modelo único de família (Coordenadora – CRAS/Maués).

Bom, toda a importância, porque a família é o elo principal da formação de um cidadão, de um jovem, de uma criança, então a gente tenta trabalhar ela enquanto PAIF pra que ela seja mais unida, prevenindo os conflitos. [...] Queira ou não, às vezes a visita de um Assistente Social ou psicólogo contribui muito para a realidade daquela família. [...] O CRAS é casa das famílias. [Assim], a Matricialidade Sociofamiliar é [...] quem nos direciona para própria compreensão do que seja família no CRAS [...] (Coordenador – CRAS/Parintins).

Como instituição de proteção social, o CRAS lida diariamente com o atendimento à família e isso independe da composição ou núcleo familiar. Nos depoimentos acima é possível identificar que a Coordenadora do CRAS/Maués chama atenção para a necessidade de se entender a família como base da sociedade, porém, isso não significa dizer ou responsabiliza-la como instituição idílica pela formação do indivíduo, o que fragiliza a fala da entrevistada ao conceber que da família sairá “o bom ou mal” cidadão.

De modo geral, as colocações dos gestores dos CRAS dão pistas sobre a importância que tem a família no âmbito do trabalho realizado, uma vez que concebem a Matricialidade Sociofamiliar como diretriz basilar das intervenções. Isto se assenta de suma importância tendo em vista que a Matricialidade constitui o eixo estruturante do SUAS que problematiza e evoca o aspecto conceitual da família usuária da PSB.

Por conta da dinâmica societária atual a família não se resume a um modelo padrão, nem tão pouco se constitui como espaço extremamente harmonioso, ela também é marcada historicamente por conflitos e contradições. Apesar disso, não deixa de ser um espaço fundamental no contexto da proteção social de seus componentes. Assim, o trabalho desenvolvido pela Equipe de Referência e demais trabalhadores do CRAS precisam estar concatenados com o quadro conceitual que se tem hoje da família. Nessa direção, Gueiros (2002, p. 119) conclui que:

Conhecer a família da qual se fala e para qual muitas vezes dirigimos nossa prática profissional é muito importante; também é imprescindível compreender sua inserção social e o papel que a ela está sendo atualmente destinado; e, da mesma forma, é necessária a mobilização de recursos da esfera pública, visando implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegurem proteção social [...].

Da afirmativa da autora, infere-se o quanto é relevante aos profissionais que lidam diretamente com as questões familiares, conhecer o contexto em que se insere a família foco de sua prática. Isto se faz necessário, uma vez que quando se conhece as reais problemáticas e necessidades dos grupos familiares pode-se fazer maior mobilização e justificativas a fim de almejar mais recursos que possam contribuir na garantia da proteção social, fortalecendo os laços entre os sujeitos que compõe a família e suas relações na comunidade.

Ao se falar no processo das relações e fortalecimento dos vínculos no âmbito familiar, de imediato lembra-se do trabalho com os usuários no CRAS, isso porque, é uma das questões balizadas nos documentos que direcionam a concretude da política de Assistência Social. A respeito disso, o estudo analisou como as atividades desenvolvidas pela PSB, especialmente a partir do PAIF, possibilitavam o fortalecimento das relações entre os membros familiares das informantes. Com base nos falas fez-se triangulação das informações a ponto de concatenar os conteúdos.

Identificação da Referência de Informação	Dados preconizados na PNAS / Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
Política Nacional de Assistência Social – PNAS	<p>“A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2004, p. 27).</p> <p>“O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias” (PNAS, 2004, p. 29).</p>
Tipificação Nacional	“O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a

de Serviços Socioassistenciais	finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” [...] (BRASIL/Tipificação Nacional, 2009, p. 6).
Equipe de Referência – CRAS/Maués	Isso é importantíssimo né! [...] A gente pode tirar por aqueles atendimentos que muitas vezes uma mãe vem aqui pedir essa colaboração por conta dos conflitos dentro de casa e com a nossa intervenção, isso muda, ainda que seja minimamente. Mas, [...] isso varia de usuário pra usuário também, pois tem aqueles que são persistentes que querem mesmo uma mudança, agora tem uns que são mais fechados, mas a gente sabe que nem todo mundo é igual. Mas, penso que, por exemplo, um adolescente que sai do uso de drogas, álcool né, e fica na família, já é um a menos que vai ficar na rua, mas sim na família [...] (Técnico 1 – CRAS/Maués).
Equipe de Referência – CRAS/Parintins	[...] O CRAS a partir do momento que ele é bem estruturado, que tem uma equipe realmente que se envolva com isso, e nem todo mundo quer se envolver, tem como trabalhar sim, porque a gente tem uma demanda muito grande, eu particularmente atendo quase que diariamente situações assim de conflitos familiares diversos, independente de classe, de religião, enfim. Conflitos na família sempre vão existir, mas se a gente aqui dentro do CRAS tem uma equipe preparada, capacitada, eu acredito que tem sim como trabalhar essa questão dos vínculos familiares e dá resultados, claro que não são muitos. Mas, eu sempre vejo assim, de 100 que eu trabalhe, 5 a gente consegue fazer uma mudança, e a mudança ela demora. [...] Nós somos seres humanos, e cada família tem suas particularidades. Por exemplo, numa família de 10 pessoas eu preciso trabalhar com cada um pra poder trabalhar a família no geral, aí sim teremos resultados (Técnico 2 – CRAS/Parintins).
Mulheres participantes da Pesquisa/Maués	<p>Sim, graças a Deus melhorou muito a minha vida, até o lado psicológico, entendeu! Antes eu vivia muito na depressão, porque a minha filha ia estudar e eu ficava sozinha, então vindo pra cá, eu convivo com outras pessoas [...]. Até na relação com minha filha [...], a gente precisa conhecer nossos filhos né! (ENTREVISTADA 1).</p> <p>Sim. Não posso dizer que muito, mas já contribuiu um pouco aqui em casa. Acho que falta mais a nossa união mesmo em casa [...] (ENTREVISTADA 4).</p> <p>Sim, do pouco que convivi por lá tem me ajudado a conseguir mais conhecimento, informações sobre outras coisas a partir dos cursos que já participei. A gente sabe que não é tudo, mas se você consegue entender né! Porque, olha, lá eu tenho a Assistente Social, a psicóloga, então se tou precisando, eu corro com elas (ENTREVISTADA 6).</p>
Mulheres participantes da Pesquisa/Parintins	<p>Sim, porque a minha convivência com as colegas, eu sempre falo com elas que é legal aqui e contribui lá pra casa porque eu trago minha família pra cá e isso ajuda. E eu estou aprendendo alguma coisa que depois vai servir (ENTREVISTADA 1).</p> <p>Ainda não falaram nada disso (ENTREVISTADA 4).</p> <p>Não muito. Até agora não (ENTREVISTADA 6).</p> <p>Sim, porque eles aconselham as crianças a não estarem nas ruas, e do jeito que está acontecendo tanta coisa (ENTREVISTADA 10).</p>

Quadro 13 – Contribuições para o fortalecimento dos vínculos familiares das informantes da pesquisa.

Fonte: Pesquisa bibliográfica e Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Utilizando-se da triangulação de dados, pode-se fazer algumas reflexões a partir das assertivas tratadas no quadro 13. A princípio tem-se a questão no que diz respeito ao preconizado na PNAS e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais sobre os objetivos da PSB, o trabalho no CRAS e direção exequível do PAIF. Note-se que, os aspectos conceituais evidenciados enfatizam que a PSB nos CRAS deve ser operacionalizada com vistas a prevenir, orientar, desenvolver potencialidades a fim de garantir o convívio sociofamiliar e comunitário.

O PAIF, sendo um dos principais serviços socioassistenciais, deve fazer o trabalho social com famílias, de forma continuado visando o fortalecimento dos laços familiares mediante um conjunto de ações. O texto “Orientações Técnicas sobre o PAIF” (2012, p. 11), pondera que:

Os termos “fortalecer, prevenir, promover e contribuir na melhoria”, presentes na descrição do Serviço apontam para seu caráter antecipador à ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a ofertar às famílias uma forma de atendimento que, como a própria denominação do Serviço traz, proteja as famílias.

Esta assertiva ratifica que o PAIF por intermédio de suas ações/atividades deve contribuir para o não rompimento dos laços familiares a partir do trabalho preventivo. É um Serviço que busca fortalecer, promover o sujeito e sua família, não sendo, portanto, uma “prática curativa”.

A fala dos profissionais da equipe de referência do CRAS, tanto de Maués quanto Parintins se aproxima ao mencionarem que na realidade daqueles municípios o trabalho desenvolvido tem contribuído para o cotidiano dos usuários, porém, minimamente em relação ao que diz a política de Assistência Social.

Do depoimento do Técnico 1 – CRAS/Maués tiram-se duas conclusões no que tange à intervenção realizada e as mudanças nas relações familiares: a primeira está ligada ao próprio compromisso profissional com os usuários, tendo em vista que o trabalho no CRAS requer uma prática fundamentada em parâmetros de cunho teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. É uma instituição que, na trilha do sistema capitalista, está entrelaçada por burocracias no que diz respeito à sua relação com a gestão municipal. A segunda concentra a ideia de que para haver mudanças qualitativas, é necessária a persistência do usuário quanto sua participação no trabalho realizado, que certamente pressupõe o engajamento do profissional, logo, entende-se ser necessária a relação entre as partes.

Não obstante, do relato do Técnico 2– CRAS/Parintins pode-se inferir que, assim como em Maués, para que as atividades desenvolvidas tenham melhores resultados, tanto os profissionais como os usuários, precisam manter um diálogo que contribua no processo de mudança, que no caso da PSB é justamente o não rompimento dos laços familiares, considerando as singularidades e particularidades que cada sujeito possui. Contudo, conforme a entrevistada, esse processo de contribuições e mudanças a partir da relação profissional-usuário só pode ser concebido se houver recursos físicos, materiais e humanos capacitados para atender a demanda. Assim, tais informações reforçam as análises realizadas anteriormente sobre as condições de trabalho e compromisso na oferta dos serviços.

Em seguida, os argumentos das usuárias conformam o exposto nas falas dos profissionais quanto à ideia de contribuição mínima do trabalho realizado. Isso porque, nos dois municípios, algumas mulheres veem as intervenções por parte da equipe de trabalhadores do CRAS de forma positiva, o que reflete na dinâmica familiar, sobretudo na relação pais e filhos de forma recíproca. Por outro lado, algumas informantes ressaltam que, “não” contribui, ou quando ocorre é de forma fragilizada. Desse modo, pode-se afirmar que não atinge totalmente as proposições que são regidas pela PNAS (2004) e a Tipificação Nacional (2009).

Na percepção dos sujeitos da pesquisa existem vários pontos que culminam para uma operacionalização efetiva ou não do trabalho realizado para com aqueles que necessitam dos serviços socioassistenciais. Por meio de suas falas observa-se que um dos motivos para tal, é a precariedade nas estruturas físicas oferecidas. Contudo, é importante ter em mente que, além deste, existem outros elementos indispensáveis para um trabalho que afirmem concretamente o protagonismo, emancipação e construção de história própria dos usuários.

Na esteira dessa análise, questionou-se às mulheres informantes da pesquisa quais os pontos positivos e negativos sobre o trabalho no CRAS. Desta feita, relataram que:

Município	Pontos positivos	Pontos Negativos
Maués	O acolhimento, o lanchinho que eles dão. E as informações né. Além que foi por aqui que entrei nos mulheres mil (ENTREVISTADA 1).	O ambiente, porque é muito pequeno. Se tivesse assim um auditório para convidar mais pessoas (ENTREVISTADA 1).
	Acho que a oportunidade de eu poder estar participando (ENTREVISTADA 2).	Acho que demora muito pra começar. E assim, é só de 15 em 15 dias (ENTREVISTADA 2).
	Pra mim tudo é positivo, até porque é uma coisa que eles fazem, assim, atendem a gente (ENTREVISTADA 6).	O prédio né! Porque assim, ali não é deles, é alugado, então seria bom se fosse deles mesmo (ENTREVISTADA 6).

	6).	
Parintins	O trabalho no geral, tudo que é feito (ENTREVISTADA 1).	O local, o ambiente, pois quando chove, alaga tudo daí tem que suspender as atividades (ENTREVISTADA 1).
	Penso que isso aqui que é ofertado (ENTREVISTADA 3).	Poderia ampliar as oficinas que tem, por exemplo, para as mulheres, informática, cabeleireiro, confeitaria. E para os pais, pedreiro, carpinteiro (ENTREVISTADA 3).
	Acho que tudo isso que eles fazem com a gente (ENTREVISTADA 9).	A estrutura que não é boa. Um barracão que quando chove molha tudo (ENTREVISTADA 9).

Quadro 14 – Pontos positivos e negativos do trabalho realizado no CRAS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

O conteúdo em análise desvela a importância que tem os serviços socioassistenciais da PSB nos CRAS. As usuárias entrevistadas são enfáticas ao responderem que tudo – isto é, o conjunto de atividades que vai desde o acolhimento, atendimento, oficinas, entre outros – aquilo que é realizado é positivo para elas. Em contrapartida, citam questões tidas como negativas, sobressaindo o ambiente físico do CRAS. Tal informação já foi referendada em momento anterior pelos profissionais, qual seja a precariedade dos espaços, de modo que, as falas das usuárias confirmam os dados anteriores.

Uma das usuárias do CRAS/Maués coloca em pauta a questão do início das atividades no CRAS. Para ela há uma demora no início das oficinas, repercutindo de forma negativa na intervenção que é realizada. Em Parintins, isto não foi verificado na fala das usuárias, porém, durante a pesquisa de campo e nos diálogos com os profissionais pôde-se constatar certo atraso no início das atividades, como acontece em Maués.

Compreende-se este ponto como um agravante no processo de operacionalização da Assistência Social nos municípios, impactando de forma negativa no enfrentamento da vulnerabilidade social dos usuários. Geralmente, os CRAS desses municípios paralisam suas atividades no mês de Dezembro e retornam em janeiro ou fevereiro do ano seguinte, porém, com o atendimento parcial, resumindo-se à organização interna do CRAS, sem estender para os usuários dos serviços. Entre Março e Abril é que começam as oficinas do PAIF, o que, sem dúvida, fragmenta o trabalho da PSB (RIBEIRO, 2011).

Uma das justificativas para tal é a rotatividade dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, pois, como não tem acontecido concurso público nesta área nos últimos dez anos, os profissionais da equipe de referência e os orientadores sociais possuem apenas um contrato com a Prefeitura do município e após um ano de trabalho, boa parte é deslocada para outras instituições e, uma vez que se contratam novos trabalhadores, é necessário recomençar as ações do CRAS e todo o processo de conhecimento da política. De acordo com

a Tabela 1, capítulo II deste estudo, há percentuais expressivos de trabalhadores da Assistência Social no país sem vínculos permanentes entre 2009 e 2012.

Tal fato pressupõe o quanto ainda se precisa avançar no contexto operacional da Assistência Social brasileira, assim como, os dados ratificam o debate de que o Estado em tempos de ofensiva neoliberal se desresponsabiliza de suas ações, sobretudo aquelas voltadas para famílias empobrecidas, utilizando-se do discurso de que muito tem feito ou está fazendo, porém, resume sua intervenção em políticas sociais seletivas, focalizadas e de mascaramento da realidade social.

Neste sentido, se não há um trabalho linear o ano inteiro, certamente que o acesso, a equidade e o enfrentamento da vulnerabilidade social junto aos usuários, também não se concretizam de maneira efetiva. Porquanto, fragiliza o trabalho, rompe com a ideia da Assistência Social enquanto política de proteção social integral, logo, a sustentabilidade de suas ações e dos usuários é ínfima frente ao que encontra-se nos documentos legislativos da Política e ao que o sistema capitalista impõe.

Nesta linha de análise investigou-se sobre o alcance do trabalho realizado pela PSB para a prevenção da vulnerabilidade social e por consequência a potencialização, emancipação e protagonismo dos beneficiários atendidos no CRAS. Os depoimentos a seguir expressam o resultado obtido.

Identificação da Referência de Informação	Transcrição de trechos das falas dos sujeitos da pesquisa
Equipe de Referência – CRAS/Maués	<p>[...] A gente sempre fala pra eles, aqui é uma intervenção, que nós não vamos dar conta total daquela situação da família, mas que todas aquelas oficinas, orientações podem contribuir. Tem algumas mulheres que participaram de nossas oficinas e hoje já estão vendendo o que produziram, como o produto em EVA, artesanato, cortinas [...]. E hoje, muitas mulheres estão no “Mulheres Mil” [...] fazendo cursos [...]. E o legal é que está se valorizando o local, porque como aqui é “a terra do guaraná”, se procura trabalhar com isso, fazendo produtos que podem ser originar do guaraná (Coordenadora – CRAS/Maués).</p> <p>[...] Então, penso que tudo que fazemos aqui no CRAS de alguma forma influencia e contribui para potencializar os usuários, claro que não 100%, até porque há as dificuldades, mas a gente procura atuar para que esse usuário garanta mesmo que minimante, o protagonismo social (Técnico 1 – CRAS/Maués).</p> <p>[...] Em boa parte, penso que aquilo que é ofertado no CRAS contribui. Nós temos casos de umas senhoras que participaram das atividades do PAIF e hoje já conseguem fazer sozinhas e vender. E ainda que, as vezes as mulheres nos falam que as palestras, as atividades no geral vão interferir na vida delas e da família também. Mas, claro que não é cem por cento (Técnico 2 – CRAS/Maués).</p>
Equipe de Referência –	Eu vejo assim, que antes do CRAS os adolescentes estavam por ali, sem fazer nada, na ociosidade, não tinham um acompanhamento, hoje não. Hoje eles já têm todo esse atendimento aqui no CRAS. [...] Então o CRAS é uma ferramenta de grande

CRAS/Parintins	<p>relevância. [...] O que as famílias, principalmente as mulheres, aprendem nas oficinas, a ideia é que elas possam pôr em prática e com isso contribuir no cotidiano deles mesmo (Coordenador – CRAS/Parintins).</p> <p>Eu penso que todas as atividades que são realizadas por meio do PAIF, como as orientações, as palestras, as oficinas, acho que elas contribuem para potencializar e emancipar os usuários, agora é claro que isso leva tempo e nossa contribuição é muito pouco, até porque ainda estamos com toda essa parcialidade no que se refere á infraestrutura [...]. Quando digo que contribui é porque, o que me traz todos os dias, apesar das dificuldades que são muitas, [...], quando eu vejo que alguém sai daqui com outro pensamento, realmente com aquela questão de que eu sou capaz e daqui pra adiante eu conduzo minha vida, então penso que esse é o melhor pagamento, a melhor recompensa que a gente tem (Técnico 2 – CRAS/Parintins).</p>
Mulheres participantes da Pesquisa/Maués	<p>Já aprendi alguma coisa, mas ainda não coloquei em prática, até porque não tenho mais tanta idade assim pra fazer as coisas (ENTREVISTADA 2).</p> <p>Olha, eu já consigo fazer e vender o que aprendi por meio do CRAS, só que assim, eu não tenho tantos recursos pra comprar mais materiais e fazer novos produtos. Hoje eu até já participo da feira do produtor e vendo meus artesanatos. Mas assim, depende muito do movimento também, às vezes tá bom outras não (ENTREVISTADA 4).</p>
Mulheres participantes da Pesquisa/Parintins	<p>Pelo CRAS eu consegui me inscrever no Mulheres Mil e vou começar agora em Abril (ENTREVISTADA 1).</p> <p>Estou participando das atividades, não sei se lá na frente vai contribuir, mas por enquanto não. As vezes até a gente aprende, a questão é eu ter como fazer sozinha em casa né! (ENTREVISTADA 2).</p>

Quadro 15 – Alcance do trabalho realizado pela PSB para enfrentamento da vulnerabilidade social.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013-2014.

Das falas em análise, um primeiro elemento que merece reflexão diz respeito à questão da vulnerabilidade social. Essa discussão é complexa, visto que, não há unanimidade epistemológica nos conceitos. Assim, de acordo com o texto “Orientações Técnicas sobre o PAIF” (2012, p. 13), o que deve ficar claro no contexto da Assistência Social é que:

- a) A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias; b) [...] não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história; c) [...] é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento;
- d) [...] se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas; e) As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco.

Nesta ótica, o quadro 15 sintetiza de que forma os serviços socioassistenciais operacionalizados no CRAS tem contribuído para o cotidiano de seus usuários, tanto na percepção daqueles que operacionalizam quanto dos que recebem estas intervenções. Se analisadas as falas dos interlocutores da pesquisa é possível notar que estas se complementam.

Todos entendem que as atividades desenvolvidas contribuem para o estado social e econômico em que se encontram os usuários dos serviços. Afirmam que a aplicabilidade das ações incide no processo da vulnerabilidade social e com isso há o protagonismo e emancipação social. Em contrapartida, fica notório que tal contribuição é por vezes ínfima não atingindo de maneira ampla e aprofundada aqueles sujeitos e suas famílias que buscam o atendimento do CRAS.

Decerto que há vários determinantes para o desenvolvimento ou não dos serviços oferecidos. Citam-se a questão da estrutura e infraestrutura, os recursos financeiros e materiais, as competências profissionais, bem como as condições econômicas por parte dos usuários em pôr em prática aquilo que lhes foi orientado e/ou aprendido. Na perspectiva de Acosta e Vitale (2010, p. 11), “têm-se questionado se essas iniciativas são eficientes e eficazes para o fortalecimento das competências familiares, se respondem às necessidades das próprias famílias atendidas e se contribuem para o processo de inclusão e proteção social desses grupos”. Uma vez que não atingem, ou não questionam a causa-raiz das problemáticas.

Pelo exposto é relevante dizer que a análise da política de Assistência Social tomando como diretriz a sustentabilidade social tem grandes desafios de concretizar-se no contexto da sociedade capitalista.

Assim, ao se fazer uma reflexão à luz dos expoentes teóricos debatidos nos capítulos deste estudo, entende-se que, enquanto política pública, não resta dúvida sobre a importância que tem a Assistência Social no contexto de crise do capital, especialmente para aquelas populações sobrepujadas pelas incompletudes da vida, tais como o escasso acesso às políticas públicas, o desemprego corrente, a incompletude dos direitos sociais.

Contudo, faz-se necessário e urgente (re)pensar o que está posto na PNAS e nos outros materiais norteadores teórico-metodológicos do SUAS, a fim de construir alternativas de ações/intervenções que promovam mudanças reais nos diversos contextos da sociedade brasileira.

Ao se resgatar o aspecto conceitual de sustentabilidade tratado no decorrer deste trabalho, chega-se à conclusão de que é possível e coerente afirmar que para além das questões ambientais, a sustentabilidade está imersa em contextos macros como o meio político, territorial, econômico e social, como já defendido. No caso da política pública de Assistência Social, ratifica-se sua profícua relação com a sustentabilidade social, especialmente por se tratar de uma política que, mesmo com suas limitações, busca intervir na vida dos usuários que demandam seus serviços.

Os municípios estudados, fica notório que na área urbana trata-se de uma política com grandes potenciais para contribuir no cotidiano de qualquer sujeito ou família que buscam participar dos serviços. Contudo, “remando contra a maré”, é uma política recheada de limites e desafios o que a qualifica numa perspectiva de (in)sustentabilidade na intervenção que faz. Se, em alguns momentos, ela parece responder às necessidades das populações usuárias, em outros, não consegue atingir sua real efetividade como pretende. Tal questão se analisada sob o debate conceitual da sustentabilidade social, como bem mencionou Sachs (2002a; 2002b; 2008), prediz incompletudes na operacionalização dos serviços e que, portanto, precisam ser superados.

Destarte, as expressões da Assistência Social, especialmente dos serviços da PSB desenvolvidos no CRAS exigem maior responsabilidade do Estado e que seja de forma equânime e justa a fim de atingir significativamente o que se propõe. Logo, pensar em novos horizontes de operacionalização é o que se almeja, para então falarmos de uma *política* que, entrando pela porta da frente, assuma seu compromisso de *pública* e de *direito*, portanto, de contribuinte para a sustentabilidade social dos sujeitos que nela buscam e que nela acreditam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar é uma tarefa árdua que demanda o saber-fazer do pesquisador que assume o compromisso de transitar pelo universo das incertezas. A pesquisa científica é um processo inconcluso, exige outras tantas investigações, sobretudo, quando se trata de um objeto complexo e desafiador, caso da política pública de Assistência Social sob o olhar da sustentabilidade social no contexto amazônico, este último, *locus* singular e particular que exige de todos os sujeitos nele habitado a (re)produção de novas relações a fim de pôr em pauta suas reais necessidades que demandam, continuamente, respostas públicas.

Discutir teórica e metodologicamente a relação entre a política pública de Assistência Social e sustentabilidade foi uma tarefa contínua que demandou a persistência do pesquisador, haja vista a complexidade da questão. Foi por meio da disciplina “Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia” e dos diálogos frequentes entre orientador e orientando que as questões relacionais do objeto foram tomando corpo a fim de chegarmos a um denominador profícuo e necessário entre as categorias de estudo da dissertação.

Assim, com o intuito de desvelar o universo da política de Assistência Social com foco na Proteção Social Básica a partir da visão dos atores que dela fazem parte é que propomos o presente estudo, cuja análise pautou-se na ótica da sustentabilidade social na área urbana dos municípios de Maués e Parintins, ambos situados no Baixo Amazonas. Os dados da pesquisa de campo levantados através do diálogo receptivo e comprometido por parte dos sujeitos, agora se tornam públicos e alimentam as colocações que se seguem sobre os resultados alcançados em todo o processo do estudo:

- **Sustentabilidade das ações e das famílias usuárias da política de Assistência Social presente em alguns momentos da PNAS.** A partir da análise desenvolvida, não foi encontrada nenhuma definição ou ponto de partida sobre o termo sustentabilidade na política. Dessa forma, por estar inserida no âmbito das demais políticas públicas governamentais entende-se que, a política de Assistência Social assenta-se na perspectiva do discurso do desenvolvimento sustentável, de modo que sua real efetividade torna-se difícil frente à conjuntura capitalista que não distribui equitativamente a riqueza social e material.

- **Gestão e Financiamento da política de Assistência Social em Maués e Parintins.** A pesquisa identificou que os serviços socioassistenciais de proteção social básica são cofinanciados apenas pelo governo federal com a contribuição do município, ficando o ente estadual somente na parte técnica, porém atua de forma fragmentada no processo de implementação do SUAS. Na visão dos informantes da pesquisa o apoio operacional por parte

do governo estadual está aquém da necessidade, pois, seria importante que, para além das visitas técnicas houvesse contribuição financeira, isto é, recursos financiados pelas três esferas a fim de melhor atingir as populações que são diversificadas e demandatárias dos serviços.

- **Desencontro de diálogos entre aqueles que operacionalizam os serviços e os que recebem o atendimento.** O estudo realizado apontou que há uma fragilidade e/ou dificuldade no processo das informações, tendo em vista que, tanto em Maués quanto em Parintins, a Equipe de Referência do CRAS enfatizou haver todo um atendimento inicial de apresentação da instituição e os serviços oferecidos para os sujeitos que buscam o atendimento da Assistência Social. Por outro lado, algumas usuárias entrevistadas afirmaram desconhecer esse procedimento. Entendemos tal fato como sendo um agravante no âmbito de uma política que, constitucionalmente é pública, mas, no cotidiano prático deixa margens para reflexões críticas sobre sua concreticidade. É preciso qualificar o repasse de informações para os usuários sobre os serviços, programas, projetos e benefícios na perspectiva da gestão participativa.

- **Enfrentamento da vulnerabilidade social e contribuição às mulheres e suas respectivas famílias que participam das atividades no CRAS.** Nas duas cidades, a Gestora e Subgestora Municipal, bem como as Equipes de Referência dos CRAS, foram enfáticas ao mencionarem que as atividades/ações desenvolvidas não equivalem a cem por cento do que pretende a supracitada política. Assim, os dados levantados sinalizam que o trabalho realizado é ínfimo e, poucas vezes contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares, a emancipação e o protagonismo social, em decorrência disso, o enfrentamento da vulnerabilidade social pela qual passam parcela dos usuários dos serviços socioassistenciais de Maués e Parintins. Tal questão foi corroborada pelas informantes da pesquisa ao mencionarem que, para algumas tudo aquilo trabalhado pelo CRAS tem contribuído em alguma coisa na sua família, para outras, as intervenções são parciais impactando minimamente nas suas realidades familiares.

- **Rotatividade dos trabalhadores do SUAS.** No caso de Maués e Parintins, até o momento em que se realizou o estudo não havia tido concurso público municipal voltado para o campo da Assistência Social de modo que, todos os trabalhadores possuíam apenas um contrato temporário com a Prefeitura, podendo ser transferidos para outras instituições, acarretando, desse modo, descontinuidade nas atividades com os usuários dos CRAS. Certamente que tal feito, não se encerra nos territórios pesquisados, entende-se fazer parte de todo o cenário brasileiro. Ademais, trata-se de um descompromisso com as populações que buscam o atendimento assistencial no CRAS, visto que, no processo da rotatividade há uma

quebra no trabalho realizado, (re)começando sempre o atendimento com os usuários dos serviços. Nos dois municípios, a Assistência Social se tornou política pública em 1995, ou seja, já se passaram 19 anos e, ainda, não houve concurso específico para esta área. Sem dúvida, isso gravita a ideia da Assistência Social como política de ajuda, a desvalorização profissional e o paternalismo assistencial nos municípios.

- **Ambiente físico dos CRAS, recursos materiais e humanos.** Este item foi alvo de muitas críticas por parte dos sujeitos da pesquisa de campo. Por meio do estudo, identificamos uma grande lacuna entre o preconizado nos documentos que explicitam a questão física e organizacional dos CRAS e a realidade destes em Maués e Parintins. Em relação a Maués há uma estrutura física não tão precária, porém, sem infraestrutura adequada para a demanda, além do escasso recurso material para se trabalhar novas oficinas de acordo com a realidade local. Já em Parintins, o CRAS pesquisado estava em precárias condições físicas, também com poucos recursos materiais, caminhando assim, na contramão do que rege a política do SUAS. Tal questão exige dos profissionais, mais do que o saber-fazer, estratégias “dá-se um jeito”, uma vez que há demandas e precisam ser atendidas. De acordo com as coordenações dos CRAS, as Prefeituras já possuem terreno para construção de prédios próprios, porém, até a data da pesquisa nada havia sido feito. Nesta ótica, mencionamos as precárias condições em que atuam os trabalhadores do SUAS, pois, sem um ambiente adequado e com irrisórios recursos materiais, torna-se complexo atuar na perspectiva da práxis social. Esse quadro conjuntural influencia no saber-fazer profissional e na própria condição humana dos trabalhadores, assim como, implica negativamente no processo de atendimento dos usuários dos serviços, já que, não poderão usufruir de um atendimento mais qualitativo, porquanto, quase sem perspectivas de transformação social.

- **Acesso a bens e serviços sociais básicos e condições de vida das usuárias.** Ficou perceptível que, em sua maioria, as usuárias dos CRAS participantes da pesquisa e suas devidas famílias, encontram-se em condições ínfimas de acesso aos serviços sociais básicos oferecidos nas sedes dos municípios, logo, em um baixo nível de qualidade de vida. A proteção social do Estado via políticas públicas não abarca todos de forma igualitária e equânime fragmentando a ótica da justiça e direito social. Tal feito fomenta a vulnerabilidade social requerendo intervenções qualificadas, a exemplo da política de Assistência Social.

- **Formação, capacitação e reconhecimento profissional.** Os achados da pesquisa apontam que os trabalhadores do SUAS de Maués e Parintins raramente passam por formação ou capacitação profissional o que, de algum modo, fragiliza o trabalho realizado junto aos usuários. O Governo Federal recentemente criou o Programa CapacitaSUAS para garantir a

formação permanente e qualificar os gestores e profissionais do SUAS no provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. Assim, é de responsabilidade da gestão de cada município enviar seus trabalhadores para os polos onde se realiza o Programa, contudo, tem se percebido uma adesão parcial por parte dos municípios amazônicos, haja vista que nem todos os profissionais participam, impactando negativamente na valorização profissional e na qualidade dos serviços operacionalizados.

Diante disso, os dados e as reflexões desenvolvidas neste estudo deslindam as incompletudes e incoerências que as Secretarias de Assistência Social dos municípios têm em organizar e implementar a política de Assistência Social. Reconhecemos que a efetividade desta política é tarefa dialógica entre as esferas governamentais, mas, no território específico, entendemos que cabe à gestão municipal assumir o compromisso real com as populações demandatárias dos serviços, o que subentende-se trabalhar de maneira mais efetiva, sem relegar a segundo plano a Assistência Social e o reconhecimento dos trabalhadores que nela atuam.

O presente estudo da PSB em Maués e Parintins, embora tenha sido analisado na perspectiva da sustentabilidade social, desvela que a política de Assistência Social pode ser operacionalizada levando em consideração as demais dimensões da sustentabilidade, isto é, a questão econômica, territorial, política e cultural, tendo em vista as singularidades e particularidades regionais do Estado do Amazonas.

Neste contexto, o estudo realizado nos possibilita afirmar que há uma (in)sustentabilidade da Proteção Social Básica em Maués e Parintins, já que a supracitada política não consegue se concretizar conforme prescreve os documentos legislativos. Desse modo, faz-se indicação de alguns pontos que devem ser considerados para a concretização de uma política de Assistência Social sustentável. Além disso, sugere-se a simulação de um esquema explicativo a partir dos resultados obtidos.

- Gestão participativa na política de Assistência Social;
- Elaboração de diagnóstico socioterritorial dos municípios;
- Criação de CRAS seguindo as orientações do SUAS;
- Efetividade da NOB/RH no âmbito da PSB e com isso valorização profissional;
- Instrumental específico para monitoramento e avaliação das ações no CRAS;
- Maior alcance de Formação e Capacitação para os trabalhadores do SUAS;
- Concurso público visando a contratação de trabalhadores efetivos;
- Criação de Projetos municipais específicos na PSB como forma de complementar os serviços socioassistenciais tendo por base a realidade sociocultural local.

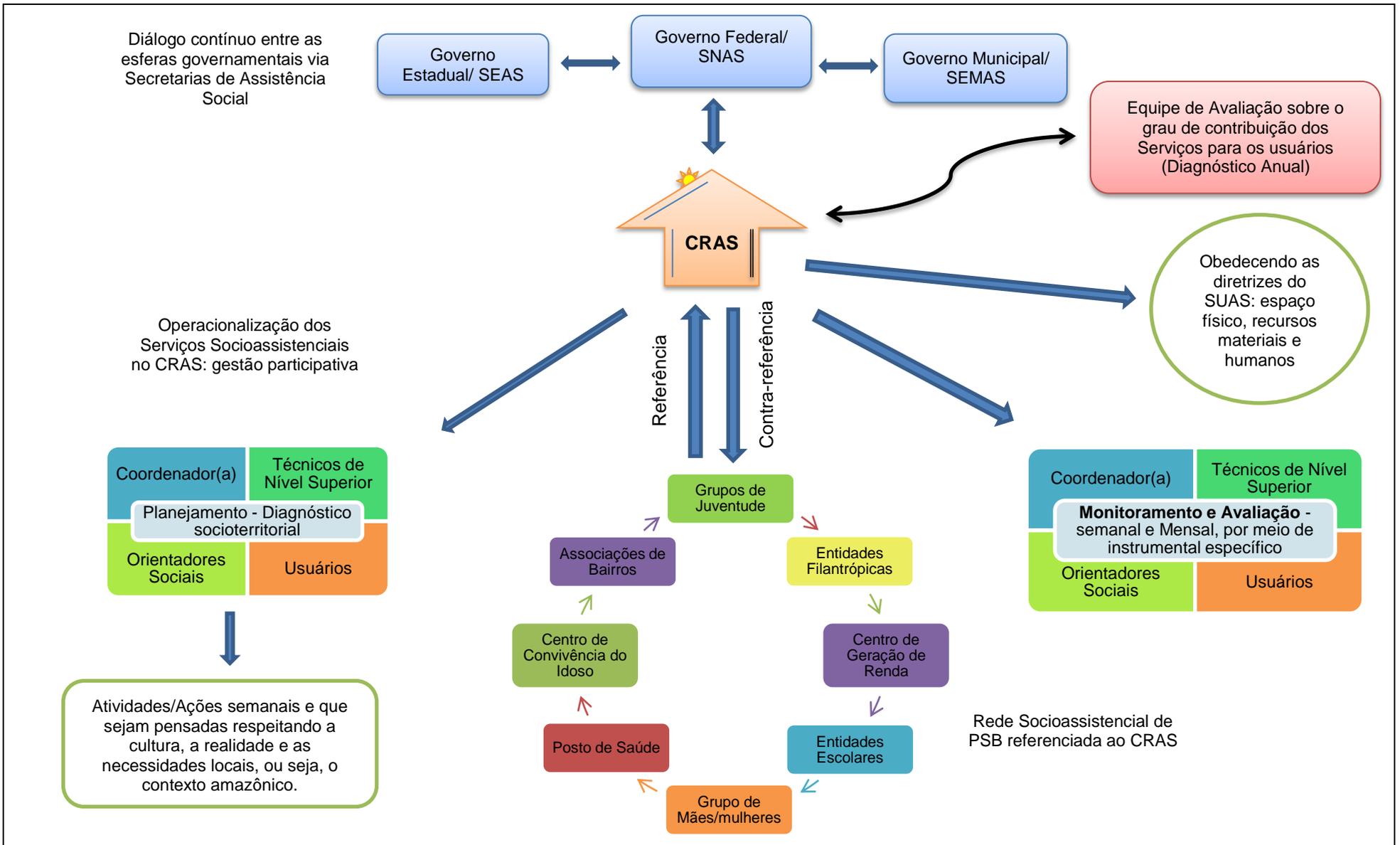


Figura 10 – Esquema simulativo de operacionalização da Proteção Social Básica no CRAS sob a perspectiva da sustentabilidade Social
 Fonte: Elaboração do Pesquisador, 2014.

A figura 10 é ilustrativa e busca evidenciar a possível operacionalização dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica no CRAS sob a ótica da sustentabilidade social, ou seja, desvela a possibilidade de melhor concretude das atividades/ações no CRAS. Ressalta-se que algumas dessas questões são desenvolvidas no cotidiano das instituições, porém, parcialmente e sem um rigor teórico-metodológico e técnico-operativo.

Neste sentido, se aproximando desta ideia, a política de Assistência Social no CRAS, tanto de Maués quanto Parintins, poderia contribuir para além do que já faz junto aos usuários. Significa dizer, com bem observa Teixeira (1998), deixar de ser trabalhada pelas portas do fundo do poder governamental, mas, revelar-se como política que sai pelas portas da frente, com o mesmo valor e peso que tem as outras políticas públicas setoriais. Os atores sociais partícipes desta pesquisa foram enfáticos em dizer que na atualidade já vem sendo dado maior valor à referida política, contudo, é preciso avançar, ultrapassar as barreiras, pois só assim, poderá se afirmar que a política de Assistência Social ao ser concretizada em uma dada realidade protagoniza a sustentabilidade de seus serviços socioassistenciais, bem como, garante a sustentabilidade de seus beneficiários.

Ainda que não faça parte dos objetivos do presente estudo, é possível evidenciar que, ao compararmos a realidade da Assistência Social em Maués e Parintins com enfoque na Proteção Social Básica, identifica-se que, independente do financiamento, da localização geográfica, de quem sistematiza e implementa a política, os dados convergem-se em sua maioria, sendo realidades semelhantes na operacionalização dos serviços e, portanto, necessitando de superação para melhor contribuir com seus usuários.

Por fim, este trabalho, em que pese seus limites, tem a intenção de contribuir na produção de conhecimentos que envolvem a política de Assistência Social no contexto amazônico e o tão polêmico debate da sustentabilidade, assim como, possa instigar outros estudos que, como este, quer problematizar e debater numa perspectiva analítico-crítica o cenário das políticas públicas de proteção social. Ademais, não finde em mais uma produção teórica e acadêmica, para além disso, seja motivador de interrogações, mas sem esquecer, ao final deste processo, que o maior beneficiado seja aquele sujeito que busca pela Assistência Social uma resposta ao seu direito social constituído.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: EDUFSC, 2006.

ANDRADE, Larice Butel. *História e Memória Política do município de Parintins*. Vol. 1. Parintins: Câmara Municipal, 2012.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Notas sobre Estado e sociedade nos clássicos da Política. In: *Estado e Sociedade: contribuição ao debate sobre políticas públicas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010. p. 19-46.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BENTES, Norma. *Indicadores Sociais no Amazonas: contrastes na urbanização da capital e do interior*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2011.

BITTENCOURT, Antonio C. R. *Memória do município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

BRASIL. Constituição Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. *Coletânea de Leis: CRESS 15ª Região/AM-RR*, Manaus, 2008.

_____. Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Texto reformulado em 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Assistência Social: avanços e desafios*. (Cartilha do SUAS). Brasília, 2013.

_____. SUAS: configurando os eixos da mudança. In: *CAPACITASUAS*, v.1, São Paulo: IEE/PUC-SP, Brasília: MDS, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas Sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. v. 1. Brasília, 2012.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. *Os Bois-Bumbás de Parintins*. EDUA/Funarte, 2002.

BRONZO, Carla. Território como categoria de análise e como unidade de intervenção nas políticas públicas. In: FAHEL, M.; NEVES, J. A. B. *Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007. p. 91-113.

BRÜSEKE, Franz Josef. *O problema do Desenvolvimento Sustentável*. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1994.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, 153-174, jun. 2000.

CALDAS, Mirlene Dantas. *As Representações do Controle Social na Assistência Social e os desafios na garantia do acesso aos direitos socioassistenciais: O Movimento das Relações Sociais na realidade Mauesense*. 2011. 193 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

CARVALHO, David Ferreira. Desenvolvimento sustentável e seus limites teórico-metodológicos. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Belém: UNAMAZ, 2006. p. 129-165.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALoustian, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 7. ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF, 2005. p. 93-108.

CAVALCANTI, Clóvis. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: Uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: _____ (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002. p. 21-40.

CAVALCANTE, Déborah Cristina de Jesus. *A Operacionalização da Assistência Social: uma análise a partir da gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no município de Manaus-AM*. 2012. 240 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

CERQUA, Dom Arcângelo. *Clarões de fé no médio Amazonas*. 2. Ed. Manaus: ProGraf, 2009. 164 p.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia: princípios da sustentabilidade. In: *Aula expositiva no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia*. UFAM/PPGSS, 2012.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R.; BARROSO, Silvana Compton; LIRA, Talita de Melo. Questão Socioambiental Contemporânea: práxis do assistente social no contexto rural da Amazônia. In: *Anais do 13º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. São Paulo: CFESS, 2010. CD-ROM.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COELHO, Maria Ivonete Soares. *Municipalização da Assistência Social e desenvolvimento local: um estudo da política municipal de Assistência Social de Mossoró/RN (1996 a 2005)*. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. MDS. Brasília: UNESCO, 2009.

COUTO, Berenice Rojas, et al. *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em Movimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R. et al. (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 32-65.

COUTINHO, Clara Pereira. A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade. In: *Educação Unisinos*, n. 12 (1), p. 5-15, janeiro/abril, 2008.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Relatório Nosso Futuro Comum*. Tradução de Our Common Future. 2. ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *CFESS Manifesta: 9º Conferência Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 18 fev. 2014.

_____. *Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da seguridade social: contribuições do conjunto CFESS-CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social*. Brasília, DF, mar. 2011.

DIEESE. Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social. Convênio MTE-Dieese/Unicamp, 2007. Disponível em: http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2012.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. *Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito. In: ____; GUERRA, L. (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Belém: UNAMAZ, 2006. p. 129-165.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Belém: UNAMAZ, 2006.

FERREIRA, Stela da Silva. *NOB-RH Anotada e Comentada* – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. *R. paran. Desenv.* Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

GATTAI, Silvia; ALVES, Luiz Roberto. Indagar para construir políticas de gestão pública. In: *Rev. Pol. Públ.* São Luís, v.15, n.1, p. 163-174, jan/jun. 2011.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1997. p. 105-129.

GRUBER, Ademar Xico; PAIVA, Odivaldo Miguel de Oliveira; PINHEIRO, Osvaldina Macedo; ALMEIDA, Ieda Bentes. *A História de Maués: um caminho através do tempo*. Maués, 2010.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XXIII, n. 71, p. 102-121, set. 2002. Edição especial.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariane. *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

_____. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*, 2001. p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>. Acesso em: 12 mar. 2013.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: debates e desafios In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. MDS. Brasília: UNESCO, 2009.

JATOBÀ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIRA, Talita de Melo; COSTA, Klilton Barbosa da; SILVA, Mayara Pereira da; MEDEIROS, Vânia Lima. Atuação Profissional na área Socioambiental na Amazônia: experiência do Grupo Inter-Ação no Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social. In: *Anais do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. São Paulo: ABEPSS, 2013. CD-ROM.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XXIII, n. 71, p. 122-137, set. 2002. Edição especial.

MARANDOLA JR; HOGAN, D. J. As Dimensões da Vulnerabilidade. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan/mar 2006. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_03.pdf>. Acesso em:

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAUÉS. Histórico do Município de Maués. Arquivo da biblioteca Municipal Almir Gomes de Almeida, no Centro Cultural Darcy Michile, 2014.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Plano Municipal de Assistência Social – 2014/2017*. Maués, 2014.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Relatório de Informações Sociais: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório de Informações Sociais: Panorama do Município de Maués-AM segundo o Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=121>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Relatório de Informações Sociais: Panorama do Município de Parintins-AM segundo o Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=121>>. Acesso em: 06 jun. 2013.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Relatório de Programas e Ações do MDS, Estado do Amazonas. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 06 mar. 2014.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS*, 2006.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS/2012*.

_____. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. A industrialização do Estado do Amazonas. In: OLIVEIRA, S. S. B. de (Org.). *Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero*. Manaus: EDUA, 2009. p. 20-41.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142012000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2013.

NETTO, Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação*: balanço do Governo FHC. 1999.

NOGUEIRA, Marinez Gil; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. Desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento: uma reflexão sobre as diferenças ideó-políticas conceituais. In: *Somanlu*: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Ano 5, n. 1. 2005.

NOGUEIRA, Wilson. *Festas Amazônicas*: boi-bumbá, ciranda e sairé. Manaus: Valer, 2006.

Nogueira, Marco Aurélio. Gestão participativa, Estado e democracia. In:_____. *Um Estado para a Sociedade Civil*: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 117-166.

ONU. Organização das Nações Unidas. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20: O futuro que queremos. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: < <http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

Parintins. Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Educação. *Plano Municipal de Assistência Social – 2014/2017*. Parintins, 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões Conceituais sobre Política Social como Política Pública e Direito de Cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). *Política Social no Capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87-108.

_____. *Necessidades Humanas*: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PERCH, Leisa. Rio+20: priorizemos a sustentabilidade social. In: Revista Desafios do Desenvolvimento, ano 9, n. 72, 2012. Disponível em: <desafios.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2013.

POCHMANN, Marcio et al. (Org). *Atlas da exclusão social, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013. *Perfil do Município de Parintins/AM*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/parintins_am>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013. *Perfil do Município de Maués/AM*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil_print/maues_am>. Acesso em: 18 ago. 2013.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, Patrício Azevedo. *Família Parintinense: um estudo sobre as condições de vida das famílias atendidas no PAIF/núcleo Paulo Corrêa no ano de 2010*. 130f. Trabalho de Conclusão de Curso (Colegiado de Serviço Social), Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, UFAM, Parintins, 2011.

_____. Concepção sobre a política de Assistência Social e Sustentabilidade no Amazonas: uma discussão no âmbito da Proteção Social Básica. In: *Anais do VI Jornada Internacional de Políticas Públicas - JOINP*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2013. CD-ROM.

RODRIGUES, Débora Cristina B.; PONTES, Itaciara Prestes da S.; RIBEIRO, Patrício Azevedo; SILVA, Thamirys Souza; NASCIMENTO, Camila Fernanda P. A Questão Socioambiental e a Crise Capitalista: estudo da organização sociopolítica das comunidades ribeirinhas de Livramento e Julião na RDS do Tupé/AM. In: *Anais do 14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. São Paulo: ABEPSS, 2013. CD-ROM.

RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. *Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenézer e Muçajá em Maués/AM*. 2009. 160f. Tese (Doutorado em Biotecnologia), Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBIOTEC, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

ROLIM, Dayana Cury. *Efetividade do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social: limites, potencialidades e desafios*. 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organizado por Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Gramond, 2002a.

_____. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002b. p. 469-494.

_____. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SAUER; Mariane; RIBEIRO, Edaléa Maria. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. In: *Rev. Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390-398, ago/dez. 2012.

SAUNIER, Tonzinho. *Parintins: Memória dos Acontecimentos Históricos*. Manaus: Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2003.

SCHERER, Elenise Faria. *Assistência aos desassistidos manauaras: gênese e história da gestão estatal dos segmentos mais pobres da cidade de Manaus*. São Paulo: PUC/SP, 1989. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; ARAÚJO, Cleonice Correia; LIMA, Valéria Ferreira Santos de A. Implantação, Implementação e condições de funcionamento do Suas nos municípios. In: COUTO, B. R. et al. (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 32-65.

SILVA, Heloisa Helena Corrêa da. *Expressões da Assistência Social no Médio Juruá – Amazonas*. Manaus: EDUA, 2012.

SILVA, Itaciara Prestes da. *Formas de organização sociopolítica e a questão socioambiental em comunidades ribeirinhas na Amazônia: estudo de caso na comunidade de Nossa Senhora do Livramento na RDS do tupé*. Relatório Institucional de Iniciação Científica – PIBIC. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2012.

SPOSATI, Aldaiza; FALCÃO, Maria do Carmo Brant de; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. Os direitos (dos desassistidos sociais). 6. ed. São Paulo: 2008.

_____. et al. *Assistência Social na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Informação como aprimoramento do SUAS . In: *Encontro Nacional de Monitoramento e Vigilância Socioassistencial do SUAS 2012*. Brasília, julho/2012.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XXIII, n. 71, p. 9-25, set. 2002. Edição especial.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. In: *Revista em Pauta – Faculdade de Serviço Social/RJ*. n. 21, p. 141-152, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/94/87>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. A Assistência Social na Amazônia. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XIX, n. 56, p. 97-113, mar. 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade*. AATR-BA, 2002a. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos: notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. In: *Programas de renda mínima no Brasil: impactos e potencialidades*. São Paulo: Cortez, 1998.

TORRES, Mabel Mascarenhas. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo. *SERV. SOC. REV., LONDRINA*, v. 12, n.1, 202, p. 202-227, jul/dez. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: *CAPACITASUAS: Configurando os Eixos de Mudança*. Brasília, DF: MDS, 2008. p. 79-136.

_____. Pobreza no Brasil Contemporâneo e suas formas de enfrentamento. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 110, p. 288-322, abr/jun. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Categorias de estudo com foco na discussão teórica do objeto: guia de estudo para levantamento bibliográfico

CATEGORIAS DE ESTUDO	FOCO DA DISCUSSÃO	ROTEIRO: DEFINIÇÃO DA FORMA DE ABORDAGEM TEÓRICA (RECORTE TEMPORAL E A ESCOLHA DA PERSPECTIVA TEÓRICO-CONCEITUAL)
SUSTENTABILIDADE	Dimensão Social da Sustentabilidade e a relação com as políticas públicas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contextualizar a trajetória da sustentabilidade no cenário global, tendo como base os debates da crise ambiental na década de 60 do século XX. 2. Estudar o conceito de sustentabilidade e seus desdobramentos na ótica de Ignacy Sachs. 3. Discutir as cinco dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, política e territorial na perspectiva de, entre outros autores, Ignacy Sachs, aprimorando o debate com as contribuições de Roberto Guimarães e Hans Bellen. 4. Aprofundar o debate sobre a dimensão social da sustentabilidade, destacando a questão social neste processo. 5. Problematizar a categoria de sustentabilidade como diretriz de análise para políticas públicas 6. Debater sobre a dimensão social da sustentabilidade como diretriz de análise para a política de Assistência Social. 7. Sinalizar a importância e qual a relação entre a política pública de Assistência Social e a sustentabilidade com ênfase na dimensão social.
POLÍTICAS PÚBLICAS	Discussão conceitual enfatizando a relação Estado–Sociedade Civil	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender os aspectos conceituais sobre políticas públicas no cenário brasileiro. 2. Estudar o processo de formulação de políticas públicas considerando a perspectiva da sustentabilidade. 3. Discutir o conceito de políticas públicas destacando a relação entre Estado e Sociedade Civil neste âmbito. 4. Estudar as políticas públicas tendo como foco de análise sob o parâmetro da sustentabilidade social.

		<ol style="list-style-type: none"> 5. Dialogar sobre a política de Assistência Social enquanto política pública na contemporaneidade. 6. Desvelar o acesso dos beneficiários (sujeitos da pesquisa) da Assistência Social às políticas públicas nos municípios de Maués e Parintins.
<p style="text-align: center;">ASSISTÊNCIA SOCIAL</p>	<p style="text-align: center;">Proteção social básica e os serviços socioassistenciais desenvolvidos nos CRAS</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Breve contextualização da Assistência Social no Brasil partindo do discurso da <i>não política</i> até sua consolidação como <i>política pública</i>. 2. Desvelar os marcos legais da Assistência Social desde a Constituição Federal de 1988 até a NOB/SUAS de 2012 seguindo a normatização do SUAS. 3. Discutir a PNAS e a incorporação da abordagem territorial nesse âmbito. 4. Aprofundar o debate sobre a política de Assistência Social no que tange à Proteção Social Básica. 5. Verificar qual o conceito de sustentabilidade adotado pela PNAS quando menciona sobre suas ações e usuários. 6. Discutir o processo de implementação da política de Assistência Social nos municípios de Maués e Parintins considerando a normatização do SUAS. 7. Analisar a sustentabilidade social da referida política com ênfase nos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica nos municípios <i>locus</i> da Pesquisa de campo.

APÊNDICE B

Categorias de estudo com foco em indicadores e variáveis da pesquisa de campo: guia para elaboração dos instrumentais

<p>Síntese do objeto de pesquisa: Análise da política pública de Assistência Social no âmbito da operacionalização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas tendo como referência a sustentabilidade social. Especificamente, pretende-se identificar a sustentabilidade social da política na realidade destes municípios a partir da operacionalização das ações e serviços socioassistenciais da proteção social básica desenvolvida nos CRAS junto aos beneficiários, levando em consideração o acesso e equidade a tais serviços e a contribuição destes para o enfrentamento da vulnerabilidade social vivenciada.</p>	
CATEGORIA: SUSTENTABILIDADE	
Dimensão/ Indicadores	Variáveis
Diretrizes do processo de formulação da política pública de Assistência Social na perspectiva da sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> • Marcos legislativos que norteiam a política. • Metodologia estabelecida para operacionalização da política. • Interfaces da sustentabilidade social presentes no desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica. • Os objetivos estabelecidos na política. • Formas de divulgação
Serviços Socioassistenciais desenvolvidos fundamentados nos indicadores de sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> • Canais de discussão com a sociedade e participação dos atores locais no processo de construção das ações. • Instituições parceiras no âmbito de operacionalização da proteção social básica – PSB. • Atividades desenvolvidas com vistas à melhoria e qualidade de vida dos beneficiários. • Acesso e equidade na oferta dos serviços socioassistenciais. • Efetividade dos serviços socioassistenciais no enfrentamento à vulnerabilidade social. • Financiamento dos serviços socioassistenciais da PSB. • Profissionais envolvidos nos serviços socioassistenciais. • Qualificação dos atores envolvidos.
CATEGORIA: POLÍTICAS PÚBLICAS	
Dimensão/ Indicadores	Variáveis
Beneficiários da Assistência Social com acesso à Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de escolaridade individual. • Nível de escolaridade dos membros familiares. • Acesso e participação em cursos de qualificação.
Condição socioeconômica dos beneficiários da Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso ao mercado de trabalho formal. • Renda familiar em salários. • Acesso a benefícios da Assistência Social;
Condição e Infraestrutura habitacional dos beneficiários da Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Situação detalhada do domicílio. • Acesso a bens duráveis. • Sistema de rede de esgoto onde mora. • Ligação de água legalizada no domicílio. • Ligação de energia elétrica legalizada no domicílio. • Coleta urbana de lixo onde mora.
CATEGORIA: ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Dimensão/ Indicadores	Variáveis
Gestão da PNAS nos municípios por meio das SEMAS	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos legislativos que fundamentam a gestão da política de Assistência Social por meio das SEMAS. • Instituições parceiras no âmbito de operacionalização da PSB.

	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento das ações. • Planos Municipais anuais de trabalho.
Organização da Proteção Social Básica	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização e operacionalização dos serviços socioassistenciais. • Profissionais envolvidos nos serviços socioassistenciais. • Qualificação dos atores envolvidos. • Metodologia estabelecida para o trabalho nos CRAS. • Inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais. • Estratégias para participação de todos os atores no controle social municipal.
Vulnerabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico socioterritorial das áreas de abrangência dos CRAS. • Acesso e equidade na oferta dos serviços socioassistenciais. • Efetividade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. • Atividades dos serviços socioassistenciais desenvolvidas para enfrentamento da vulnerabilidade social.
Planejamento e acompanhamento das atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões de Planejamento por parte dos Profissionais da PSB. • Estratégias de monitoramento e avaliação do Trabalho realizado. • Instituição responsável pelo monitoramento das ações. • Existência de avaliação participativa das ações.

APÊNDICE C

Critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos da Pesquisa de Campo

Informantes	Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Secretário(a) Municipal de Assistência Social.	<ul style="list-style-type: none"> • Ser nomeado de forma legal Secretário(a) Municipal de Assistência Social; • Estar atuando efetivamente no cargo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ser nomeado como Secretário(a); • Não estar atuando no cargo.
Coordenador do CRAS	<ul style="list-style-type: none"> • Ser nomeado de forma legal Coordenador do CRAS; • Estar atuando efetivamente no cargo por um período superior ou igual a 05 (cinco) meses*. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ser Coordenador do CRAS; • Estar atuando no cargo por um período inferior a 05 (cinco) meses.
Profissional da Equipe Técnica de Referência do CRAS	<ul style="list-style-type: none"> • Ser nomeado de forma legal Técnico de Referência de nível superior do CRAS; • Estar atuando efetivamente no cargo por um período superior ou igual a 05 (cinco) meses*. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não ser Técnico de nível superior do CRAS; • Estar atuando no cargo por um período inferior a 05 (cinco) meses.
Usuários das ações e serviços socioassistenciais da proteção social básica vinculado aos CRAS	<ul style="list-style-type: none"> • Beneficiários com cadastro no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; • Beneficiários do PAIF morador do bairro onde está implantado o CRAS e que seja maior de 18 anos; • Beneficiários do PAIF, cuja família seja composta de no mínimo 04 pessoas; • Beneficiários que estejam participando ativamente das atividades desenvolvidas pelo PAIF no período da pesquisa e aceitem assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). 	<ul style="list-style-type: none"> • Beneficiários sem cadastro no PAIF; • Beneficiários do PAIF e que não sejam moradores do bairro onde está implantado o CRAS e menor de 18 anos; • Beneficiários do PAIF com menos de 04 pessoas na composição da família; • Beneficiários que não estejam participando ativamente das atividades desenvolvidas pelo PAIF no período da pesquisa.

Quadro 2: Critérios de Inclusão e Exclusão dos Informantes da Pesquisa.

Fonte: Elaboração Própria – Projeto de Dissertação, 2013.

* Optou-se pelo período de cinco meses tendo em vista que os profissionais atuantes neste âmbito da Assistência Social possuem contrato temporário e muitas vezes, de forma rotativa.

APÊNDICE D

Guia de Entrevistas Semiestruturadas

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE: estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas

Informante: Secretária Municipal de Assistência Social

Identificação		
1. Formação:	2. Vínculo institucional:	3. Tempo na função:

I Caracterização e trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social

4. O espaço da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMÁS) é próprio, cedido ou alugado?
5. O que compete exclusivamente à Secretaria Municipal de Assistência Social?
6. Com base em quê e quais orientações a gestão da Assistência Social segue para o processo de implementação e operacionalização do SUAS no município?
7. Como a Sra. avalia a relação entre a SEMÁS e a SNAS?
8. Fale sobre os fatores que facilitam o processo de operacionalização da Política de Assistência Social no município.
9. Fale sobre os fatores que dificultam o processo de operacionalização da Política de Assistência Social no município.
10. A SEMÁS faz parceria com outras instituições no processo de operacionalização da proteção social básica da Política de Assistência Social? Se sim, quais?
11. A vigilância socioassistencial já está sendo implementada no município? Se sim, fale sobre isso. Se não, por quê?
12. O município, por meio da SEMÁS, tem realizado diagnóstico Socioterritorial para implementação da proteção social básica? Fale sobre isso.
13. A SEMÁS trabalha com Plano Municipal de Assistência Social e Plano de Ação Anual das ações a serem desenvolvidas? Se sim, quem participa da elaboração?
14. Como a Sra. analisa o acesso da proteção social básica pela população desse município?
15. Quais serviços socioassistenciais da proteção social básica são ofertados nos CRAS do município?
16. Como foi a escolha dos locais para a implantação dos CRAS no município?
17. A gestão municipal, por meio da SEMÁS, realiza algum trabalho que identifique o grau de contribuição das ações assistenciais desenvolvidas junto aos beneficiários, após um certo período de término da intervenção assistencial?
18. A gestão local tem procurado conhecer outras experiências de operacionalização das ações e serviços socioassistenciais desenvolvidos nos CRAS na realidade amazônica?
19. O financiamento dos serviços socioassistenciais neste município é decorrente das três esferas de governo?
20. Que relevância tem sido dada à Política de Assistência Social pela Gestão Municipal para a atual conjuntura da realidade local?
21. Qual sua análise sobre todo o trabalho realizado pela Assistência Social em Parintins, especialmente no âmbito da proteção social básica?
22. Diante de tudo isso, qual sua análise sobre a sustentabilidade da operacionalização da política de Assistência Social?

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE: estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas
Informante: Coordenador(a) do CRAS

I Identificação	
1. Formação:	2. Vínculo Empregatício:
3. Tempo na função:	4. Contato:

I Caracterização e trabalho no CRAS

5. Quantos e quais bairros fazem parte do núcleo de atendimento deste CRAS?
6. A estrutura física do CRAS é própria, cedida ou alugada?
7. Quais os serviços, programas, projetos, benefícios e ações desenvolvidos por esse CRAS junto aos beneficiários?
8. Dentre estes, quais são os mais demandados pela população?
9. Quais as atividades desenvolvidas para e com os usuários do PAIF no cotidiano do CRAS? (oficinas, palestras, orientações, entre outras).
10. Descreva quantitativamente e qualitativamente a infraestrutura existente para o funcionamento do CRAS (espaço físico, mobiliário, transporte, materiais permanentes e de consumo, entre outros).
11. Essa infraestrutura é suficiente para realizar as atividades junto aos beneficiários do CRAS?
12. Qual a disponibilização da SEMAS sobre materiais socioeducativos necessários à oferta dos serviços socioassistenciais?
13. Em que medida o trabalho realizado por este CRAS tem se constituído como garantia efetiva no que tange ao acesso, equidade e defesa dos direitos socioassistenciais assegurados pelo SUAS?
14. Como ocorre o processo de planejamento das ações realizadas no CRAS? Quem participa desse processo?
15. As ações e atividades realizadas pela proteção social básica nesse CRAS passam pelo processo de monitoramento e avaliação? Como ocorre?
16. O CRAS realiza parceria com outras instituições para o atendimento dos beneficiários do PAIF? Se sim, quais?
17. Que relevância tem sido dado à família no processo de planejamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica na Política de Assistência Social local?
18. Como a equipe de referência desse CRAS viabiliza a questão da matricialidade sociofamiliar na operacionalização das atividades ofertadas no seu território de abrangência?
19. Como o trabalho realizado pelo CRAS tem se constituído numa via de mobilização para a participação dos usuários nas instâncias de Controle Social da Política de Assistência Social no município?
20. Como ocorre o acesso dos beneficiários aos serviços socioassistenciais, por demanda espontânea ou busca ativa?
21. Qual o alcance do trabalho realizado pela proteção social básica nesse CRAS para a redução da vulnerabilidade social dos beneficiários atendidos?
22. Qual a importância do trabalho realizado pela proteção social básica no cotidiano desse CRAS para a realidade socioeconômica dos beneficiários?

APÊNDICE E

Formulários com Perguntas Abertas e Fechadas

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE: estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas

Informante: Membro da Equipe Técnica de Referência do CRAS

I Identificação	
1. Formação:	2. Função que ocupa no CRAS:
3. Tempo na função:	4. Vínculo Empregatício:
5. Sexo: () Mas. () Fem.	6. Contato:

II Organização da equipe e do trabalho no CRAS				
7. Como se dá a divisão de trabalho entre os profissionais da equipe de Referência? Como você analisa essa divisão?				
8. Descreva quantitativamente e qualitativamente a infraestrutura existente para o funcionamento do CRAS (espaço físico, mobiliário, transporte, materiais permanentes e de consumo, entre outros).				
9. Os profissionais possuem sala particular para atendimento dos usuários quando necessário? () Sim () Não				
10. Quais os serviços, programas, projetos, benefícios e ações desenvolvidos por esse CRAS junto aos beneficiários?				
10.1 Serviços	10.2 Programas	10.3 Projetos	10.4 Benefícios	10.5 Ações
11. Dentre estes, quais são os mais demandados pela população?				
12. Os Técnicos realizam diagnóstico Socioterritorial dos bairros atendidos para verificação da incidência de vulnerabilidade social? () Sim () Não Se sim, como é realizado?				

III Intervenção e Trabalho no CRAS	
13. Como você analisa o fato de que as atividades desenvolvidas pelo PAIF devem fortalecer as relações sociais dos familiares e comunitários dos beneficiários?	
14. Quais ações do CRAS contribuem para potencializar os serviços socioassistenciais e o acesso dos usuários aos direitos sociais?	
15. Como você analisa a intervenção dos serviços socioassistenciais visando a potencialização e emancipação dos beneficiários?	
16. Os profissionais que compõem a Equipe Técnica de Referência é suficiente para o trabalho realizado nesse CRAS? () Sim () Não Se Sim, justifique.	
17. Os profissionais da Equipe Técnica de Referência participam de Formação ou capacitação? () Sim () Não	
18. Quais e quem participa? Por quê?	

IV Participação dos usuários do CRAS	
19	A Equipe de Referência executa ações de mobilização para a participação dos usuários nas instâncias de Controle Social da Política de Assistência Social no município? () Sim () Não Quais?
20.	Os usuários tem participado? () Sim () Não Como?
21	Há alguma forma de participação da população usuária na gestão do CRAS? () Sim () Não Como se dá esse processo?
22	Quais os principais pontos positivos e os desafios para a participação dos usuários?

V Desafios e perspectivas do trabalho realizado no CRAS	
23	Qual o alcance do trabalho realizado pela proteção social básica nesse CRAS para a redução da vulnerabilidade social dos beneficiários atendidos?
24	Qual a contribuição do trabalho realizado pelo CRAS para a efetividade dos direitos socioassistenciais dos beneficiários?
25	Quais estratégias a Equipe de Referência tem criado para a divulgação do Trabalho realizado pelo CRAS?
26	Quais os fatores que <u>facilitam</u> a operacionalização dos serviços socioassistenciais no CRAS?
27	Quais os fatores que <u>dificultam</u> a operacionalização dos serviços socioassistenciais no CRAS?

VI Planejamento e acompanhamento das atividades	
28	A Equipe Técnica de Referência realiza planejamento dos serviços socioassistenciais? () Sim () Não
28.1	Em que medida esse planejamento é inserido no Plano Municipal de Assistência Social?
29	As ações planejadas passam pelo processo de monitoramento e avaliação? Quem participa desse processo?
30	Diante de tudo isso, qual sua análise sobre a sustentabilidade da operacionalização da Assistência Social, especialmente da proteção social básica nesse CRAS?

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE: estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas
Informante: Beneficiários do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

I. Identificação do Informante	
1. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Amasiado(a)/Amigado(a) () União Estável () Separado(a) Judicialmente () Viúvo(a).	2. Sexo: () Mas. () Fem.
	3. Idade: () 18 a 22 () 38 a 42 () 58 a 60 () 23 a 27 () 43 a 47 () Acima de 60 anos () 28 a 32 () 48 a 52 () 33 a 37 () 53 a 57
4. Naturalidade:	

4.1 Estado em que nasceu?
 Amazonas
 Pará
 Outro:_____.

4.2 Município em que nasceu?
 Manaus Nhamundá
 Parintins Urucará
 Maués Boa Vista do Ramos
 Barreirinha São Sebastião do Uatumã
 Outro:_____.

4.3 Cidade ou Comunidade em que nasceu?
 Na cidade em que mora
 Outra:_____.

5. Quais os motivos que o fizeram se deslocar para esta cidade? *(Para esta pergunta, considerar as respostas anteriores).*

II Escolaridade e acesso ao conhecimento

<p>6. O(a) Sr.(a) sabe ler? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>8. O(a) Sr.(a) sabe escrever? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>9. Nível de escolaridade: 9.1 <input type="checkbox"/> Não alfabetizado(a) 9.2 <input type="checkbox"/> Alfabetizado(a) 9.3 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto 9.4 <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo 9.5 <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto 9.6 <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo 9.7 <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto 9.8 <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo</p>	<p>7. No momento o(a) Sr.(a) está estudando? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>10. O(a) Sr.(a) participou ou participa de algum curso de qualificação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>11. Se sim, descreva tal processo:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 25%;">Tipo</th> <th style="width: 25%;">Local</th> <th style="width: 25%;">Data</th> <th style="width: 25%;">Motivos para participação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	Tipo	Local	Data	Motivos para participação				
Tipo	Local	Data	Motivos para participação						

12. Composição Familiar:

Vínculo familiar	Sexo		Idade	Grau de Escolaridade								Trabalha?		Renda Mensal		
	M	F		Escolar	Nunca	Ensino Infantil Incompleto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Completo Médio	Completo Médio	Incompleto Superior	Completo Superior	S	N	R\$

III Situação Socioeconômica

13. Qual sua profissão?			
14. Situação no mercado de trabalho atual: <input type="checkbox"/> Empregado(a) <input type="checkbox"/> Desempregado(a) <input type="checkbox"/> Autônomo(a) <input type="checkbox"/> Pensionista <input type="checkbox"/> Aposentado(a)	15. O(a) Sr.(a) recebe algum benefício da Assistência Social? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
	16. Se sim, especificar:		
	Modalidade		Valor
	BPC-LOAS		
	Bolsa Família		
Outro:			
17. Na sua família, algum membro recebe benefícios da Assistência Social? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, especificar:	Modalidade	Vínculo Familiar	Valor
18. Renda familiar – em salários: <input type="checkbox"/> Menos de um <input type="checkbox"/> Um salário mínimo <input type="checkbox"/> Mais de um até dois <input type="checkbox"/> Acima de dois salários mínimos			
IV Condição e Infraestrutura Habitacional			
19. Situação do domicílio: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Alugado Qual o valor do Aluguel? _____ <input type="checkbox"/> Cedido De quem é o domicílio? _____ <input type="checkbox"/> Ocupação <input type="checkbox"/> Outra		20. Tipo de domicílio: <input type="checkbox"/> Casa <input type="checkbox"/> Apartamento <input type="checkbox"/> Quitinete <input type="checkbox"/> Outro	
21. Condição de Moradia: <input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Precária		22. Quantidade de Cômodos: <input type="checkbox"/> 1 a 3 <input type="checkbox"/> 4 a 6 <input type="checkbox"/> 7 ou mais	
23. O domicílio possui ligação de água legalizada?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
24. O domicílio possui ligação de energia elétrica legalizada?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
25. Na rua onde está localizado seu domicílio há rede de esgoto?		<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
26. No seu domicílio, sua família tem acesso aos seguintes bens duráveis?			
Fogão a gás	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Geladeira	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
TV em cores	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Máquina de lavar	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Computador	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Freezer	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Micro-ondas	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
V Forma de acesso e participação nos serviços socioassistenciais do CRAS			
27. O que é o CRAS para você?			
28. Como o(a) Sr.(a) soube da existência do CRAS? <input type="checkbox"/> Amigos ou Parentes <input type="checkbox"/> Profissional do CRAS <input type="checkbox"/> Jornal impresso			

<input type="checkbox"/> Rádio, TV ou Internet <input type="checkbox"/> Encaminhado por outra Instituição <input type="checkbox"/> Outro
29. Quais motivos que o levaram a procurar esse CRAS?
30. Como é o processo de atendimento quando da sua chegada no CRAS?
31. O(a) Sr.(a) realizava algum trabalho ou curso antes de começar a frequentar o CRAS? Se sim, qual?
32. O(a) Sr.(a) sabe o que é o PAIF?
33. Quais atividades do PAIF o(a) Sr.(a) participa?
34. Nas atividades que o(a) Sr.(a) participa, em algum momento o técnico do CRAS lhe deu espaço para falar sobre suas necessidades e interesses? Se sim, em qual momento?
35. As atividades desenvolvidas pelo CRAS/PAIF têm possibilitado a você e sua família melhores acessos a informação, conhecimentos e fortalecimento dos vínculos familiares? Fale sobre isso.
36. O(a) Sr.(a) têm participado ou está participando de alguma atividade voltada para a qualificação profissional e, ou geração de renda? Se sim, Qual?
37. Além do(a) Sr.(a) outras pessoas da família participam das ações desenvolvidas nesse CRAS? Se sim, quem são?
38. Quais os pontos positivos e negativos sobre o trabalho desenvolvido por esse CRAS/PAIF?
39. O(a) Sr.(a) já foi convidada para participar de alguma atividade que tratasse do planejamento, avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas pelo CRAS? Fale sobre isso.
40. O(a) Sr.(a) já foi convidada para participar de alguma Conferência Municipal de Assistência Social? Fale sobre isso.

APÊNDICE F

Publicações voltadas para a temática da Dissertação (2012-2014)

Evento	Título do Trabalho	Categoria	Autor(es)	Local e Ano
I Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia ISBN: 2238880	SUSTENTABILIDADE, FAMÍLIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO AMAZÔNICO: primeiras aproximações teóricas	Resumo Expandido	Débora Cristina B. Rodrigues Patrício Azevedo Ribeiro	Manaus/AM 2012
I Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia ISBN: 2238880	POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA NA REGIÃO AMAZÔNICA: introduzindo o debate à luz de uma reflexão teórica	Resumo Expandido	Antonia Cosmo de Oliveira Maria Joseilda da S. Pinheiro Maria das Neves Oliveira Patrício Azevedo Ribeiro	Manaus/AM 2012
XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS ISBN: 978-85-89252-11-9	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO AMAZONAS: uma reflexão do PAIF no município de Parintins	Artigo Completo	Patrício Azevedo Ribeiro Débora Cristina B. Rodrigues	Juiz de Fora/MG 2012
XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS ISBN: 978-85-89252-11-9	FAMÍLIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONDIÇÕES DE VIDA: uma leitura introdutória sobre o município de Parintins/AM	Artigo Completo	Patrício Azevedo Ribeiro	Juiz de Fora/MG 2012
VI Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP ISBN: 2175-280X	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: um olhar sobre a realidade brasileira	Artigo Completo	Patrício Azevedo Ribeiro Débora Cristina B. Rodrigues	São Luís/MA 2013

VI Jornada Internacional de Políticas Públicas – JOINPP ISBN: 2175-280X	CONCEPÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NO AMAZONAS: uma discussão no âmbito da proteção social básica	Artigo Completo	Patrício Azevedo Ribeiro	São Luís/MA 2013
14ª Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS ISBN: 978-85-99447-17-8	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE: uma reflexão no contexto dos CRAS	Artigo Completo	Patrício Azevedo Ribeiro	Águas de Lindóia/SP 2013
III Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento – CEURCA ISBN: 2316-3089	FAMÍLIA E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA: desafios e perspectivas de intervenção da política de Assistência Social	Artigo Completo	Débora Cristina B. Rodrigues Patrício Azevedo Ribeiro Dulce Lêda Pereira da S. Mota	Crato/CE 2013
III Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento – CEURCA ISBN: 2316-3089	DESENVOLVIMENTO <i>versus</i> CRESCIMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO: uma análise do município de Parintins/AM entre 2000 a 2010 sob o olhar da questão social	Artigo Completo	Laranna Prestes Catalão Patrício Azevedo Ribeiro	Crato/CE 2013
III Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – SICASA & XVI Encontro da Rede de Estudos Ambientais em Países de Língua Portuguesa	SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: análise do projeto YCAA-CY na comunidade do Aninga em Parintins/AM	Artigo Completo	Patrício Azevedo Ribeiro Adrielle Carneiro Conceição Deiziane Matos de Souza Dulcineves Pacheco Ribeiro Ítala dos Santos Lopes	Manaus/AM 2014

APÊNDICE H

APÊNDICE I

APÊNDICE J

ANEXO



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE: estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas

Pesquisador: Patrício Azevedo Ribeiro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 27104614.3.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 542.817

Data da Relatoria: 26/02/2014

Apresentação do Projeto:

Resumo:

Na contemporaneidade, observa-se uma diversidade de pesquisas sobre a intervenção da política de Assistência Social na realidade dos municípios brasileiros, contudo, se têm notado lacunas referentes à investigação do nível de sustentabilidade desta política. No caso da Amazônia, entende-se ser de grande importância analisar o quão é sustentável as ações e serviços socioassistenciais, bem como o grau de contribuição da Assistência Social para o cotidiano das famílias moradoras dos municípios do Baixo Amazonas. Diante disso, o presente projeto de dissertação tem como objetivo geral "Analisar a Política Pública de Assistência Social no âmbito da operacionalização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas tendo como referência a sustentabilidade social". A pesquisa será preliminarmente bibliográfica, exploratória e documental; em seguida adotar-se-á pesquisa de campo utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa com uso de técnicas e instrumentos específicos para coleta de dados: observação sistemática; diário de campo, visitas técnicas, formulários com perguntas abertas e fechadas, e entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos informantes serão os profissionais e usuários envolvidos com a Assistência Social no nível da proteção social básica, elencados da seguinte maneira: Secretário(a) Municipal de Assistência Social; Os Coordenadores dos dois CRAS

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 542.817

selecionados para a pesquisa; 02 (dois) profissionais da Equipe Técnica de Referência dos CRAS (assistente social e psicólogo); 10 (dez) usuários das ações e serviços socioassistenciais da proteção social básica vinculado aos CRAS de cada município. O aporte teórico para nortear a pesquisa ancora-se em três categorias de estudo: sustentabilidade, políticas públicas e assistência social. Os resultados virão da reflexão sobre os aspectos conceituais trabalhados no referencial teórico e da sua relação com os dados coletados na pesquisa de campo à luz da técnica de análise de conteúdo. Com isso, espera-se contribuir para uma melhor intervenção da proteção social básica desenvolvida pela política de Assistência Social na realidade dos municípios amazônicos, especialmente Maués e Parintins, visando o enfrentamento da vulnerabilidade social em que se encontram os beneficiários.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a Política Pública de Assistência Social no âmbito da operacionalização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas tendo como referência a sustentabilidade social.

Objetivo Secundário:

Caracterizar a política pública de Assistência Social nos municípios de Maués e Parintins destacando a operacionalização da proteção social básica; Examinar a sustentabilidade social da referida Política por meio da inclusão e equidade dos beneficiários nos serviços socioassistenciais da proteção social básica, identificando a contribuição desses serviços para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Compreende-se que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, embora mínimos. No caso específico deste estudo, os possíveis riscos em relação aos sujeitos da pesquisa, sejam eles profissionais ou beneficiários dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, se assentam na possibilidade, que ao falarem de assuntos voltados para as instituições da qual fazem parte possa vir à tona questões que comprometam o cotidiano do trabalho, a relação entre profissional e usuário, gerando assim problemas internos. Por isso, serão tomadas as providências legais cabíveis caso isso ocorra, sem nenhum ônus para os sujeitos da pesquisa, e sem que isso lhe ocasione qualquer dano ou constrangimento.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-5130

Município: MANAUS

Fax: (92)3305-5130

CEP: 69.057-070

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 542.817

Benefícios:

Os dados da pesquisa podem contribuir para (re)pensar novas formas de proposição da política de Assistência Social no âmbito dos municípios brasileiros, em especial os amazônicos. E isto proporcionará um trabalho mais qualificado para os beneficiários dos serviços socioassistenciais da proteção social básica, contribuindo assim para melhores condições e qualidade de vida destes nos municípios de Maués e Parintins.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. Metodologia

A metodologia para esta pesquisa foi pensada numa perspectiva dialética, histórica e analítica, que entenda os sujeitos não de forma isolada, mas na sua totalidade. A concepção de método nesse processo se espalha para uma realidade em movimento, a qual conduz os sujeitos para um pensar crítico-reflexivo da realidade social, levando em consideração as mudanças e transformações que ocorrem no cotidiano das sociedades. Nesse sentido, a pesquisa será norteada pela abordagem quantitativa e qualitativa. Por meio da pesquisa quantitativa buscar-se-á conhecer pontos relativos aos municípios no que tange às questões socioeconômicas e culturais, bem como o processo de operacionalização da política de Assistência Social nestas realidades. Além disso, será necessário conhecer o perfil dos usuários da proteção social básica. A pesquisa qualitativa por sua vez contribuirá para a investigação da sustentabilidade social dos serviços desenvolvidos nos CRAS. Minayo (2010, p. 22) enfatiza não existir uma hierarquia nos dois tipos de abordagens. A ideia é de que, entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa. Assim, pode-se obter um maior aprofundamento sobre o tema a ser estudado. O presente estudo será realizado em dois municípios que fazem parte do Território da Cidadania Baixo Amazonas os quais foram selecionados conforme a problematização descrita no início deste projeto. Nesta ótica, Maués e Parintins serão os municípios que farão parte da pesquisa contemplando especificamente a zona urbana. Vale ressaltar que a materialização da pesquisa de campo, ou seja, as coletas de dados serão efetivadas nas Secretarias Municipais de Assistência Social (SEMAS) e nas dependências dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Em ambos os municípios existem 03 (três) CRAS, por conta disso será selecionado 01 (um) CRAS de cada município a partir do critério de maior número de usuários atendidos e mais tempo de funcionamento. Assim, em Maués o CRAS escolhido será o

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 542.817

situado no bairro Santa Luzia e em Parintins o localizado no bairro Itaúna II. O universo da pesquisa envolve os profissionais e usuários que lidam com a Assistência Social no nível da proteção social básica em cada município locus da pesquisa. Assim, a amostra contemplará 28 participantes elencados da seguinte maneira: Secretário(a) Municipal de Assistência Social; Coordenadores dos dois CRAS selecionados para a pesquisa; 02 (dois) Profissionais da Equipe Técnica de Referência dos CRAS (assistente social e psicólogo); 10 (dez) usuários das ações e serviços socioassistenciais da proteção social básica vinculado aos CRAS de cada município. Quanto as técnicas e instrumentos serão utilizados: pesquisa bibliográfica e documental; observação sistemática, entrevistas semiestruturadas, formulários, visitas técnicas e diário de campo; além da realização do registro fonográfico e fotográfico no processo da pesquisa. (maiores informações, vide Projeto de Pesquisa original em anexo).

Tamanho da Amostra no Brasil: 28

Critério de Inclusão:

Secretário(a) Municipal de Assistência Social - Ser nomeado de forma legal Secretário(a) Municipal de Assistência Social; Estar atuando efetivamente no cargo. Coordenador do CRAS - Ser nomeado de forma legal Coordenador do CRAS; Estar atuando efetivamente no cargo por um período superior ou igual a 05 (cinco) meses. Profissional da Equipe Técnica de Referência do CRAS - Ser nomeado de forma legal Técnico de Referência de nível superior do CRAS; Estar atuando efetivamente no cargo por um período superior ou igual a 05 (cinco) meses. Usuários das ações e serviços socioassistenciais da proteção social básica vinculado aos CRAS - Beneficiários com cadastro no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; Beneficiários do PAIF morador do bairro onde está implantado o CRAS e que seja maior de 18 anos; Beneficiários do PAIF, cuja família seja composta de no mínimo 04 pessoas; Beneficiários que estejam participando ativamente das atividades desenvolvidas pelo PAIF no período da pesquisa e aceitem assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Critério de Exclusão:

Secretário(a) Municipal de Assistência Social - Não ser nomeado como Secretário(a); Não estar atuando no cargo. Coordenador do CRAS - Não ser Coordenador do CRAS; Estar atuando no cargo por um período inferior a 05 (cinco) meses. Profissional da Equipe Técnica de Referência do CRAS - Não ser Técnico de nível superior do CRAS;

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 542.817

Estar atuando no cargo por um período inferior a 05 (cinco) meses. Usuários das ações e serviços socioassistenciais da proteção social básica vinculado aos CRAS - Beneficiários sem cadastro no PAIF; Beneficiários do PAIF e que não sejam moradores do bairro onde está implantado o CRAS e menor de 18 anos; Beneficiários do PAIF com menos de 04 pessoas na composição da família; Beneficiários que não estejam participando ativamente das atividades desenvolvidas pelo PAIF no período da pesquisa.

CRONOGRAMA: ADEQUADO

ORÇAMENTO: ADEQUADO

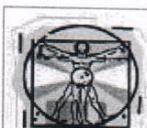
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de Rosto: ADEQUADO
2. Instituição Proponente: ADEQUADO
3. Riscos (NO CORPO DO PROJETO): ADEQUADO
4. Instrumentos de Pesquisa: ADEQUADO
5. TCLE: ADEQUADO
4. Termo de Anuência: ADEQUADO
6. Declaração que os resultados da pesquisa serão tornados públicos: ADEQUADOS
7. Declaração sobre uso e destinação do material: ADEQUADO
8. Termo de compromisso do orientador: ADEQUADO
9. Currículas Lattes: ENCONTRA-SE NO LINK PLATAFORMA BRASIL
10. Critério de inclusão e exclusão: ADEQUADO
11. Referências: ADEQUADA
12. Metodologia: ADEQUADA

Recomendações:

O pesquisador deverá providenciar em relação ao TCLE dirigido ao Secretário Municipal de Assistência Social e ao Coordenador e Equipe Técnica de Referência do CRAS, deverá ser excluído o espaço no final do TCLE específico para impressão do dedo polegar. Somente deverá permanecer referido espaço no TCLE dos usuários dos serviços sócioassistenciais do CRAS

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 542.817

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1. Riscos (NO CORPO DO PROJETO): ADEQUADO

1.1 O pesquisador deverá indicar que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos mencionando os modos de minimizá-los.

obs: O pesquisador atendeu a todas as pendências em relação aos riscos no corpo do trabalho, considerado ADEQUADO.

2. TCLE: ADEQUADO

2.1 O pesquisador deverá no primeiro parágrafo de TCLE após mencionar o título do projeto, incluir seu nome como mestrando e como pesquisador responsável e mencionar endereço profissional completo, com telefone fixo e e-mail. Em seguida inserir o nome de sua orientadora, Profª Drª Débora Cristina Bandeira Rodrigues, com endereço profissional completo, com telefone fixo e e-mail.

2.2 O pesquisador deverá mencionar no TCLE, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos mencionando os modos de minimizá-los.

2.3 O pesquisador responsável deverá indicar no TCLE, no terceiro parágrafo quando menciona endereço do pesquisador responsável, retirar tal informação e no lugar inserir o endereço completo do CEP/UFAM, com telefone e email.

2.4 O pesquisador deverá inserir no TCLE o consentimento pós informação, antes do endereço completo do CEP/UFAM.

2.5 Retirar antes da assinatura do participante do lado direito antes da data Aceito o registro fotográfico, Não aceito o registro fotográfico.

2.6 Todas essas correções deverão ser feitas nos três modelos de TCLE apresentados.

obs: O pesquisador atendeu a todas as pendências em relação aos modelos de TCLE, considerado ADEQUADO, porém em relação ao TCLE dirigido ao Secretário Municipal de Assistência Social e ao Coordenador e Equipe Técnica de Referência do CRAS, deverá ser excluído o espaço no final do TCLE específico para impressão do dedo polegar. Somente deverá permanecer referido espaço no TCLE dos usuários dos serviços sócioassistenciais do CRAS.

3. Metodologia: ADEQUADA

3.1 O pesquisador deverá inserir na metodologia que serão feitos registros fonográficos e fotográficos com os sujeitos da pesquisa, como fez no TCLE.

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 542.817

obs: O pesquisador atendeu a todas as pendências em relação a Metodologia, considerado ADEQUADO.

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu TOTALMENTE as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

MANAUS, 26 de Fevereiro de 2014

Assinador por:
MARIA EMILIA DE OLIVEIRA PEREIRA ABBUD
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-5130 **Fax:** (92)3305-5130 **E-mail:** cep@ufam.edu.br